

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ARACELIS GOIS MORALES RIGOLDI

**POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE
CRITÉRIOS PARA REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI Nº 1.261/15 NAS
ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Piracicaba

2019

ARACELIS GOIS MORALES RIGOLDI

**POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE
CRITÉRIOS PARA REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI Nº 1.261/15 NAS
ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de concentração:
Administração de empresas

Linha:
Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais

Orientador:
Prof. Dr. Thel Augusto Monteiro

Piracicaba

2019

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - PORTARIA Nº206, de 4 de setembro de 2018.

"This work was carried out with the support of the Higher Education Personnel Improvement Coordination" - Brazil (CAPES) – Financing Code 001 – ORDINANCE Nº 206, of september 4, 2018.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Gislene Tais de Souza Sperandio - CRB-8/9596.

R572p	<p>Rigoldi, Aracelis Gois Morales</p> <p>Política pública de turismo: proposição de um modelo de critérios para regulamentação da nova Lei nº 1.261/15 nas estâncias turísticas do Estado de São Paulo / Aracelis Gois Morales Rigoldi. – 2019.</p> <p>321 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Thel Augusto Monteiro.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Administração, Piracicaba, 2019.</p> <p>1. Turismo - Legislação. 2. Turismo e Estado. 3. Turismo - Política governamental. I. Monteiro, Thel Augusto. II. Título.</p> <p>CDD – 658</p>
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ARACELIS GOIS MORALES RIGOLDI

POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE CRITÉRIOS PARA REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI N° 1.261/15 NAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Campo do conhecimento: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas.

Orientador: Prof. Dr. Thel Augusto Monteiro

Data da defesa:
14/11/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Thel Augusto Monteiro
(Orientador)
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof^a. Dra Graziela Oeste G. Cremonesi
Unisal

Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Domingos Antonioli
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof^a. Dra. Valéria Rueda Elias Spers
Centro Universitário Atenas

DEDICATÓRIA

Aos meus anjos espirituais e meus amores, meu Pai Osvaldo e meu “Vô Chico”, que com seus exemplos de vida me inspiram ser uma pessoa cada vez melhor.

Ao meu marido Adriano, pela parceria de amor e compreensão do dia a dia, e ao meu filho Luis Mário, que apesar de tão pequeno soube compreender minhas ausências para o estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, da saúde, da visão e da interpretação para poder realizar mais uma etapa da trajetória do conhecimento em minha vida.

Aos meus pais amados, meu pai Osvaldo (*in memoriam*), que apesar de não poder vê-lo mais, sei que sempre me reergueu nos cansaços dessa jornada de doutorado, e a minha mãe que me honra com seu exemplo de mãe, professora e agora avó, me ajudando a cuidar do meu filho nas minhas ausências de viagens e estudos. Muito obrigada!!!!

Ao meu marido Adriano que soube entender minhas noites de estudos, as viagens para Piracicaba e as viagens de congressos. Agradeço por compreender as minhas ausências e ser um super pai, um super marido e um super dono de casa nesse momento que eu só podia ser uma estudante de doutorado. Meu amor, nós conseguimos!

Ao meu filho Luis Mário que apesar de tão pequeno com seus cinco anos e sem entender a magnitude de um estudo de doutorado, soube entender minhas ausências e viagens me recebendo com muitos beijos e abraços. Mamãe te ama!

À minha família, irmãs, tios, tias, sobrinhos e amigos que souberem compreender as ausências de encontros, aniversários, festas, almoços, café na casa da avó, enfim, muito obrigada pelas orações, exemplos e palavras de incentivos.

À Universidade Metodista de Piracicaba que me recebeu de braços abertos com professores dos mais renomados certificados, o diploma de “pessoas” com corações de profissionais de alto gabarito. Muito obrigada a todos que tive o prazer de conhecer, conviver e tê-los como amigos!

Ao professor Thel Augusto Monteiro pelo apoio, paciência, rapidez, orientações, atenção e por toda presteza que teve com meu trabalho nessa etapa final de

caminhada. Uma pessoa magnífica que soube me apoiar e acreditar na minha tese. Foi uma honra poder te conhecer e tê-lo como amigo orientador nessa etapa final!

À professora Valéria Rueda Elias Spersque me inspirou com sua humildade e caráter de mulher. Agradeço pelas caronas, conselhos, conversas e por poder me espelhar na sua força de mãe, profissional e na sua garra de ser humano. Não tenho palavras para agradecer tudo que fez por mim e o tanto que foi importante para mim nessa jornada. Muito obrigada!

À professora Graziela Oeste G. Cremonezique no momento de mudanças soube me acalmar e aceitar estar comigo no caminho dos estudos. Obrigada pelas conversas, caronas, orientações e por me compreender nas ausências com meu marido. Muito obrigada por tudo!

Ao professor Luiz Fernando de Souza (UEPG) que apesar da distância sempre se colocou próximo para a colaboração da pesquisa. Obrigada pela atenção, pelas correções, pela paciência e pela leitura com meu trabalho. Muito obrigada!

Ao professor Pedro Domingos Antonioli pela valiosa contribuição de leitura com apontamentos que foram incorporados no texto. Muito obrigada!

Aos amigos que fiz Marluz, Jorge, Cleyton, Erick, Elisangela, Wanderson, Redner, Trompson, Manuel, Cristine, e em especial a Marli, que abriu sua casa para que eu pudesse descansar das viagens, além das boas conversas acompanhadas de bons cafés. Obrigada meus amigos pelos aprendizados com cafés na sala de aula!

Aos funcionários da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e aos funcionários da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) pelas oportunidades de coletas de dados, entrevistas e visitas técnicas. Em especial a Aline de Assis Bernardo, e a superintendente da CPOS, Mariana Rascassi, que sempre se propuseram prestativas no percurso da tese, e ao Secretário de Estado de Turismo Vinicius Lummertz pela atenção com a pesquisa. Obrigada!

Aos participantes entrevistados que no enquadramento de suas funções, me permitiu adentrar com questões sobre o tema da pesquisa, possibilitando toda a trajetória da tese para os resultados finais.

Aos colegas de trabalho da prefeitura da Estância Turística de Tupã que fizeram parte como ouvintes do processo de crescimento da tese. Obrigada!

Aos meus cachorros, Potira (*in memorian*), Tupi e Bartira, que passaram as noites e madrugadas acordadas comigo durante todo o percurso da escrita da tese.

À Capela da UNIMEP, que me acolheu nos momentos de cansaços, desânimos e de oração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, pelo benefício concedido para realização dessa pesquisa.

Enfim, a todos que direta e indiretamente passaram por mim, e contribuíram para a elaboração dessa pesquisa de doutorado e de aprendizado por meio da educação, informação e troca de experiências.

Muito obrigada!!!

MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA

Meu interesse pela área de turismo deu-se ainda nos tempos do colégio, no período que realizei um intercâmbio para Porto Rico, onde pude conhecer novos lugares, cultura, hábitos e a observação pelo turismo daquele lugar. Após meu retorno de Porto Rico, conclui o colegial e iniciei meus estudos no curso de bacharelado em turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no estado de Paraná.

Durante os anos de graduação na Universidade, fui apresentada a todas as áreas que o curso oferecia e me encantei pela área de planejamento e políticas públicas. Realizei diversos estágios na área de hotelaria, eventos, alimentos e bebidas, mas foi no último ano, com a formação complementar no programa nacional de municipalização do turismo – PNMT, e com a grade escolar de um estágio de seis meses em planejamento que escolhi a área que me proporcionaria diversas portas de trabalho no futuro, a área de políticas públicas em turismo.

Como estagiária pela Prefeitura de Tupã, elaborei o plano diretor de turismo do município para elevação da cidade à categoria de estância turística¹. Foi nessa época que me interessei por gestão pública e suas vantagens para o desenvolvimento e crescimento de uma cidade. Terminada a faculdade em 2001, e defendida com mérito minha monografia sobre o desenvolvimento do plano diretor de turismo para o município de Tupã, fui contratada pela prefeitura para exercer o cargo de assessora de assuntos turísticos, porque na época tramitava na Assembleia Legislativa o processo para a obtenção do título de estância turística para o município de Tupã, que tinha como projeto principal minha monografia desenvolvida, conseguindo então o título de estância turística de Tupã no ano de 2003.

No ano de 2002 iniciei o mestrado de Cultura e Turismo na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus com parceria da Universidade Federal da Bahia

¹ Estância é a nomenclatura no estado de São Paulo, decorrente da lei estadual n. 10.426/71, que através do fundo de melhorias das estâncias, tem dotações orçamentárias para desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza.

(UFBA), nos anos de 2002 a 2004, que tive o privilégio de ser bolsista CAPES. O mestrado tinha seu enfoque multidisciplinar, o que me proporcionou uma linha de conhecimento vasta na área de cultura e turismo, sendo dois anos e seis meses de muita dedicação e pesquisa, buscando o conhecimento e o espírito investigador acadêmico que, com a ajuda do meu orientador e professor o economista Dr. José Roberto de Lima Andrade, pudemos realizar um trabalho sobre atrativos históricos e culturais e demanda por turismo doméstico no Brasil.

A partir do título de mestre (2004), iniciei a área acadêmica como docente em instituições de ensino, mas foi em 2005 que aceitei o convite para ser Secretária Municipal de Cultura e Turismo da Estância Turística de Tupã. No momento tinha pretensões de seguir a carreira acadêmica com um futuro doutorado, mas sabia que aquela era uma oportunidade de conhecer a prática da gestão pública num cargo de primeiro escalão, ou seja, era mais que isso, era colocar em prática tudo que tinha estudado e planejado no plano diretor de turismo do município de Tupã.

O primeiro ano de gestão foi um ano de muita dificuldade por não conhecer a prática da gestão pública, suas leis, decretos, formulários que são próprios dos órgãos municipais, estaduais e federais, que nem sempre a área acadêmica traz o conhecimento da realidade do cotidiano. Permaneci como secretária municipal de Cultura e Turismo nos anos de 2005 a 2012, nas duas gestões do então prefeito da época, conseguindo realizar diversos trabalhos na área de turismo. Tupã é uma cidade de pequeno porte no interior do estado de São Paulo, tendo como foco principal o turismo por atrativos culturais, como por exemplo, o maior acervo cultural indígena do Estado. Além de implantar o turismo de eventos, a Secretaria de Cultura e Turismo implantou diversos projetos voltados à longo prazo, como a cartilha turística, o projeto de ação de envolvimento e interesse turístico, o projeto circuito caminhos da Letônia, entre outros.

Após esses anos exercendo atividades de gerência, principalmente ligadas ao projeto de políticas públicas, percebi que esta atividade é diretamente relacionada a questões de gestão, não somente técnica, mas dos recursos humanos e da capacidade de tomar decisões e controlar suas implementações. Isto me levou a um

interesse particular na área de Administração, para que realmente eu pudesse ter o conhecimento de gestão, políticas públicas e o turismo. Concomitantemente, com o cargo de secretária municipal iniciei o curso de bacharelado em administração nas faculdades FACCAT de Tupã (2009 - 2012), e realizei o curso de especialização em Administração de Marketing e Propaganda na Universidade Estadual de Londrina – UEL (2010- 2011). Durante minha trajetória também passei no concurso para professor de administração da ETC de Tupã, professor substituto de turismo da UNESP/ROSANA, professor efetivo da UEPG, e para o cargo efetivo de turismóloga da prefeitura de Tupã, que por motivos pessoais atuo até o momento.

Como turismóloga efetiva da Estância Turística de Tupã, tive a oportunidade de me relacionar com vários prefeitos e ter o conhecimento das gestões estaduais de turismo no estado de São Paulo, o que me impulsionou a estudar e compreender a política pública de turismo no Estado relacionado às estâncias paulistas. Desde então, fui aprofundando-me nos estudos das políticas públicas e no turismo, na percepção e no entendimento do setor e sua aplicabilidade na gestão pública, na busca constante da compreensão da teoria com a prática permitida.

Em 2017 tive a grata satisfação de iniciar o doutorado em administração na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), que com o aprendizado em sala de aula, orientações e muito estudo iniciei minha pesquisa de doutorado em políticas públicas de turismo.

*Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão
são algumas exigências para o desenvolvimento de um trabalho criterioso,
baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade.
(Mirian Goldenberg)*

*As pessoas costumam dizer que a motivação não dura muito.
Um banho também não.
Por isso recomenda-se que os dois sejam diários.
(Zig Ziglar)*

RESUMO

O estado de São Paulo apresenta uma política pública de turismo diferenciada perante os demais estados brasileiros. Os municípios decretados estâncias turísticas recebem recursos financeiros do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) para realização de pleitos direcionados para programas de infraestrutura, urbanização, preservação ambiental com o objetivo de fomentar o turismo do Estado. Em 2015 o Estado apresentou uma legislação que dispõe sobre as novas condições de classificação para as estâncias turísticas no Estado. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo geral propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261/2015, pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018. Vinculados ao objetivo geral foram definidos os objetivos específicos de verificar as ações voltadas para as políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo; averiguar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2018; elencar as obras finalizadas e não finalizadas com os recursos do DADETUR no período de 2015 a 2018; e, analisar a importância que os gestores públicos atribuem ao conhecimento do turismo. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva com análise interpretativa. Integra o estudo uma investigação dos pleitos realizados nas 70 estâncias paulistas direcionados para o turismo no período de 2015 a 2019. Por meio dos instrumentos de triangulação de análises da coleta de dados e da técnica de análise de Bardin (2016), a tese conseguiu responder aos objetivos do estudo, embasada na pesquisa documental, nas entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 participantes selecionados, e na observação do pesquisador. Para melhor compreensão, os dados foram agrupados em duas linhas estruturais com categorias de análise. Nos resultados dos pleitos emergiram as categorias de obras finalizadas, obras em andamento e obras não iniciadas, além das subcategorias denominadas de - infraestrutura de acesso; - infraestrutura básica urbana; - infraestrutura turística; - infraestrutura de apoio; - atrativo natural; e, - atrativo cultural. Na análise das entrevistas dos selecionados surgiu às categorias: pleitos para o DADETUR e ranqueamento. Os resultados evidenciam que apesar da política pública de turismo estar direcionada para obras que fomentam o turismo, a maioria dos pleitos não está focado na atratividade turística do Estado. Assim, atingiu-se o objetivo de propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015. O modelo é pautado na conjunção de combinação dos elementos de análise da legislação de 2015, no modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo e nos requisitos elencados. Considera-se que o modelo de critérios possa contribuir com as ações da política pública de turismo do Estado de São Paulo, além de servir de reflexão e análise para gestores e pesquisadores de políticas públicas de turismo.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Estâncias Turísticas. Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The state of São Paulo presents a differentiated public tourism policy vis-à-vis other Brazilian states. The municipalities declared tourist resorts receive financial resources from the Department of Support for the Development of Tourist Municipalities (DADETUR) to carry out claims directed to infrastructure programs, urbanization, environmental preservation in order to foster state tourism. In 2015 the state introduced legislation that provides for the new classification conditions for tourist resorts in the state. In this context, the research aims to propose a model of criteria for the regulation of the new law No. 1.261 / 2015, based on tourism development, taking as reference the application of resources from DADETUR in the period from 2015 to 2018. The general objective was to define the specific objectives of verifying the actions directed to the public tourism policies of the State of São Paulo; to verify the claims / works coming from DADETUR's resources in the period from 2015 to 2018; list completed and unfinished works with DADETUR resources from 2015 to 2018; and analyze the importance that public managers attach to tourism knowledge. Regarding the methodology, the research is qualitative, with exploratory and descriptive approach with interpretative analysis. The study integrates an investigation of the claims made in the 70 resorts in São Paulo directed to tourism from 2015 to 2019. Through the data collection analysis triangulation instruments and Bardin's analysis technique (2016), the thesis was able to respond to the study objectives, based on documentary research, semi-structured interviews with 13 selected participants, and observation of researcher. For better understanding, the data were grouped into two structural lines with analysis categories. In the results of the claims emerged the categories of completed works, works in progress and works not started, in addition to the subcategories called - access infrastructure; - basic urban infrastructure; - tourist infrastructure; - support infrastructure; - natural attractiveness; and, - cultural appeal. In the analysis of the interviews of the selected ones emerged the categories: claims for DADETUR and ranking. The results show that although tourism public policy is directed to works that promote tourism, most of the claims are not focused on the tourist attractiveness of the state. Thus, the objective of proper was reached a model of criteria for the regulation of the new law No. 1.261 of 2015. The model is based on the combination of elements of analysis of the legislation of 2015, in the stepped model of categories of inductive claims. tourism and the listed requirements. It is considered that the model of criteria can contribute to the actions of the public tourism policy of the State of São Paulo, besides serving as reflection and analysis for managers and researchers of public tourism policies.

Keywords: Tourism. Public policy. Tourist Resorts. State of São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de fases da Revisão Bibliográfica Sistemática	43
Figura 2 - Arcabouço teórico com o estado da arte.....	74
Figura 3 - Modelo de produção do conhecimento em turismo de Jafari (2005).....	79
Figura 4 - Relações epistemológicas	85
Figura 5 - Modelo do sistema turístico de Leiper.....	87
Figura 6 - Modelo do sistema turístico de Boullón.....	89
Figura 7 - Sistema de turismo - SISTUR modelo referencial de Beni.....	91
Figura 8 - Modelo ecossistêmico do turismo	94
Figura 9 - Etapas no processo de implementação de uma política pública	99
Figura 10 - Esquema para o planejamento integral do turismo	110
Figura 11 - Etapas para classificação de estância até o ano de 2015	151
Figura 12 - Classificação das Estâncias no Estado de São Paulo	155
Figura 13 - Critérios para classificação de Municípios de Interesse Turístico	161
Figura 14 - Distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos.....	172
Figura 15 - Etapas para formulação de convênios com o DADETUR	175
Figura 16 - Mapa do Estado de São Paulo com as 70 Estâncias Turísticas e os 140 Municípios de Interesse Turístico.....	177
Figura 17 - Principais fatos regulatórios para a política pública de turismo de Estância no Estado	179
Figura 18 - Processo da pesquisa qualitativa.....	184
Figura 19 - Essência da amostragem qualitativa.....	187
Figura 20 - Universo e amostra da pesquisa.....	188
Figura 21 - Procedimento da análise para seleção dos pleitos	206
Figura 22 - Valores publicados e conveniados das estâncias	208
Figura 23 - Nuvem de palavras da categoria de obras finalizadas.....	217

Figura 24 - Nuvem de palavras da categoria de obras em andamentos	223
Figura 25- Nuvem de palavras da categoria de obras não iniciadas.....	227
Figura 26 - Quantidades de obras por categoria	228
Figura 27 – Totalidade de obras por subcategorias	230
Figura 28 - Conceituações e implicações na definição do modelo de critérios	258
Figura 29 - Modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo	260
Figura 30 - Modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas.....	266

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos estudos de políticas públicas de turismo no Brasil	53
Gráfico 2 - Instituição dos autores dos artigos analisados	55
Gráfico 3 - Autores mais referenciados na pesquisa bibliométrica	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimento da pesquisa bibliométrica.....	44
Quadro 2 – Resultados dos descritores nos eventos do ANPAD 2006-2018.....	46
Quadro 3 - Artigos selecionados para análise das bases de dados Scielo, Scopus, Web of Science e ANPAD	50
Quadro 4 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos dos eventos da ANPAD	58
Quadro 5 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos da base de dados Scielo.....	63
Quadro 6 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos da base de dados Scopus e Web of Science	66
Quadro 7 - Resumo dos principais autores selecionados sobre o conceito de turismo	82
Quadro 8 - Segmentação de Infraestrutura turística	83
Quadro 9 - Resumo dos constructos dos modelos de sistema turístico da pesquisa	95
Quadro 10 - Comparação dos conceitos de Políticas Públicas	97
Quadro 11 - Principais constructos de políticas públicas e políticas públicas de turismo elencados na pesquisa	103
Quadro 12 - Diferenças entre política e planejamento turístico.....	106
Quadro 13 - Principais constructos de planejamento e políticas públicas de turismo elencados na pesquisa.....	111
Quadro 14 – Primeiras legislações que influenciam o início do turismo no Brasil (1930 a 1966)	116
Quadro 15 - Legislações que influenciam o turismo no Brasil - 1966 a 1988.....	121
Quadro 16 - Fatos regulatórios da gestão de turismo no período de 1991 a 2018 ..	127
Quadro 17 - Principais ações que influenciaram o turismo no Brasil (2000-2019) ..	131
Quadro 18 - Fatos regulatórios do turismo no Estado de São Paulo	140
Quadro 19 - Requisitos para ser uma estância	147

Quadro 20 - Relação dos municípios decretados estâncias no Estado de São Paulo por ordem cronológica.....	152
Quadro 21 - Regulamentação para a criação das Estâncias no Estado de São Paulo até o ano de 2018	157
Quadro 22 - Municípios de Interesse Turístico (MIT)	162
Quadro 23 - Regulamentação para a criação do Fundo de Melhoria dos Municípios Turístico no Estado de São Paulo	168
Quadro 24 - Diferentes níveis de definição da pesquisa	182
Quadro 25 - Participantes da pesquisa	189
Quadro 26 - Coleta dos dados de análise documental.....	192
Quadro 27 - Dados das entrevistas efetuadas	194
Quadro 28 - Categorias e subcategorias de análise dos pleitos	199
Quadro 29 - Categorias e subcategoria de análise para as entrevistas	200
Quadro 30 - Matriz metodológica da pesquisa	203
Quadro 31 - Obras finalizadas x obras totais no período da pesquisa	211
Quadro 32 - Obras em andamentos x obras totais no período da pesquisa	220
Quadro 33 - Obras não iniciada x obras totais no período da pesquisa	225
Quadro 34 - Participantes técnicos e políticos	233
Quadro 35 - Verbalização dos sujeitos na concepção de estâncias atrelados a atrativo.....	234
Quadro 36 - Repetição das palavras pavimentação, recapeamento, revitalização urbana e iluminação nos sujeitos da pesquisa	237
Quadro 37 - Verbalização dos gestores técnicos sobre o uso dos recursos do DADETUR.....	239
Quadro 38 - Pontos fortes e fracos da categoria – pleitos para o DADETUR	242
Quadro 39 - Verbalização dos gestores técnicos sobre a falta da gestão dos convênios	249
Quadro 40 - Pontos fortes e fracos dos entrevistados na categoria – ranqueamento	252

Quadro 41 - Requisitos para a regulamentação do ranqueamento das estâncias ..263

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Intenção de viajar dos brasileiros	29
Tabela 2 - Resultados dos descritores de busca na base de dados selecionados ...	45
Tabela 3 - Temas dos artigos encontrados nos resultados da pesquisa bibliométrica	47
Tabela 4 - Resultado para análise do portfólio bibliográfico	48
Tabela 5 - Revistas publicadas dos artigos selecionados	56
Tabela 6 – Principais obras nacionais referenciadas	71
Tabela 7 - Principais obras internacionais referenciadas	72
Tabela 8 - Categoria obras finalizadas por ano	211
Tabela 9 - Subcategorias das obras finalizadas	214
Tabela 10 – Distribuição das obras em andamentos	220
Tabela 11 - Subcategorias das obras em andamentos	221
Tabela 12 - Obras não iniciadas.....	224
Tabela 13 - Subcategorias das obras não iniciadas no período da pesquisa.....	226

LISTA E ABREVIATURAS DE SIGLAS

- ABNT** – Associação Nacional de Normas Técnicas
- AMITUR** - Associação Brasileira dos Municípios de Interesse Cultural e Turístico
- ANPAD** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
- ANPTUR** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
- APRECESP** - Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo
- ART** - Anotação de responsabilidade técnica
- BDI** - Benefícios e Despesas Indiretas
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB**- Banco do Nordeste
- CADASTUR** - Cadastro dos Prestadores de Serviços Turístico
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CETEST** - Companhia Ambiental do estado de São Paulo
- CNTur** - Conselho Nacional de Turismo
- COC** – Conselho de Orientação e Controle
- COMBRATUR** - Comissão Brasileira de Turismo
- COMTUR** - Conselho Municipal de Turismo
- CONDEPHAAT** - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
- CONFATESP** - Conselho das Faculdades de Turismo do Estado de São Paulo
- COTUR** - Coordenadoria de Turismo
- CPETUR** - Companhia Paulista de Eventos e Turismo
- CPOS** - Companhia Paulista de Obras e Serviços
- DADE** - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
- DADETUR** - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos
- DAEE** - Departamento de Águas e Energia Elétrica
- DER** - Departamento de Estradas de Rodagem
- DIP** - Departamento de Imprensa e Propaganda
- DREMU** - Declaração da Receita Tributária Própria Municipal
- EMA** - Encontro de *marketing* da ANPAD
- EMBRATUR** - Empresa Brasileira de Turismo

EnADI - Encontro de administração da informação
EnANPAD - Encontro da ANPAD
EnAPAD - Encontro de Administração Pública da ANPAD
EnEO - Encontro de estudos organizacionais
EnEPQ - Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade
EnGPR - Encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FINAN - Fundo de Investimento da Amazônia
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FISSET - Fundo de Investimento Setorial
FUMEST - Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias
FUMTUR - Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
MIT - Município de Interesse Turístico
OMT – Organização Mundial do Turismo
PDSRT - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística
PLANTUR - Plano Nacional de Turismo
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Política Nacional de Turismo
PPGA - Pós-Graduação Doutorado em Administração
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
RBS – Revisão Bibliográfica Sistemática
RINTUR - Roteiro de Informações Turísticas dos municípios
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIC – Sistema Integrado de Convênios
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
USP – Universidade do Estado de São Paulo
UFR - Universidade Federal do Paraná
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV - Universidade Federal de Viçosa

3ES - Encontro de Estudos de Estratégias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	27
1.1 Problema Da Pesquisa.....	35
1.2 Objetivos	36
1.3 Pressupostos.....	37
1.4 Justificativa.....	37
1.5 Estrutura da tese	40
2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS	42
2.1 O estado da arte de políticas públicas de turismo no Brasil.....	42
2.1.1 Análise dos artigos selecionados	49
2.2 Turismo e seus conceitos	74
2.2.1. Conceituação de turismo por meio da visão sistêmica de turismo	84
2.3 Políticas públicas e políticas públicas de turismo	96
2.3.1 Planejamento turístico e sua relação com as políticas públicas.....	104
2.4 Políticas públicas de turismo no Brasil.....	111
2.4.1 Primeiro período: início da regulamentação	113
2.4.2 Segundo período: marcado pelo início de uma Política Nacional de Turismo.....	118
2.4.3 Terceiro período: o Plano Nacional de Turismo e criação do Ministério do Turismo	122
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO	133
3.1 O percurso da estrutura administrativa das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo	133
3.2 A criação das estâncias no estado de São Paulo.....	143
3.3 Repasses dos recursos financeiros para as estâncias paulistas	164
4 METODOLOGIA	180
4.1 Posicionamentos da pesquisa	180
4.2 Etapas e o universo da pesquisa.....	185

4.3 Instrumentos da coleta de dados.....	189
4.3.1 Pesquisa documental.....	190
4.3.2 Entrevistas semiestruturadas.....	192
4.3.3 Observação.....	195
4.4 Análise dos dados.....	195
4.4.1 Categorização.....	197
4.5 Matriz metodológica da pesquisa.....	201
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	205
5.1 Análise e discussão dos pleitos das Estâncias.....	205
5.1.1 Categoria – Obras finalizadas.....	210
5.1.2 Categoria – Obras em andamentos.....	217
5.1.3 Categoria – Obras não iniciadas.....	223
5.2 Análise e discussão das entrevistas.....	232
5.2.1 Categoria: Pleitos para o DADETUR.....	233
5.2.2 Categoria: Ranqueamento.....	242
6 PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DO RANQUEAMENTO.....	254
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	269
7.1 Limitações da pesquisa.....	277
7.2 Contribuições da pesquisa.....	278
REFERÊNCIAS.....	280
WEBGRAFIA.....	294
Apêndices.....	300

1 INTRODUÇÃO

No turismo, independente do motivo da viagem, a maior parte do deslocamento das pessoas resulta em contato humano, experiências novas, conhecimentos sobre os costumes e hábitos locais. Por mais que o turista viaje para realizar as mais variadas formas de turismo e motivações, como o turismo rural, ecoturismo, turismo religioso, turismo de negócios, o indivíduo sempre realiza contato humano local. O turismo não é apenas um catalisador de renda, empregos, divisas, mas também uma fonte propulsora de conhecimento, resgate da riqueza cultural, histórica, por meio da preservação e conservação, como também fonte de desenvolvimento de recursos humanos, como atitudes, padrões de comportamentos e melhorias na sociedade como um todo no comportamento do conhecimento do “outro”.

Autores conceituam o turismo como um deslocamento de pessoas para outros locais que não seja o seu *habitat* natural, motivados pelos mais variados desejos que não seja uma remuneração financeira e, sim, um deslocamento de prazer, lazer e descanso (ACERENZA, 2002; BARRETO, 2003; BENI, 2019; BLANCO, 1990; BOLULLÓN, 2002; BURKART, MEDLIK, 1981; COOPER *et al.*, 2001; FUSTER, 1991; IGNARRA, 2013; JAFARI, 2005; LEIPER, 1979; MONTEJANO, 2001; OMT, 2001; PANOSSO NETTO, 2005; TRIBE, 2006).

No que se refere à conceituação de turismo, Serrano; Bruhns; Luchiarri (2001) descrevem que o turismo pode acontecer em qualquer lugar, que a partir da globalização com o acesso às informações, a melhora nos meios de comunicação e transportes, evidencia-se poucos lugares que não recebem turistas, sistematizando a conceituação do turismo com o efeito multiplicador desencadeado em todos os lugares por aqueles que praticam o turismo, e por aqueles que prestam serviços aos turistas. Na conceituação de Molina (2005) o turismo é o conjunto sistêmico de relações produzido pelo deslocamento e a estadia de pessoas fora de seu local de moradia, desde que esse deslocamento não seja motivado por nenhuma atividade com fins lucrativos. Para Beni (2001) o turismo se conceitua na teoria do sistema turístico que define que o turismo é um sistema aberto, no conjunto das relações

ambientais com o conjunto da organização estrutural e o conjunto das ações operacionais, com seus componentes básicos atuando em cada conjunto e na interação no sistema total.

O turismo é a definição da união da teoria e a prática das atividades correlacionadas com atração, serviços e satisfação do turista (MONTEJANO, 2001), com a intenção de prestar serviços às pessoas que dedicam seus tempos livres para viagens, nos mais variados motivos, exceto os convertidos em atividades lucrativas, demonstrando um complexo de atividades e fatores internos e externos correlacionados por um sistema turístico.

Para tanto, o turismo é o setor de serviços que mais cresce no mundo, e com os resultados aparentes os países estão mais investindo na atividade, transformando o turismo em um dos principais impulsionadores do desenvolvimento socioeconômico progressivo na criação de empregos, renda, desenvolvimento de infraestrutura. O turismo tem ostentado um crescimento praticamente ininterrupto ao longo do tempo, que apesar de todas as crises mundiais demonstra força e resiliência no setor. As chegadas de turistas internacionais no mundo aumentaram de 25 milhões em 1950 para 278 milhões em 1980, de 674 milhões em 2000 para 1186 milhões em 2015. Igualmente, a receita do turismo internacional obtida por destinos em todo o mundo cresceu de US \$ 2 bilhões em 1950 para US \$ 1.260 bilhões em 2015 (UNWTO, 2016), destacando o turismo com uma atuação promissora de geração de renda, emprego e divisas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) destaca que o turismo mundial vai crescer de 3% a 4% no ano de 2019, possibilitando um aumento significativo no cenário turístico, na qual o ano de 2018 registrou um apontamento de 6% a mais sobre o ano de 2017 de chegadas de turistas internacionais (BRASIL, 2019a). No Brasil o setor do turismo não é diferente, mostrando-se como uma atividade econômica em grande ascensão. Apesar de toda crise econômica vista no país, a atividade turística vem apresentando dados positivos, mostrando-se bastante otimista para o ano de 2019. Os resultados dos desembarques internacionais no Brasil mostraram um aumento de 9,38% em 2018, comparado com o ano de 2017, e

os desembarques domésticos apontaram um quadro satisfatório com 3,6% de aumento em relação ao ano de 2017 (BRASIL, 2019b).

Outro dado relevante é a intenção de viajar dos turistas, que cresceu 8% em setembro de 2017, analisando-se com o mesmo período no ano de 2016. Ainda assim, o Brasil em 2017 registrou um aumento de entrada de turistas de países próximos, como a Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, demonstrando um acréscimo de 11,5%; 11%; 11,4%; e, 10,6%, respectivamente em relação ao ano de 2016 (BRASIL, 2018b). Além das entradas dos turistas internacionais, verifica-se um aumento expressivo das viagens domésticas e da intenção de viajar dos brasileiros.

O estudo de sondagem do consumidor realizado pelo Ministério do Turismo em parceria com Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela que a intenção de viajar dos brasileiros cresceu 16,8% em 2017, comparado com o mesmo período do ano anterior. O estudo ainda sinaliza que os brasileiros estão manifestando um aumento das viagens domésticas dentro dos seus próprios estados, com uma elevação de 12,83% em 2017 comparada com o ano de 2016, demonstrando a importância da canalização dos esforços para a articulação das políticas públicas estaduais e regionais, conforme ilustra a Tabela 1 (BRASIL, 2019c).

Tabela 1 - Intenção de viajar dos brasileiros

Discriminação	%		
	jun/16	jun/17	Aumento
Intenção de Viagem			
Sim	19,7	23	16,8
Incerto	3,2	2,8	
Não	77,1	74,2	
Viagem dentro do País			
Dentro do Estado	26,5	29,9	12,83
Fora do Estado	73,5	70,1	

Fonte:Elaborada pela autora a partir de Brasil (2019c).

O turismo no Brasil é uma atividade em grande expansão, conforme demonstra os resultados econômicos dos últimos tempos através dos dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2019c). Para que a atividade turística tenha um avanço econômico, tecnológico e social é essencial que o poder público esteja engajado nos

procedimentos para o desenvolvimento e crescimento da atividade, e, para que essa participação aconteça é fundamental a relação da interface do poder público e da sociedade por meio das políticas públicas.

O jornal *online* da Universidade de São Paulo evidencia a importância das políticas públicas para o setor na visão do crescimento do turismo, ressaltando que os chineses são os maiores turistas que realizam viagens internacionais, e o Brasil recebe menos de 0,1% desse grupo, revelando uma grande fatia do mercado e a importância dos gestores e dos planejadores na eficácia das políticas públicas de turismo no Brasil (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017).

As políticas públicas são as ferramentas de direcionamento do turismo perante os gestores e a sociedade, na intervenção de soluções reais para o fomento da atividade, com participação dos atores públicos e não públicos no direcionamento e execução das políticas de turismo. May; Jochim (2013) salientam que a linha de atuação do governo é a de servir no gerenciamento das ações devidamente propostas pela própria comunidade. As políticas públicas de turismo são as ações que o governo decide ou não fazer, demandadas pela necessidade da comunidade, através de intervenções regulamentadas, no propósito do bem-estar coletivo no mais abrangente possível. Evidencia-se ainda a importância da população na participação das políticas públicas de turismo, pois é a comunidade que obtém a maior informação dos problemas enfrentados no dia a dia para o fomento do turismo (ALVARADO; MORENO; SILVA, 2017; CRUZ, 2001, 2016; DYE, 1992; MAGGIOLO; PEROZO MAGGIOLO, 2007; RUA, 2014; SARAVIA, 2006).

A realização de uma política pública deve ser pautada na necessidade do turismo interligado ao planejamento para que as bases teóricas do planejamento possam dar suporte no desenvolvimento e crescimento do turismo, resultando em um turismo sólido e fortalecido, com viés para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, fortalecendo a maximização dos recursos ambientais e culturais na minimização dos impactos irreversíveis ao local. O planejamento turístico deve estar associado ao desenvolvimento do local, deve proporcionar satisfação ao turista e ao cidadão, e ser planejado com a participação da comunidade (BENI, 2001, 2019;

COOPER *et al.*, 2001; CRUZ, 2016; DIAS, 2003; DWYER; KIM, 2003; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; HALL, 2001; MOLINA, 2005; RUSCHMANN, 2016).

Cruz (2016) salienta que o Estado é o maior incentivador de composição de políticas públicas, sendo o gerador e o conciliador dos conflitos referentes à população. No turismo, o Estado é o maior responsável pela materialização da conjuntura turística, como infraestrutura, saneamento básico, acessibilidade urbana, comunicação, incentivos financeiros, entre outros, sendo a maior entidade de formulação das políticas públicas emanadas por objetivos diversos para o fomento da atividade.

No Brasil, a política pública de turismo na esfera federal iniciou-se com os primeiros relatos em 1934, com o acordo de exposição de feiras de produtos. Em 1939 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é constituído a Divisão de Turismo com o objetivo de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Desde então, o turismo foi visto com um setor de atividades de pouca importância, passando por várias mudanças administrativas e regulatórias. Mas é em 1966, com o decreto-lei nº 55, que o país dá um passo marcante na construção do turismo, com a definição de uma Política Nacional de Turismo, a criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), passando posteriormente por diversas alterações, adequações e transformações.

Desde 2003, o Ministério do Turismo é o órgão governamental federal que desenvolve políticas públicas de turismo para que as ações possam alavancar o desenvolvimento do setor no país. O Ministério do Turismo vem realizando programas de cunho técnico e político com o objetivo de uma gestão descentralizada, baseado em políticas públicas voltadas para o planejamento estratégico e participativo, com a finalidade do crescimento e fortalecimento do turismo, por meio de diretrizes no fortalecimento dos programas de regionalização pautado na descentralização, melhoria da qualidade e da competitividade dos produtos turísticos, promoção alicerçada na sustentabilidade, melhoria da infraestrutura e do setor de investimentos turísticos, ampliação das pesquisas da atividade, padronização dos indicadores de monitoramento do turismo,

desenvolvimento de políticas de turismo responsável nos níveis estadual, regional e municipal, estímulo de eventos geradores de fluxo turístico, entre outros (BRASIL, 2018a).

Assim como o governo federal, a regulamentação do turismo no estado de São Paulo não foi diferente, visto pela primeira vez no ano de 1965, com a criação de uma secretaria de Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo e do Conselho Estadual de Turismo. Desde então, passou por várias transformações, adequações e regulamentações até sua criação como Secretaria Estadual de Turismo no ano de 2011. Todavia, na década de 1970 o Estado oficializa, disciplina e regulamenta a criação dos municípios estâncias com a composição de um Fundo de Melhoria às Estâncias, fomentando a principal política pública de turismo do estado de São de Paulo.

As estâncias são consideradas municípios com atrações de recursos naturais, culturais, históricos, religiosos, paisagísticos, que fomentam o crescimento e o desenvolvimento turístico do local (AULICINO, 2001; FINO; QUEIROZ, 2012; RAIMUNDO *et al.*, 2010). São criadas por projetos de lei com o objetivo de estimular o turismo, por meio dos recursos financeiros recebidos pelo Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos² (FUMTUR), do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza existentes no território do Estado de São Paulo.

Desde a criação das primeiras Estâncias, o Governo do Estado de São Paulo vem contribuindo para o desenvolvimento do turismo local, com a distribuição dos recursos do FUMTUR para os 70 municípios classificados como estâncias climáticas, balneárias, hidrominerais e turísticas. Os recursos repassados aos municípios classificados são os repasses de verbas de dotação orçamentária anual

²Asigla FUMTUR na pesquisa refere-se sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do estado de São Paulo, e não sobre Fundo Municipal de Turismo.

correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizado pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais (SÃO PAULO, 2016). Os repasses são apenas para a execução, implantação e reformas de obras de infraestrutura com valor turístico, e, são distribuídos de acordo com as arrecadações municipais, sendo diferenciados para cada estância.

Durante muitos anos, muitas cidades foram decretadas estâncias, que apesar de passarem por aprovação pela Assembleia Legislativa e os requisitos da lei, o governador tinha o poder do decreto. Nessa conjuntura, a composição de projetos de lei para a titulação de estâncias aumentava a passos largos, o que proporcionou melhoria na legislação passando por várias mudanças construtivas e técnicas.

O estado de São Paulo tem 645 municípios, dos quais apenas 70 cidades são consideradas estâncias, que a partir da nova legislação de 2015 e 2016 os municípios terão que se adequar às novas exigências. O atual projeto Estadual de lei nº 1.261 de 29 de abril de 2015 e o denº 16.283 de 15 de julho de 2016 estabelecem condições e requisitos novos para a permanência da classificação das estâncias, como a mudança na denominação para estâncias turísticas, exigências de um plano diretor de turismo atualizado e revisado a cada três anos, estudos de demanda, criação de conselhos municipais de turismo deliberativos, e a nova categoria denominada de Municípios de Interesse Turístico³ (MIT), com a criação de 140 cidades.

As novas legislações buscam estabelecer requisitos para a consolidação e permanência das estâncias na distribuição dos recursos disponíveis para os programas de infraestrutura e melhoria, como também a nova categoria de município de interesse turístico, que visa o fortalecimento do turismo e uma competição entre as cidades nomeadas estâncias, e os denominados municípios de interesse turístico, que se diferenciam pelo montante dos recursos recebidos para

³ A nomenclatura MIT refere-se exclusivamente a Municípios de Interesse Turístico, denominados e decretados pela lei nº 1.261/2015 no estado de São Paulo.

aplicação do turismo. Com a nova legislação, o estado de São Paulo terá 70 estâncias turísticas e 140 municípios de interesse turístico que, somando, resultam em 210 municípios fomentando, por meio dos recursos diretos do FUMTUR o crescimento do turismo no Estado.

A lei de 2016 prevê nova repartição do Fundo de Melhoria aos Municípios Turísticos, contemplando os maiores recursos financeiros para as 70 estâncias e, os menores para os 140 Municípios de Interesse Turístico, de acordo com as exigências estabelecidas na legislação. Ainda assim, a nova lei garante que, após a regulamentação que não ocorreu até o presente da pesquisa, as estâncias passarão por uma rotatividade a cada três anos, na qual as três estâncias que apresentarem as piores pontuações definidas pela regulamentação serão condicionadas à titulação de Municípios de Interesse Turístico, passando a receber recursos de menor valor. Já os três Municípios de Interesse Turístico que forem classificados com as maiores pontuações, passarão a ser estâncias turísticas, usufruindo toda atribuição orçamentária legal (SÃO PAULO, 2015a).

No entanto, verifica-se que poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como estâncias turísticas, promovendo a capacidade de desenvolver o turismo local e regional. Para essa atuação, pensar na profissionalização da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas voltadas para o crescimento do setor, nos remete a uma realidade atual, visto que muitas das obras de infraestrutura turísticas realizadas nas estâncias no Estado não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo, e muitas ainda nem conseguiram sair do papel.

É preciso lembrar que a legislação atual é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as estâncias paulistas, porém, falha nos critérios e nos instrumentos legais apresentados, sem definição clara da interação desses municípios no desenvolvimento e crescimento do turismo no Estado (RAIMUNDO *et al.*, 2010), favorecendo o turismo local e regional.

Ressalta-se ainda que é necessário melhorar essas legislações, enfatizando a importância das obras turísticas para o desenvolvimento sustentável, nas quais o turismo só será bom para o turista quando primeiramente for benéfico à população local. A atividade turística nem sempre está cercada de uma gestão capacitada, revelando profissionais atuando em empresas turísticas, organizações da sociedade civil e em órgãos públicos, com uma grande fragilidade em relação aos conhecimentos técnicos e teóricos da atividade turística sustentável (SOLHA, 2004).

Vale ressaltar que não são instrumentos de política econômica que por si só viabilizarão o crescimento do mercado de turismo no interior do estado de São Paulo. Prioridades estratégicas de execução de políticas públicas na área de turismo ligadas a infraestrutura adequada, capacitação de mão de obra, *marketing*, legislação turística, sistema de informações gerenciais e implantação de mecanismos de fomento a atividade, diagnosticados em um amplo fórum de discussão com atores públicos e não públicos devem servir de parâmetro para a atuação da política pública de turismo.

1.1 Problema Da Pesquisa

Toda pesquisa deve ter a concepção de um problema, que na maior parte das vezes é proveniente de resultados da experiência e/ou vivência do pesquisador, como contribuição de benefícios futuros ao campo do conhecimento e estudos sobre o tema pesquisado (GABRIEL, 2014).

Aos olhos da classe política, a caracterização para uma estância tem sido mais focada nos poderes econômicos providos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), do que no desenvolvimento que o turismo proporciona no local e na região. Muitos prefeitos e secretários municipais de turismo estão atuando nas estâncias apenas em obras que dão visibilidade imediata, voltadas para infraestrutura ou grandes projetos denominados “elefantes brancos”, que não trazem o real desenvolvimento do turismo. Isso leva a um desafio central, que é a necessidade da profissionalização das gestões das obras de infraestrutura implantadas com os recursos do

DADETUR, para a formulação e execução de políticas públicas no setor do turismo focando, o desenvolvimento e crescimento da atividade.

Fomenta-se que a maioria das obras provenientes do DADETUR não corresponde aos objetivos da principal política pública de turismo do Estado de São Paulo, que é difundir o turismo do Estado. Com o futuro da regulamentação da nova legislação de 2015 e 2016, torna-se crucial o entendimento dos pleitos para o andamento dos projetos futuros. Nesse contexto, enfatiza-se a ideia da investigação do estudo no conhecimento da aplicação dos recursos do DADETUR nos municípios estâncias. Partindo-se desse pressuposto, a presente pesquisa reúne a seguinte questão norteadora:

Diante da regulamentação dos pleitos futuros, como gerenciar as políticas públicas de turismo provenientes do DADETUR para o desenvolvimento do turismo perante a nova lei nº 1.2161/2015?

1.2 Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, com o objetivo validar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018.

No que tange aos objetivos específicos o estudo pretende:

- a) Verificar as ações voltadas para as políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo;
- b) Averiguar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2018;
- c) Elencar as obras finalizadas e não finalizadas com os recursos do DADETUR no período de 2015 a 2018;
- d) Analisar a importância que os gestores públicos atribuem ao conhecimento do turismo.

1.3 Pressupostos

Sampieriet *al.* (2013) salientam que na pesquisa qualitativa as hipóteses devem ser formuladas como proposições, e são formuladas no decorrer da pesquisa. Os autores descrevem que durante o estudo, o pesquisador vai coletando informações que podem ser modificadas durante a pesquisa, não precisam ser testadas estatisticamente, sendo flexíveis, e contextuais. Para tanto, a pesquisa apresenta os seguintes pressupostos:

- O Estado tem um papel fundamental no direcionamento e no crescimento do turismo (Aulicino, 2001), norteando ações que possam alavancar o desenvolvimento da atividade. Acredita-se que muitos projetos executados pelas prefeituras das estâncias turísticas não tenham direcionamentos turísticos, sendo pleitos vagos como pavimentação, construção de praças, reforma de conchas acústicas, entre outros. Pressupõe-se que os projetos realizados pelos recursos do DADETUR não estão tendo destinação em obras voltadas à área turística;
- O Estado de São Paulo aborda uma política pública de turismo de modelo inovador e único perante os outros estados brasileiros (GALVÃO, 2018), com distribuição de recursos financeiros para alavancar o turismo paulista. Pressupõe-se que a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do interior paulista.

1.4 Justificativa

Inicialmente, destaca-se o interesse do autor pelo tema da pesquisa, visto que durante toda sua trajetória profissional trabalhou com políticas públicas de turismo no estado de São Paulo. Nesse período, vivenciou muitas contextualizações do fomento do turismo perante os gestores públicos das prefeituras dos municípios paulistas, evidenciando a falta de preparo profissional e de gestão dos gestores municipais para a aplicação dos recursos financeiros providos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do DADETUR. Nessa linha de pensamento, percebe-se a

necessidade de estudos sobre a aplicação desses recursos financeiros que já acontecem há mais de décadas, destacando que os incentivos financeiros destinados as estâncias é a principal política pública de turismo do estado de São Paulo.

Apesar dos estudos, são poucas as pesquisas sobre a temática das estânciasturísticas paulistas com políticas públicas de turismo, destacando-se as obras, dissertações e artigos encontrados de Araújo (2016), Aulicino (1994, 1991), Brocchi; Solha (2008), Fino; Queiroz (2012), Fonseca (2009), Galvão (2018), Herzer (2017), Juliano (2015), Raimundo *et al.* (2010), Solha *et al.*(2010),que evidenciam alguns impactos e benefícios nos municípios titulados estâncias, a cronologia das estâncias turísticas, a importância do bacharel de turismo para as estâncias, e a importância da nova legislação de 2015. Todavia, estudos da aplicação dos recursos do FUMTUR do DADETUR não são observados nas pesquisas encontradas.

Considera-se o pensamento de Malta *et al.* (2019), enfatizando que no Brasil a dificuldade encontrada nas pesquisas são as constatações da aplicação das legislações das políticas públicas que acercam o desenvolvimento do turismo, que apesar de sobressair o respeito com o desenvolvimento econômico, social e cultural, e a participação com os atores públicos e privados envolvidos do setor, o maior obstáculo está no uso dos métodos para se conseguir avaliar as políticas públicas de turismo, o que não é tão simples e precisa ser ampliado, verificando-se se existe uma relação direta na intervenção do Governo, e quais os impactos que isso proporciona.

Acredita-se que a maior dificuldade de se analisar as políticas públicas de turismo do Estado relacionado às estâncias está na verificação e divulgação dos fatos, motivo este de a Secretaria Estadual de Turismo ter passados por vários comandos de secretários, sem conhecimento técnico turístico e sem continuidade dos projetos e dos profissionais, na qual só no ano de 2017 e 2018 foram nomeados quatro secretáriosestaduaispara a pasta de turismo (SÃO PAULO, 2018a). O que se percebe são pessoas ligadas aos partidos políticos, amigos, familiares, interesses políticos, implicando na impermanência na ocupação destes cargos.

A população não pode ficar à margem dos programas de desenvolvimento do turismo das Estâncias Paulistas como objetos, salientando que o turismo oferece diversas vertentes de desenvolvimento, como troca cultural, qualidade de vida, empregabilidade, qualificação, inclusão social, entre outros. Nessa perspectiva, mapear, diagnosticar e analisar a aplicação dos recursos do FUMUR do DADETUR na gestão das políticas públicas de turismo das estâncias turísticas possibilita identificar como os atores políticos estão atuando para o desenvolvimento do setor no Estado.

Outro ponto relevante da pesquisa é que além dos dados obtidos, pretende-se promover resultados para futuros diálogos entre os pesquisadores, profissionais de turismo e agentes públicos, buscando a integração e a real dimensão das aplicações orçamentárias do DADETUR, de modo a proporcionar novas (re)construções, (re)leituras e compreensão da política pública de turismo do Estado.

Apesar da falta da regulamentação da nova legislação, cabe aos gestores do turismo nos municípios paulistas se adequar às novas legislações, saindo do amadorismo e alcançando ares que fortaleçam o crescimento da atividade, garantindo políticas públicas que envolvam todos os atores do processo turístico, direcionado no planejamento das necessidades e peculiaridades de cada município. Considera-se que, apesar da teoria das legislações serem bem redigidas, a prática depende do esforço dos gestores públicos municipais na preocupação, não só de seguir a lei, mas também de refletir no desenvolvimento sustentável do turismo na aplicação dos pleitos.

Nesse contexto, justifica-se a importância do estudo da gestão das políticas públicas de turismo nas Estâncias Turísticas Paulistas vinculadas a investigação da linha de pesquisa “Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais” do curso de Pós-Graduação Doutorado em Administração (PPGA), da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), voltado para o olhar

da compreensão da aplicação do dinheiro público no suposto desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo.

1.5 Estrutura da tese

Para a compreensão do leitor, a pesquisa está estruturada em 6 capítulos abordando os estudos para a busca dos objetivos propostos, composto de:

- Capítulo 1 - traz a contextualização do tema, o problema a ser resolvidos, os objetivos da pesquisa, os pressupostos e a justificativa do tema estudado.
- Capítulo 2 - evidencia o estado da arte das políticas públicas de turismo no Brasil, além da conceituação de turismo, políticas públicas, políticas públicas de turismo, e, a importância do planejamento para as políticas públicas. O capítulo também aborda as políticas públicas de turismo no Brasil com suas legislações e especificações, em uma visão cronológica distribuída em três períodos de regulamentações.
- Capítulo 3 - inicia-se o estudo do tema da pesquisa, abordando as políticas públicas de turismo do estado de São Paulo. No capítulo observa-se o percurso da estrutura administrativa das políticas públicas de turismo no Estado, a criação das estâncias turísticas e os repasses do governo estadual para o desenvolvimento do turismo, fomentando a compreensão do leitor para as análises posteriores.
- Capítulo 4 - o capítulo demonstra toda a estrutura metodológica aplicada na pesquisa, com os detalhes de informações para a busca dos resultados pretendidos.
- Capítulo 5 - o capítulo relata a pesquisa das obras do DADETUR, demonstra a análise e discussão dos resultados compostos pela pesquisa documental, entrevistas realizadas e a observação direta do pesquisador.
- Capítulo 6 – a seção traz o modelo de critérios para a regulamentação do ranqueamento das estâncias turísticas, pautado na análise da disposição da legislação nº 1.261/2015, no modelo escalonado de pleitos indutores de turismo e nos requisitos elencados na pesquisa.
- Capítulo 7 – esta seção apresenta as considerações que o autor chegou a partir do estudo, além das limitações encontradas no decorrer da pesquisa e

as e contribuições da pesquisa.

- Após os capítulos seguem-se as referências e os apêndices.

2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atividade turística revela-se em um cenário promissor dentro dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, movimentando setores da economia de grande impacto positivo no desenvolvimento de uma localidade. Para isso, frisa-se o entendimento do turismo e sua interação na aplicabilidade das políticas públicas, focando o planejamento e a inserção da comunidade nas diretrizes de uma política pública de turismo eficiente com eficácia.

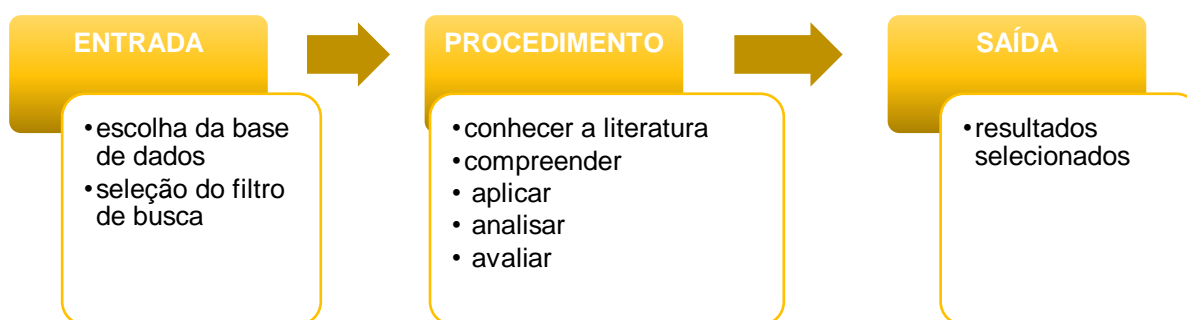
No presente capítulo, busca-se analisar o cenário dos estudos científicos sobre o tema turismo e políticas públicas no Brasil, na compreensão do “estado da arte”, além de conceituar turismo, políticas públicas de turismo, planejamento turístico e contextualizar a trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil ao longo dos anos.

2.1 O estado da arte de políticas públicas de turismo no Brasil

A análise dos estudos da relação das políticas públicas de turismo no Brasil torna-se indispensável para que se possa avaliar a intenção dessas pesquisas na identificação de autores, obras, dados métricos, objetivos de pesquisa, entre outros, no sentido de se conseguir dados para compreender os resultados significativos da relação da importância do turismo e das políticas públicas para o fortalecimento do setor no Brasil. Observa-se que o estudo sobre as políticas públicas de turismo no Brasil ainda é muito incipiente, e com o intuito de contribuir para o estado do conhecimento sobre o assunto políticas públicas de turismo no Brasil, esse seção levantou a produção acadêmica de artigos científicos referentes ao tema turismo e políticas públicas no período de 2006 a 2018, por meio de um estudo bibliométrico usando a técnica da revisão bibliográfica sistemática (RBS), pautado no banco de base nacional e internacional, além de anais de eventos de referência na administração.

A técnica da revisão bibliográfica sistemática (RBS) tem como função avaliar um conjunto de publicações científicas com o objetivo de melhorar a compreensão dos resultados e descobrir o que está sendo produzido sobre o tema pesquisado, ou seja, o estado da arte do assunto. A RBS deve seguir o processo de entrada (escolha dos dados e filtro de busca), procedimentos (conhecer a literatura, compreender, aplicar, analisar e avaliar), e as saídas, para que a condução da revisão bibliométrica seja formada por critérios bem definidos para que os resultados sejam os melhores possíveis (LEVY; ELLIS (2006)), conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Modelo de fases da Revisão Bibliográfica Sistemática



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Levy; Ellis (2006).

Levy; Ellis (2006) denominam que a entrada são as ferramentas cruciais para o andamento da pesquisa bibliométrica, porque essa etapa é composta pelos delineamentos que irão subsidiar todo o contexto dos resultados de uma pesquisa bibliométrica. Corroborando, Conforto; Amaral; Silva (2011) descrevem que a entrada para a pesquisa RBS é composta pelo problema, objetivo, fontes primárias, *string* de busca, critérios de inclusão e qualificação, métodos e o cronograma, para que o procedimento de análise seja claro no percurso da consolidação dos resultados esperados.

Após a compreensão dos procedimentos metodológicos escolhidos para a análise bibliométrica, é necessário apresentar as etapas da seleção dos artigos. Seguida da escolha do período de 2006 a 2018, o banco de base foi selecionado por meio da quantidade e qualidade de suas publicações através do “meta buscador” do portal de periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no período de 10 de dezembro a 10 de janeiro de 2019. As bases de

dados foram selecionadas nos critérios: base nacional, internacional e eventos de grande porte da área de administração. Escolheu-se a base nacional *Scielo* que tem como objetivo fortalecer a qualidade científica da coleção *Scielo* Brasil, de acordo com os padrões internacionais de publicações de qualidade, com mais de 700.000 artigos. Quanto à base de busca internacional, adotou-se a base *Scopus* e a *Web of Science*, por apresentarem as maiores publicações em números de revistas qualificadas no meio científico. Além da busca de base do portal de periódicos da Capes, realizou-se também a pesquisa nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), por ser o maior evento com publicações científicas na área de administração no Brasil, e pela pesquisa estar relacionada à área de doutoramento em administração. O Quadro 1 ilustra os procedimentos selecionados para a categorização da pesquisa proposta nessa seção.

Quadro 1 - Procedimento da pesquisa bibliométrica

Problema	Qual a conjuntura da produção científica sobre o tema "turismo" e "políticas públicas" e "Brasil"
Objetivos	Realizar uma pesquisa bibliométrica do tema "turismo" e "políticas públicas" e "Brasil" no período de 2006-2018
Fontes primárias	Escolha das palavras de busca e das bases de busca
Strings/descriptores de busca	Conteúdo nas bases nacionais: "turismo" AND "políticas públicas" AND "Brasil". Conteúdo na base de dados internacional: "tourism" AND "public policy" AND "Brazil"
Critérios de inclusão	Período de todos de 2006 a 2018. Idioma: todos dos períodos. A busca é realizada pelo: portal periódico da CAPES no banco de base: nacional Scielo, internacional Scopus, e Web of Science, além dos artigos publicados nos eventos nacionais da ANPAD.
Critérios de qualificação	Apenas artigos que apresentam as palavras dos descritores nos títulos dos artigos, e/ou resumos e/ou palavras chave.
Ferramentas	As ferramentas utilizadas na pesquisa foram recursos do programa Excel
Cronograma	As pesquisas de busca no banco de bases foram realizadas no período de dezembro de 2018 a janeiro de 2019

Fonte: Elaborado pela autora a partir do modelo de Conforto; Amaral; Silva (2011).

O Quadro 1 ainda demonstra que, para a busca da seleção, o presente trabalho pesquisou as palavras isoladas turismo, políticas públicas e Brasil em português nos

eventos da ANPAD e na *Scielo*, considerando o período temporal pré-estabelecido. Nas bases internacionais o procedimento de busca foi em inglês com as palavras *tourism*, *publicpolicy*, *Brazil* nas bases *Scopus* e a *Web of Science*, selecionando o filtro de artigos no período de 2006 a 2018. Posteriormente, a investigação foi realizada com a terminologia *AND* que tem como objetivo abranger filtros da pesquisa com as palavras selecionadas, resultando em 149 artigos que continham os descritores “turismos” e/ou “*tourism*” *AND* “políticas públicas” e/ou “*publicpolicy*” *AND* “Brasil” e/ou “*Brazil*”, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados dos descritores de busca na base de dados selecionados

Descritivos de busca	ANPAD	SCIELO	SCOPUS	WEB OF SCIENCE	TOTAL
Turismo ou "tourism" com o filtro do período de 2006-2018	276	1.931	67.665	48.601	118473
Políticas públicas ou "public policy" com o filtro do período de 2006-2018	1	8.666	360	19.542	28569
Brasil ou "Brazil" com o filtro do período 2006-2018	3.861	55.939	199.383	2.098	261281
Turismo ou "tourism <i>AND</i> políticas públicas ou "public policy" <i>AND</i> Brasil ou "Brazil" com o filtro do período de 2006-2018	78	32	23	16	149

Fonte: Elaborada pela autora.

A pesquisa dos eventos da ANPAD foi delineada apenas pela procura da palavra turismo, por não conter a programação da busca *AND* igual aos demais bancos de bases. Assim, após o resultado dos 276 artigos com o filtro do período 2006-2018, observou-se que muitos artigos da busca “turismo” não continham no conteúdo nada do tema proposto, na qual a palavra turismo estava presente apenas na descrição do currículo dos autores, fazendo então a extração de muitos trabalhos.

Apesar dos temas turismo e políticas públicas estarem relacionados com a área da administração, muitos dos encontros dos eventos da ANPAD como: o encontro de *marketing* da ANPAD (EMA), encontro de administração da informação (EnADI), encontro de estudos organizacionais (EnEO), encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade (EnEPQ) e o encontro de gestão de pessoas e

relações de trabalho (EnGPR) não resultaram em nenhum artigo sobre o tema da pesquisa, sobressaindo apenas os eventos do encontro da ANPAD (EnANPAD) com 10 artigos escolhidos, o encontro de Administração Pública da ANPAD (EnAPAD) com um artigo, o encontro de Estudos de Estratégias (3ES) com um artigo, e o simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica com um resumo publicado, resultando um total de 13 artigos para seleção de análise, conforme ilustra o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Resultados dos descritores nos eventos do ANPAD 2006-2018

ANPAD 2006-2018										
	3 ES	EMA	EnADI	En ANPAD	EnAPG	EnEO	EnEPQ	EnGPR	Sim- posio	Total
Busca "turismo" no período	9	5	2	158	4	2	16	8	5	229
Selecionado pelo título e resumo	5	4	1	56	3	2	5	1	1	78
Escolhido para análise após leitura	1	0	0	10	1	0	0	0	1	13

Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma análise mais profunda do objetivo proposto, foi necessária a leitura dos títulos e resumos em todas as bases de dados, resultando que muitas pesquisas não tratavam especificamente de políticas públicas na área de turismo, e sim de artigos de turismo com temas variados, como turismo e educação, meios de hospedagens, turismo sexual, turismo e meio ambiente, sustentabilidade, turismo social, turismo cultural, *marketing* turístico, entre outros. Nessa perspectiva, ressalta-se que, apesar dos resultados matemáticos demonstrarem uma quantidade de 149 artigos publicados nas bases de dados selecionadas, quando lidos e analisados, somente 21,48% dos estudos descreveu sobre políticas públicas, enquanto que 78,52% retrataram os mais variados temas dos segmentos turísticos, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 - Temas dos artigos encontrados nos resultados da pesquisa bibliométrica

Tema discutido no artigo	Quantidade	%
Turismo e políticas públicas	32	21,48
Meio ambiente e sustentabilidade	29	19,46
Desenvolvimento local e urbano	12	8,05
Turismo cultural/ religioso	11	7,38
Destinos e demanda	9	6,04
Hotelaria	9	6,04
Turismo e educação	9	6,04
Turismo voluntário / social	9	6,04
Bibliométrico	6	4,03
Turismo e <i>stakeholder</i>	5	3,36
Turismo e futuro	4	2,68
Turismo e tecnologia	4	2,68
Gestão de serviços	3	2,01
Turismo e lazer	2	1,34
Turismo e <i>marketing</i>	2	1,34
Turismo sexual	2	1,34
Turismo LGTB	1	0,67
Total	149	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se uma lacuna de pesquisas na área de políticas públicas de turismo no Brasil, ressaltando que diversas mudanças positivas ocorreram no período analisado como: a implantação do PNT (2007-2010), adotando políticas públicas para o turismo interno; o PNT (2013-2016); o PNT (2018-2020); a promulgação da lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, intitulada lei do turismo estabelecendo o planejamento da PNT, implantação do Cadastur; o PRT constituindo a política pública de turismo mais consolidada pelo Ministério do Turismo; entre outros acontecimentos. Assim, apesar dos acontecimentos históricos marcantes do período proposto, poucas pesquisas abordaram o tema de políticas públicas no Brasil nesse período de 12 anos nas bases selecionadas.

A pesquisa detectou 149 artigos de todas as bases de dados analisadas (*Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* e eventos da ANPAD) que, após a leitura dos títulos, resumos e palavras chave resultou em 32 pesquisas selecionadas para análise. Ainda assim, encontrou-se a duplicidade de 3 trabalhos publicados em mais de uma revista indexada. Após a seleção do encontro de duplicidade de artigos nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Scielo*, o resultado para análise do portfólio

bibliográfico desse estudo foi composto por 29 artigos, contendo o tema turismo e políticas públicas no Brasil, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Resultado para análise do portfólio bibliográfico

Descritivos de busca	ANPAD	SCIELO	SCOPUS	WEB OF SCIENCE	TOTAL
Turismo ou "tourism" com o filtro do período de 2006-2018	276	1.931	67.665	48.601	118473
Turismo ou "tourism AND políticas públicas ou "public policy" AND Brasil ou "Brazil" com o filtro do período de 2006-2018	78	32	23	16	149
Escolhidos para análise	13	10	5	4	32
Escolhidos para análise sem duplicidade	13	8	5	3	29
Porcentagem dos artigos selecionados comparados com o resultado do descritor de busca "turismo"	4,71%	0,41%	0,01%	0,01%	0,02%

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de o estudo encontrar 149 artigos retratando o tema turismo e políticas públicas, apenas 29 pesquisas descreveram sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, evidenciando uma mostra muito pequena de somente 19,46%, num período de 12 anos. Ainda assim, quando comparado o resultado da busca do descritivo "turismo" com o resultado dos artigos selecionados para análise, o efeito é mais incipiente ainda, na qual os eventos da ANPAD são os que mais apresentaram resultados de pesquisa de turismo e políticas públicas no Brasil, com 4,71%, seguidos da base *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science* com 0,41%, 0,01% e 0,01% respectivamente, revelando que apesar da pesquisa bibliométrica resultar em 118.473 artigos publicados sobre turismo no período de 2006-2018, apenas 0,02% desses trabalhos retratou sobre políticas públicas de turismo no Brasil.

Frisa-se aqui que a criação do Ministério do Turismo deu-se no ano de 2003, com o objetivo de fomentar e articular ações de políticas públicas para o setor de turismo, o que pode representar o baixo resultado de pesquisas científicas para o setor

pesquisado até o momento, por ser um campo ainda novo de estudos em turismo e políticas públicas no Brasil.

2.1.1 Análise dos artigos selecionados

A falta de pesquisas sobre o tema turismo e políticas públicas no Brasil é notória, sendo o turismo uma área multidisciplinar e transdisciplinar, podendo abranger estudos das mais variadas áreas como economia, história, sociologia, biologia, entre outros. Ressalta-se ainda, a importância dessas pesquisas para o futuro do turismo no Brasil, num momento de crise econômica e da busca constante da necessidade de lazer das pessoas no século denominado o século do *stress*. Para melhor compreensão de análise dos artigos selecionados, o Quadro 3 ilustra a base de dados, o ano da publicação, o título dos 29 artigos escolhidos para análise após a leitura dos resumos, e a aplicabilidade da pesquisa no tema de turismo e políticas públicas no Brasil, além dos autores e suas instituições vinculadas.

Quadro 3 - Artigos selecionados para análise das bases de dados Scielo, Scopus, Web of Science e ANPAD

ANO	ARTIGOS	AUTORES	INSTITUIÇÃO
ANPAD			
2006	A Política Pública de Turismo no Rio Grande do Norte	Joyce de Souza Gonçalves	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
		Lia Sales Serafim	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
2006	Uma Análise Shift-Share da Dinâmica do Setor de Turismo no Brasil recomendações para as Políticas Públicas	Filipe Sobral	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
		Alketa Peci	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
		Gustavo Costa de Souza	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
2008	Políticas Públicas para a Geração de Empregos: Considerações sobre o PROGER Turismo	Karla Cristianne de Oliveira	Universidade Federal da Paraíba (UFPB - Turismo)
		Marcia da Silva Costa	Universidade Federal da Bahia (UFBA - Administração)
		Regina Ferreira de Araujo Diniz	Não encontrado no currículo lattes
		Ana Maria de Araujo Ananias	Universidade de Ciências Empresariais e Sociais de Buenos Aires, Argentina (2012).
2009	Política Participativa de Turismo no Brasil: uma conquista do Plano Nacional do Turismo (2003-2007)	Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
		Slaydson Alves Lima	Não encontrado no currículo lattes
		Anairam de Medeiros e Silva	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
2010	Os Stakeholders na Administração Pública do Turismo	Maria Lucia Paiva	SENAC
		Cíntia Manfredin	Não encontrado no currículo lattes
2011	A trajetória das políticas públicas de turismo brasileiras 1930-2010	Mariana Pereira Chaves Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
		Thiago Duarte Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
2011	Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade	Maria José Barbosa de Souza	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
		Elaine Ferreira	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
2014	Análise da Implementação do Plano Municipal de Turismo de Goiânia (2009- 2012)	Rassan Solarevisky de Jesus,	Universidade Federal de Goiás (UFG)
		Estela Najberg	Universidade Federal de Goiás (UFG)
		Vicente da Rocha Soares Ferreira	Universidade Federal de Goiás (UFG)
2016	A Participação de Atores Públicos e Privados na Gestão Pública Local do Turismo	Fernanda Cristina da Silva,	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
		Marco Antonio Carvalho Teixeira	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
2016	Políticas Públicas de Turismo de Brasil e Espanha numa Perspectiva Sistêmica Comparada	Mariana Pereira Chaves Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
		Thiago Duarte Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
		Josep Pont Vidal	Universidade Federal do Pará (UFPA)

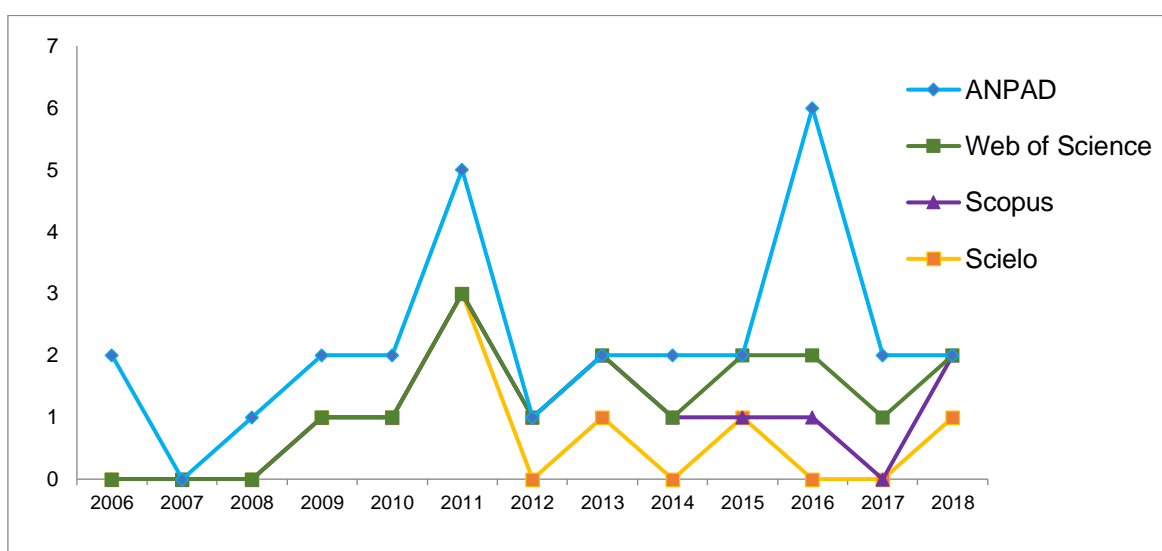
2016	Políticas Públicas de Turismo no Estado de Roraima: uma Análise entre Teoria e Prática	Halyson David Bezerra Santos	Universidade Federal de Rondônia (UFRR)
		Georgia Patricia da Silva Ferko	Universidade Federal de Rondônia (UFRR)
		Jaqueline Silva da Rosa	Universidade Federal de Rondônia (UFRR)
2016	Rede de Inovação em Gestão de Políticas Públicas de Turismo	Elizabeth Matos Ribeiro	Universidade Federal da Bahia (UFBA - Administração)
		Sergio Hage Fialho	Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
		Márcia Tereza Rebouças Rangel	Universidade Federal da Bahia (UFBA - Administração)
2017	Análise da Rede de Relacionamentos e sua Influência nas Políticas Públicas de Turismo	Joana Luiza Oliveira Alencar	Universidade de Brasília (UNB)
		Edgar Reyes Junior	Universidade de Brasília (UNB)
SCIELO			
2009	Desarrollo regional y turismo en Brasil - políticas en el valle europeo	Simone Fortes	Universidade de Blumenau (FURB - turismo)
		Oklinger Mantovaneli Junior	Universidade de Blumenau (FURB - sociologia)
2010	Promoción turística on-line análisis del site y las políticas públicas de recife	Gusavo da Cruz	Universidade Estadual e Santa Cruz (UESC)
		Thyago Velozo de Albuquerque	Universidade Estadual e Santa Cruz (UESC)
2011	La agenda pública del turismo en Argentina y Brasil durante la década de 2000	Mariana Pereira Chaves Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
		Thiago Duarte Pimentel	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
2011	Políticas públicas de preservación del patrimonio en São Luís do Maranhão	Karoliny Diniz Carvalho	Universidade Estadual e Santa Cruz (UESC)
		Maria de Lourdes Netto Simões	Universidade Estadual e Santa Cruz (UESC)
2011	Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural na Praça XV de Novembro – Rio de Janeiro	Leticia Lima do Nascimento	Universidade Federal Fluminense (UFF - turismo)
		Fábia Trentin	Universidade Federal Fluminense (UFF - turismo)
2013	Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira	Érica Beranger Silva Soares	Universidade federal de Viçosa (UFV - Administração)
		Magnus Luiz Emmendoerfer	Universidade federal de Viçosa (UFV - Administração)
		Lara Pereira Monteiro	Universidade federal de Viçosa (UFV - Administração)
2015	Políticas públicas de turismo en Brasil	Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
		Deborah Moraes Zouain	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
		Luiz Gustavo Medeiros Barbosa	Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP)
2018	Salida, voz y lealtad en las políticas públicas de turismo: Interacción entre empresarios y sector público	Bruno Martins Augusto Gomes	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
		Huáscar Fialho Pessal	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
SCOPUS			
2012	Sustainable Tourism and Eradication of Poverty (Step) : impact assessment of	Marcelo Cortes Neri	Fundação Getúlio Vargas (FGV - economia)

	a tourism development program in Brazil (Turismo Sustentável e Erradicação da Pobreza (Etapa): avaliação de impacto de um programa de desenvolvimento turístico no Brasil)	Wagner Lopes Soares	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
2013	Tourism planning at the federal level: An analysis of the instruments used and the investments in this sector (Planejamento do turismo a nível federal: análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos neste setor)	Clara C. Lemos	Universidade Estadual do rio de Janeiro (UERJ - turismo)
2014	Tourist circuits in Brazil: Governance and public policy (Circuitos turísticos no Brasil: governança e política pública)	Fuini Labigalini Lucas	Universidade Estadual de São Paulo (UNESP - geografia)
2016	Between participatory sports and environmental leisure and tourism leisure – leisure public policies in Brotas/SP (Entre o lazer esportivo participativo e ambiental e o lazer turístico - as políticas públicas de lazer em Brotas/SP)	Olivia Cristina Ferreiro Bibeiro	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - educadora física)
		Silva Cristina Franco Amaral	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - educadora física)
2018	The production of tourism in Ponta Negra, Northeast Brazil: policies, representations and logics of desire (A produção do turismo em Ponta Negra, Nordeste do Brasil: políticas, representações e lógicas do desejo)	Octavio Sacramento	University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Vila Real, Portugal
WEB OF SCIENCE			
2015	Public policies of tourism: a look at the middle-north region of northeast brazil (Políticas públicas de turismo: um olhar para a região meio-norte do nordeste brasileiro)	Luana Lima Bandeira Araújo	Universidade Federal do Ceará (UFC - Geografia)
		Estógio Wanderley Correia Dantas	Universidade Federal do Ceará (UFC - Geografia)
2016	The segmentation of the tourist demand in the brazilian market and the policies of promotion to the sector (A segmentação da demanda turística no mercado brasileiro e as políticas de fomento ao setor)	Aline Correia de Souza Colantuono	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - economista)
2017	Participatory equality and public policies: the case of tourism management council of Ouro Preto and Tiradentes, Minas Gerais, Brazil (Igualdade participativa e políticas públicas: o caso dos conselhos de gestão do turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais, Brasil)	Gilberto Maurício Frade da Mata	Universidade federal de Viçosa (UFV)
		Magnus Luiz Emmendoerfer	Universidade federal de Viçosa (UFV)

Fonte: Elaborada pela autora.

As pesquisas do tema turismo e políticas públicas apresentaram uma linha cronológica em ascensão e, os resultados das publicações sobre as políticas públicas de turismo no Brasil são bastante atuais, concentrando-se no ano 2016 o maior número de publicações com 21%, destacando-se posteriormente o ano de 2011, com 17% das publicações. Todavia, o ano de 2007 não teve nenhuma pesquisa indexada nas bases selecionadas, e os anos de 2006, 2009, 2010, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018 aparecem com 2 estudos por ano, enquanto que 2008 e 2012 exibem somente uma publicação, conforme ilustra o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Evolução dos estudos de políticas públicas de turismo no Brasil

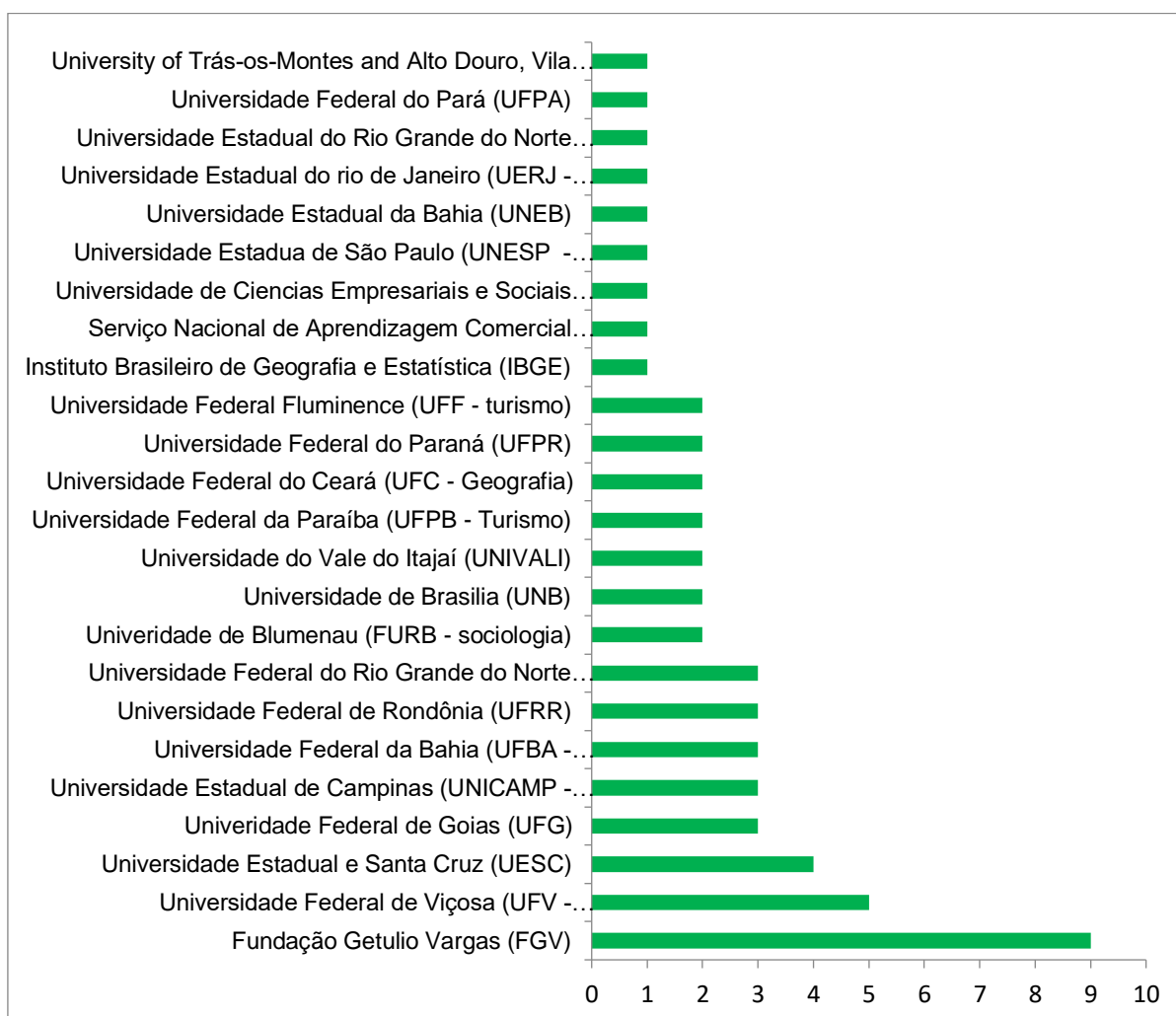


Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 1 ainda destaca que a base de dados *Web of Science*, na evolução temporal, apresenta artigos publicados somente a partir de 2015, não evidenciando nenhum trabalho no período de 2006 a 2014. Na *Scopus*, o resultado não é tão diferente, revelando estudos a partir de 2012, e tendo somente o ano de 2015 e 2017 com nenhum artigo publicado. Todavia, a *Scielo* e os eventos da ANPAD já apresentaram resultados a partir de 2009 e 2006 respectivamente, ressaltando que os eventos da ANPAD foram os que mais mostraram sobre o tema proposto, com pesquisas de 2006 a 2017 publicadas.

Quanto aos autores das pesquisas, é possível verificar que os mesmos não contêm mais de um artigo sobre o tema políticas públicas de turismo. Revela-se a falta de continuidade em publicações de pesquisas sobre esse tema, salvo apenas os autores Thiago Duarte Pimentel e Mariana Pereira Chaves Pimentel, que em conjunto, foram os únicos dentro de um universo de 64 pessoas que tiveram mais de um artigo publicado sobre o tema decorrente, com publicação na *Scielo* em 2011 com o artigo: La agenda pública del turismo em Argentina y Brasil durante la década de 2000; e duas publicações no EnANPAD, com os títulos: A Trajetória das políticas públicas de turismo brasileiras 1930-2010; e, Políticas públicas de turismo Brasil e Espanha numa perspectiva sistêmica comparada, um artigo publicado em 2011 e o outro em 2016, respectivamente.

Com relação às instituições dos autores, o presente estudo salienta que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi à instituição que mais de se destacou com 16,7% dos autores do estudo, validando um trabalho publicado na *Scielo* no ano de 2015, um trabalho publicado na *Scopus* em 2012 e, dois estudos nos eventos ANPAD, um em 2006 e o outro em 2016. Após a FGV, tem-se a Universidade Federal de Viçosa com 8,93% dos autores, manifestado em um artigo da *Web of Science* em 2017 e um na *Scielo* em 2013. Ressalta-se que, os autores estão distribuídos por todo o Brasil, evidenciados nas universidades do Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Rio de Janeiro, Brasília, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Goiás, revelando que as pesquisas estão mais concentradas nas universidades federais, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Instituição dos autores dos artigos analisados

Fonte: Elaborado pela autora.

No período selecionado do estudo bibliométrico, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a FGV foram às primeiras instituições a estudar o tema, relevando as publicações de 2006 nos eventos da ANPAD. No entanto, os autores dos artigos mais recentes são da Universidade Federal do Paraná (UFP) com estudo publicado em 2018 na base de dados *Scielo*, e da Universidade de Tras-os-Monte e Alto Douro de Portugal, com um trabalho indexado na *Scopus*.

Quando se considera os locais de publicação das pesquisas, o estudo aborda os 29 trabalhos selecionados, ressaltando que a duplicidade de dois artigos é por motivos de a revista ser indexada em duas bases de dados, uma na *Scielo* e a outra na *Scopus*. Assim, é visível que após os eventos da ANPAD (EnANPAD, EnAPG, 3ES

e Simpósio) que aparecem na somatória com 42% de publicações, a revista renomada “Estudios y Perspectivas em Turismo” aparece com 21% dos trabalhos, o que demonstra um resultado interessante por se tratar de pesquisas de turismo e políticas públicas no Brasil sendo publicadas em revistas da Argentina, como também em revistas de Portugal e da Venezuela, conforme demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 - Revistas publicadas dos artigos selecionados

REVISTA PUBLICADA	Indexada	Qualis	Artigos	%
Estudios y Perspectivas en Turismo, Argentina	Scielo	A2	6	21%
RAP - revista de Administração Pública, RJ	Scopus	A2	2	7%
Geosaberes, Fortaleza	Web of Science	B3	1	3%
Interações, Campo Grande	Scielo	B1	1	3%
Movimento, Porto Alegre	Scopus	B1	1	3%
Revista Geográfica Venezolana	Scopus	B1	1	3%
Revista Turismo: estudos e praticas, RN	Web of Science	B4	1	3%
Tourism & Management Studies, Algarve	Scielo	A1	1	3%
Journal of Tourism and Cultural Change	Scopus	não	1	3%
Rev. Anais Bras. de Estudos Turísticos	Web of Science	não	1	3%
EnANPAD	ANPAD	não	10	34%
EnAPG	ANPAD	não	1	3%
3 ES	ANPAD	não	1	3%
Simpósio ANPAD	ANPAD	não	1	3%
			29	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os resultados das revistas dos artigos, a revista de Estudios y Perspectiva en Turismo, tem a qualificação A2 com a publicação de seis trabalhos, e a revista de Administração Pública (RAP) aparece com dois estudos, indicando uma nota alta na relação de pesquisas publicadas na classificação dos periódicos. Também se evidencia que os artigos melhores avaliados perante a nota *qualis* encontram-se na base de dados da *Scielo*, que é uma base nacional, ponderando que a presente pesquisa tem como tema as políticas públicas em turismo no Brasil, revelando a nacionalidade das revistas.

No que concerne aos objetivos, metodologias e resultados, o quadro 10 ilustra os artigos dos eventos da ANPAD, que apesar dos trabalhos serem da área de administração, evidenciam-se artigos com discussões provocativas no contexto do

turismo, como o estudo do processo participativo do Plano Nacional do Turismo, que discute sobre a atuação participativa do setor governamental e civil, resultando que essa participação não acontece de fato na prática. Outra pesquisa relevante é o estudo da rede de inovação em gestão de políticas públicas de turismo na Bahia, que apresenta resultados satisfatórios e significativos sobre a inserção da capacitação virtual com os gestores públicos, podendo este ser copiado e aplicado para outros locais com gestores do turismo.

A pesquisa mais recente revelada no Encontro de Estudos Estratégicos 2017 (3ES) da ANPAD traz uma discussão importante para os pesquisadores de políticas públicas em turismo, referenciando-se através de análise de redes as influências da sociedade nas demandas por políticas públicas, considerando que, a relação do governo e sociedade ainda não é uma atuação central de diálogo de ambas as partes. O estudo evidencia a importância da sociedade e a relação da comunidade com o Ministério do Turismo, através dos atores do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), revelando que a diversidade das pessoas envolvidas e os conselheiros “contrários” propensos a contestação são fatores que, apesar da participação de todos, a falta de consenso no conselho não proporciona o atendimento de muitas demandas, conforme visualiza o Quadro 4.

Quadro 4 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos dos eventos da ANPAD

OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
Investigar qual o impacto das políticas públicas de turismo sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sociocultural da Grande Natal	Qualitativa, e estudo de caso como método de pesquisa. Entrevistas semiestruturadas, além de consulta a documentos.	Mostram que o desenvolvimento do turismo na grande Natal teve como principal precursor o poder público, onde o Estado agiu de forma pioneira para o incentivo do crescimento do setor. Pode-se concluir que a implementação dessas políticas ocasionou um crescimento na arrecadação estadual e municipal e na melhoria em infraestrutura urbana. Também se verificou a intensificação do turismo sexual e a desvalorização da cultura local.
Apresentar uma análise da dinâmica do mercado de turismo na América Latina e, especificamente, no Brasil, oferecendo aos formuladores de políticas públicas uma metodologia de forma a aproveitar as oportunidades emergentes e criar vantagens competitivas para o país	O estudo será conduzido com base no modelo de análise <i>shift-share</i> . Embora este modelo apresente algumas limitações, tem a vantagem de permitir a realização de estudos de benchmarking.	Foi possível identificar o impacto de fatores estruturais e conjunturais nas taxas de crescimento de turismo. Em termos de fatores estruturais, o estudo corrobora a evidência que o estágio de desenvolvimento do setor de turismo encontra-se intimamente associado ao grau de desenvolvimento econômico-social do país. É importante enfatizar que o turismo no Brasil se encontra num estágio tímido de desenvolvimento, seja em termos globais, seja em termos regionais.
Discutir a proposta do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em sua linha dedicada ao setor de Turismo, instituída em 2003 e denominada PROGER Turismo.	Na coleta de dados, fez-se uso de pesquisa documental, para a análise dos documentos, utilizou-se da abordagem qualitativa.	Podemos argumentar sobre a ausência de uma articulação mais sistêmica do PROGER Turismo com outros programas de geração de emprego e renda e destes com as políticas macroeconômicas de desenvolvimento do país.
Compreender os processos participativos do Plano Nacional do Turismo (2003-2007).	Pesquisa bibliográfica e documental.	Em relação à política de estado do turismo, pode-se dizer que se faz necessário haver uma política pública de turismo com a finalidade de regulamentar e desenvolver a atividade turística. Em relação à participação, percebe-se que este conceito só veio à tona nas políticas de turismo na época (a partir de 2003), pois a criação do Mte favoreceu a formulação do Plano Nacional do Turismo (2003-2007), o qual solicitou a criação de fóruns participativos de turismo nas três esferas governamentais.

<p>Contribuir para identificar as premissas e os caminhos da implementação de um modelo caracterizado pelo desenvolvimento contínuo de competências e democratização das relações dos <i>stakeholders</i> na administração pública do turismo</p>	<p>Revisão bibliográfica, coleta de dados e análise documental.</p>	<p>Os resultados apontam macros objetivos para o desenvolvimento de uma política pública efetiva para a atividade turística em Taubaté que pode ser utilizado como ferramenta, existindo um comprometimento dos <i>stakeholders</i> envolvidos. Ainda um quadro de referência para a intervenção proativa da municipalidade em conjunto com os <i>stakeholders</i> do sistema turístico formando uma proposição para desenvolvimento do turismo, por meio de um processo de gestão democrática e participativa.</p>
<p>Analisar o processo de institucionalização das políticas públicas de turismo brasileiras de 1930 a 2010.</p>	<p>Qualitativa e análise de documentos. Foram selecionadas para o estudo 369 políticas públicas, de um total de 1509 identificadas que mencionam em seu conteúdo o turismo.</p>	<p>A inserção numa terceira fase de políticas de turismo, como vislumbrada no cenário mundial em meados dos anos 1980, vem sendo buscada pelas políticas de turismo ao longo dos anos 2000, como se percebe pelas tentativas de ampliação e manutenção de uma estrutura de competitividade. Deste modo, percebe-se que as políticas de turismo brasileiras, mesmo com atraso, buscam conformar-se ao cenário das políticas de turismo mundial.</p>
<p>Analisar os dois últimos planos nacionais de turismo (PNTs), compreendendo os períodos de 2003 a 2004 e de 2007 a 2010, sob o enfoque do desenvolvimento local e da sustentabilidade</p>	<p>Pesquisa descritiva, utilizando-se da abordagem documental nos Planos Nacionais de Turismo e bases de dados oficiais do setor. As variáveis de análise utilizadas relacionavam-se às metas dos PNTs.</p>	<p>Os resultados revelaram que as principais metas dos PNTs não foram atingidas, o que causa impacto no desenvolvimento local por gerar expectativas de crescimento do setor, que não se concretizam. Insuficiente entrada de divisas estrangeiras, baixo retorno dos investimentos realizados pela iniciativa privada nos destinos turísticos, mau aproveitamento de mão de obra especializada, baixa geração de renda e investimento em infraestrutura pública subutilizada são consequências desses planos.</p>
<p>Analisar como se dá a participação de atores públicos e privados na gestão pública local do turismo, considerando a sua importância.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, exploratória e estudo de caso em Paraty - RJ e Ouro preto - MG. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas.</p>	<p>Os resultados indicaram que a articulação dos atores ainda é baixa. O COMTUR acaba sendo o principal meio de interação entre os atores. Constatou-se que a realização de eventos é a principal ação pública voltada para o turismo nos dois municípios e também a que consome mais tempo e recursos dos governos. O estudo apresenta evidências de que a baixa participação dos atores na gestão pública do turismo.</p>

<p>Analisar o perfil das políticas de turismo de Brasil e Espanha, tomando-se como referência o estudo de Sola (1996), que aponta três fases na trajetória das políticas públicas de turismo (PPT) mundiais.</p>	<p>Observação fundamentada na lógica de sistema aberto. Para a análise comparativa entre Brasil e Espanha utilizaram-se como categorias analíticas: 1) formas de ação, 2) quantidade/qualidade, 3) estratégia e impactos.</p>	<p>Como resultado observou-se que devido aos investimentos recentes em turismo, no Brasil permanecem traços das primeiras e segundas fases apontadas por Sola (1996), marcada pela busca de sustentabilidade e competitividade, já mais adiantadas na Espanha. A partir da noção de sistemas abertos, a operacionalização da observação das PP no Brasil e na Espanha permitiu reconhecer não apenas a organização do ambiente, mas também o modo como as interações entre seus componentes afeta o sistema.</p>
<p>Analisar as políticas públicas de turismo em vigor no Estado de Roraima e busca compreender as estratégias utilizadas pelo governo municipal e estadual.</p>	<p>A pesquisa é qualitativa de caráter exploratório. Utiliza como principal instrumento de coleta de dados primários e a entrevista semiestruturada.</p>	<p>Nota-se que ambos percebem o turismo como setor ainda em desenvolvimento. Observa-se que uma das dificuldades encontradas tanto pelo Município quanto pelo Estado é a falta de recursos para aplicar em novas aquisições de melhorias e adequações para o turismo local, fazendo-se também necessários investimentos na qualificação de profissionais. Embora esses gestores percebam as políticas nacionais de turismo como ferramenta de a gestão do setor, as práticas locais ainda apresentam falhas.</p>
<p>Analisar o processo de implementação das estratégias e ações previstas nos seis programas do Plano Municipal de Turismo de Goiânia (PMT) elaborado em 2008.</p>	<p>Pesquisa explicativa, descritiva, documental. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista semiestruturada.</p>	<p>A descontinuidade administrativa, representada pelas quatro mudanças de gestão às quais a SEMTUR passou durante a vigência do PMT, é um dos principais motivos do baixo grau de realização das ações propostas neste plano. O problema de descontinuidade de gestão também foi observado no âmbito federal. A conscientização dos atores não governamentais é essencial no processo de desenvolvimento do setor de turismo por serem eles os demandantes das políticas públicas e por terem parte da responsabilidade na gestão do ciclo das políticas públicas.</p>
<p>Analisar a experiência de concepção e implantação da Rede de Inovação em Gestão do Turismo resultado de uma cooperação realizada entre o governo do Estado da Bahia, a UFBA e 80 Municípios baianos.</p>	<p>Descritiva e exploratória</p>	<p>Observa-se que os resultados alcançados com esse experimento de inovação de Políticas Públicas foi possível inovar no estabelecimento de um ambiente virtual o fomC1:E33ento para ações de capacitação profissional dos gestores públicos, como principalmente ações voltadas para potencializar os relacionamentos profissionais, intra e Inter organizacionais com a finalidade de disponibilizar tecnologias de gestão em rede de cooperação no contexto de aglomerações sócio territoriais.</p>

<p>Investigar como os conselheiros CNTUR se relacionam e o resultado de sua atuação na formulação da política nacional.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. As fontes de pesquisa foram 46 atas de reunião do CNTUR, registradas de 2003 a 2015, cuja análise identificou as demandas levadas ao CNTUR. As entrevistas foram realizadas com foco nas demandas propostas e pesquisa documental</p>	<p>Os resultados indicam que diversidade de atores envolvido, atores externos contrários e propensão a contestar regras pré-estabelecidas são características que favorecem o encaminhamento positivo da demanda. Já a existência de consenso no conselho não auxilia seu atendimento</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação aos procedimentos metodológicos das pesquisas nos eventos da ANPAD, nota-se que dentre os 13 trabalhos publicados 92% apresentaram arcabouços qualitativos, com pesquisas descritivas, e/ou exploratórias, e/ou explicativas, pautados em estudos de caso, análise documental, pesquisa bibliográfica, coleta de dados, perguntas abertas ou semiestruturadas, entre outros. A única pesquisa que apresentou pesquisa quantitativa foi o estudo de análise do *Shift-Share* na dinâmica do setor de turismo no Brasil, na qual a análise é um mecanismo analítico que consegue identificar e fragmentar os diversos componentes do crescimento de uma variável (SOBRA; PECI; SOUZA, 2006) proporcionado embasamento competitivo para futuras políticas públicas.

Quanto aos resultados dos artigos da base nacional *Scielo*, revela-se que, todos os estudos apresentam a metodologia qualitativa descritiva, explicativa e exploratória aplicadas com pesquisas documentais, bibliográficas, e interpretação pelo método de análise de conteúdo de Bardin (BARDIN, 2016). Os objetivos são pautados para pesquisas de políticas públicas de turismo pontuadas em localidades como: Vale Europeu de Santa Catarina; site turístico de Recife; ações de revitalização do bairro em São Luís; políticas públicas na praça XV de Novembro do Rio de Janeiro, desenvolvimento do turismo em Minas Gerais; interação entre empresários e o setor público em Curitiba, além de uma análise comparativa entre Brasil e Argentina sobre o tema de turismo e políticas públicas, conforme ilustra o Quadro 5.

Quadro 5 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos da base de dados Scielo

OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
Investigar o desenvolvimento turístico da região Valle Europeu - SC, identificando os atores principais e coletivos e suas funções nos processos de regionalização até o ano de 2005.	Qualitativa, exploratória e documental. Usou as técnicas de entrevista não estruturadas	O desenvolvimento regional representa uma ordem formal pouco institucionalizada, aonde as ações vão se desenvolvendo de forma fragmentada, considerando que, por mais que a regionalização consiga reunir e coordenar as atividades, não se tem o devido apoio da secretaria estadual e o Valle Europeu está se formando timidamente.
Analisar o site turístico desenvolvido pela Secretaria de Turismo da cidade de Recife e identificar as principais ações de políticas públicas dirigidas a promoção turística on-line.	Baseada nos indicadores de promoção on-line de Gustavo Cruz, promovendo uma análise comparativa dos anos de 2004 e 2009.	Considera-se que a criação de estratégias de políticas públicas desenvolvidas pelo poder público, com a participação das empresas privadas, associações e entidades são indispensáveis nas estratégias e promoção on-line, em que muitos pacotes e atrativos são comercializados pelo site turístico, tendo uma evolução de vendas muito significativa perante os anos estudados.
Analisar e comparar as políticas públicas de turismo da Argentina e Brasil entre 1999 e 2009	Qualitativo, método de investigação e análise de documentos	Observou-se que os objetivos e os efeito das políticas públicas dos países são bastante semelhantes apesar das instabilidades econômicas de cada país estudado.
Analisar as ações de revitalização do patrimônio cultural realizadas pelos órgãos públicos no bairro de praia Grande – MA, promovendo uma reflexão dos desafios para a sustentabilidade urbana por meio do turismo cultural.	Investigação bibliográfica e documental	O estudo aponta a necessidade de uma articulação intersetorial e integrada entre os agentes locais, para promover a revitalização do patrimônio cultural do bairro de praia grande, fundamentada na qualidade de vida. O estudo mostrou que as ações públicas de revitalização do patrimônio cultural de São Luís possuem dificuldades e apresentam desafios no desenvolvimento do turismo.
Avaliar, por meio de indicadores de desenvolvimento sustentável, as políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural da Praça XV de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro, que influenciam o turismo cultural	Levantamento de material bibliográfico, interpretação e análise e pesquisa de campo na área do Pólo Histórico, gastronômico e Cultural da Praça XV - RJ	A análise dos resultados revela que as políticas públicas favorecem o turismo cultural na área da Praça XV de Novembro por meio da preservação do patrimônio cultural local. Para o desenvolvimento do turismo cultural, são percebidas ações que enfatizam a preservação do patrimônio cultural local, porém, faltam trabalhos que incidem na questão do turismo na área, como equipamentos turísticos que possibilitem acesso e conhecimento dos atrativos pelos visitantes.

<p>Analisar o planejamento estratégico do turismo no período de uma gestão governamental com o objetivo de compreender a relação entre a Gestão Pública no Turismo e o Desenvolvimento de Destinos Turísticos em Minas Gerais, Brasil.</p>	<p>Qualitativo. Por meio de entrevistas, documentos e bibliografias, sendo interpretados com o suporte da técnica de análise de conteúdo. Foram escolhidos 16 municípios para análise.</p>	<p>Os resultados apontam avanços e limitações das ações planejadas em prol do desenvolvimento turístico em Minas Gerais, assim como discussões que ultrapassam o contexto deste território, incluindo novidades e possibilitando reflexões sobre o turismo regional como: o enfoque dado à promoção turística e à comercialização de destinos pelo poder público estadual; a implementação de um Imposto Turístico voltado ao Turismo Municipal.</p>
<p>Realizar uma avaliação do programa de regionalização do turismo revelando os resultados alcançados com a implementação dessa política pública em 65 municípios brasileiros em relação aos princípios: descentralização, participação, integração e sustentabilidade.</p>	<p>Qualitativo, descritivo e análise dos documentos</p>	<p>Os resultados mostraram pontos de vulnerabilidade que merecem atenção dos gestores públicos e privados do turismo. Observa-se um processo de descentralização da gestão do turismo deficiente, uma reduzida participação da sociedade nas decisões públicas do turismo, uma baixa integração dos setores público, privado e terceiro setor, comprometendo o futuro do turismo sustentável.</p>
<p>Analisar a interação entre empreendedores e o setor público nas políticas públicas de turismo, por meio de um estudo na cidade de Curitiba (Brasil), baseado na teoria da voz, produção e lealdade proposta por Albert Hirschman (1973).</p>	<p>Estudo qualitativo com entrevistas realizadas com os agentes relacionados ao Conselho Municipal de Turismo de Curitiba. Adotou-se uma amostragem do tipo bola de neve. Para realizar a análise dos dados, foi utilizado o suporte de software Atlas Ti</p>	<p>Como resultado, observamos a dificuldade de diálogo entre os empresários e a burocracia. Da mesma forma, verificou-se a necessidade de ambas as partes ouvirem mais uma à outra e serem cautelosas no uso da voz. Foi identificado que a saída é um comportamento incomum, mas o conflito está presente. Além disso, destaca-se que há lealdade ao setor público por instituições com maior poder econômico, principalmente em grandes projetos. Concluiu-se que a interação entre empresas e setor público, apesar do predomínio da lealdade, não se traduz em cooperação com o objetivo de definir e implementar objetivos estratégicos comuns.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de toda conceituação sobre a importância da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, os resultados das pesquisas publicadas na base *Scielo* evidenciam conclusões parecidas no que se refere à falta de participação dos setores público, privado e sociedade para o desenvolvimento do turismo, presumindo pouca participação ativa dos órgãos estaduais de turismo, dificuldade nas execuções das políticas públicas, deficiência no processo de descentralização do turismo, resultando em consequências para o futuro do turismo pela falta de união dos setores. Dias (2003) descreve que a falta de planejamento participativo no turismo acarreta em ações irreversíveis para o fortalecimento do setor, concluindo no atraso tecnológico, social e desenvolvimento econômico.

Com relação à base de dados internacionais, os resultados dos trabalhos são semelhantes com as pesquisas anteriores apresentadas, demonstrando artigos direcionados para pesquisas de atividades do Ministério do Turismo como: a avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR) na cidade de Porto Seguro; pesquisa sobre os circuitos turísticos no Brasil, abordando o programa de Regionalização do Ministério do Turismo; a estruturação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte; e, estudo de políticas públicas de turismo proporcionando promoção na demanda turística. Nos artigos indexados na *Scopus* e na *Web of Science*, verificou-se pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas na metodologia utilizada, conforme ilustra o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Objetivos, metodologias e resultados dos artigos da base de dados Scopus e Web of Science

OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
Analisar a lei orgânica e plano diretor de Brotas que sustentam as políticas públicas de lazer.	Descritivo analítico e análise documental.	A legislação em Brotas apresenta um equilíbrio entre lazer esportivo e o lazer turístico, indicando que a renda oriunda do turismo deveria ser aplicada em políticas públicas local, porém, os resultados são mais voltados para o setor privado e não faz jus as políticas públicas para o munícipe.
Avaliar os impactos sociais do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) no Nordeste no município de Porto Seguro, Brasil	O método baseia-se na técnica de diferença e utilizando os microdados dos Censos Demográfico de 1991 e 2000.	Os resultados sugerem avanços sociais com o alívio à pobreza, sendo os benefícios distribuídos em geral de forma igualitária entre população nativa e migrante. Há uma piora relativa na questão sanitária, que se configura em um sério problema ambiental de médio e longo prazo, cujos custos são em sua maioria absorvidos pela população nativa. Conclui-se que a manutenção do capital natural é o principal problema que afasta o turismo ofertado em Porto Seguro do conceito de sustentabilidade.
Analisar os instrumentos de planejamento que guiam e estabelecem contexto para os investimentos do Ministério do Turismo: o Plano Nacional de Turismo, o Plano Plurianual e as leis orçamentárias.	Discussão teórica. Essa discussão é complementada com uma análise qualitativa e quantitativa de alguns aspectos que envolvem o planejamento turístico em âmbito nacional.	Os resultados trazem considerações e subsídios para o contexto analisado, em especial a necessidade de maior articulação institucional e fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo, principalmente da atuação do Conselho Nacional de Turismo, com real capacidade de influenciar ações e qualificar o debate estratégico do setor de turismo no Brasil. O que se vê é uma descontinuidade do Plano Nacional de Turismo.

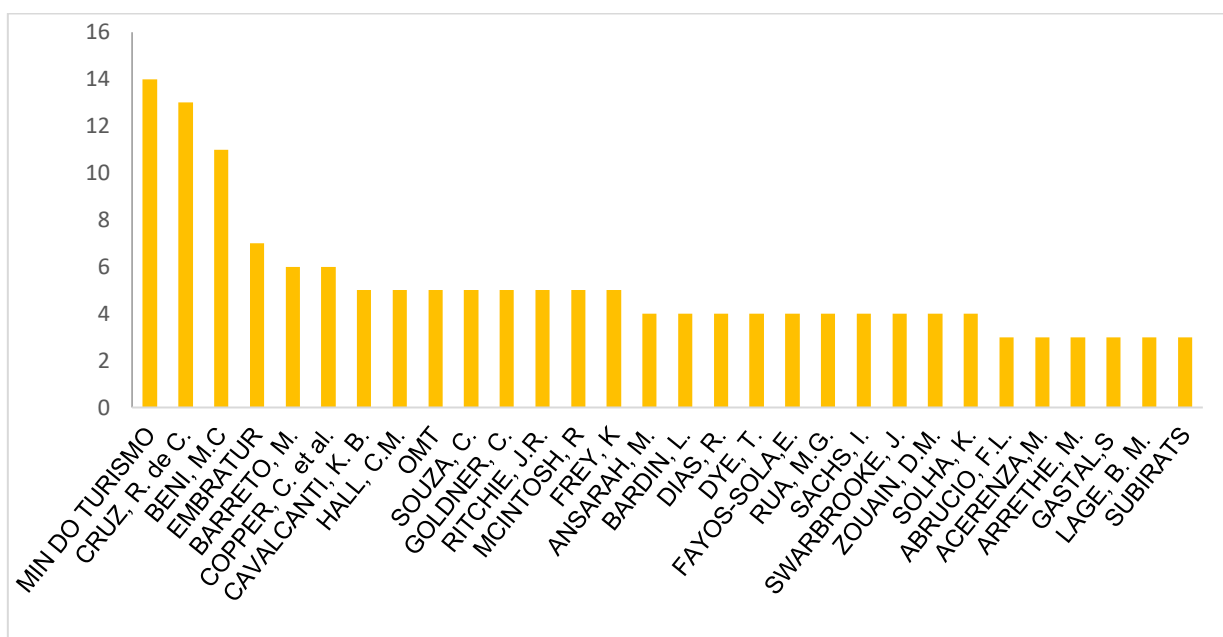
<p>Investigar os circuitos turísticos como uma nova modalidade de governança territorial do turismo no Brasil.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica, apoiada em referencial teórico econômico-geográfico, além do levantamento dos principais circuitos turísticos do Estado de São Paulo.</p>	<p>Conclui-se que a construção da governança territorial nos circuitos turísticos é um processo recente e parcial e que reforça o caráter territorial das regiões turísticas. Tal apropriação ocorre em termos econômicos, com a estrutura produtiva e a economia industrial e de serviços, atrativos e registros da identidade dos territórios e que atraem o turismo devido à peculiaridade de algumas paisagens regionais, fluxo este que pode criar economias de escala além da capacidade de controle.</p>
<p>Analisar como o bairro de praia de Ponta Negra (Natal, RN), no Nordeste do Brasil, passou a vivenciar o desenvolvimento turístico intensivo que agora o caracteriza. Suas origens como uma vila de pescadores, seu surgimento gradual como um resort local e a internacionalização de seu turismo no final do século XX são examinadas.</p>	<p>A análise aqui apresentada baseia-se em dados empíricos coletados durante um período de trabalho de campo etnográfico em que as metodologias predominantes incluíram observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental e estatística.</p>	<p>A discussão desse processo demonstra como as políticas públicas têm desempenhado um papel importante não apenas na configuração do modelo de urbanização e planejamento espacial adotado, mas também na definição da Europa como o principal foco geográfico da internacionalização turística, na criação de condições atrativas para o investimento estrangeiro. Ao mesmo tempo, essa discussão da apropriação capitalista-turística de Ponta Negra, a europeização e sua (re) produção como lugar de desejos contribuem para uma melhor compreensão das espacialidades ambivalentes e das múltiplas tensões que coexistem hoje na vizinhança.</p>
<p>Entender o processo de implementação e estruturação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte. Esta política de cunho regional envolve parcelas dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e estudo das fragilidades e limitações do Plano Meio-Norte. As informações foram através de dados secundários disponibilizados pelas instituições governamentais ou reguladoras.</p>	<p>Enfatiza-se que o PDSRT do Meio-Norte apresenta expressiva fragilidade como instrumento de desenvolvimento do turismo, configurando-se, até o momento, como incapaz de promover projetos estruturantes de caráter econômico-social. Isso ocorre em virtude de que várias discussões envolvendo os três estados – Ceará, Maranhão e Piauí – não são realizadas. Esses e outros fatores são deixados de lado para a construção de um Plano com base em discursos regionais e de integração.</p>

<p>Analisar, de um lado, as políticas públicas tomadas no país para fomentar o turismo nacional e, de outro, a segmentação da demanda turística no mercado brasileiro no período recente.</p>	<p>Pesquisa exploratória, descritiva e fundamentada na revisão bibliográfica e documental.</p>	<p>Considera-se que as políticas públicas não só criaram condições para os brasileiros despenderem com o turismo doméstico, como contribuíram para o ganho de competitividade do turismo brasileiro no mercado mundial. Ademais, observou-se que a intenção de viajar cresceu entre os brasileiros em 2015. No que se refere ao turismo receptivo, a chegada de turistas estrangeiros ao Brasil cresceu 9,1% ao ano, em média, de 1970 a 2014. Entre os principais países emissores de turistas ao mercado doméstico, estão: Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Uruguai e Chile.</p>
<p>O objetivo deste artigo é caracterizar as atividades dos conselheiros enquanto etapas de um ciclo político e a forma como estão organizados para decidir sobre políticas, a partir dos casos de conselhos gestores municipais de Turismo de Ouro Preto e de Tiradentes, Minas Gerais, Brasil</p>	<p>Os procedimentos metodológicos foram guiados por uma abordagem qualitativa. Utilizou-se o método de estudo de caso múltiplo. As técnicas de coleta de dados contemplaram entrevistas e pesquisa documental. A interpretação dos dados ocorreu a partir das categorias que emergiram da revisão bibliográfica e da análise de conteúdo temática.</p>	<p>Os resultados evidenciam que as atividades dos conselheiros, enquanto etapas de um ciclo político, apresentam distanciamentos na agenda, implementação e avaliação. Em ambos os conselhos gestores, as convergências entre o que é esperado e observado em termos de políticas públicas só ocorre na formulação. A não paridade e a representação vinculada apresentaram-se como elementos que põem em risco a igualdade de oportunidade de participação de membros da sociedade e do governo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Revela-se que apesar das ações das políticas públicas em turismo no Brasil estarem em ascensão, os resultados salientam que na prática a conceituação teórica das políticas públicas não acontece, onde se percebe uma inoperância do poder público na execução, e a inércia da participação efetiva do poder privado e da sociedade civil. Entretanto, as pesquisas acadêmicas são capazes de difundir o conhecimento, de maneira que essa linguagem consiga mudar ações, legislações e articulações para a consolidação do setor do turismo. Verifica-se o exemplo no Estado de São Paulo no Brasil, que com a nova lei nº 1.261 de 2015, os conselhos municipais de turismo passaram a ser deliberativos e não mais só consultivos, efetuando a participação obrigatória da sociedade organizada nas decisões do desenvolvimento do turismo.

Dentre os 29 artigos selecionados verificou-se um resultado de 723 referências publicadas, constatando que, após as consultas de dados no *site* do Ministério do Turismo, os autores mais citados nas referências bibliográficas e no corpo do texto, são os autores brasileiros Rita de Cássia Cruz e Mário Carlos Beni, que possuem diversos livros e artigos sobre o tema turismo e políticas públicas, seguidos dos autores internacionais Cris Cooper, Collin Michael Hall, Charles Goeldner, Brent Ritchie, Roberto McIntosh, Margarita Barreto, e dos nacionais Keila Brandão Cavalcanti, Celina Souza, Marília Ansarah, Reinaldo Dias, Maria das Graças Rua, entre outros autores. O Gráfico 3 ilustra os autores que foram citados mais de três vezes na totalização das referências das 29 pesquisas analisadas.

Gráfico 3 - Autores mais referenciados na pesquisa bibliométrica

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, torna-se essencial elencar que as obras mais referenciadas se diferem dos autores mais citados, por se tratar de autores que contém mais de uma obra e/ou pesquisa publicada. Os artigos selecionados contêm 723 obras nas referências, com uma média de 25 títulos por artigo estudado. Dentre as obras referenciadas mais de três vezes, as nacionais são as que mais se destacaram, por se tratar de um estudo de pesquisa no Brasil, resultando em autores de grande visibilidade na área do turismo e de políticas públicas, como Mário Carlos Beni (turismo e políticas públicas), Rita de Cássia Cruz (turismo e políticas públicas), Celina Maria Souza (políticas públicas), Marília Ansarah (turismo e políticas públicas), Reinaldo Dias (turismo e políticas públicas), Maria das Graças Rua (políticas públicas), Margarita Barreto (turismo e políticas públicas), Keila Cavalcanti (turismo e políticas públicas), Suzana Gastal (turismo e políticas públicas), Marustska Martini Moesch (turismo e políticas públicas), Leonardo Secchi (políticas públicas), e Klaus Frey (políticas públicas).

As obras de Beni (2006), Cruz (2002) e Souza (2006) foram as que mais se repetiram com 28%, 24% e 21% respectivamente, comparadas com o total das obras encontradas nos 29 artigos, expressando obras fundamentais para leitura

sobre pesquisas de turismo e políticas públicas. Nota-se que, os dois autores mais citados são da Universidade de São Paulo (USP), na qual o professor Mario Carlos Beni é Livre Docente em Turismo, Doutor em Ciências da Comunicação e professor titular aposentado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), além de ser colaborador de diversos periódicos científicos de turismo nacional e internacional. A professora Rita de Cássia Cruz também pertence ao quadro de docentes da USP, porém vinculada ao departamento de Geografia da Universidade, com doutorado em Geografia, publicações e grupos de pesquisa relacionados a políticas públicas, planejamento, território e produção do espaço, conforme demonstra a Tabela 6.

Tabela 6 – Principais obras nacionais referenciadas

OBRAS DE AUTORES NACIONAIS	Repetição	%
BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil . São Paulo: Aleph, 2006	8	28%
CRUZ, R. de C. Política de turismo e território . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002	7	24%
SOUZA, C. Políticas Públicas : uma revisão de literatura. Revista Sociologias. Ano 8, nº 16, p. 20-45, 2006	6	21%
BENI, M. C. Análise estrutural do turismo . São Paulo: Senac São Paulo, 2006.	5	17%
ANSARAH, M. Turismo : como aprender, como ensinar. Vol. 2, São Paulo: Senac, 2001	4	14%
DIAS, R. Planejamento do Turismo : Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003	4	14%
RUA, M. G. Análise de políticas públicas : conceitos básicos. Programa de apoio à Gerência Social no Brasil, 1997	4	14%
BARRETO, M. <i>et al.</i> Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais . São Paulo: Papyrus, 2003	3	10%
BARRETTO, M. Planejamento responsável do turismo . Campinas, SP: Papyrus, 2005.	3	10%
CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. S. Política de turismo no Brasil . Turismo em Análise, São Paulo, v.13, n.2, nov. 2002	3	10%
FREY, K. Análise de Políticas Públicas : algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. Cad.de Pesquisa. n.18, 1999.	3	10%
GASTAL, S.; MOESCH, M. Turismo, políticas públicas e cidadania . São Paulo: Aleph, 2007	3	10%
SECCHI, L. Políticas Públicas : Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.	3	10%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise dos autores internacionais, a obra mais citada com 24% é a de Cooper; Fletcher; Wanhill; Gilbert e Shepherd (2001), ressaltando uma obra clássica do turismo que aborda conceitos, demanda turística, destinos turísticos, planejamento, *marketing* do turismo, entre outros elementos. Em seguida com 21%, o livro de Hall (2008), que descreve sobre políticas, processos e relacionamentos do planejamento turístico. O artigo de Eduardo Fayos-Solá publicado na revista *Tourism Management* também é revelado como uma das obras mais citados nas referências com 17%. O texto de Fayos-Sola (1996) titulado “Tourism policy: a midsummer night's dream?” traduzido como “Política de turismo: um sonho de uma noite de verão?”, descreve sobre o desenvolvimento de uma política de turismo até a sustentabilidade e sua competitividade, além de demonstrar modelos de planos nacionais de políticas públicas.

Goldner, Ritchie, McIntosh (2002) e a obra de introdução ao turismo da Organização Mundial de Turismo (OMT) (2001) também são reveladas com 14% das referências dos 29 artigos analisados, seguidos da obra de Dye (2009), com 14%, que retrata sobre políticas públicas. Nota-se que a obra de Laurence Bardin (1977) se encontra em 17% dos estudos, revelando que a maioria dos artigos analisados utilizou a metodologia da pesquisa qualitativa com análise de conteúdo para a discussão dos resultados. A Tabela 7 ilustra as principais obras internacionais relevadas e repetidas mais de três vezes na análise bibliométrica dos artigos selecionados.

Tabela 7 - Principais obras internacionais referenciadas

OBRAS DE AUTORES INTERNACIONAIS	Repetição	%
COOPER, C.; <i>et al.</i> Turismo : princípios e práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001	7	24%
HALL, C. M. Tourism planning : policies, processes and relationships. 2nd ed. Pearson, 2008.	6	21%
BARDIN, L. Análise de Conteúdo . Lisboa: Edições 70, 1977	5	17%
FAYOS-SOLÁ, E. Tourism policy : a midsummer night's dream? <i>Tourism Management</i> . V 17, N. 6, pp. 405-412, 1996.	5	17%
DYE, T. Understanding public policy . Longman, New York, 2009	4	14%
GOELDNER, C.R.; <i>et al.</i> Turismo : princípios, práticas e filosofias. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.	4	14%
OMT. Organização Mundial do Turismo . Introdução ao Turismo. São Paulo: Roca, 2001	4	14%
ACERENZA, M. A. Administração do turismo : conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002	3	10%

Fonte: Elaborado pela autora.

Evidencia-se uma lacuna de obras determinantes, a qual deveria ser repetida na maioria dos textos como um conteúdo indispensável para teoria das políticas públicas de turismo, elencando que, apesar das obras dos autores do Beni (2006), de Cooper; Fletcher; Wanhill; Gilbert e Shepherd (2001), Cruz (2002) e Hall (2008) serem as mais repercutidas, não foram citadas em 30% dos textos, ilustrando um índice menor ainda quando comparado com o total de 723 referências, sinalizando um índice de 1,1 % da obra de Beni (2006); 0,97% para Cooper; Fletcher; Wanhill; Gilbert e Shepherd (2001); 0,97% para a referência de Cruz (2002); e, 0,83% para Hall (2008).

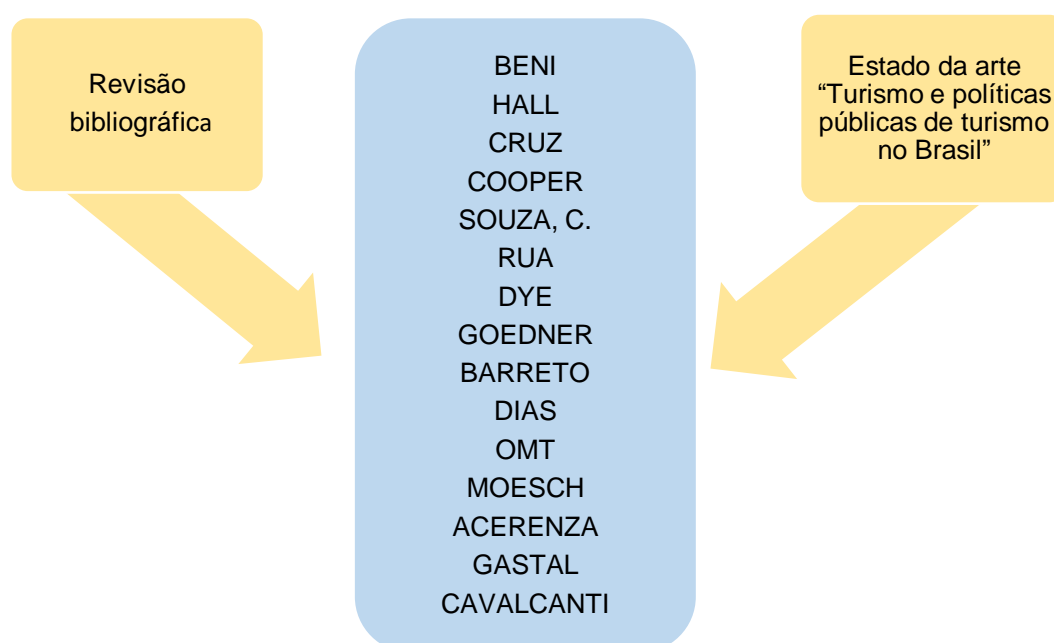
Ao se analisar os artigos selecionados, denota-se que 48% dos estudos descreveram sobre políticas públicas de turismo no âmbito nacional, retratando propostas do Plano Nacional de Turismo, política dos processos participativos, envolvimento dos atores do turismo, trajetórias das políticas públicas, regionalização do turismo, participação entre o empresário e o setor público, e, segmentação da demanda no mercado. Enquanto que 52% das pesquisas analisaram estudos de políticas públicas de turismo em locais específicos como; política pública de turismo no Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina, Recife, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Brotas-SP, Porto Seguro-BA, Ponta Negra no Nordeste, Ceara e Piauí.

A partir da condução da análise bibliométrica, verificou-se que o tema de políticas públicas de turismo no Brasil encontra-se incipiente com relação aos demais assuntos relacionados à atividade turística, com grande ascensão e necessidade de pesquisas na área, com autores que consigam realizar estudos constantes para a necessidade de referências continuadas e atuantes, apesar da pesquisa revelar um despertar crescente de interesse nessa área. A carência de pesquisas que existe sobre o tema turismo e políticas públicas no Brasil evidenciam a gama de oportunidades de estudos para a aplicação e a produtividade do turismo no contexto governamental.

Ressalta-se que as pesquisas sobre o tema turismo e políticas públicas no Brasil é um campo que se encontra com um longo percurso ainda para ser trilhado, com

estudos que possam evidenciar a importância da teoria e da prática na aplicabilidade das políticas públicas de turismo, para que o setor possa crescer com maturidade e sustentabilidade no Brasil. Todavia, as pesquisas analisadas trouxeram o “estado da arte” das publicações e autorias condizentes com o tema da pesquisa, alinhando um arcabouço teórico com os vários autores evidenciados na revisão de literatura da presente pesquisa, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 - Arcabouço teórico com o estado da arte



Fonte: Elaborado pela autora.

Após análise dos estudos científicos sobre o tema proposto, as próximas seções abordarão a conceituação de turismo, políticas públicas de turismo e a relação do planejamento turístico com as políticas públicas de turismo para melhor entendimento e análise da trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil.

2.2 Turismo e seus conceitos

A definição de turismo é vista por vários autores (ACERENZA, 2002; BARRETO, 2000; BENI, 2019; BLANCO, 1990; BOLULLÓN, 2002; BURKART, MEDLIK, 1981; COOPER *et al.*, 2001; FUSTER, 1991; IGNARRA, 2013; JAFARI, 2005; LEIPER, 1979; MONTEJANO, 2001; OMT, 2001, 2005; PANOSSO NETTO, 2009; TRIBE,

2006), que retratam a conceituação de turismo por visões que entrelaçadas refletem o deslocamento de pessoas que viajam por vários motivos e demandas (GNOTH, 1997; MASLOW, 1989;SWARBROOKE;HORNER, 2002), que não seja a finalidade de trabalho para um local fora de seu *habitat*.

Elencar uma data que marca o início do turismo para compreender seu conceito é complexo, haja vista que desde o início dos tempos o homem sempre se deslocou pelos mais variados motivos, como invasões, guerras, conquistas, religiões, negociações entre outros (GRABURN; JAFARI, 1991). No entanto, os deslocamentos dos homens se manifestaram de forma propulsora no império romano com o avanço das estradas, hospedarias, e procura pelas águas termais, apesar dos grandes assaltos existentes naquela época (BENI, 2019; REJOWSKI *et al.*, 2002). O período renascentista, com as conquistas do comércio, da agricultura, dos negócios e o interesse pelas novas culturas e estudos, marcou o período do *grand tour*, que foram as viagens praticadas pelos jovens da burguesia em busca de novos conhecimentos e experiências culturais, com duração de até três anos de viagem (ACERENZA, 2002; BENI, 2019).

Com a revolução industrial, o desenvolvimento dos meios de transportes nas locomotivas a vapor, navios e trens, o turismo teve um grande avanço, destacando-se pelo número de viagens. Sua marca nesta época se deu a Tomas Cook, pioneiro e criador da concepção de agências de viagens, que a partir da viagem de 570 pessoas na Inglaterra que teve um grande sucesso, começou a idealizar diversos passeios com qualidade e comodidade (MONTEJANO, 2001). Todavia, o período da Segunda Guerra Mundial marca um tempo de crise para o turismo, que só com o fim da guerra que os números de viagens voltaram a crescer (FUSTER, 1974). Trigo (2001) descreve que um dos pontos mais visitados após a Segunda Guerra Mundial foi a Europa, devido aos cenários deixados pelo ocorrido.

Fuster (1974, 1991) ainda salienta que após a guerra mundial o turismo é visto economicamente, gerando divisas e investimentos para muitos povos. Esse fato é devido ao aumento do tempo disponível das pessoas para o descanso, em que o tempo era dividido em tempo de trabalho e tempo ócio, que evoluiu de 64 para 77

horas de descanso semanal (RABAY, 2003), influenciando esse tempo livre nas demandas turísticas. É notório que o turismo se favorece nas sociedades pós-industriais (TRIGO, 2001), se beneficiando dos avanços tecnológicos, mudanças culturais, crescimento econômico mundial além das negociações internacionais.

Barretto (2000) acentua que o turismo movimenta os três setores da economia, utilizando-se de bens primários como os alimentícios, do setor secundário com o setor da construção civil e principalmente o setor terciário na utilização da prestação de serviços, podendo serem vistos claramente em uma localidade turística. Rabay (2003) descreve que a atividade além de movimentar economicamente divisas positivas, gera renda, emprego e atua diretamente nos fatores sociais, culturais e ambientais de uma localidade.

Nessa perspectiva, o fato de a atividade apresentar um caráter multidisciplinar faz das pesquisas acadêmicas se diferirem em diversos aspectos, pois o turismo pode ocorrer com vários objetivos como fins comerciais, estatísticos, jurídicos, sociais, ambientais, culturais, econômicos e outros. Os primeiros estudos sobre o Turismo iniciaram-se por volta de 1910, pelo economista austríaco Herman Von Schullard, conceituando-o como a atividade “que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (MOESCH, 2000, p. 10).

A Organização Mundial do Turismo, a OMT (2001,) descreve que, em 1942, os autores W. Hunziker e K. Krapf, da Universidade de Berna, definiram o turismo como o conjunto dos fenômenos e suas relações com o surgimento dos deslocamentos das pessoas, desde que não se fixam em residências permanentes e nem exerçam atividades remuneradas. Comparando-o com o conceito de Herman Von Schullard, observa-se que esses estudiosos começaram a preocupar-se com o deslocamento não remunerado. Contudo, o conceito de W. Hunziker e K. Krapf ainda deixa a desejar (OMT, 2001), devido ao fato de não apresentar aspectos sociais, pois são aspectos culturais, educacionais, recreativos que levam a considerar o turismo, não apenas como atividade econômica, mas também uma atividade social.

O órgão oficial de turismo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2001), destaca que o turismo compõe as atividades que as pessoas realizam em viagens para locais fora do seu *habitat*, por um tempo que seja inferior a um ano, derivado por diversos propósitos como negócio, lazer e outros. No que concerne à completude da atividade turística, pode-se ressaltar que a definição da OMT (2001) é bastante ampla, pois destaca as características mais importantes para a concretização da atividade como o motivo do deslocamento, sendo este voluntário; a localização da viagem, tendo esta que ser fora da residência; o tempo predeterminado para a realização da viagem, sendo este superior a vinte e quatro horas e inferior a um ano, tempo até um pouco extenso comparado ao tempo de permanência estabelecido por meio dos vistos de diversos países.

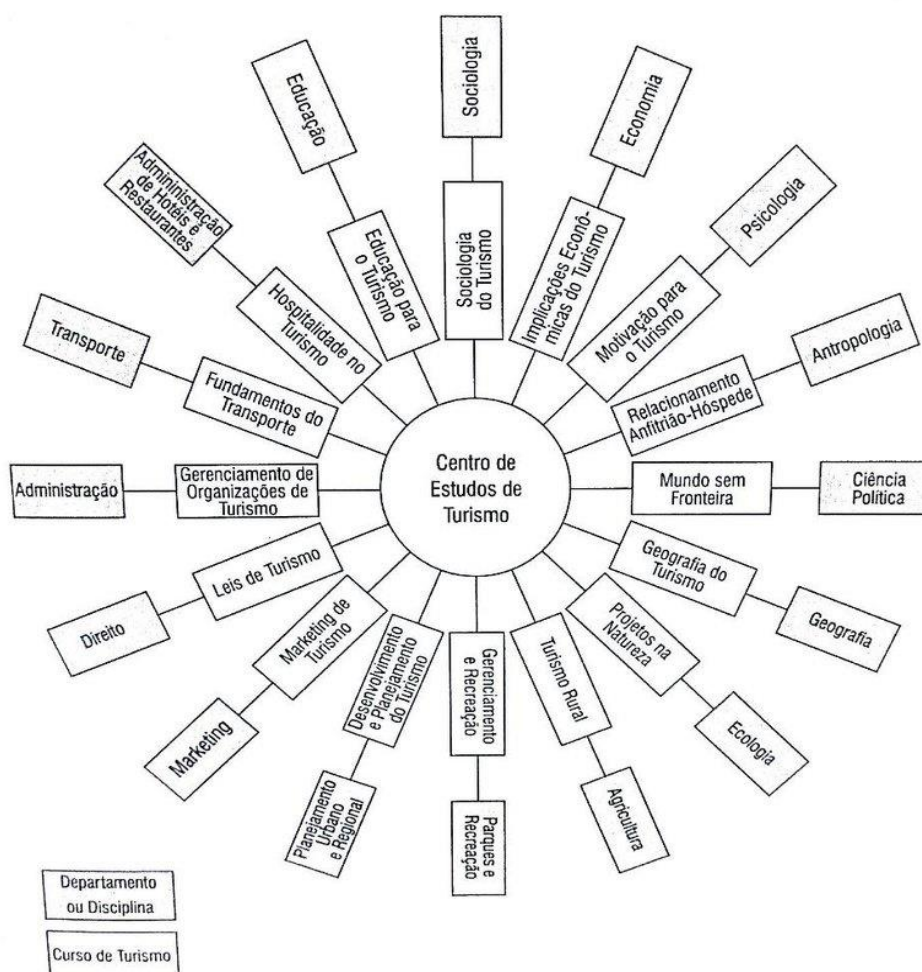
Para Burkart; Medlik (1981) o turismo está conceituado no deslocamento curto de pessoas para lugares fora de suas moradias e de trabalho e compreende as atividades que são empreendidas durante o tempo de permanência nos destinos. Ignarra (2013) descreve que o turismo assimila as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens nos locais diferentes fora de suas residências, por um tempo inferior a um ano, movido pelas mais variadas finalidades. Com o objetivo de ilustrar o tempo determinado para a concretização da atividade turística, Rejowski *et al.* (2002) salientam que essa atividade é caracterizada pelo deslocamento de pessoas com tempo de permanência mínima de vinte e quatro horas no local visitado, utilizando os equipamentos e serviços locais. O turismo é uma atividade que tem os mais diversos motivos para realização de viagens e, por essas razões, se os turistas permanecem no local visitado por mais de vinte e quatro horas, movimenta toda uma cadeia produtiva devido ao efeito multiplicador (BENI, 2019; HALL, 2001).

Na tentativa da busca da conceituação do turismo, Fuster (1974) salienta que turismo é uma conjunção de que de um lado têm-se os turistas e do outro as relações que o turismo produz, acarretando efeitos positivos e negativos. Mathienson; Wall (1982) consideram o turismo como um conjunto de fatores na qual o deslocamento de pessoas para outros locais fora de suas residências, às atividades que as pessoas realizam nos locais de destino e as necessidades das

satisfações realizadas constituem o turismo. No entanto, os autores apresentam fragilidade (CUNHA, 2001) no conceito, pois não abordam sobre a não remuneração no destino. Outra definição pode ser vista por De La Torre (1992,) que enfatiza que o turismo pode ser caracterizado como um fenômeno social, compreendendo o deslocamento temporário e espontâneo de pessoas que se deslocam de suas casas para outro local por razões de descanso, cultura, saúde, sem exercer atividades lucrativas estabelecendo relações sociais, econômicas e culturais.

Jafari (2001, 2005) descreve que o interesse do turismo após a segunda guerra mundial tem aumentado pela procura do turismo sustentável preocupado com o futuro e as próximas gerações. Para o autor, o estudo do turismo deveria ser transdisciplinar, o que se torna complexo por razões de custo, integração de professores, tempo de estudos, entre outros aspectos. Jafari (2005) salienta a importância da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade para os avanços do conhecimento do turismo, abordando que o conhecimento do turismo deve vir agregado de outros departamentos, contribuindo para análises e interpretações do fenômeno do turismo (FIGURA 3).

Figura 3 - Modelo de produção do conhecimento em turismo de Jafari (2005)



Fonte: Jafari (2005, p. 46).

Além do modelo de produção do estudo do turismo, Jafari (2005) ilustra a construção desse conhecimento baseado em quatro plataformas cronológicas denominadas: plataforma favorável, desfavorável, conciliadora e científica. Para o autor, a primeira abordagem do estudo do turismo foi prevalecida no pensamento do bem, denominada plataforma favorável, que enfatizava o turismo na dimensão socioeconômica, focada na geração de divisas, empregos, preservação da natureza, da cultura, melhora do meio ambiente entre outros aspectos. A segunda plataforma denominada desfavorável destacava os pontos maléficos que o turismo pode trazer como, danificação dos recursos naturais, disseminação de doenças, poluição sonora, poluição social, aumento do crime, etc. A terceira plataforma chamada de conciliatória traz à tona a importância da população local, respeitando as

comunidades com suas culturas, seus atrativos locais, podendo escolher os tipos de turismo. Por fim, a quarta plataforma científica formada por pesquisadores e professores, que estruturam de forma sistemática o conhecimento do turismo.

Beni (2001) salienta que a definição de Jafari (2005) de que o turismo é a soma do estudo do homem fora de sua residência, da indústria que contempla suas necessidades, e das consequências que ambos geram no local de destino como físico, sociocultural e econômico; chama a atenção para o estudo dos fenômenos e das relações que acontecem, gerando a necessidade de integrar na teoria do turismo outros conceitos e teorias como sociologia, antropologia, geografia, política, ecologia e outros. Lohmann; Panosso Netto (2008) e Rejowski (2015) descrevem a quinta plataforma de Jafari denominada plataforma pública, motivada devido aos atos terroristas, quando o turismo ganhou visibilidade e importância sendo convertido em uma agência das Nações Unidas.

Torna-se elementar uma pequena compreensão do conceito de demanda por turismo para o entendimento do todo. Muitos são os autores que escrevem sobre o assunto, como Acerenza (2002), Beni (2001), Braga (1999), Cunha (1997, 2001), Montejano (2001), Rabahy (2003), Sessa (1982). Dentre eles, Lage; Milone (2000, p. 26) o interpretam como “a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período de tempo”, pode-se observar que quanto mais bens e serviços turísticos um local oferecer com qualidade para a satisfação do consumidor, maior será a sua demanda. Os estudos sobre a demanda turística, de modo geral, têm como objetivo explicar o comportamento do consumidor do turismo, estudar o fluxo de entradas de pessoas, podendo evidenciar o aumento e até a melhora da demanda de um determinado local. É possível observar muitas localidades, com excelentes potenciais, sem nenhuma demanda turística como também locais afetados negativamente devido ao excesso da procura (ANDRADE, 2002).

A demanda turística é formada por diversos fatores como lazer, descanso, *status*, estudos, religião, porém, dentre os motivos que influenciam a procura por turismo, três podem ser destacados: disponibilidade de tempo para o lazer, renda disponível

e motivação (SWARBROOKE; HORNER, 2002). Cunha (1997) salienta que a razão de um turista escolher determinado local por um determinado preço se fundamenta no fato de o destino corresponder à necessidade de satisfação desse visitante. Entretanto, Krippendorf (2001) ressalta que a viagem do indivíduo é motivada muito mais pelo desejo de deixar alguma coisa do que pelo de ir para algum lugar, em suma, é o fato de sair da rotina, deixar o cotidiano e ir para outro lugar por um determinado período. Swarbrooke; Horner (2002, p. 84) afirmam que generalizar o tema dos fatores que determinam e motivam a demanda turística é questão de necessidade, em que é de destaque reconhecer que “as experiências do turismo podem variar de férias para férias, de turistas para turistas. Falar em experiência turística parece implicar uma homogeneidade que, na verdade, nem sempre ocorre”, podendo essas serem diferenciadas pelos mais variados fatores motivacionais (que motivam a efetivação da viagem) e fatores determinantes (aqueles que determinam realmente a realização da viagem)(GNOTH, 1997; MASLOW, 1989; SWARBROOKE; HORNER, 2002).

Apesar de o turismo ser objeto de vários pesquisadores na área acadêmica, governamental e não-governamental os estudos apontam conceitos de acordo com a formação e ponto de vista individual (SOUZA, 2010). Leiper (1979) enfatiza três linhas com características próprias para a definição de turismo independente do campo de atuação, sendo estas divididas em definições técnicas, holísticas e econômicas. A definição técnica compreende pontos de vista formal com dados estatísticos; a holística abrange a essência total do assunto, reconhece que o turismo abarca muitos aspectos e uma abordagem inter e multidisciplinar; e a econômica reconhece as implicações econômicas da atividade.

O conceito de turismo é um processo interpretativo e uma atividade bastante complexa, sendo importante estudá-la não em partes isoladas, mas como um todo completo. Fernandes; Coelho (2002) afirmam que o relevante não é encontrar uma definição perfeita e definida para o turismo e sim entendê-lo, compreendê-lo e estudá-lo como acontecimento que efetivamente é. Para uma concretização eficaz da atividade turística, esta deve vir adjunta de fatores inter-relacionados, que se distinguem em demanda, oferta, espaço geográfico e operadores de mercado (BENI,

2001). A união desses fatores faz com que a atividade ocorra de forma planejada para a satisfação de todos os envolvidos, direta ou indiretamente. Não cabe neste estudo aprofundar-se a esses fatores, apenas foram apresentados para uma melhor compreensão do todo da atividade turística para o entendimento do conceito de turismo.

Observa-se que a conceituação do turismo pode ser compreendida por várias visões, abrangendo olhares técnicos, holísticos, dimensionais que compreendem a intenção de definir um conceito, em que o maior motivo da atividade turística é o deslocamento de pessoas. Nessa perceptiva, o Quadro 7 apresenta os principais autores elencados na pesquisa para o modelo de definição do conceito de turismo, norteando uma melhor compreensão da definição para o estudo para o leitor.

Quadro 7 - Resumo dos principais autores selecionados sobre o conceito de turismo

	Autores	Sistematização
TURISMO	Beni (2001); Burkat; Medlik (1981); Cooper <i>et al.</i> (2001); De la torre (1992); Fuster (1974, 1991); Ignarra (2013); Jafari (2001, 2005); OMT (2001); Rejowski <i>et al.</i> (2002).	O deslocamento de pessoas que viajam por vários motivos e demandas que não seja a finalidade de trabalho para um local fora de seu habitat. Apesar de o turismo ser objeto de vários pesquisadores na área acadêmica, governamental e não-governamental os estudos apontam conceitos de acordo com a formação e ponto de vista individual (SOUZA, 2010).

Fonte: Elaborado pela autora.

Torna-se fundamental compreender que para a conceituação de turismo acontecer em uma localidade, é necessário que o local apresente produtos turísticos que englobam recursos ou atrativos que efetivam o deslocamento de pessoas para essas localidades. Os atrativos podem ser naturais, culturais, artificial, científicos, de eventos, entre outros que tem o papel fundamental de atrair o turista ao local (BARRETO, 2001; BENI, 2001; BRASIL, 2011). Para Boullon (2002), Beni (2011) e Valls (2006) o atrativo é a matéria prima do turismo, sendo o elemento principal do processo turístico para uma destinação na composição do produto turístico.

Um produto turístico é composto por uma combinação de atrativos naturais e culturais, equipamentos, serviços e bens determinados e organizados para serem consumidos pelos turistas (BENI, 2019; BOULLON, 2002; BRASIL, 2011; COOPER *et al*, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO (2008); RUSCHUMANN, 2016; SOUZA, 2010; VALLS, 2006).

Salienta-se também a importância da infraestrutura turística disponibilizada ao turista na composição do produto turístico. Souza (2010) descreve que a infraestrutura turística pode ser compreendida como o conjunto de obras, edificações e serviços oferecidos aos turistas além de compreender as necessidades dos moradores. Barreto (2001) ressalta que a infraestrutura para o turismo pode ser interpretada por dois eixos denominados de infraestrutura e equipamentos/serviços, na qual a infraestrutura pode ser fragmentada pela infraestrutura de acesso e a básica urbana, e, os equipamentos/serviços devem ser os turísticos e os de apoio, conforme ilustra o Quadro 8.

Quadro 8 - Segmentação de Infraestrutura turística

Infraestrutura turística		
Infraestrutura	De acesso	Estradas, portos, aeroportos, metros, trens, rodoviárias. Infraestrutura que dão acesso ao núcleo. Fundamentais para a ligação do local de residência ao destino turístico.
	Básica urbana	Ruas, sarjetas, guias, luz, esgoto, asfalto, limpeza, água. Estruturas fundamentais para o morador.
Equipamentos / serviços	Turísticos	Hotéis, agências, trens turísticos, praças públicas temáticas, serviços de transportes turísticos, guias turísticos, recreacionistas. Estrutura que foram motivadas pelo interesse do turismo.
	De apoio	Postos de gasolina, farmácias, hospitais, bancos, loja de souvenirs, mercados, restaurantes. Estrutura fundamental para um município e de grande utilidade do turista, sendo indispensável para o turismo

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Barreto (2001), Brasil (2011), Lohmann; Panosso Netto (2008) e Souza (2010).

A combinação da infraestrutura, dos equipamentos/serviços e dos atrativos turísticos são os elementos da composição de um produto turístico, distribuídos de maneira organizada com capacidade de atender as necessidades e vontades dos turistas (SOUZA, 2010; BRASIL, 2011). Nessa linha de pensamento, na compreensão da conceituação do turismo, é importante salientar, que para um turismo de fato

acontecer na concepção de deslocamento de pessoas que viajam por vários motivos e demandas que não seja a finalidade de trabalho para um local fora de seu habitat, é importante que haja produtos turísticos de qualidade envolvidos no todo por meio de uma visão sistêmica de turismo.

2.2.1 Conceituação de turismo por meio da visão sistêmica de turismo

Para Leiper (1979) o estudo do conhecimento do turismo é fundamental na abordagem sistêmica comendo de elementos multidisciplinares e interdisciplinares. Beni (2001, 2019) aborda o turismo como um sistema, que pode ser considerado um todo integrado e suas partes não podem ser reduzidas, na qual o todo é maior que a soma das partes (VASCONCELLOS, 2002). Bertalanffy com sua obra intitulada “Teoria geral dos sistemas” em 1969 (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008) foi o pioneiro a apresentar a teoria dos sistemas que permite analisar o todo dividindo as partes para o entendimento do estudo, ressaltando o turismo como “sistema do turismo – SISTUR” (BENI, 2001, 2019). Para Beni; Moech (2016) o conhecimento do turismo não é linear, e está em revolução que progride por reformulações de suas bases teorias e princípios básicos, para um saber contínuo objetivável e não objetivo. No entanto, os autores (BENI; MOECH, 2016) retratam da importância da epistemologia para compreender o conceito e a teoria de turismo que, significa a teoria do conhecimento (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008) com uma verificação do pensamento de determinado assunto oferecendo parâmetros para aceitação ou não.

Tribe (2006) salienta que é importante ter cuidado na conjuntura dos conceitos de turismo sem validação, na qual a epistemologia do turismo tem por propósito de questionar sobre os usos dos conceitos do turismo. Apesar dos estudos da epistemologia do turismo ter avançado a partir da década de 90 (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008) os autores Beni; Moech (2017) descrevem que na construção do turismo as relações têm intencionalidade de sujeito denominadas pesquisador; a do objeto que concede a realidade do conhecimento; e, a estrutura do conhecimento, do saber, conforme ilustrado na Figura 4 pelas relações epistemológicas.

Figura 4 - Relações epistemológicas

Fonte: Beni; Moesch (2017, p. 434).

As relações epistemológicas “eu, estrutura do saber e o real” entrelaçam-se no contexto de que as pesquisas de turismo devem ter a característica do epicentro do ser humano, na qual na atividade do turismo são as pessoas que se deslocam e não as mercadorias (BENI; MOECH, 2017). Nos estudos da epistemologia, Popper (2003, p. 42) enfatiza que o conhecimento deve ser validado criando o critério da falseabilidade, na qual descreve que para validar uma hipótese é importante legitimá-la através de “recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico”. O exemplo factível de Popper é enunciado pela afirmação de que todos os cisnes são brancos, acreditando que a apesar da observação de vários cisnes serem brancos, por indução não pode generalizar que todos os cisnes são brancos. Para Popper o conhecimento avança quando o pesquisador consegue evoluir por meio das críticas, e a teoria cresce em degraus.

Ao contrário da teoria de Popper (2003) está a teoria de Kuhn (2001), com a teoria dos paradigmas científicos mais aplicados no conhecimento da atividade turística. Kuhn (2001) salienta os valores, crenças, abordando aspectos sociológicos, históricos e psicológicos para a descoberta da ciência, descrevendo que o progresso da ciência não é cumulativo por degraus e, para acontecer um novo conceito é

necessária uma ruptura de um paradigma para que o outro aconteça. Para o autor os paradigmas são as realizações científicas reconhecidas que, por algum tempo, oferecem problemas e soluções para uma comunidade que pratica ciência (KUHN, 2001).

Na linha de Kuhn (2001), o autor Panosso Netto (2005) salienta três abordagens de turismo por meio do estudo da fenomenologia, considerando-as por fases:

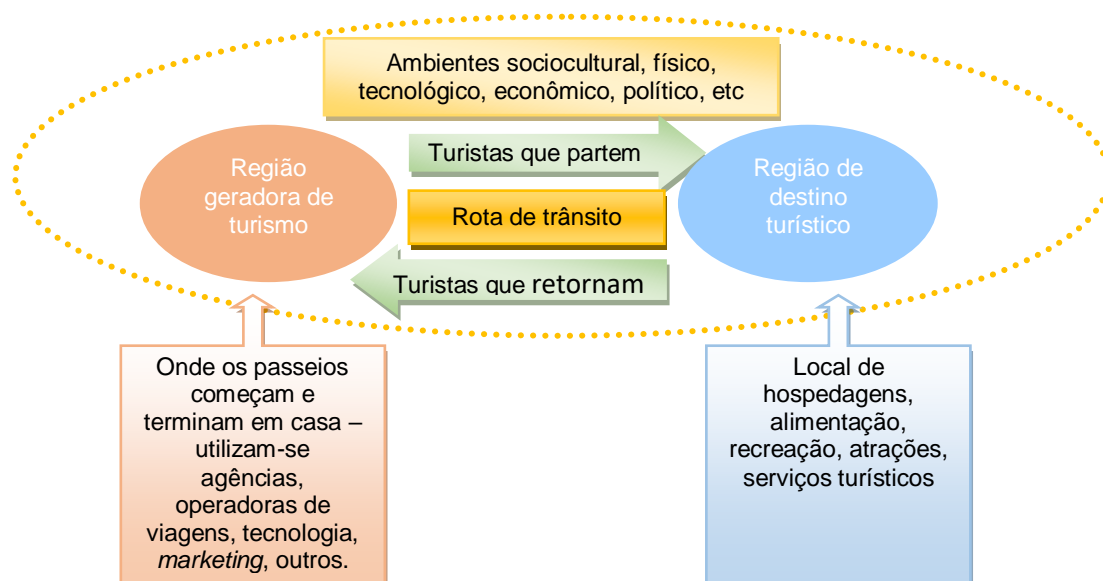
- a) Fase pré-paradigmática: formada por pensadores como Fuster (1974) e Burkart e Medlik (1981), nas primeiras tentativas de se conseguir uma teoria de turismo, porém não muito aceita pela comunidade academia;
- b) Fase paradigmática – formada por pesquisadores como Leiper (1979), Boullon (2002), Beni (2001, 2019), consiste na fase do sistema de turismo, na visão sistêmica, tendo grande impacto na academia pela prática e atuação dos conceitos de turismo;
- c) Fase de novas abordagens - destina-se aos estudos que buscam esclarecer as lacunas da fase paradigmática, ou seja, da visão sistêmica, proporcionando novos estudos de turismo. Nessa fase observam-se pesquisadores como Tribe (2006) e Jafari (2001).

Panosso Netto (2005) ainda ressalta que entre uma fase e outra, denominada área de transição encontram-se autores como Cuervo (1967), Martinez (2005), Molina (2003), Krippendorf (2001), Wahab (1991), que retratam conceitos de uma fase com aspectos de outra fase. No estudo epistemológico, Beni; Moesch (2017) apontam que o conhecimento do turismo não é seguido por uma linha reta, e está em constante evolução seguido de reformulações, por reconstruções no campo teórico e retificações nos seus princípios, acompanhando um percurso de conhecimento sempre objetivável e não objetivo por inteiro.

Apesar dos diversos autores mencionados, o presente trabalho apresenta os modelos de sistema de Leiper (1979), Beni (2001) e Boullon (2002) por acreditar que esses modelos são mais influenciáveis na realidade de um planejamento turístico. Corroborando, Cooperet *al.* (2001) descrevem que o conceito de turismo pode ser ponderado pela definição baseada na demanda ou na oferta, e que deve seguir uma

abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, que pode ser vista no modelo de Leiper (1979, 1990, que privilegia aspectos motivacionais como um fator crucial para o deslocamento de pessoas, e sugere que o turismo é composto de três faces: região geradora, trânsito e destino, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Modelo do sistema turístico de Leiper



Fonte: Adaptado de Leiper (1979, 1999).

Leiper (1979) na sua obra *“The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry”* enfatiza que o sistema turístico é composto por componentes, definindo que o sistema permite que cada uma das partes possa ser identificada. O autor sugere quatro componentes que estão envolvidos, sendo:

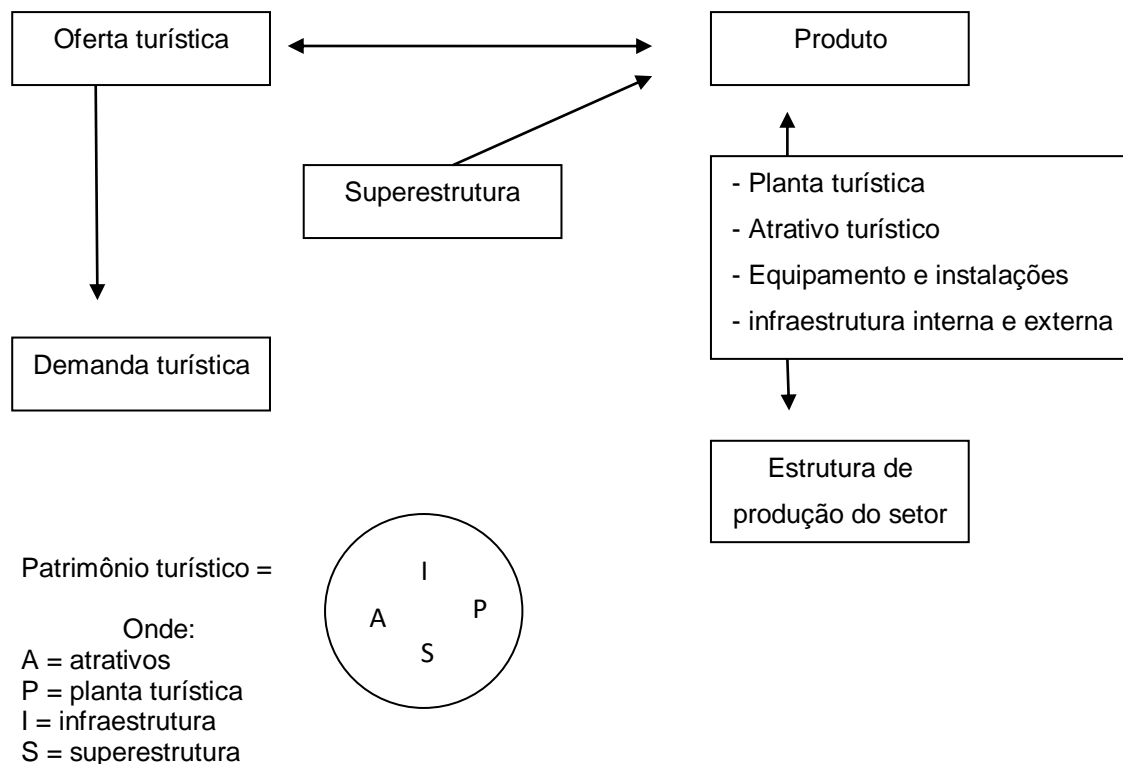
- Comportamental:** se atribui aos turistas, que é o elemento essencial do turismo, sendo o elemento humano. Para Leiper (1979) a alteração do cotidiano no local de destino tem atuação no comportamento do ser humano;
- Geográfico:** que são formados pela região geradora, que se utiliza de recursos para compor o início da viagem, sendo as bases residenciais permanentes dos turistas, o local onde o início, juntamente com os fatores comportamentais e motivacionais, leva a pensar na atividade turística; região de destino turístico integrada pelos atrativos turísticos, meios de hospedagens, alimentação,

- entretenimento e outros; e, rota de trânsito que é o percurso que liga a região geradora a região de destino turístico;
- c) Industrial: empresas, organizações e serviços que atendem às necessidades dos turistas, sendo especificadas em seis linhas funcionais, como *marketing*, operadoras, acomodações, atrações, serviços variados e regulamentação.
 - d) Ambiental: definido pelo meio que ocorre o turismo e as várias interações com os ambientes mais amplos.

Cooper *et al.* (2001) salientam que a maior vantagem do modelo de Leiper é sua fácil aplicação e sua simplicidade de entendimento, fornecendo uma maneira útil e concisa para pensar o turismo, com vantagens de incorporar percepções interdisciplinares, pelo fato de não estar enraizado em apenas uma disciplina, além de poder ser utilizada em várias escalas e apresentar flexibilidade no modelo, com a inter-relação entre os elementos para a compreensão do todo.

A teoria do sistema proposta por Boullon (2002) é baseada no modelo da oferta e demanda no espaço turístico, que é a distribuição territorial dos atrativos, ou seja, a matéria prima do turismo, na qual o elemento patrimônio turístico, junto com a infraestrutura e o empreendimento, formam o espaço turístico. Para o estudo de turismo, o autor Boullon (2002) apresenta um enfoque pautado no espaço territorial e na regionalização do turismo, abrangendo que o turismo pode ser apresentado de diversas formas, dependendo dos objetivos do pesquisador e do planejamento, e não apenas como um sistema único (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). O turismo é consequência de um fenômeno social, que parte do tempo livre e do deslocamento dos sistemas de transporte Boullon (2002), gerando várias atividades e conforto para satisfazer as necessidades das pessoas. Essas relações que caracterizam o funcionamento do turismo formam um sistema (FIGURA 6).

Figura 6 - Modelo do sistema turístico de Boullón



Fonte: Boullón (2002, p.38).

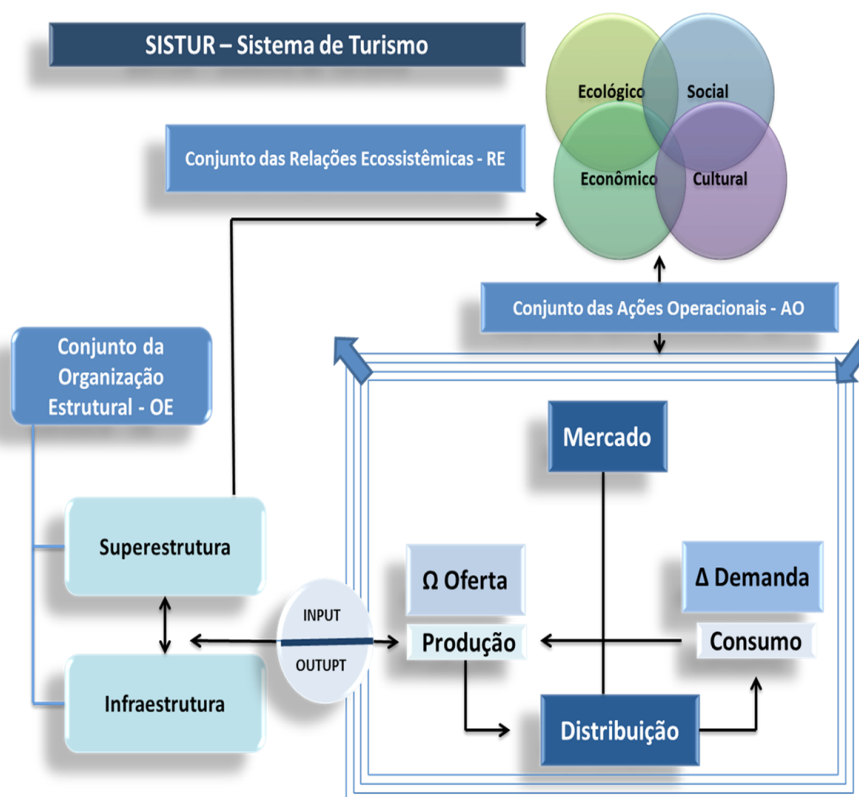
Para Boullón (2002), o modelo baseado na oferta e demanda abrange as relações essenciais para o desenvolvimento de planejamentos turísticos. No modelo de Boullón (2002) observa-se que: a) análise da demanda turística destina-se à quantidade de pessoas que visita um local; b) a oferta turística são as mercadorias oferecidas a um preço por um determinado tempo; c) venda implica que a oferta terá um mercado no processo de compra e venda; d) o produto turístico caracterizado por um bem ou um serviço; e) o empreendimento turístico é constituído por dois elementos: os equipamentos (hotéis, restaurantes, entretenimentos, comércio, parques, outros) e as instalações (piscinas, trilhas, golfe, barracas, cabanas, outros) para o funcionamento dos atrativos considerados a matéria prima do turismo; f) infraestrutura denominado pelo autor de capital social como estradas, ferrovia, pontes, moradias, hospitais, escolas, etc.; g) a superestrutura que compreende os organismos especializados tanto públicos como os privados para o funcionamento do sistema. Baseado na distribuição territorial dos atrativos, Boullón (2002, p. 79)

salienta que o espaço turístico é a “consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos”, estendido com o empreendimento e a infraestrutura turística.

No Brasil, Beni (2001) criou o modelo conhecido como o sistema de turismo – SISTUR (FIGURA 7), caracterizado por um sistema aberto e não estático, que se relaciona com o seu entorno, com o objetivo de influenciar e ser influenciado por todos os sistemas que se correlacionam, integrado pelos:

- a) Conjuntos de relações ambientais: formados pelos subsistemas ecológico, social, econômico e cultural mostrando a importância e influencia que esses fatores interferem no sistema do turismo;
- b) Conjunto da organização estrutural: integrada pelos subsistemas de superestrutura e da infraestrutura, compreendendo a política oficial e sua organização jurídica e administrativa contida nas medidas dos órgãos e instituições que interferem no setor do turismo; e,
- c) Conjunto das ações operacionais: composta pela dinâmica do SISTUR por meio dos subsistemas do mercado (interação entre oferta e a demanda); da oferta (bens e serviços turísticos); de produção (empresas que produzem os bens e serviços como hotéis e restaurantes); de distribuição (medida tomada do bem ou serviço até o consumidor); da demanda (quantidade de pessoas que vão consumir o bem turístico); e, de consumo (decisão da compra).

Figura 7 - Sistema de turismo - SISTUR modelo referencial de Beni



Fonte: Beni (2001, p. 48).

Para a compreensão do SISTUR é importante que os subsistemas apresentem funções específicas com características individuais que deve ser analisada para o sucesso do todo, desempenhando o arcabouço do sistema, de maneira que por meio da análise do sistema de Beni (2001) torna-se mais real as relações e as influências dos fatores que compõem o sucesso do turismo, principalmente na visão de um planejamento do turismo. Para o autor (BENI, 2001) a administração do SISTUR é o controle que consegue desvendar as causas das falhas dos subsistemas como também proceder na correção para o melhor andamento do turismo. Para Lohmann; Panosso Netto (2008) o SISTUR de Beni destaca-se pelo pioneirismo e ineditismo da obra, além de toda abrangência nos fatores da complexidade na visão holística do turismo. O modelo de Beni (2001) se diferencia (SOUZA, 2010) pela relação e a inter-relação necessária dos componentes do SISTUR para que o turismo aconteça.

O presente estudo segue a linha de pensamento de Leiper (1979) e Beni (2001), na conjuntura de que para haver o turismo, além do deslocamento de pessoas fora de suas residências pelos mais variados motivos que não seja remuneração, em um período de tempo inferior a um ano, é necessário entender a relação e inter-relação que o turismo apresenta com o conjunto do todo. Nessa perspectiva, é plausível o entendimento do conhecimento do turismo como um sistema, que engloba setores e fatores internos e externos ao seu contorno, proporcionando uma busca eficaz da atividade que o turismo desempenha.

Corroborando com o pensamento, a título de informação para a pesquisa Beni; Moesch⁴, (2016, 2017) apresentaram em forma de artigo ensaístas inovações e reestruturação do modelo do SISTUR original de 1998, na qual ainda em fase de construção por meio da teoria da complexidade de Edgar Morin, que a parte está no todo, assim como o todo está na parte, interpretando as categorias de turismo, espaço e território a partir das suas relações e inter-relações nos destinos turísticos (FRATUCCI, 2014) por meio do planejamento que faz refletir sobre o turismo contemporâneo.

As pesquisas do conhecimento do turismo contemporâneo estão alicerçadas no fenômeno socioespacial decorrentes das ações dos diversos fatores sociais que constituem o turismo moderno, na qual Fratucci (2004) salienta a teoria de Morin, considerando que o complexo não é a mesma coisa que o complicado, e sim, o que é tecido junto, que não pode ser diminuído a uma parte isolada, uma lei ou uma simples ideia sozinha. O complexo consegue trazer consigo a desordem e a indefinição, como também as ações, relações e interações. Todavia, o turismo está sempre em reconstrução, na qual seus agentes estão eternamente em interpretação e construção, concretizando-se em um fenômeno socioespacial completo (FRATUCCI, 2014). O estudo do turismo está em constante construção, reconstrução e mutação, na qual o fazer saber turístico (MOESCH, 2000) envolve

⁴Os autores Mario Carlos Beni e Marutscka Moesch trazem uma nova dimensão da epistemologia do turismo a partir de conceitos filosóficos e sociológicos. Porém, o tema apresenta-se em forma de artigos ensaístas trazidos na presente pesquisa como subsídio de informação por se tratar de uma teoria em construção bastante atual para o desenvolvimento das pesquisas de turismo.

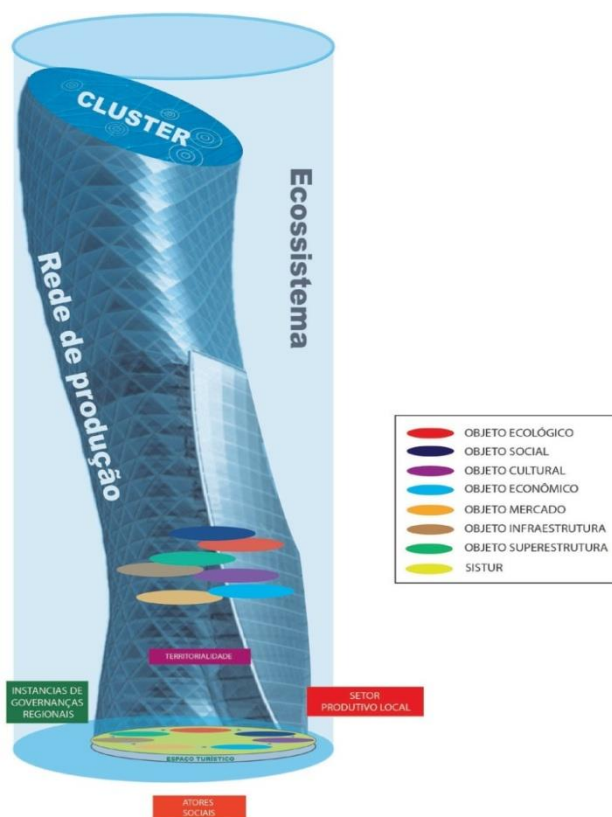
saber o que se quer fazer e deve ser tema de desconstrução permanente diante da realidade dinâmica, viva e variável.

Beni; Moesch (2016, 2017) salientam que o entendimento do turismo deve ser visto como um campo de práticas histórico-sociais, que presume a locomoção dos sujeitos, em tempo e espaços de maneira objetiva, na qual a reflexão epistemológica dispõe de instrumentos capazes de pensar na superação das crises dos conceitos, métodos e teorias perante os problemas de investigações. O princípio da obra “Introducción al pensamiento complejo” de Edgar Morin, salienta que a totalidade do todo está presente em cada partícula individual, na qual o sujeito faz parte da sociedade e a sociedade está inserida em cada sujeito como um todo, manifestada pela linguagem, cultura, normas entre outros fatores (BENI; MOESCH, 2017).

Nesse contexto a transdisciplinaridade⁵, possibilita a construção do conhecimento do turismo, em que as disciplinas isoladas se tornam incapazes de resolver problemas cada vez mais complexos (JAPIASSU *apud* BENI; MOESCH, 2017), propondo novas práticas de políticas públicas para serem aplicadas, oferecendo uma nova visão da realidade da natureza. O novo modelo do SISTUR, conforme ilustra a Figura 8, denominado modelo ecossistêmico do turismo de Beni; Moesch (2017) e Beni (2019) retratam a construção de um novo percurso teórico para o turismo, abrangendo as relações contemporâneas ecossociais dos sistemas complexos, na qual o turismo é um sistema humano que excede a função de um sistema econômico. O turismo é um percurso singular e único, que precisa de significados as relações impostas, aos modelos capitalistas e aos valores pautados e assumidos como patrimonialização cultural e social (BENI; MOESCH, 2017).

⁵ Vai além das disciplinas. O ensino parte do problema e, assim as disciplinas são convidadas a tentar resolver a questão. É a mais profunda integração que pode haver entre as disciplinas (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008)

Figura 8 - Modelo ecossistêmico do turismo



Fonte: Beni; Moesch (2017, p. 449).

O modelo ecossistêmico do turismo apresenta uma proposta viva, que se auto-organiza, em que tudo está interconectado pelas partes. O sistema é um todo que simultaneamente tem sua totalidade e sua parte, uma porção global que é parte de outra unidade, na qual tudo está interconectado, assim como o homem a natureza (BENI; MOESCH, 2017). Guillarducci (2017) descreve que essa nova proposta pelos autores se encontra fase em desenvolvimento e validação, na qual é composta por objetivos institucionais que contornam dentro de um eixo espiralado que está envolvido e influenciado pelo território e pelo tempo, conseguindo dinamizar a atuação dos agentes sociais, gerando uma rede de conectividade para o conhecimento do saber turístico. É notável que o modelo pautado no pensamento complexo (BENI; MOESCH, 2017) é capaz de contemplar as organizações no papel de unificar, aproximar, identificar o singular e o concreto.

Diante do exposto, o turismo é um processo aberto em construção e reconstrução, que parte do processo humano, não podendo ser pesquisado de um ponto isolado sobressaindo sua capacidade inter e transdisciplinar, destacando a evolução constante das relações (BENI; MOESCH, 2017), proporcionando necessidades e situações específicas. A partir dos conceitos de turismo por meio dos modelos de sistema de Leiper (1979, 1990), Beni (2001) e Boullón (2002), é possível compreender a necessidade de visões de planejamento para que o local seja visto por óticas de relações e inter-relações que se integram na formação e na reconstrução do todo do conhecimento do turismo (QUADRO 9).

Quadro 9 - Resumo dos constructos dos modelos de sistema turístico da pesquisa

Sistema	Modelo	Elementos
Leiper (1979, 1990)	Modelo baseado na oferta e demanda, constituída de elementos que interagem nas suas relações para a compreensão do todo.	-comportamental, -geográfico (região de destino, geradora e rota turística), -industrial, -ambiental.
Beni (2001)	Modelo com vista para o mercado. Configura-se por influenciar e ser influenciado pelos sistemas que se relaciona	-conjuntos de relações ambientais, -conjunto da organização estrutural, -conjunto das ações operacionais.
Boullón (2002)	Modelo baseado na oferta e demanda no espaço turístico, que é a distribuição territorial dos atrativos, na qual o elemento patrimônio turístico junto com a infraestrutura e o empreendimento formam o espaço turístico	-demanda turística, -oferta turística, -venda, -produto turístico, -empreendimento turístico, -atrativos, -infraestrutura, -superestrutura.

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar dos modelos apresentarem enfoques e elementos diferentes, os três sistemas salientam o enquadramento das relações e visão do todo para a constituição do pensamento do turismo, pautados na construção das inter-relações dos mais variados elementos dos sistemas turísticos, apesar de demonstrarem por visões holísticas diferentes. O sistema de Leiper (1979, 1990) inova-se pelas características das motivações e sua facilidade de compreensão. O modelo de Boullón (2002) caracteriza-se mais pela visão do consumo e a superestrutura

apresenta o principal papel na gestão. O autor salienta que a superestrutura deve ser estruturada por todos envolvidos. Beni (2001) enfatiza a superestrutura e a infraestrutura na organização estrutural, demonstrada pelo *input* na Figura 7, salientando claramente a importância do Estado, das políticas públicas governamentais, que, independente da maneira que são realizadas e aplicadas, é o caminho do Estado estabelecer a relação com o todo e suas parceiras. Nessa linha de pensamento, o conceito de turismo por meio do sistema turístico é a maneira mais eficaz de compreender a atividade para um futuro planejamento, sob uma visão global que abrange as facetas das relações que interpelem no cotidiano do turismo, na busca constante de um desenvolvimento enraizado positivamente do turismo.

2.3 Políticas públicas e políticas públicas de turismo

A origem dos estudos das políticas pública como disciplina se deu nos Estados Unidos da América. Seus conceitos podem ser destacados por quadro “fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell” (SOUZA, 2006). H. Laswell em 1936 introduz a expressão análise de política pública, implicando que as pesquisas devem ser integradas com a atuação dos governos. Simon em 1957 fundamenta o entendimento da racionalidade, na qual limitava as decisões por problemas por falta de informações, interesses próprios e outros. Lindblom em 1959 propôs a inserção do conhecimento de relação de poder e suas fases decisórias para o conceito de política pública. Por fim, Easton em 1965, colaborou com os estudos e pesquisas definindo a política pública como um sistema integrando com formulação, resultados e o ambiente, na qual ressaltou que o sistema recebe interferência da mídia e das classes de interesse influenciando as decisões finais (SOUZA, 2006).

A política pública implica em ações que devem ser estruturadas pelas informações, sociedade, vontades, atos públicos do governo que beneficiam um povo como um todo. May; Jochim (2013) salientam que as políticas públicas devem conter um conjunto de compromisso políticos que retificam a opinião dos principais atores sobre os objetivos do governo, compondo a sua linha de atuação. Nesse propósito, as políticas públicas devem ser elaboradas em resposta às necessidades da

sociedade, por meio de estratégias previstas e avaliadas, planejadas por todos os setores da sociedade e do governo (PEREIRA, 2008). Gomes (2010) salienta que as políticas públicas devem ter o compromisso de compreender aspectos de planejamento que alcance o bem-estar coletivo.

Observa-se que políticas públicas estão diretamente interligadas na concepção de ideias, métodos institucionais e preferências envolvidas na solução de problemas políticos (MAY; JOCHIM, 2013). Refere-se a uma questão de escolhas, de prioridades governamentais, de formação de processos e suas etapas, que constitui a relação direta de sociedade e município, estado ou nação. Para a eficiência e eficácia da aplicação, deve-se ter a harmonia dos recursos materiais, humanos, tecnológicos, financeiros, entre outros na execução das políticas, como também a sincronia do planejamento com as ações dos responsáveis diretos e indiretos para a sua realização (HILL; HUPE, 2010).

Maggiolo; Perozo Maggiolo (2007) no estudo sobre políticas públicas “Proceso de concertación Estado-Sociedad” sintetizam alguns conceitos de políticas públicas, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 - Comparação dos conceitos de Políticas Públicas

Autor	Definição de política pública
Rose (1984)	Transformação e combinação que organizações governamentais fazem de recursos normativos, humanos, financeiros e tecnológicos para enfrentar os problemas dos cidadãos, satisfazer suas demandas e, assim, alcançar impactos sociais, políticos e econômicos.
Subirats (1989)	Atividades de instituições governamentais, agindo diretamente ou através de agentes, e que visam ter certa influência na vida das pessoas.
Lahera (1999)	Cursos de ação ou fluxos de informação relacionados a um objetivo público, desenvolvido pelo setor público com a participação frequente da comunidade ou do setor privado.
Repetto (2000)	Resultado da interação entre atores sociais e estatais, moldados por marcos institucionais.
Piñango (2003)	Propostas do governo sobre a melhor maneira de alcançar determinados objetivos sociais. Idéias que contêm todas as forças e fraquezas dessas, podendo até gerar efeitos indesejáveis.

Fonte: Maggiolo; Perozo Maggiolo (2007, p. 375) (tradução e grifo nosso).

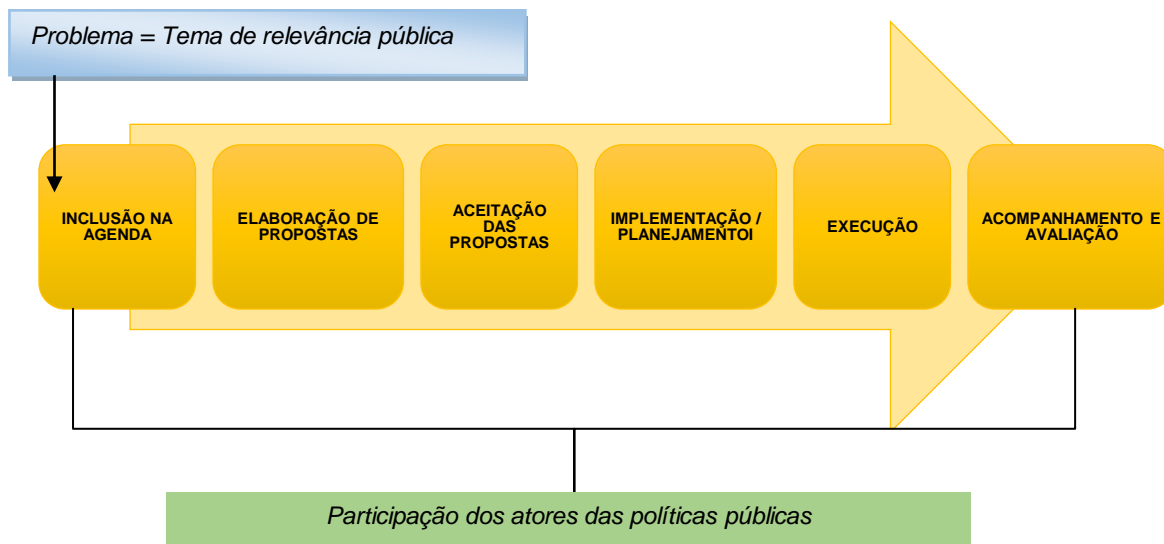
Os autores em seus conceitos abordam as políticas públicas como mecanismos de ações, englobando a participação dos atores sociais e governamentais para

solucionarem problemas dos cidadãos. Alvarado; Moreno; Silva (2017) evidenciam que a política pública se manifesta em uma situação que precisa de intervenção por parte do governo para conquistar certos proveitos diretos e indiretos para a sociedade. São formas de ferramentas para conseguir lidar com as incertezas resultantes das mudanças do contexto (SARAVIA; 2006) com o objetivo democrático de justiça para o bem-estar de todos. Um conjunto de decisões com objetivos reais ou omissos para atingir o propósito estabelecido que possa influenciar o melhor caminho para o público destinado.

Para um desempenho efetivo da concepção e aplicação de uma política pública, é importante que seus desdobramentos partam de necessidade real de um grupo ou uma parte selecionada para a satisfação e justiça perante todos envolvidos, como por exemplo, políticas públicas de turismo, políticas públicas de combate à pobreza, políticas públicas de saúde, políticas públicas de esportes, entre outras. Nesse contexto torna-se essencial fundamentar-se em etapas para o processo da constituição de uma política pública que deve ser pautada na participação e união dos atores envolvidos. Os atores devem estar predispostos a atribuir seus recursos de tempo, poder e energia para a efetivação de uma concepção de política pública (RUA, 2014).

Heidemann (2010) salienta que as políticas públicas devem ser definidas por quatro etapas. A primeira compreende a tomada de decisões para solucionar questões sociais. A segunda destina-se na implementação das ações, saindo do plano de apenas intenção. A terceira etapa consiste em verificar a satisfação de todas as partes envolvidas e, por fim a última destina-se na avaliação e aperfeiçoamento para continuação ou até descontinuidade. Subirats (2006) enfatiza que as políticas públicas são formadas por um processo de formação de “agenda institucional” que consiste de um problema inicial que deve ser questionado sobre seu papel de relevância na sociedade, com características que permitem serem integradas em um processo de governo, verificando seu significado, seus impactos e viabilidade. A Figura 9 ilustra as etapas sugeridas para um processo de implementação de uma política pública.

Figura 9 - Etapas no processo de implementação de uma política pública



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hill; Hupe (2010), Maggiolo; Perozo Maggiolo (2007), Saravia (2006), Subirats (2006) e Rua (2014).

O percurso da elaboração das políticas públicas inicia-se na inclusão na agenda, na qual lista-se a necessidade e a justificada da prioridade para a agenda perante um poder de decisão das autoridades. Assim, passa-se para a elaboração das propostas, onde se avaliam as prioridades, custos e alternativas para possíveis soluções e satisfações. Após a elaboração inicia-se a aceitação das propostas, que insere a ideia mais adequada com justificativa da decisão tomada e todos os estudos necessários para atingir os objetivos proposto. Com essas etapas determinadas, passa-se para a implementação, constituída pelo planejamento e organização das esferas administrativa e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política na constituição dos planos, programas e projetos. Posteriormente, sucede a execução, ação para conseguir alcançar os objetivos, pondo em pratica as decisões tomadas. Por fim, o acompanhamento com avaliação, momento este, de verificar e assegurar a implantação da execução, avaliação e reavaliação que devem ser constantes para estudo e medição da aplicação das políticas públicas no que concernem os objetivos propostos (HILL, HUPE, 2010; MAGGIOLO; PEROZO MAGGIOLO, 2007; SARAVIA, 2006; SUBIRATS, 2006; RUA, 2014).

Nessa síntese, para o desenvolvimento do turismo, abordando o ciclo econômico, social e qualidade de vida (SACHS, 2004), é fundamental a inserção das políticas públicas de turismo que privilegiam o sistema natural e cultural, constituído a riqueza turística do município. O trabalho de formulação das políticas públicas de turismo deve ser participativo envolvendo efetivamente e de forma democrática as lideranças comunitárias locais (ACERENZA, 2002; BOULLON, 2002; CRUZ, 2016; RIVAS; MAGADÁN, 2012; MORENO; VILLARREAL, 2017). Scótoló; Panosso Netto (2015) salientam que a participação da comunidade possibilita um planejamento pautado no turismo local com o controle efetivo das decisões sobre o futuro do turismo, como as diretrizes do seu crescimento e desenvolvimento. Corroborando Cruz (2016) salienta que a questão principal do planejamento é envolver as comunidades locais, priorizando ações que combatam a exclusão social, fortalecendo o futuro sustentável em todas suas vertentes.

Cesar (2011) e Ruschmann (2016) salientam que o caminho do turismo está relacionado na ação conjunta de todos os atores da comunidade, principalmente na elaboração das políticas públicas sustentáveis. Cruz (2016) enfatiza que a relação entre as políticas de turismo com outras políticas depende da transformação da cultura política de um país, e que essa modificação não ocorre de uma maneira para outra, ou seja, é necessário investir em conscientização e sensibilização política para termos mudanças significativa nas políticas públicas de turismo. Fratucci (2014) ressalta que muitas vezes as políticas públicas priorizam preferências de um único grupo, desprestigiando o município como um todo. As políticas públicas de turismo de uma cidade devem ser direcionadas para o fortalecimento do setor, entrelaçadas com as políticas estaduais e nacionais, garantindo um caminho de crescimento para o turismo (BENI 2012; DWYER; KIM, 2003; RIVAS; MAGADÁN, 2012).

Yazigi (2003) retrata que os gestores públicos devem entender que um município quando bem organizado, com disposição de equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura básica com saneamento que possa atender a população e aos turistas, por si só já se torna um grande atrativo, sem precisar construir invenções turísticas para chamar a atenção dos visitantes. O necessário é considerar os equipamentos existentes e saber como organizá-los para um contexto por meio das políticas

públicas de turismo, que segundo Dye (1992), é o mecanismo de ações que o governo decide ou não realizar, priorizando as necessidades de um povo, além de organizar ações e regulamentações que consigam ser beneficiadas por décadas.

A colaboração e a participação de todos os atores envolvidos são fundamentais no comprometimento para a execução das políticas públicas (HAVEN-TANG; SEDGLEY, 2014), sendo preciso que as ações do destino turístico se apoiem em regulamentações e leis para poderem ter sucesso em suas aplicações e implicações definidas com seriedade pelos atores envolvidos (DINICA, 2009). Silva (2012) salienta que a população e principalmente os atores envolvidos no turismo devem assumir um papel político na relação com o governo, alocando políticas públicas de turismo que possam ser benéficas para ambas as partes, para que realmente a comunidade possa receber a bonificação do fenômeno turismo.

Para Hall (2001), Hall; Zapata (2014), Gastal; Moesch (2007), o planejamento turístico tem o poder de direcionar o crescimento do turismo de maneira que, além de expandir o desenvolvimento econômico, possa também assegurar a preservação dos seus atrativos e recursos culturais, ambientais e sociais. O mesmo é enfatizado por Dinica (2009) e Ruschmann (2016), ou seja, que as políticas públicas de turismo devem vir asseguradas nas diretrizes do desenvolvimento sustentável, garantindo a necessidade de se pensar nas futuras gerações e na preservação dos atrativos e recursos turísticos. Corroborando, Fernandes (2011) salienta que a conquista da gestão no planejamento do turismo está relacionada às políticas públicas, que se encontram mais participativas e presente nos dias atuais.

Para tanto, as políticas públicas de turismo, além dos regulamentos, normas, diretrizes e planos de ações, devem fornecer decisões individuais e coletivas que afetam em longo prazo o desenvolvimento, e diariamente as atividades do destino turístico (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002), que englobam em sua concepção ações de valores, ideologia e distribuição de poder (TRENTIN, 2014). Na dinâmica de uma política pública e turismo os princípios da comunidade local é a principal ferramenta na aplicação das legislações, em que o turismo parte do local para o global, na interferência principal das crenças e valores da comunidade

local. Solha (2004) enfatiza que para a política de ser atenta, flexível, mutável e dinâmica para poder atender aos anseios e características de cada grupo, tanto no percurso da formulação quanto na aplicação e avaliação. Portanto, além de estimular o fortalecimento da atividade turística, deve atentar-se as necessidades da comunidade local.

Observa-se que, as políticas públicas de turismo são os caminhos de maior competência e validade para aplicação de estratégias que fomentam o futuro de maneira sólida, sustentável e planejada envolvendo a comunidade local e os poderes governamentais. Ao tratar dessa questão, Solha (2004) a partir das teorias de Hall (2001) e Goeldner; Ritchie; McIntosh (2002), descreve que umas das principais funções das políticas públicas de turismo devem estar pautadas nos interesses da comunidade, permitindo a discussão e concordância de todos os atores para se atingir os objetivos propostos, além de facilitar a comunicação com os outros setores envolvidos.

Dentro das principais funções vistas, a efetivação das políticas públicas se consolida no aumento dos resultados sociais e no desenvolvimento humano (SILVA, 2015). Nessa perspectiva, a gestão das políticas públicas na atividade do turismo deve ser implantada nas ações de gerenciamentos do fortalecimento do setor, atingindo metas, diretrizes de acordo com a política nacional e estadual de turismo, sendo de grande importância para decisões futuras. Para Oliveira; Zouain; Barbosa (2015) avaliar um programa de política pública de turismo envolve necessariamente a medição de seu desempenho. É necessário ter critérios de avaliação para medir os resultados procurados e obtidos que nem sempre são fáceis, considerando as peculiaridades do setor público. Fernandes (2011) salienta que as políticas públicas no turismo são as ferramentas que direcionam o processo do planejamento para a gestão do turismo, sendo um norte de direção para aplicação de ações sustentáveis capaz de prevenir problemas futuros, garantindo o bem-estar da população e o fortalecimento do turismo.

Nessa linha de pensamento, o Quadro 11 evidencia os principais autores elencados na pesquisa sobre o tema políticas públicas e políticas públicas de turismo para a

melhor compreensão do leitor, no objetivo de sistematizar os conceitos com o autor proposto, considerando a inter-relação das definições no objetivo de interpretar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo.

Quadro 11 - Principais constructos de políticas públicas e políticas públicas de turismo elencados na pesquisa

	Autores	Sistematização
Políticas públicas	Hill; Hupe (2010)	Sincronia do planejamento com as ações dos responsáveis diretos e indiretos para a realização de uma política pública.
	Maggiolo; Perozo Maggiolo (2007)	Mecanismos de ações, englobando a participação dos atores sociais e governamentais.
	May; Jochim (2013)	Políticas públicas devem conter um conjunto de compromisso políticos que retificam a opinião dos principais atores sobre os objetivos do governo, compondo a sua linha de atuação.
	Pereira (2008)	Resposta às necessidades da sociedade.
	Rua (2014)	Os atores devem estar predispostos a atribuir seus recursos de tempo, poder e energia para a efetivação de uma concepção de política pública.
	Saravia (2006)	Um conjunto de decisões com objetivos reais ou omissos para atingir o propósito.
	Subirats (1989)	Um processo de formação de “agenda institucional” que consiste de um problema inicial.
	Políticas públicas de turismo	Cruz (2016)
Beni (2012); Dwyer; Kim (2003); Rivas; Magadán (2012).		As políticas públicas de turismo de uma cidade devem ser direcionadas para o fortalecimento do setor, entrelaçadas com as políticas estaduais e nacionais.
Goeldner <i>et al.</i> (2002); Scótoló; Panosso Netto (2009).		A principal função das políticas públicas de turismo deve estar pautada nos interesses da comunidade, permitindo a discussão e concordância de todos os atores.
Solha (2004)		A política de ser atenta, flexível, mutável e dinâmica para poder atender aos anseios e características de cada grupo.
Trentin (2014)		Engloba em sua concepção ações de valores, ideologia e distribuição de poder.
Yazigi (2003)		É necessário considerar os equipamentos existentes e saber como organizá-los para um contexto por meio das políticas públicas de turismo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda assim, a estruturação para o caminho das políticas públicas de turismo deve ser enfatizada pela situação de maneira macro (SOLHA, 2004), tomando decisões para o futuro em longo prazo por meio de mecanismos que permitam diálogos, envolvimento e apreciação da atuação do dicotômico sociedade e governo. O caminho que consiste na aplicação de uma política pública deve ser enfatizado pelo caminho do planejamento turístico consolidando a realização dos objetivos propostos (BENI, 2012, 2019; BISSOLI, 2001; BOULLÓN, 2002; DIAS, 2012; GASTAL; MOESCH, 2007; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; MOLINA, 2005; RUSCHMANN, 2016; SOLHA, 2004).

O planejamento consiste na visualização de um futuro almejado, sendo indispensável estabelecer diretrizes favoráveis para atingir os objetivos propostos, traçados previamente. Deve-se elaborado por especialistas de diversas áreas que tenham em comuns afinidades, dinâmicas, conceitos, para que todos possam expressar-se de maneira profissional. Hall (2001) enfatiza que, a eficiência do planejamento para as políticas públicas consiste em uma gestão consciente, tanto por parte do planejador como pela população local, de maneira que a comunidade visualize a importância do turismo e os impactos socioculturais, econômicos e ambientais, que podem ser positivos e/ou negativos.

2.3.1 Planejamento turístico e sua relação com as políticas públicas

O turismo não planejado pode trazer prejuízos irreversíveis, destruindo um patrimônio ambiental e cultural que o homem não conseguirá mais reutilizar. O planejamento é o caminho mais eficaz a percorrer para o desenvolvimento do turismo, de maneira que além de ressaltar o desenvolvimento econômico, social e ambiental o turismo planejado traz melhorias a curto, médio e longo prazo (BENI, 2012; BISSOLI, 2001; DIAS, 2012; GASTAL; MOESCH, 2007; GOELDNER; RITCHIE, MCINTOSH, 2002; MOLINA, 2005; RUSCHMANN, 2016). O turismo e o planejamento são instrumentos de união que fortificam o desenvolvimento do setor pautado no crescimento com responsabilidade, gerando aspectos não só imediatos mais principalmente voltados para o futuro embasado no desenvolvimento sustentável, na qual o turismo poderá estar resguardado para as futuras gerações.

No entendimento da política pública de turismo e planejamento turístico salienta-se que a compreensão possibilita a discussão do entendimento do papel do poder público e as facetas do planejamento para a aplicação dos resultados. Na “tentativa” da melhor aplicabilidade das políticas públicas de turismo Solha (2004) descreve que o planejamento é o melhor caminho, definido pelo:

- Dinamismo - por estar atento as todas as mudanças internas e externa que podem influenciar o processo do planejamento;
- Flexibilidade - por fazer parte de um processo que pode ser mudado;
- Participação – por poder abranger todos os envolvidos no processo de decisão; e,
- Integração – por dever abranger e integrar as outras políticas públicas para a atuação do turismo.

A política pública de turismo oferece uma visão macro, enquanto o planejamento turístico concentra-se em soluções práticas de “quem como, onde, quando e quanto”, embasado nos conceitos políticos já estabelecidos, ressaltando a importância de uma política pública e o planejamento para o desenvolvimento do setor (SOLHA, 2004). Nesse contexto, Goeldner; Ritchie, McIntosh (2002), e Solha (2004) salientam que a formulação de políticas públicas de turismo deve ser contemplada por um conjunto de ações que viabilizam concretizar os objetivos preestabelecidos, sendo vantajoso conhecer a diferença de política e de planejamento, apesar de ambos serem complementares, conforme ilustra o Quadro 12.

Quadro 12 - Diferenças entre política e planejamento turístico

POLÍTICA	PLANEJAMENTO
Acontece em termos de um quadro geral	Caracteriza-se pela atenção ao detalhe
É um processo criativo e intelectual	É um exercício mais contido
Tem uma ênfase estratégica de longo prazo	Tende a ser mais restritivo em seu horizonte de tempo. Ciclos de planejamento de um ano são comuns, embora seja possível haver planos de 3 a 5 anos
Deve permitir a consideração de circunstâncias e tecnologias ainda desconhecidas	Assume as condições e tecnologias atuais, com algum espaço para mudanças previsíveis
Enfatiza uma determinação sistemática de “o que” deve ser feito no desenvolvimento turístico	Enfatiza o “como” para atingir objetivos específicos na destinação

Fonte: Solha (2004, p 21), adaptado de Goeldner; Ritchie, Mcintosh (2002).

Para desenvolver um planejamento sólido, deve-se estar ciente do que está se realizando, saber como, onde, quanto e quando fazer, sendo que esse planejamento deve girar em torno de uma cultura, uma história, de um povo e tendo seus atores sociedade e governo atuante para um resultado efetivo. Ruschmann (2016) descreve que o planejamento deve ser multidisciplinar com profissionais das mais diversas áreas, com modelos participativos e ações plausíveis de realizações. Deve ser embasado no modelo do planejamento participativo, que possa respeitar a opinião e a rotina da comunidade, deve ter o princípio que assegure o bem-estar, na qual a concepção sistêmica do turismo deve estar alicerçada no desenvolvimento local com ênfase na cidadania, adequado e viável para a sociedade, a cultura e a economia local e do país (BENI, 2012; GASTAL; MOESCH, 2007).

Dias (2003) salienta que o planejamento deve ter a integração com os outros recursos de organização que possam ter relação com o turismo, como os planos diretores, leis de uso do solo, planos setoriais, tornando integrado com outras atividades que beneficiam o turista como também o visitante. O planejamento turístico deve estar assegurado nos princípios da sustentabilidade, garantindo o futuro ambiental, social cultural e econômico (HALL, 2001). Nota-se que o turismo e o planejamento são elementos indispensáveis para o futuro do setor, garantindo o crescimento e o fortalecimento do local a ser planejado com base sólida nas ações futuras, na qual o modelo ideal é a união da participação de todos envolvidos,

embasado na união do saber ouvir e no princípio de que se o turismo for bom para o morador será ideal para o turista.

Assim, a informação e o conhecimento no desenvolvimento do planejamento são a maiores ferramentas para se conseguir atingir o resultado que se espera antes da implantação e até mesmo após a implementação das políticas públicas. Rivas; Magadan (2012) destacam que a busca de informações é essencial na elaboração dos planos de turismo, que são as diretrizes para as ações da política pública de turismo se que quer realizar. Para o êxito do planejamento, a implantação dessas políticas deve ser enraizada por pessoas do setor público e do setor privado, para que juntas possam gerenciar os recursos reais e potenciais no destino em detrimento da competitividade e da evolução social e econômica (BENI, 2001, 2019; COOPER *et al.*, 2001; DWYER; KIM, 2003; EL-GOHARY; OSMAN; EL-DIRABY, 2006; RUA, 2014).

Ressalta-se a importância de planejamentos turísticos que valorize o local, com sua identidade, serviços e qualidades e, que tenham condições de detectar possíveis erros e corrigi-los no decorrer de todo o processo, enfatizando a sua flexibilidade (SOLHA, 2004) no poder de atuação e revisão quando necessários. Planejar é refletir sobre o futuro do setor, conseguindo chegar no que os administradores desejam, controlando as ameaças que aparecem no decorrer do percurso, por meio da determinação clara dos objetivos, definição de ação e ordenação das necessidades dos recursos. Como visto, o planejamento do turismo é um processo contínuo, durável e dinâmico que mantém o sistema de turismo vivo devido a relação com os demais elementos que o compõe (BENI, 2019).

Molina (2005) considera 10 elementos indispensáveis para a elaboração do conteúdo do planejamento, acrescentando que estes devem ser considerados em conjuntos e jamais isolados para o sucesso do planejamento, sendo estes:

- 1) O agente de planejamento: representados por um ou vários indivíduos que conduzem o andamento do processo. É importante que esses agentes tenham conhecimentos ou até experiências de planejamento, na eficácia de uma conduta contínua e séria.

- 2) O receptor: representado pelas comunidades, empresas, setores que serão afetados no processo do planejamento.
- 3) A previsão: antecipar-se ao futuro, buscar variáveis para controles futuro.
- 4) A informação: o elemento crucial para aumentar ou diminuir a incerteza. Quanto maior a informação conterem o planejamento, menor o risco de erros no caminho.
- 5) Os objetivos: configura-se o caminho que se deseja atingir.
- 6) Os meios: recursos necessários como os recursos humanos, financeiros, físicos, etc.
- 7) Os prazos: refere-se à determinação do tempo que se pretende conseguir os resultados.
- 8) A coordenação: simboliza a sequência lógica das atividades.
- 9) A eficiência: elemento que determina as vantagens e desvantagens de cada atividade.
- 10) A decisão: elemento que geram efeito para o futuro desejado.

O planejamento turístico requer o envolvimento da cidade, da comunidade ou da região, levando em conta seu ambiente global, o que inclui os elementos político, físico, social e econômico, vistos como componentes interligados e interdependentes do sistema de desenvolvimento da comunidade. Ao utilizar o processo de planejamento, a comunidade pode avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos escolhidos sobre aqueles componentes dentro do ambiente como um todo. Bissoli (2001) ressalta que a comunidade deve ser sempre ouvida, porque é a única que apesar do procedimento das etapas do planejamento turístico, vivera as causas, efeitos e consequências do turismo no lugar.

Para o desenvolvimento do turismo os autores Barreto (2000), Bissoli (2001) e Ruschamann (2016) salientam que é essencial seguir as etapas do planejamento sendo estas compostas inicialmente pelo:

- Inventário turístico: consiste no levantamento do conjunto de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio turístico,
- Diagnóstico: remete-se ao estudo da análise do inventário,
- Prognóstico: destina-se na previsão de hipóteses e possibilidades,

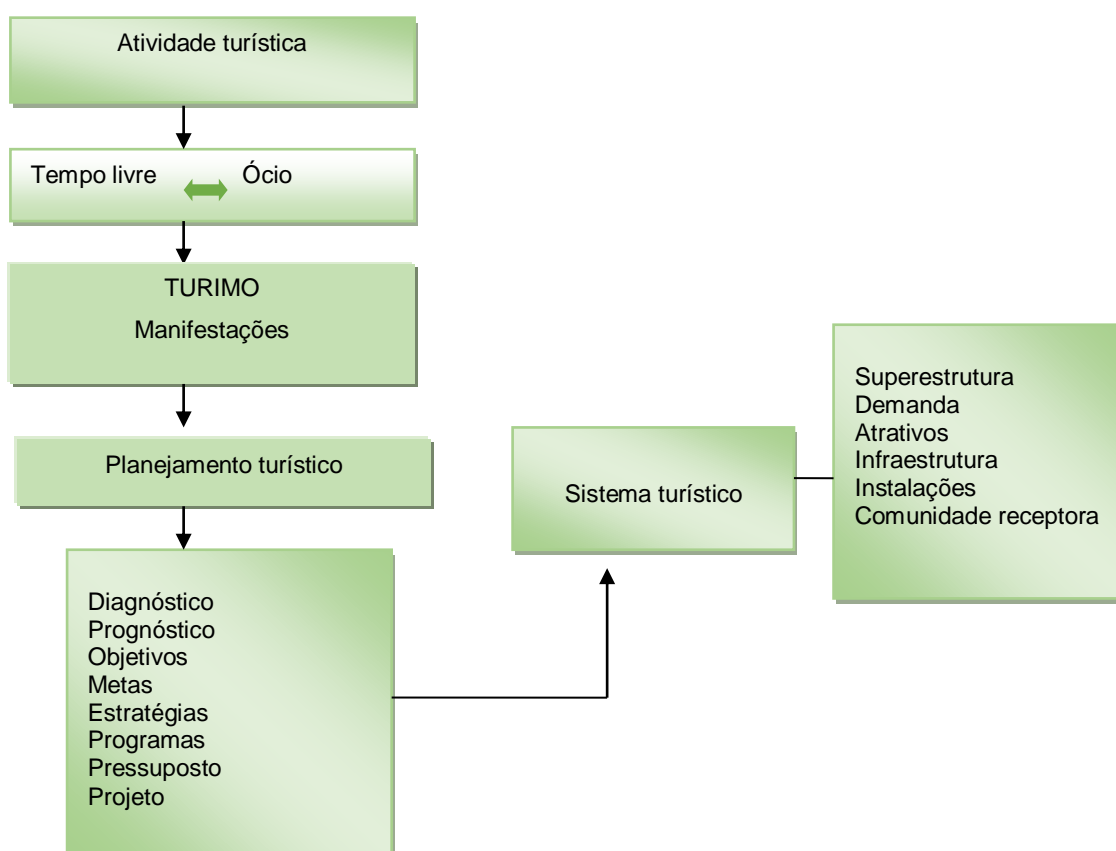
- Objetivos: são as direções para o planejamento baseando-se nas necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos,
- Estratégias: a maneira de como conduzir os objetivos e como se aproximar da situação desejada, o plano de ação a ser seguido,
- Diretrizes: formas de como conduzir o plano para a prática, e,
- Avaliação: é preciso ser constante para saber se o caminho está certo ou errado, pautado nos objetivos propostos.

Cooper *et al.* (2001) salientam que independente do modelo de planejamento alguns procedimentos básicos devem ser seguidos, como:

- Preparação de estudo e seu reconhecimento;
- Estabelecimento de objetivos;
- Pesquisas dos dados existentes no mercado;
- Implementação de novas pesquisas para preencher as lacunas existentes;
- Estrutura analítica da avaliação do potencial turístico e do mercado turístico;
- Política e formulação de planos desenvolvidos para as considerações políticas;
- Recomendações que devem ser realizadas através do diálogo da equipe de planejamentos com os organizadores da política;
- Implementação do plano;
- Monitoramento e reformulação se necessário; e,
- Equipe de especialistas de serviços técnicos, de *marketing*, planejadores e economistas que deve ser indispensável para o sucesso do planejamento.

Independente da sequência ou modelos de procedimentos do planejamento para o desenvolvimento turístico, Molina (2005) descreve que o planejamento turístico com todas suas etapas de execução deve ser pautado no conceito do sistema turístico, visto por Leiper (1979) e Beni (2001, 2019) na composição do todo integrado pelas partes para análise e resultados, conforme ilustra a Figura 10.

Figura 10 - Esquema para o planejamento integral do turismo



Fonte: Molina (2005, p. 80).

Essa análise leva a apreciação da importância do planejamento turístico, sendo este, o instrumento que viabiliza as políticas públicas de turismo, por serem de natureza mais teórica. No entanto, a aplicação do planejamento deve estar embasada nas políticas públicas de turismo para a viabilidade com o contexto global, tendo a participação dos atores envolvidos para o seu sucesso.

Diante da concepção de planejamento e sua importância para o desenvolvimento do turismo nos conceitos das políticas públicas, o Quadro 13 evidencia os autores referenciados no estudo, considerando que apesar de muitos pesquisadores aprofundarem-se sobre o tema, a pesquisa considera estudiosos que destacam a importância do planejamento participativo na concepção da estruturação de uma política pública de turismo.

Quadro 13 - Principais constructos de planejamento e políticas públicas de turismo elencados na pesquisa

	Autores	Sistematização
Planejamento e políticas públicas de turismo	Beni (2019)	É um processo contínuo, durável e dinâmico que mantém o sistema de turismo vivo devido a relação com os demais elementos que o compõe.
	Dias (2003)	Deve ter a integração com os outros recursos de organização, como os planos diretores, leis de uso do solo, outros.
	Gastal; Moesch (2007); Bissoli (2001); Goeldner; Ritchie, McIntosh (2002).	Ser embasado no modelo do planejamento participativo, que possa respeitar a opinião e a rotina da comunidade.
	Hall (2001)	A eficiência do planejamento para as políticas públicas consiste em uma gestão consciente, tanto por parte do planejador como pela população local.
	Molina (2005)	Deve ser pautado no conceito do sistema turístico na composição do todo integrado pelas partes para análise e resultados.
	Solha (2004)	A compreensão possibilita a discussão do entendimento do papel do poder público e as facetas do planejamento para a aplicação dos resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa síntese, o envolvimento com a comunidade, a preservação/conservação do meio ambiente, a cultura e o respeito pela identidade local são os procedimentos que o planejador deve ter, na qual se enfatiza que "quem ingressa no mundo do turismo tem de estar consciente de que há muito por fazer, e a etapa mais difícil é a inicial: mudar cabeças e comportamentos, ou seja, conscientizar" (LEMOS, 1999, p.14).

2.4 Políticas públicas de turismo no Brasil

Com o aumento das pessoas se deslocando pelos mais variados motivos como cultura, lazer, esportes, etc., o turismo torna-se uma atividade de necessidades de ações reguladoras para um crescimento ordenado e, principalmente para um crescimento econômico. O desempenho do poder público para o fomento do turismo é visto como uma das melhores atuações para diminuir as falhas de mercado, o cuidado com a preservação e conservação com os atrativos ambientais e culturais,

os interesses econômicos e, o desenvolvimento de políticas que atuem em longo prazo no fortalecimento da atividade (HALL, 2001).

Beni (2012), Dias (2003), Goeldner, Ritchie, McIntosh (2002), Hall (2001) salientam que o envolvimento do governo no turismo deve ser atuado com ações que norteiam o caminho de maneira sustentável economicamente, ambientalmente e culturalmente. Para tanto, o governo tem o papel de:

- Coordenar os recursos disponíveis para o desenvolvimento do setor de maneira que o bem maior prevaleça, ou seja, que os interesses beneficiem toda uma comunidade;
- Planejar as estratégias para o crescimento e fortalecimento a nível nacional, regional e local;
- Regulamentar por meio de leis, decretos, resoluções as políticas de atuação que estabeleçam regras e limites na atuação dos atores envolvidos;
- Empreender no que se refere a infraestrutura básica para o turismo;
- Incentivar o desenvolvimento por meio de informações de demanda turística, benefícios financeiros como encargos direcionados, empréstimos, outros;
- Atuar no turismo social beneficiando as camadas menos favorecidas por meio de parcerias e ampliações de ações; e,
- Atuar na promoção de *marketing* e divulgação.

Corroborando, Solha (2004) enfatiza que organizar um processo com todos esses atributos é fundamental que o poder público esteja engajado no desenvolvimento das políticas públicas de turismo, além de atuar de maneira profissional para se conseguir o equilíbrio no consenso de todos os participantes do processo. Nesse diapasão, o tema das políticas públicas de turismo no Brasil será apresentado em três partes considerado por períodos marcantes para o turismo na presente pesquisa.

Autores como Beni (2001, 2006 e 2019), Carvalho (2009), Cavalcanti; Hora (2002), Cruz (2001), Dias (2003), Ferraz (2000, 2001), Solha (2004) e Trentin, (2014) descrevem sobre os procedimentos históricos e cronológicos do desenvolvimento da organização do turismo no Brasil. Baseado nesses autores e na averiguação das

leituras das leis, decretos e resoluções, a presente pesquisa apresenta neste item uma linha cronológica da atuação do governo federal sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, sem caráter de análise profunda de interpretação desses acontecimentos e sim, sob o ponto de vista de conhecimento desse crescimento cronológico para a compreensão da evolução das políticas públicas de turismo no Brasil até os dias atuais.

2.4.1 Primeiro período: início da regulamentação

A inauguração do Hotel Copa Cabana Palace em 1923, a estátua do Cristo Redentor inaugurada em 1931 e a criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923, marcaram a história do turismo brasileiro (CARVALHO, 2009). Além do surgimento das companhias aéreas como a Varig em 1917, a Panair em 1930, a Vasp em 1933, Linhas Aéreas Paulista em 1943, entre outras, o Brasil começa a ser visitado e procurado, encadeando o surgimento dos grandes hotéis nas grandes capitais brasileiras (CARVALHO, 2009; TRENTIN, 2014).

Os primeiros sinais de atuação do governo no turismo podem ser vistos no governo de Getúlio Vargas em 1934, pelo decreto nº 24.393 de 13 de junho, com o objetivo de fomentar o turismo entre o Brasil e Argentina liberando o trânsito livre entre esses países (NAGABE; MACHADO, 2011). Porém, é em 1938 que o governo começa a tornar explícito o interesse pelo desenvolvimento do turismo (BENI, 2006; CRUZ 2001; DIAS, 2012; FERRAZ, 2001; SOLHA, 2004) na publicação do decreto-lei nº 406 de 04 de maio, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, venda de passagens aéreas, rodoviárias e marítimas.

Com a normatização da entrada de pessoas no país, considera-se necessário um setor que vise o olhar para o desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, em 1939 através do decreto nº 1.915 de 27 de dezembro, cria-se a o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que são constituídos por várias divisões e entre elas, a Divisão do Turismo. O DIP tinha como objetivo superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Apesar de o DIP estar constituído de divisões de propagação de cultura e comunicações, como a divisão de divulgação,

divisão de radio-difusão, divisão de cinema e teatro, divisão de imprensa, a divisão de turismo é vista como um marco no que se refere à organização sobre o primeiro organismo oficial do turismo no país na esfera federal (CRUZ, 2001), na qual o decreto salienta a preocupação com o conjunto dos serviços do turismo no país e o início da atuação do governo no setor. Nota-se nesse período um grande avanço da atividade na implantação de hotéis, cassinos nas estâncias hidrominerais, aumento de cruzeiros e crescimento da demanda internacional (SOLHA, 2004).

Com o surgimento dos hotéis, cruzeiros e o deslocamento das pessoas, têm-se a regulamentação das atividades das empresas e agências de viagens e turismo com o decreto-lei n. 2.440 de 23 de julho de 1940. O decreto constitui a normatização de empresas do setor, fiscalização e regulamentação do transporte aéreo nacional de agência, em uma época que o cruzeiro marítimo era o mais utilizado enquanto o transporte aéreo e rodoviário dava seus primeiros passos (FERRAZ, 2001). O decreto de 1949 também dispõe que os estabelecimentos de assistência remunerados aos viajantes sejam distribuídos em agência de viagens, agência de viagens e turismo, e companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas. Nesse momento tem-se a distinção e organização da diferenciação de agências de viagens e a agências de viagens e turismo, além de competir ao DIP às instruções sobre registro, funcionamento e fiscalização para a realização das viagens.

O DIP estava sob a organização do Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, e em 1945, com a publicação do decreto-lei nº 7.582 de 25 de maio, excluem-se o DIP, criando o Departamento Nacional de Informações subordinado diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ficando sob esse departamento a Divisão de turismo com as mesmas atribuições. Ferraz (2001) salienta que apesar do pequeno avanço na criação do DIP e na divisão de turismo o Estado ainda não sabia se interferir no turismo era uma ação de natureza promocional ou estrutural, visto que a divisão de turismo estava sob o Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio e depois sob o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Carvalho(2016) enfatiza que nesse intervém em 1956, tem-se a resolução nº 57 da Câmara dos deputados, composta por sete membros com o objetivo de pesquisar os problemas de turismo por seis meses e sugerir medidas legislativas para seu desenvolvimento. A medida tem como justificativa a necessidade de soluções que possibilitem os estudos e aproveitamentos dos recursos turísticos nacionais, além de medidas na esfera pública e privadas que prestigiem o setor do turismo. Nota-se que, apesar da resolução não ter tido desdobramentos maiores, o setor começou a ser discutido por uma camada de governantes.

Entretanto, em 1958 com o decreto nº 44.863 de 21 de novembro de Juscelino Kubitschek, se institui o primeiro marco oficial de turismo com a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), ligada diretamente à presidência da república por representantes do governo e de entidades não governamentais, como o objetivo de coordenar as atividades para o desenvolvimento do turismo interno e externo, supervisionar medidas sobre o movimento de turistas, e padronizar registro, com informações do turista. Cruz (2001) salienta que a criação do COMBRATUR pode ser evidenciada como um início da tentativa de uma política de turismo, apesar de demonstrar uma importância maior diretamente da expansão do setor na hotelaria do que na contextualização do setor turístico.

Dias (2003) reforça que a criação da COMBRATUR é um grande passo na atuação do governo para o setor do turismo, e que em 1960, por meio do decreto nº 48.126, de 19 de abril, aprova-se o regimento da Comissão Brasileira de Turismo com o objetivo de coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo. Nesse momento de atuação do governo para o desenvolvimento do turismo, além da COMBRATUR, tem-se também a divisão turística do território nacional que segundo Trentin (2014), a atitude pôde ser considerada como a primeira proposta de distribuição do território brasileiro para finalidade turística. Apesar da inserção dos primeiros passos de ação do governo para o desenvolvimento do turismo não existia ainda nenhuma política nacional de turismo.

Em 1961 por meio da lei n.4.408, tem-se a organização do Ministério da Indústria e Comércio com o objetivo da formulação, direção e execução de políticas comercial e

industrial do Brasil. Nesse contexto da lei, constitui-se a organização do Departamento de Comércio com a Divisão de Turismo e Certames, extinguindo a COMBRATUR e regulamentando a nova Divisão de Turismo e Certames pelo decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962, com o objetivo de facilitar e fomentar o turismo no Brasil, além de sugerir projetos para ampliar o turismo nacional, organizar e fiscalizar exposições e feiras de turismo. Apesar dos objetivos propostos pela Divisão de Turismo e Certames, não existia ainda uma política traçada de turismo (CRUZ, 2001) que norteasse o rumo da atividade, composto por estratégias pautadas na realidade brasileira.

Beni (2006), Dias (2003, 2012), Solha (2004) salientam que ainda que não se visse uma política de turismo, a Divisão de Turismo e Certames desempenhou um papel importante para a contextualização do turismo no Brasil, com atividades de divulgação, promoção, *marketing*. Carvalho (2016) enfatiza que, nesse momento o turismo passou a ser mais visto e, conseqüentemente outros fatores surgiram como a necessidade de qualificação que acarretou o surgimento e crescimento dos primeiros cursos de turismo de hotelaria no país. Araújo; Cesar (2012) ressaltam que, ainda que o turismo começasse a existir a partir de proposições legais, não se observava uma organização política estruturada pública e madura no país. O Quadro 14 demonstra de forma ilustrativa a cronologia dos instrumentos normativos para a institucionalização do turismo no Brasil apresentada até o momento.

Quadro 14 – Primeiras legislações que influenciam o início do turismo no Brasil (1930 a 1966)

Ano	Lei e Decreto	Presidente	Síntese da legislação
1934	Decreto nº 24.163, de 24 de abril	Getúlio Vargas	Institui a Comissão Permanente de Exposições e Feiras, com o objetivo de organizar a representação do país em exposições e feiras no exterior.
1934	Decreto nº 24.393, de 13 de junho	Getúlio Vargas	Promulga o Convênio entre o Brasil e Argentina para o fomento do turismo com regalias entre os dois países para o crescimento do turismo.
1938	Decreto-lei nº 406, de 04 de maio	Getúlio Vargas	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e vendas de passagens aéreas

1939	Decreto-lei nº 1915, de 27 de dezembro	Getúlio Vargas	Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que é constituído por várias divisões e entre elas, a Divisão do Turismo, com o objetivo de superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo.
1940	Decreto-lei nº 2440, de 26 de julho	Getúlio Vargas	Regulamenta as atividades das empresas e agências de viagens e turismo e constitui a regulamentação de empresas do setor, fiscalização e regulamentação do transporte aéreo nacional
1945	Decreto-lei nº 7582, de 25 de maio	Getúlio Vargas	Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e cria o Departamento Nacional de Informações com a Divisão do Turismo (DT)
1956	Resolução nº 57 da Câmara dos deputados	Getúlio Vargas	Constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil
1958	Decreto nº 44.863, de 21 de novembro	Juscelino Kubitschek	Constituição da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) com o objetivo de coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e externo; o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; e padronização das exigências e dos métodos de informação, com dados sobre registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meio de transporte e hospedagem.
1960	Decreto nº 48.126, de 19 de abril	Juscelino Kubitschek	Aprova o Regimento da Comissão Brasileira de Turismo, que a COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do País, no que respeita ao turismo interno e internacional.
1961	Decreto nº 51.130, de 3 de agosto	Jânio Quadros	Institui a Divisão Turística do Território Nacional em 5 regiões, com o objetivo de servir de base ao planejamento do fomento turístico e medidas consequentes, inclusive as relativas à promoção turística.
1961	Lei n.4.408 de 29 de dezembro	João Goulart	Dispõe sobre a Organização do Ministério da Indústria e do Comércio na qual o Departamento Nacional do Comércio tem por finalidade planejar, coordenar e acompanhar a execução das medidas pertinentes às atividades comerciais do País, compreendendo a Divisão de Turismo e Certames (DTC).
1962	Decreto nº 534 de 23 de janeiro	João Goulart	Aprova o regimento da lei anterior do Ministério da indústria e do Comercio. A DT passou a ser Divisão de Turismo e Certames com o objetivo de facilitar e fomentar o turismo no Brasil
1962	Decreto nº 572, de 5 de fevereiro	João Goulart	Extingue a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur).
1963	Decreto nº 53.326, de 18 de dezembro	João Goulart	Autoriza a criação de escolas técnicas de hotelaria por meio do Ministério da Educação e Cultura
1966	Decreto nº 58.483, de 23 de maio	Castelo Branco	As Agências de Turismo, Viagens e Vendas de Passagens só poderão funcionar no País após o registro na Divisão de Turismo e Certames do Ministério da Indústria e do Comércio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

Considera-se que, os anos apresentados de 1034 a 1966 o Brasil e o mundo passaram por períodos históricos que afetaram direta e indiretamente todo o processo de vetor de crescimento do turismo, como o início da ditadura no Brasil e a segunda guerra mundial.

2.4.2 Segundo período: marcado pelo início de uma Política Nacional de Turismo

Independente das ações reguladoras vistas até o momento da pesquisa, o turismo no Brasil ainda não era norteado como uma fonte propagadora de benefícios econômicos, gerador de divisas culturais, ambientais e sociais. Beni (2006, 2012), Cruz (2001), Dias (2003, 2012), Ferraz (2001), Solha (2004), descrevem que o registro regulatório de planejamento do setor pode ser realmente considerado a partir de 1966, com a definição de uma Política Nacional de Turismo (PNT), a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) regulamentado pelo decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Cruz (2001) realça que, com o movimento do crescimento do setor turístico visualizando resultados promissores, institui-se a Política Nacional de Turismo (PNT) e os setores competentes para gerir essa política, instituídos pelo CNTur e a EMBRATUR.

Conforme o decreto-lei nº 55, a PNT referia-se às ações ligadas ao turismo para o desenvolvimento econômico do país, à coordenação de atividades turísticas, a programas oficiais com a iniciativa privada atuando no fortalecimento e crescimento do setor e benefícios de financiamentos com desenvolvimento do turismo. Assim, para o gerenciamento dessas ações, o CNTur composto por representantes do setor público e privado foi criado no intuito de coordenar, formular e dirigir o PNT, através de diretrizes básicas, planos de financiamento, normas de disciplina das operações da EMBRATUR, aprovação do plano de aplicação dos recursos da EMBRATUR, entre outras obrigações. Para a EMBRATUR competia financiar planos, programas e projetos já vistos pelo CNTur, organizar e divulgar as ações do turismo além de propor regulamentações de fomento para o crescimento do turismo. Carvalho (2009) releva que as gestões do poder público referente ao fortalecimento do turismo se iniciam com a composição da EMBRATUR, e Ferraz (2001) ressalta que é possível

observar a visão do governo no que concerne ao desenvolvimento econômico do setor a partir desse decreto de 1966.

Com a melhoria da infraestrutura no país e as indústrias apresentando um cenário promissor, institui-se em 1967, pelo decreto nº 60.224 o Sistema Nacional de Turismo, com o objetivo de efetuar e organizar a política nacional de turismo criada no ano anterior em 1966. O sistema era constituído pelo:

- CNTur, no que se refere a formular as diretrizes do plano nacional de turismo;
- EMBRATUR para estudar e propor atos normativos ao conselho nacional de turismo além de qualificar os prestadores de serviços turísticos; e,
- Ministério das Relações Exteriores com a função de divulgar o turismo nacional no exterior por meio das missões diplomáticas (BRASIL, 1967).

Cruz (2001) salienta que o Sistema Nacional de Turismo tinha como função principal a organização do turismo perante a administração pública. Porém, como as demais tentativas de políticas de turismo observaram-se os erros de interpretações do plano, como por exemplo, a falta de explicação nos dizeres de “conscientização do turismo”. Ainda assim, em 1969 tem-se a tentativa da elaboração do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) que não saiu do papel para execução e, em 1971 foi quando o turismo foi realmente inserido no contexto econômico do país a partir do decreto-lei nº 1.191, na criação do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), com o propósito de financiar obras e serviços de finalidade turística com aprovação do CNTur, além dos benefícios fiscais disponibilizados. Ainda assim, é possível observar a abertura de outros financiamentos destinados ao crescimento do turismo, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAN) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET) (BENI, 2009).

Carvalho(2009) ressalta que com o propósito do governo de inserir o turismo no contexto econômico a EMBRATUR em 1971 editou a primeira versão do Anuário Estatístico, demonstrando a intenção do governo em conhecer dados numéricos do fenômeno do turismo. Trentin (2014) salienta que com a expansão das obras de empreendimentos turísticos, com visão econômica do turismo e os fundos de investimento é possível observar em 1973 a participação dos municípios com a

política nacional de turismo, em que através do decreto nº 71.791 de 31 de janeiro dispõe as zonas prioritárias para o turismo, na qual a EMBRATUR poderia celebrar convênios com os municípios prioritário para o turismo.

Nesse intervém observa-se que a Política Nacional de Turismo ficou focada nos incentivos fiscais, prestigiando o crescimento do setor hoteleiro. Beni (2006) e Cruz (2001) descrevem que a falta de padrões técnicos na aprovação dos projetos turísticos, desencadeou os grandes projetos destinados para a gestão hoteleira, proporcionando um crescimento do turismo sem infraestrutura, qualificação e desenvolvimento sustentável da atividade, demonstrando uma visão do governo unilateral, focada somente no setor hoteleiro.

No entanto, em 1977 com uma atuação mais expressiva pela EMBRATUR, a entidade difere as áreas de interesse turístico definidas pelo decreto nº 6.513, despertando o olhar para uma organização inicial através do inventário do turismo cultural e natural privilegiando o bem turístico cultural, natural, arqueológico, histórico, ecológico e outros que poderiam ser definidos. Ainda assim, em 1977 as excursões são regulamentadas, proporcionando um contexto de organização da atividade turística. Para tanto, decreta-se no mesmo ano a regulamentação das atividades e serviços turísticos para execução e fiscalização, por meio da lei nº 6.505, enfatizando que todos os serviços turísticos deverão ser registrados pela EMBRATUR. A lei nº 6.505 de 1977 estabelece os serviços turísticos, sendo compostos por:

- Hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem de turismo;
- Restaurantes de turismo;
- Acampamentos turísticos (*campings*);
- Agências de turismo;
- Transportadoras turísticas;
- Empresas que prestem serviços aos turistas e viajantes, ou a outras atividades turísticas (BRASIL, 1977).

Independente da não consolidação de uma política pública de turismo, é possível verificar as tentativas no que concerne a organização dos serviços prestados e suas funcionalidades. Cavalcanti; Hora (2002) e Dias (2003), Trentin (2014) salientam que apesar do pouco crescimento das ações das políticas públicas de turismo no Brasil, a década de 80 é marcado por ações da Embratur como os convênios com os sindicatos estimulando o turismo social na baixa temporada; a criação dos planos Brasil turístico individual e em grupo; a preocupação com o turismo natural criando parceria com técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o lançamento do projeto “turismo ecológico” visando o potencial natural do país.

Em 1986 houve o descontrole da fiscalização das agências (TRENTIN, 2014) com a publicação do decreto lei nº 2.294, que liberava a atividade turística de fiscalização de órgão público, atribuindo somente às obrigações tributárias. Carvalho(2016) salienta que, apesar de toda dificuldade para o desenvolvimento do turismo na década de 80 foi promulgada a Constituição Federal de 1988, referenciando o turismo no artigo 180, na qual a União, os Estados e os municípios promoverão o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social. Essa ação torna-se essencial para o avanço da atividade nos próximos anos. O Quadro 15 demonstra as principais ações regulamentadoras para o setor do turismo fomentadas a partir do decreto 55 de 1966 até a Constituição de 1988.

Quadro 15 - Legislações que influenciam o turismo no Brasil - 1966 a 1988

Ano	Leis e Decreto	Presidente	Síntese da legislação
1966	Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro	Castelo Branco	Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)
1967	Decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro	Castelo Branco	A Política Nacional de Turismo será formulada e executada pelo Sistema Nacional de Turismo constituído de: Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR, Ministério das Relações Exteriores
1969	Resolução CNTur nº 71 de 10 de abril	Arthur da Costa e Silva	Elaboração do Plano Nacional de Turismo - PLANTUR. Não teve aplicação
1971	Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro	Emílio G Médici	Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, como a construção ou ampliação de hotéis, obras e serviços específicos de finalidade turística, constituindo atividades econômicas de interesse nacional, desde que aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo, entre outros incentivos.

1973	Decreto nº 71.791, de 31 de janeiro	Emílio G Médici	Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. O Conselho Nacional de Turismo delimitará, para oportuno aproveitamento, zonas prioritárias de interesse turístico. A EMBRATUR celebrará os necessários convênios com os municípios, onde estiverem situadas as zonas que hajam sido delimitadas
1974	Decreto nº 1.376, de 12 de dezembro	Ernesto Geisel	Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento. Ficam instituídos o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimentos da Amazônia, (FINAM) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), que compreenderá três contas, com escriturações distintas, para os setores de turismo, pesca e reflorestamento.
1977	Lei nº 6.513, de 20 de dezembro	Ernesto Geisel	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural
1977	Lei nº 6.505, de 13 de dezembro	Ernesto Geisel	Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização. Somente poderão explorar serviços turísticos, no País, as empresas registradas na Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.
1981	Decreto nº 86.176, de 06 de julho	João Figueiredo	A EMBRATUR deverá promover as medidas necessárias à instituição de áreas de interesse turístico e de locais de interesse turístico, bem como à compatibilização do uso turístico com a conservação e preservação dos mesmos bens; e implantar, manter atualizado e divulgar os inventários das áreas especiais e locais de interesse turístico, inclusive com a identificação dos bens declarados de interesse turístico.
1986	Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro	José Sarney	São livres, no País, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis.
1988	Constituição Federal	Ulysses Guimarães	No artigo 180 retrata que a União, Estado e os municípios deverão fomentar o turismo como fator social e econômico

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

Observa-se nesse período de 1966 até a Constituição de 1988 que a Embratur foi a grande impulsora das políticas públicas de turismo. Apesar desse período de militarismo, o turismo conseguiu alcançar instrumentos democráticos como o Sistema Nacional de Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR e o Ministério das Relações Exteriores denominado uma grande conquista para o setor.

2.4.3 Terceiro período: o Plano Nacional de Turismo e criação do Ministério do Turismo

Apesar das tentativas de planejamento do turismo no Brasil, poucos resultados podem ser vistos no que se refere a uma política de turismo com ações de

governabilidade para o bem turístico da nação como um todo e não como em suas partes. Solha (2004) descreve que foi a partir de 1991 que a relação do turismo com o poder público atingiu maiores voos, na qual se extinguiu a CNTur e a EMBRATUR passou por reestruturação conforme a lei nº 8.181 de 28 de março de 1991, com a atuação de autarquia denominada Instituído Brasileiro de Turismo ligada a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência. A lei da criação do Instituído Brasileiro de Turismo é regulamentada pelo decreto nº 448 de 1992, com o objetivo de estabelecer as diretrizes do plano nacional de turismo embasado na valorização do ser humano como destinatário final e, na valorização do patrimônio cultural e natural do país.

Todavia, no ano de 1992-1994 houve a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que não teve efetividade assim como o plano de 1969, elencado ainda nesse período o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello (CARVALHO, 2009; SOLHA 2004). Todavia Maranhão (2017) salienta que apesar do Plano não ter tido sucesso, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) com o objetivo de melhorar a infraestrutura do turismo no país, e o nordeste foi a o primeiro a ser contemplado com o programa com a participação do governo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Nordeste (BNB).

Nessas ações voltadas ao crescimento do turismo tem-se também em a criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e institucionalização do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo em 1994, oriunda do Plano Nacional de Turismo com o objetivo de sensibilizar e capacitar os agentes e os municípios para a gestão do turismo, o que apesar de toda uma tentativa focada no planejamento turístico, o programa não teve sucesso devido a fatores como falta de gestão municipal, capacitação local, profissionalização e de ordem econômico federal e municipal, também pela situação financeira que se encontrava o país na época (CRUZ, 2001; FRATUCCI, 2008). Todavia foi caracterizado como o primeiro programa consolidado de gestão do turismo, atuando no enriquecendo de parcerias como a criação de conselhos municipais de turismo e no desempenho de programas futuros como o de regionalização do turismo. Trentin (2014) revela que o PNMT

inovou o cenário do turismo nacional, despertando um olhar de interesse para a gestão do turismo. Outro programa visto em 1994 foi o Programa Nacional de Ecoturismo com o olhar voltado para o turismo ecológico, levantando questões e dados da preservação e conservação de áreas naturais do país com enfoque turístico. Para o desenvolvimento desse programa a EMBRATUR firmou parcerias com o IBAMA no que objetivo de trabalhar o turismo focado na sustentabilidade ambiental (FRATUCCI, 2008).

Com o crescimento de ações voltadas para o planejamento do turismo tem-se o Plano Nacional de Turismo do período de 1996-1999, com diretrizes e programas focados no desenvolvimento sustentável. O plano é visto como um salto para as políticas públicas de turismo, na qual Cruz (2001) salienta que o plano pode ser enfatizado realmente como uma política pública de turismo, com metas, estratégias. Carvalho (2009) revela que o cenário do turismo se inicia a partir desse plano, com um vetor de ações claras solicitadas pelos militantes do turismo.

O Plano de 1996 tinha como metas cinco macros estratégicos que alinhavam o caminho do turismo, como: a implantação de infraestrutura básica par o desenvolvimento do turismo; qualificação com capacitação de recursos humanos voltado para setor; modernização de marcos legal para o turismo; a descentralização da gestão turística; e, a promoção e divulgação do turismo no Brasil e no exterior (DIAS, 2003). Nesse período, tem-se a criação de um Ministério para os assuntos turístico com a criação do Ministério do Esporte e Turismo, demonstrando o avanço do setor (BENI, 2006). Além de que as metas propostas foram alcançadas, o governo conseguiu realizar os principais programas da Política Nacional de Turismo: o Programa de ação para o Desenvolvimento do Turismo no nordeste (PRODETUR); Programa de Municipalização do Turismo (PNMT); Programa Nacional de Ecoturismo; Programa de Formação Profissional no setor turístico; e, o Plano Anual de Publicidade e Promoção (BENI, 2006; DIAS, 2003; FRATUCCI, 2008; TRENTIN, 2014).

No entanto, é em 2003 que o turismo passa a ser institucionalizado por uma pasta única, criada por uma medida provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003,

transformada em lei de nº 10.683, de 28 de maio de 2003. A criação de uma pasta única focada para o turismo foi vista como um passo de grande notoriedade para o setor. (BENI, 2006; DIAS, 2003; CARVALHO, 2009). Assim, em abril de 2003 tem-se o Plano Nacional do Turismo 2003-2007, com diretrizes, metas e programas. O material foi produzido e apresentado em 48 páginas que trouxe como proposta a gestão descentralização e a viabilidade da importância de parceiras para atingir um planejamento duradouro e efetivo, voltado para geração de renda, emprego, diminuição das desigualdades sociais pautada nas riquezas culturais e naturais do Brasil. O Ministério do Turismo teve sua estrutura inicial composta de:

- Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo: responsável pelo setor de crescimento de infraestrutura, melhora na qualidade dos serviços, ações de investimento com o PRODETUR;
- Secretaria de Políticas Públicas de Turismo: encarregada da implantação de políticas públicas, além da articulação, formulação, elaboração, implantação, avaliação do PNT seguida das propostas pelo Conselho Nacional de Turismo;
- Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR): articulador do setor de divulgação, promoção e comercialização dos produtos e serviços para o exterior.
- Conselho Nacional do Turismo: formado por pessoas de outros ministérios e profissionais ligados ao turismo destinado a dar assessoria para acompanhar as políticas públicas de turismo (BRASIL, 2007a).

Com a criação do Ministério do Turismo tem-se uma nova fase de gestão descentralizada, composta por setores com funções específicas e alinhados para o crescimento do turismo além das diretrizes de parceiras (CARVALHO,2009). Na visão da descentralização o momento é marcado pela integração da parceira com os municípios, em que é na municipalidade que o turismo acontece (DIAS, 2003). Assim, tem-se a criação dos conselhos municipais de turismo para uma integração dos atores da sociedade civil e organizada focada no planejamento turístico, além da atuação do Fórum dos secretários estaduais de turismo e a recriação do Conselho Nacional de Turismo como fonte de base de decisões para auxiliar o Ministério do Turismo (BENI, 2006; DIAS 2003; SOLHA, 2004) formado um sistema de gestão compartilhado.

Baseado nesse sistema de gestão observa-se a participação dos atores envolvidos no turismo que em 2004 criou-se o programa de regionalização do turismo denominado Roteiros do Brasil, com o objetivo de organizar circuitos, caminhos, roteiros entre os municípios para que os municípios pudessem se agregar e se organizarem na estruturação do turismo, consolidando equipamentos e atrativos regionais (FRATUCCI, 2008). O programa dava um norte de visão nacional pautado em um diagnóstico regional, auxiliando principalmente os pequenos municípios que poderiam ter um atrativo, mas não possuíam equipamentos e infraestrutura adequada para uma demanda turística.

O PNT teve seu plano continuado atualizado nas diretrizes para os anos de 2007-2010 com o tema “Uma viagem de inclusão”, com ações mais pautadas para o turismo interno na versão de que a viagem é para todos (TRENTIN, 2014). Nesse período, tem-se a lei de nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, regulamentada em 2010, pelo decreto nº 7.381, que estabelece as normas sobre a PNT para o planejamento, desenvolvimento e crescimento, além de disciplinar a prestação de serviços turísticos como o cadastro e classificação e regular as linhas de crédito do setor. A lei também expressa o programa de regionalização, que foi o programa estruturante dos PNT 2003-2007 e 2007-2010, na consolidação de ganhos para uma região que possa ter atrativos e equipamentos em localidades próximas e limítrofes, com o objetivo de estruturar o turismo interno para promoção, comercialização e divulgação. Uma de suas metas apresentadas foi o programa de priorização de 65 municípios para serem indutores do turismo regional, estabelecidos por critérios apresentados pelo Ministério do Turismo (CARVALHO, 2016; TRENTIN, 2014). Araújo; Tascher (2012) descrevem que a lei traz claramente as conduções do setor por meio da PNT, na qual o poder público demonstra ações planejadas e racionais para nortear a sociedade no fortalecimento do turismo.

No ano de 2011 e 2012 não houve nenhuma atualização ou implantação do PNT, permitindo uma ruptura de ações. Somente em 2013 tem-se o lançamento do PNT 2013-2016, com objetivos semelhantes com os anteriores de aumentar a distribuição de renda, gerar divisas econômicas, estruturar e qualificar os serviços turísticos,

participar diretamente com a sociedade além de incentivar o programa de regionalização (CARVALHO,2016). O programa de regionalização do turismo é um marco para o país conseguindo atingir dados de realidades locais pautados na inserção da parceria compartilhada em que a união de todos pode trazer benefícios econômicos, culturais e ambientais para todos envolvidos (TRENTIN, 2014).

O plano mais recente o PNT 2018-2020 tem como tema “mais emprego e renda para o Brasil” elaborado de forma participativa como o anterior, com visão econômica, de inclusão, de planejamento fomentado para a sustentabilidade, além da inovação do item segurança pública salientando o turismo como vetor de desenvolvimento. O plano 2018-2020 tem seus objetivos pautados nas desigualdades sociais, promovendo a inclusão social através da geração de emprego e renda e na desburocratização do setor com investimentos, divulgação, comercialização e regionalização do turismo, atuando na inovação do turismo responsável como base de apoio para a sustentabilidade (BRASIL, 2018a).

O Quadro 16 a seguir demonstra as principais ações para o fortalecimento do turismo desenvolvidas após a constituição de 1988, com a concretização da efetividade dos planos nacional de turismo, o marco da criação do Ministério do turismo, o fortalecimento do programa de regionalização de turismo, além de outros fatos que marcaram história das políticas públicas de turismo no Brasil.

Quadro 16 - Fatos regulatórios da gestão de turismo no período de 1991 a 2018

Ano	Presidente	Fato regulatório
1991	Fernando Collor	Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991 que revoga o decreto 55/66. A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) passa a ser Instituto Brasileiro de Turismo, autarquia com funções de coordenar, formular, executar a Política Nacional de Turismo e extingue o CNTur.
1992	Fernando Collor	Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992 que regularia a lei 8.181/91. A Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional. Será formulada, coordenada e executada, pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), como objetivo de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.
1992	Fernando Collor	Tem-se o Plantur - Plano Nacional de Turismo 1992-1994, que não teve execução

1994	Itamar Franco	Início do PNMT Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Programa com foco na atuação do turismo nos municípios.
1994	Itamar Franco	Programas de incentivos de infraestrutura como PRODETUR que teve atuação no Nordeste.
1996	Fernando Henrique Cardoso	Política Nacional de Turismo 1996-1999. O plano de turismo apresentava cinco macros estratégias: a implantação de infraestrutura básica par o desenvolvimento do turismo; qualificação com capacitação de recursos humanos voltado para setor; modernização de marcos legais para o turismo; a descentralização da gestão turística; e a promoção e divulgação do turismo no Brasil e no exterior
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Criação do Ministério do Turismo com o objetivo de promover programas de incentivo ao turismo por meio da medida provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003, transformada em lei de nº 10.683, de 28 de maio de 2003
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Decreto nº 4.898 de novembro de 2003. Transfere competências da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo relativo ao cadastramento de empresas, à classificação de empreendimentos dedicados às atividades turísticas e ao exercício da função fiscalizadora. A EMBRATUR prestará apoio logístico necessário à execução das atividades transferidas para o Ministério do Turismo, passando a gerenciar a propagação e comercialização do turismo nacional para o exterior.
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Turismo 2003-2007. Instituída por sete macro programas, sendo: gestão e relações institucionais; fomento ao turismo; infraestrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade do produto turístico; promoção e apoio à comercialização; e, informações turísticas.
2004	Luiz Inácio Lula da Silva	Implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Marcada como um dos principais programas de gestão do turismo na visão descentralizada e participativa, além das parcerias viáveis.
2007	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Turismo 2007-2010 com o tema "uma viagem de inclusão". Apresentou estratégias para o turismo interno. O Plano foi caracterizado por oito macro programas, sendo: planejamento e gestão; informações e estudos turísticos; logística de transportes; regionalização do turismo; incentivo à iniciativa privada; infraestrutura pública; qualificação de equipamentos e serviços turísticos; e, promoção e apoio à comercialização.
2008	Luiz Inácio Lula da Silva	Lei de nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, intitulada a lei do turismo, onde estabelece a Política Nacional de Turismo para o planejamento, desenvolvimento e crescimento, além de disciplinar a prestação de serviços turísticos como o cadastro e classificação no Ministério do Turismo.
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta a lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a organização da Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico além de instituir a revisão do PNT a cada quatro anos
2013	Dilma Rousseff	Política Nacional de Turismo 2013-2016 com o tema "o turismo fazendo muito mais pelo Brasil", estrutura em sete ações: conhecer o turista, o mercado e o território nacional; estruturar destinos turísticos brasileiros; fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos no país; promover os produtos turísticos nacionais; estimular o desenvolvimento sustentável da atividade; fortalecer a gestão descentralizada, parcerias e participação social; e, promover melhorias no âmbito jurídico do turismo
2013	Dilma Rousseff	Portaria nº 105 de 16 de maio de 2013, Institui o Programa de Regionalização do Turismo com o objetivo de promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo

2013	Dilma Rousseff	A portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013 define o Mapa do Turismo Brasileiro, passando por reformulações posterior para a classificação de seus critérios (Portaria nº 144/ de 27 de agosto de 2015 e Portaria nº 192 de 27 de dezembro de 2018)
2018	Michel Temer	Política Nacional de Turismo 2018-2020 com o tema "mais emprego e renda para o Brasil", constituído além metas e diretrizes por linhas de atuação, sendo: linha de ordenamento, gestão e monitoramento; estruturação do turismo brasileiro; formalização e qualificação no turismo; incentivo ao turismo responsável; e, <i>marketing</i> e apoio à comercialização
2019	Jair Bolsonaro	Focado na regionalização e na atualização do Mapa Brasileiro de Turismo, o Ministério do Turismo disponibiliza um documento orientador de instância de governança regional. A articulação regional é fundamental para o processo de constituição, formalização e atuação das Instancias de Governança Regionais (IGRs). A expressão Institucionalização das Instâncias de Governança Regionais significa o estabelecimento formal de uma organização que possa construir pactos; compartilhar espaços de diálogo; tomar decisões e orientar o desenvolvimento turístico de uma região, de forma sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

Considera-se que, apesar de todas as legislações fomentadas do turismo, as ações mais concretas vistas pela municipalidade foram o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Apesar de o PNMT de 1994 a 2002, não ter conseguido atingir seus objetivos da época, teve uma ação concreta nos agentes e no *trade* da municipalidade turística, atingindo um novo olhar para o turismo atuando na geração de renda, divisas econômicas, preservação e conservação dos atrativos culturais e naturais, Trentin; Fratucci (2011) revelam que o PNMT trouxe a inversão dos sentidos para as decisões, dando mais notoriedade para as decisões municipais, demonstrando uma visão de gestão participativa.

Todavia, o PNMT seguia o método alemão denominado ZOPP, com oficinas de sensibilização, capacitação e planejamento desde o governo federal, estadual até o municipal, com o propósito de fomentar parceiros para um turismo sustentável social, econômico, cultural, ambiental e político. O PNMT tinha a visão do efeito multiplicador, em que os monitores capacitados pela EMBRATUR tinham o papel de agentes multiplicadores do conhecimento, além de parte técnica fundamentada em 2002 pela deliberação normativa nº 432, de 28 de novembro de 2002, para o preenchimento do Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR) dos municípios, a formalização de um conselho municipal de turismo (COMTUR) com a criação de um fundo de turismo, e, a elaboração de um Plano Municipal de Turismo (LOBATO,

2001). Cruz (2001) salienta que o programa não tinha características da realidade brasileira, e que muitas cidades se interessaram pelo PNMT fundadas na ilusão de conseguir verbas do governo federal, fugindo do objetivo do programa. A autora ainda revela que, o método ZOOP tem grande aproveitamento em países onde o nível educacional é mais elevado.

Outro ponto de análise é o programa de Regionalização que, mesmo tendo iniciado em 2004, passando por rompimentos e melhoras é o programa que permanece até os dias de hoje, conseguindo detalhar pelo menos na visão lúdica do papel um diagnóstico do turismo brasileiro. O Programa de Regionalização ganhou forma na lei intitulada lei do turismo nº 11.771 de 2008, na qual a PNT definiu seus objetivos focados no desenvolvimento da regionalização e na gestão descentralização. Alinhado a concretização da regionalização criou-se o mapa turístico do Ministério do Turismo, definido por meio da portaria nº 313 de 3 de dezembro de 2013, com o objetivo de concretizar as regionalizações turísticas no país, embasados nos critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, com atualização bienal.

O programa da regionalização induz diretamente a participação da sociedade através da comprovação por atas do conselho municipal de turismo, além de fomentar a união dos municípios próximos com interação e parceiras que fomentam o crescimento do turismo para toda região. Outra novidade, é que na atualização de 2019 para o mapeamento do turístico é necessário que os municípios apresentem equipamentos e/ou serviços turísticos registrados no cadastro dos prestadores de serviços turístico, denominado de CADASTUR.

Considera-se que, independente de uma análise sobre os resultados das políticas públicas de turismo efetuadas no Brasil até o momento, é notório averiguar que as políticas públicas passaram e passam por um percurso crescente em ações que sustentem o fortalecimento do turismo com regulamentações, qualificações, infraestrutura, produtos turísticos, entre outros fatores pautados na sustentabilidade. Todavia, a classe política corrupta, a descrença da população com os órgãos públicos, a corrupção no país, a má distribuição de renda, entre outros, são fatores que desaceleram o vetor do crescimento do turismo nacional considerando que o

Brasil um país de grande extensão territorial com os mais variados e diversificados atrativos turísticos na esfera natural e/ou cultural.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas de turismo no Brasil ilustrados nos três períodos apresentados neste capítulo, o Quadro 17 demonstra os principais fatos de cada período, em uma lógica cronológica e de importância para o crescimento das políticas públicas de turismo, considerando os principais atos que nortearam o desenvolvimento do turismo no país.

Quadro 17 - Principais ações que influenciaram o turismo no Brasil (2030-2019)

Ano	Lei e Decreto	Presidente	Síntese da legislação
1939	Decreto-lei nº 1915, de 27 de dezembro	Getúlio Vargas	Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que é constituído por várias divisões e entre elas, a Divisão do Turismo.
1945	Decreto-lei nº 7582, de 25 de maio	Getúlio Vargas	Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e cria o Departamento Nacional de Informações com a Divisão do Turismo (DT).
1958	Decreto nº 44.863, de 21 de novembro	Juscelino Kubitschek	Constituição da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR).
1960	Decreto nº 48.126, de 19 de abril	Juscelino Kubitschek	Aprova o Regimento da Comissão Brasileira de Turismo, que a COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo.
1962	Decreto nº 572, de 5 de fevereiro	João Goulart	Extingue a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur).
1966	Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro	Castelo Branco	Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)
1967	Decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro	Castelo Branco	A Política Nacional de Turismo será formulada e executada pelo Sistema Nacional de Turismo constituído de: Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR, Ministério das Relações Exteriores
1974	Decreto nº 1.376, de 12 de dezembro	Ernesto Geisel	Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento. Ficam instituídos o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimentos da Amazônia, (FINAM) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), que compreenderá três contas, com escriturações distintas, para os setores de turismo, pesca e reflorestamento.
1991	Lei nº 8.181, de 28 de março	Fernando Collor	A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) passa a ser Instituto Brasileiro de Turismo, autarquia com funções de coordenar, formular, executar a Política Nacional de Turismo e extingue o CNTur.

1994	Programa de governo	Itamar Franco	Início do PNMT Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
1994	Programa de governo	Itamar Franco	Programas de incentivos de infraestrutura como PRODETUR que teve atuação no Nordeste.
1996	Programa de governo	Fernando Henrique Cardoso	Política Nacional de Turismo 1996-1999.
2003	Lei de nº 10.683, de 28 de maio	Luiz Inácio Lula da Silva	Criação do Ministério do Turismo.
2003	Decreto nº 4.898 de novembro	Luiz Inácio Lula da Silva	A EMBRATUR prestará apoio logístico necessário à execução das atividades transferidas para o Ministério do Turismo, passando a gerenciar a propagação e comercialização do turismo nacional para o exterior.
2003	Programa de governo	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Turismo 2003-2007.
2004	Programa de governo	Luiz Inácio Lula da Silva	Implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).
2007	Programa de governo	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional de Turismo 2007-2010 com o tema "uma viagem de inclusão".
2013	Programa de governo	Dilma Rousseff	Política Nacional de Turismo 2013-2016 com o tema "o turismo fazendo muito mais pelo Brasil".
2013	Portaria nº 105 de 16 de maio	Dilma Rousseff	Institui o Programa de Regionalização do Turismo.
2018	Programa de governo	Michel Temer	Política Nacional de Turismo 2018-2020 com o tema "mais emprego e renda para o Brasil".
2019	Programa de governo	Jair Bolsonaro	Focado na regionalização e na atualização do Mapa Brasileiro de Turismo, o Ministério do Turismo disponibiliza um documento orientador de instância de governança regional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

Após a análise dos estudos das políticas públicas de turismo no Brasil, abordando os principais fatos regulatórios governamentais que alavancaram o crescimento do turismo no país, o próximo capítulo tratará, portanto, das políticas públicas de turismo no Estado de São Paulo, no entendimento do percurso das políticas de turismo no estado e os municípios estâncias, tema este, proposto pela presente pesquisa.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

As políticas públicas de turismo são o caminho para o crescimento e fortalecimento do turismo e, no Brasil o estado de São Paulo apresenta um cenário diferenciado para o desenvolvimento da atividade nos municípios com potencial turístico, classificando os municípios como estâncias turísticas com legislações vigentes estadual. Nesse prisma, o presente capítulo aborda o a trajetória das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo, a criação das estâncias turísticas desde a Constituição de 1967 até a última legislação publicada de 2015, e, a compreensão dos repasses do governo estadual ao fomento do turismo às estâncias paulistas.

3.1 O percurso da estrutura administrativa das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo

As políticas públicas de turismo são ferramentas compostas de regras, regulamentações, diretrizes, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que forneçam uma estrutura para a tomada de decisão coletiva e individual, numa relação direta com o bem estar da sociedade, para que o turismo possa crescer no caminho do desenvolvimento, conservando e fortalecendo os atrativos turísticos, além dos benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais que a atividade propicia em um local, região, estado e/ou nação (BENI, 2012; CESAR, 2011; CRUZ, 2016; DIAS, 2012; DWYER; KIM, 2003; EL-GOHARY; OSMAN; EL-DIRABY, 2006; FERNANDES, 2011; GASTAL; MOESCH, 2007; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; HALL, 2008; MELGAREJO; LÓPEZ; BERCIAL, 2018; RIVAS; MAGADÁN, 2012; SILVA, 2015).

Todavia, a inserção das políticas públicas de turismo nem sempre está cercada de uma gestão capacitada, revelando profissionais atuando em empresas turísticas, organizações da sociedade civil e órgãos públicos, com uma grande fragilidade e dificuldade em relação aos conhecimentos técnicos e teóricos da atividade turística, podendo desencadear ações que comprometam condutas futuras (SOLHA, 2004). O

conhecimento das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo torna-se necessário para que pesquisadores, empresários, gestores, agentes políticos, entre outros, possam compreender e condicionar a atividade turística em políticas públicas “palpáveis” e reais para a consolidação da atividade no Estado.

A gestão na área de políticas públicas em turismo não é formada apenas de um conceito técnico, mas também de uma união de conhecimentos teóricos e práticos, com uma reflexão sobre a habilidade de tomar decisões, solucionar problemas, gerenciar programas com a competência de promover o desenvolvimento turístico. (DINICA, 2009; HALL, 2008; HAVEN-TANG; SEDGLEY, 2014; GASTAL; MOESCH 2007). O papel do poder público é essencial, destacando-se como a mão oculta que direciona as ações das políticas públicas na implementação de uma política de turismo pautada em decisões conjuntas dos atores e setores envolvidos, com objetivos e ações claras para serem implantadas (BENI, 2012).

O estado de São Paulo, assim como o Governo Federal percorreu um longo caminho até a implantação de ações que fortalecessem o turismo paulista. O primeiro vínculo do turismo com a gestão paulista foi visto em 1965 com a criação da Secretaria de Negócios de Turismo (BROCCHI; SOLHA, 2008), com o propósito de promover o turismo, incentivar as festividades turísticas, apoiar as iniciativas privadas de finalidade turística, estimular a abertura de empresas turísticas, preservar as atividades culturais, fomentar a abertura de cursos voltados para o turismo, entre outros, além da criação do Conselho Estadual de Turismo constituído por pessoas de entidades privadas e oficiais que tivessem ligação direta com o turismo (SÃO PAULO, 1965).

Após dois anos, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré tem-se uma reforma administrativa por meio do decreto n°. 49.165, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços e atendimento das atividades de promoção social, cultural, esportes e turismo. Nesse momento cria-se a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (SÃO PAULO, 1967b). A pasta de Turismo permaneceu com Cultura e Esporte por sete anos sendo comandada por dois secretários nesses

períodos e, as ações do departamento de turismo seguiram o andamento do governo federal sem nada inovador para época (BROCCHI; SOLHA, 2008).

Com a criação da EMBRATUR, do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e do Sistema Nacional de Turismo no Brasil em 1966, os estados foram se organizando e criando fundos de investimentos de fomento ao turismo espelhado nas tentativas de desenvolvimento do turismo a nível federal (SOLHA, 2004). No estado de São Paulo tem-se a criação do Fundo de Melhoria das Estâncias em 1968, sendo substituído em 1970 pela criação da entidade autárquica do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST), criada pelo decreto-lei nº 258, com o objetivo de desenvolver programas de urbanização e melhoria, além da preservação ambiental e cultural das Estâncias. O decreto-lei ainda previa a criação de um conselho deliberativo composto por cinco membros técnicos escolhidos por aptidões na área de turismo, planejamento, urbanização e saneamento, com a intenção do fomento do turismo nas estâncias, além dos propósitos de:

- Elaborar plano de incremento ao turismo para o desenvolvimento das estâncias de qualquer natureza;
- Promover a execução e fiscalização dos programas do plano;
- Administrar os recursos e atrativos de propriedade do Estado localizados nas estâncias;
- Proporcionar pesquisas e estudos para o fomento do turismo nas estâncias;
- Viabilizar o entrosamento das estâncias com os órgãos públicos visando o bom andamento da gestão do turismo paulista;
- Empenhar-se em conjunto com os demais órgãos públicos na busca de verbas ou doações financeiras para a melhoria das estâncias;
- Auxiliar no combate a poluição;
- Prestar assistência em casos de calamidade pública comprovada nas estâncias por incapacidade financeira, entre outros (SÃO PAULO, 1970b).

Em 1974 tem-se por meio do decreto nº 4.093 de 26 de julho, a criação das coordenadorias das pastas tituladas na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, nomeando a Coordenadoria de Turismo, a Coordenadoria de Esportes e Recreação

e, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural (BROCCHI; SOLHA, 2008). A coordenadoria de turismo tem como objetivo executar o planejamento do turismo no Estado, além de disponibilizar assistência técnica aos municípios, dar consultorias, elaborar pesquisas, promover o turismo no Estado e auxiliar na divulgação do turismo paulista (SÃO PAULO, 1974).

Com as constantes mudanças organizacionais vistas no governo paulista, a secretaria de turismo mais uma vez passa por transformações burocráticas. Em 1975, por meio do decreto nº 5.929, tem-se a nova reforma administrativa, nomeando a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo. A nova secretaria que englobava o turismo também compreendia Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Regional de Desportos, a Coordenadoria de Esportes e Recreação, a Coordenadoria de Turismo, a Estrada de Ferro Campos do Jordão, o Posto de Informações e Recepção de Brasília, a autarquia Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias e, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo (SÃO PAULO, 1975).

Poucas ações de impacto podem ser observadas nesse período na Secretaria de Esportes e Turismo, destacando a criação do Centro de Turismo e Recreação do Parque Estadual do Jaraguá em 1982, com o objetivo de conservação e fomento do turismo no parque (SÃO PAULO, 1982); a criação dos cargos de delegados de Esportes e Recreações em 1984, que incluía o setor de turismo, na tentativa de descentralização do governo mediante a criação de escritórios regionais e seus delegados (SÃO PAULO, 1984); e, a criação do Conselho de Representantes Regionais, vinculado à Secretaria de Negócios de Esportes e Turismo em 1985 (SÃO PAULO, 1985).

Em 1989 por meio da lei nº 6.470 de 15 de junho, o governo extingue a autarquia FUMEST criando o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) e o Fundo de Melhoria das Estâncias, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias lotado na Secretaria de Esportes e Turismo. Ao departamento do DADE competia gerenciar o potencial turístico no estado de São Paulo além de:

- Qualificar programas e projetos de urbanização turística;
- Celebrar contratos entre as estâncias e o governo estadual;
- Promover pesquisas sobre as estâncias;
- Verificar e fiscalizar os requisitos para serem estâncias;
- Possibilitar atividades de divulgação das estâncias; e,
- Preparar relatório anual sobre as aplicações financeiras do Fundo de melhoria das Estâncias (SÃO PAULO, 1989a).

Brocchi; Solha (2008) e Solha *et al.* (2010) salientam que apesar das tentativas de programas de políticas públicas de turismo no Estado de São Paulo, muitas não deram continuidade devido à grande rotatividade dos cargos de secretários estaduais, na qual nesse período a Secretaria de Esportes e Turismo passou por sete comandos, com estratégias, equipes, visões, características diferentes propiciando ações isoladas sem continuidade para o processo de desenvolvimento do turismo.

Nos anos 1990 ao longo da década, com o crescimento do turismo, a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Programa de Municipalização do Turismo a nível federal, a Secretaria de Esportes e Turismo no Estado de São Paulo não apresentou nenhum plano estadual ou diretrizes pontuais, seguindo as estratégias do governo federal no percurso do turismo, como a execução de seminários da municipalização de turismo realizado em várias cidades no Estado (CARVALHO, 2009; FONSECA, 2006; SOLHA, 2004). Nesse período, a Secretaria de Esportes e Turismo também não apresentou nenhuma mudança estrutural, criando apenas o conselho das faculdades de turismo para auxiliar de forma consultiva no entrosamento do turismo com os profissionais da área, denominado Conselho das Faculdades de Turismo do Estado de São Paulo (Confatesp) no ano de 1991 e, em 1995 houve a reestruturação do Conselho Estadual de Turismo (BROCCHI; SOLHA, 2008).

Em 2001, depois de 26 anos a Secretaria de Esportes e Turismo se desmembra, correlacionando os assuntos de esportes à Secretaria da Juventude e os assuntos de turismo a uma única e exclusiva pasta, denominada Secretaria de Turismo (SÃO

PAULO, 2001). Todavia, a pasta de turismo permaneceu única por um curto período de tempo de apenas sete meses, sendo posteriormente lotada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Turismo com as mesmas premissas de antes, firmados no objetivo de estimular e fortalecer o turismo no Estado, além de desenvolver a atividade nos aspectos econômicos, ambientais, culturais e sociais, visando à geração de renda, emprego e qualidade de vida (SÃO PAULO, 2002).

Com a criação do Ministério do Turismo no governo federal em 2003, a implantação da política nacional, o programa de regionalização do turismo (PRT), observa-se uma mobilização dos Estados perante a atividade turística. No estado de São Paulo a movimentação não foi diferente, seguindo a Política Nacional de Turismo, Brocchi; Solha (2008) e Fonseca (2006) enfatizam que o Estado seguiu o PRT, adotando vários circuitos turísticos regionais, instituindo 112 cidades caracterizadas em 20 circuitos regionais fomentando o turismo regional do estado de São Paulo, como o circuito Caminhos de Anchieta, Circuito das Frutas, Circuito das Águas, Pólo Cuesta, Roteiro dos Bandeirantes, Circuito de Lazer e Esportes Náuticos da Hidrovia Tietê-Paranaguá, entre outros.

Assim, em 2005, através do decreto nº 49.683, de 10 de junho, cria-se como pasta única a Secretaria de Turismo, composta pelos mesmos moldes anteriores, com o objetivo de difundir o turismo do estado de São Paulo integrado pelo Conselho Estadual de Turismo, Conselho de Representantes Regionais, DADE, Estrada de Ferro Campos do Jordão, Posto de Informações e Recepção de Brasília e Coordenadoria de Turismo (SÃO PAULO, 2005). Em 2006, conceituando a importância do turismo como vetor de desenvolvimento regional, fica composto ainda na Secretaria de Turismo, junto ao Conselho Estadual de Turismo o Conselho do Turismo Regional Paulista, por meio do decreto nº 50.600, de 27 de março de 2006 (SÃO PAULO, 2006), constituindo um turismo de políticas participativas na inclusão de que o Conselho do Turismo Regional Paulista será formado por pessoas dos conselhos municipais de turismo, gerando o efeito multiplicador participativo entre município e Estado.

Apesar da atuação de fomento da Secretaria de Turismo, o estado de São Paulo não apresentava nenhum plano de política pública de turismo própria, seguindo sempre as estratégias do Plano Nacional de Turismo (BROCCHI; SOLHA, 2008), além de demonstrar um percurso tumultuado da pasta de turismo dirigido por várias chefias de ordem estadual. Nesse diapasão, em 2007 a Secretaria passa novamente por mudanças organizacionais, sendo direcionado para a Secretaria de Esportes e Lazer e posteriormente através do decreto nº 51.601 passa a denominar-se como Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo abrangendo toda sua composição anterior (SAO PAULO, 2007).

Ainda sem um direcionamento sólido no fomento do turismo paulista, o governo em 2009 institui a Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR), composta como uma empresa pública vinculada à Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo com o propósito de fomentar, desenvolver, planejar, desenvolver pesquisas, fiscalizar, articular ações para melhorar a infraestrutura turística, planejar equipamentos turísticos, promover execução de projetos turísticos, serviços de consultoria, coordenar as ações na área de turismo, lazer, eventos de interesse do Estado, promover a divulgação do turismo paulista além de promover o turismo sustentado pautado na preservação histórica, ambiental, ecológica e social (SÃO PAULO, 2009).

Em 2011, a Secretaria de Turismo passa por nova reestruturação e volta a ser independente através do decreto nº 56.635, regulamentada pelo decreto nº 56.638 de 1º de janeiro, que organiza a Secretaria de Turismo constituída pela Coordenadoria de Turismo, Conselho Estadual de Turismo, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), Conselho do Turismo Regional Paulista, e Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR) como entidade vinculada. A finalidade da Secretaria de Turismo continua sendo as mesmas pontuadas nos decretos anteriores, porém o decreto descreve como campo funcional a promoção do turismo como atividade econômica estratégica para a geração de emprego, renda e desenvolvimento regional (SÃO PAULO, 2011).

Ressalta-se que, no ano de 2012, através do decreto nº 57.748, de 20 de janeiro, a Secretaria de Turismo teve o seu quadro de competências ampliado, para que além de todos os atributos destinados a Secretaria de turismo fosse considerada também a formulação de diretrizes e, a promoção do desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações, inclusive mediante a execução de obras, relativos ao turismo no Estado (SÃO PAULO, 2012). Na nova estrutura administrativa e organizacional teve a adequação do Conselho Estadual de Turismo decretada em 2013, com novos membros e suas responsabilidades (SÃO PAULO, 2013), além da dissolução da Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR) por meio da lei nº 15.827, de 28 de maio de 2015 (SÃO PAULO, 2015b).

Para tanto, desde 2011 a Secretaria de Turismo continua sendo pasta única no desenvolvimento de programas, projetos e ações com o objetivo de fomentar o turismo no Estado. O Quadro 18 demonstra as principais ações reguladoras para a organização do setor do turismo no estado de São Paulo até a conquista de uma secretaria própria para a pasta de turismo, objetivando o desenvolvimento do turismo no Estado.

Quadro 18 - Fatos regulatórios do turismo no Estado de São Paulo

Ano	Lei e Decreto	Governador	Finalidade da legislação
1965	Lei n. 8.663, de 25 de janeiro	Adhemar Pereira de Barros	Criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo e do Conselho Estadual de Turismo
1967	Decreto n. 49.165, de 29 de dezembro	Roberto Costa de Abreu Sodré	Reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo. Lotando o turismo na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo
1968	Lei nº 10.167, de 04 de julho	Roberto Costa de Abreu Sodré	Fica instituído, junto à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, o Fundo de Melhoria das Estâncias, criando o conselho técnico de estâncias
1970	Decreto-Lei n.258 de 29 de maio	Roberto Costa de Abreu Sodré	Criação, como entidade autárquica, do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - FUMEST, substituindo o Fundo de Melhoria das Estâncias
1974	Decreto n. 4.093, de 26 de julho	Laudo Natel	Criação das coordenadorias da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, sendo: a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, a Coordenadoria de Esportes e Recreação e a Coordenadoria de Turismo.

1975	Decreto n. 5.929, de 15 de março	Paulo Egydio Martins	Altera a estrutura e a denominação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, criando a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo
1982	Decreto n. 20.100, de 7 de dezembro	José Maria Marin	Criação do Centro de Turismo e Recreação do Parque Estadual do Jaraguá, na Secretaria de Esportes e Turismo
1984	Decreto n. 22.592, de 22 de agosto	Franco Montoro	Descentralização das atividades do Estado, mediante criação de novas Regiões de Governo, como a criação dos escritórios regionais e os delegados, como os Delegados de Esportes e Recreações (Secretaria de Esportes e Turismo)
1985	Decreto n. 24.183, de 29 de outubro	Franco Montoro	Criação do Conselho de Representantes Regionais, vinculados a Secretaria de Esportes e Turismo;
1989	Lei nº 6.470, de 15 de junho	Orestes Quércia	Extingue a autarquia "Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias. Cria-se o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias e o Fundo de Melhoria das Estâncias, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias.
1989	Decreto nº 30.624, de 26 de outubro	Orestes Quércia	Organiza e regulamenta o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE)
1991	Resolução SET nº 13 de, 04 de março	Orestes Quércia	Cria o Conselho das Faculdades de Turismo do Estado de São Paulo na Secretaria de Esportes e Turismo, Juno a coordenadoria de Turismo.
2001	Decreto nº 46.143, de 01 de outubro	Geraldo Alckmin	A secretaria de Esportes e Turismo se desmembra. Cria-se a Secretaria da Juventude para assuntos do esporte, e, a Secretaria de Turismo fica como pasta única
2002	Decreto nº 46.744, de 03 de maio	Geraldo Alckmin	A secretaria de Turismo deixa de ser pasta única e passa a compor a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo .
2005	Decreto nº 49.683, de 10 de junho	Geraldo Alckmin	Criação da Secretaria de turismo , que volta a ser independente como pasta única do governo estadual.
2006	Decreto nº 50.600, de 27 de março	Geraldo Alckmin	Institui, na Secretaria de Turismo, vinculado ao Conselho Estadual de Turismo o Conselho do Turismo Regional Paulista, composto com participação dos Conselhos Municipais de Turismo.
2007	Decreto nº 51.464, de 01 de janeiro	José Serra	Mudança da Secretaria de Turismo para Secretaria de Esportes e Lazer
2007	Decreto nº 51.601, de 26 de fevereiro	José Serra	Mudança da Secretaria de Turismo para Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo

2009	Lei nº 13.560, de 01 de julho	José Serra	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR)
2011	Decreto nº 56.635, de 1º de janeiro	Geraldo Alckmin	Mudança da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo para a Secretaria de Turismo
2011	Decreto nº 56.638, de 1 de janeiro e	Geraldo Alckmin	Organiza a estrutura da Secretaria de Turismo, constituída pela Coordenadoria de Turismo, Conselho Estadual de Turismo, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), Conselho do Turismo Regional Paulista, e Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR). Constitui o campo funcional da Secretaria de Turismo à promoção do turismo como atividade econômica estratégica para a geração de emprego e renda e o desenvolvimento regional.
2012	Decreto nº 57.748, de 20 de janeiro	Geraldo Alckmin	Amplia o quadro de competências da Secretaria com a formulação de diretrizes e a promoção do desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações, inclusive mediante a execução de obras, relativos ao turismo no Estado
2013	Decreto nº 59.086, de 15 de abril	Geraldo Alckmin	Altera a redação da composição da estrutura do Conselho Estadual de Turismo.
2015	Lei nº 15.827, de 28 de maio	Geraldo Alckmin	Dissolução da Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPETUR)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados (grifo nosso).

Observa-se que, a secretaria de Turismo no Governo de São Paulo passou por vários vínculos institucionais, sendo em 1965 constituída à Secretaria de Negócios e Turismo; em 1967 à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; em 1975 à Secretaria de Negócios de Esporte e Turismo; em 2002 à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; em 2005 torna uma pasta única de Secretaria de Turismo pela primeira vez; em 2007 volta a atuar com o esporte, constituindo a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo; e, somente em 2011 passa a ser desde então Secretaria de Turismo, buscando concretizar ações para o crescimento e fortalecimento do turismo no estado de São Paulo. Desde então, a Secretaria de Turismo é composta pela Coordenadoria de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho do Turismo Regional Paulista, e o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos.

3.2 A criação das estâncias no estado de São Paulo

A palavra estância se iniciou presente na Europa, especialmente nas cidades que dispunham de águas termais referenciadas como tratamento de saúde. Eram locais que ofereciam a tentativa de cura, ficando conhecidas como cidades milagrosas pelo termalismo, na melhora de doenças como reumatismo, gota, artrite, esterilidade, entre outras, além da busca pelo repouso e lazer (MORAES, 2008, REJOWSK *et al.*, 2002). A busca pelo clima puro também se difundia, favorecendo o restabelecimento das pessoas para tratamento de tuberculose, além dos romancistas da época que se fascinavam pelas paisagens do campo e pelo ar puro (REJOWSK; *et al.*, 2002).

A procura pela saúde levava além dos enfermos, diversos familiares que, enquanto esperavam os tratamentos dos entes queridos, se desfrutavam de outras atividades de lazer, repouso e entretenimentos. Assim, as cidades além do clima puro e das águas termais se estruturavam com atividades diversas para entreter seus visitantes, como exemplo, as estâncias do estado de Minas Gerais como Poços de Caldas, Araxá e São Lourenço conhecidas pelos tratamentos de saúde, se organizando posteriormente com espaços para lazer, descanso e entretenimentos além da estruturação da rede hoteleira (HERZER, 2017).

Com a grande utilização das águas termais para tratamentos de saúde foi necessária a intervenção do governo federal no aproveitamento destas águas, estabelecendo o Código de Águas Minerais através do decreto-lei nº 7.841 de 08 de agosto de 1945, determinando os requisitos mínimos para a utilização das águas para tratamentos de saúde e/ou para intenções balneárias. O decreto-lei determinava que a utilização da água devesse ter autorização dos órgãos responsáveis e, as estâncias hidrominerais deveriam ter instalações crenoterápicas, construção de hotéis ou sanatórios apropriados com serviços de alimentações, entre outros requisitos da legislação (BRASIL, 1945).

As estâncias hidrominerais começaram a ser cada vez mais procuradas e, as cidades que se titulavam como estâncias para tratamentos de saúde e repouso também se descobriram para o turismo. A denominação estância está ligada

diretamente a um local de pouso, com objetivos de aproveitar os recursos naturais que o local oferece mais especificamente as águas e o clima propício para tratamentos de saúde, repouso, lazer e turismo (RAIMUNDO *et al.*, 2010; Solha *et al.*, 2010). A nomenclatura de estância é referenciada aos destinos que possuem atrativos, equipamentos, serviços e propulsionam o fluxo de visitantes nos seus municípios, gerando um ciclo econômico local e regional. Fino (2009) destaca que as estâncias são locais privilegiados por atrativos e recursos culturais, naturais, paisagísticos, históricos que geram deslocamentos de pessoas para essas localidades.

Pupo (1974) descreve que Minas Gerais foi o primeiro Estado a iniciar o processo de desenvolvimento de estâncias nos anos de 1926 e 1936, com o objetivo de implantar infraestrutura nos municípios que se destacavam por seus atrativos naturais. Entretanto, foi o estado de São Paulo que assumiu o termo estância como sua política pública principal de turismo, observando o grande número de visitantes no Estado. A nomeação das estâncias tem como objetivo a interiorização do turismo no estado de São Paulo, com a intenção de elencar o turismo com o auxílio do repasse dos recursos financeiros destinados a melhoria da infraestrutura do município (AULICINO, 2001; FINO, 2009; FINO; QUEIROZ, 2012).

Aulicino (2001) salienta que o termo estância no estado de São Paulo esteve associado inicialmente a finalidade de repouso e saúde e, posteriormente a questão do turismo, devido ao grande deslocamento das pessoas para esses locais e a melhoria da infraestrutura dos municípios, além dos atrativos naturais e culturais oferecidos. Com a titulação de estâncias hidrominerais e a criação do Código de águas Minerais em 1945, vê-se a formação de algumas cidades paulistas consideradas estâncias como Caraguatatuba em 1947, Cananéia, Guarujá, Iguape, Ilhabela, Itanhaém, Ubatuba e São Sebastião em 1948. Ainda assim, em 1926 Campos do Jordão foi considerado como estância climatérica devido à criação de uma Prefeitura Sanitária através da lei nº 2.140 (AULICINO, 2001) para promover tratamentos de saúde. Hammerl (2012) descreve que a cidade de Campos do Jordão também apresentava benefícios devido as suas qualidades da água, sendo titularizada também como estância hidromineral.

Todavia, a organização administrativa das estâncias paulistas iniciou-se a partir da Constituição Estadual de 1967, em que o Governo Paulista decretou a organização dos municípios e, a criação das estâncias de qualquer natureza que deveria obedecer à aprovação dos órgãos técnicos responsáveis e da votação da maioria absoluta da Assembleia. A constituição de 1967 ainda define o Fundo de Melhoria das Estâncias, com a quantia anual nunca inferior a totalidade do recebimento de imposto municipais das estâncias no ano anterior previsto (SÃO PAULO, 1967a). Consideram-se os primeiros passos de uma política pública de turismo no Estado, pautada em legislações com definições de municípios que possam oferecer atrativos e infraestrutura adequada a uma população flutuante, além dos benefícios à população local.

O Fundo de Melhoria das Estâncias foi regulamentado pela lei nº 10.167, de 04 de julho de 1968, com a premissa de ser instituído por uma administração composta pelo conselho administrativo e a superintendência. O conselho era formado por 5 membros nomeados pelo governado estadual com a finalidade de administrar o fundo; fiscalizar e disciplinar a arrecadação da receita; examinar as contas disponibilizadas pela superintendência; e, preparar a proposta de orçamento anual do fundo. A lei de 1968 também disciplinou um conselho técnico de estâncias, composto por 9 pessoas nomeadas pelo governo e constituído por representantes das secretarias estaduais, arquitetos e engenheiros com o intuito de organizar a criação das estâncias; disciplinar as áreas que compõe as estâncias; opinar sobre o orçamento do fundo, entre outros (SÃO PAULO, 1968).

Apesar das legislações vigentes, a constituição das estâncias ainda se mostrava confusa e a distribuição dos recursos não era muito bem definida na conjuntura da aplicação dos repasses. No entanto, a constituição de 1967 e a regulamentação do Fundo de Melhoria das Estâncias em 1968, serviram de subsídio para o decreto lei nº 9 de 1968, e o decreto lei nº 230 de 17 de abril de 1970, no governo de Roberto Costa De Abreu Sodré, aperfeiçoando a política pública de turismo no Estado, estabelecendo a criação das estâncias com aprovação do órgão técnico da Secretaria Estadual da Cultura, Esportes e Turismo e, o voto da Assembleia

Legislativa, denominando a titulação e classificação das estâncias em hidrominerais, climáticas e balneárias por legislação sancionada (SÃO PAULO, 1970a). Além da legislação da criação das estâncias, houve também a instituição da autarquia de Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST), substituindo o Fundo de Melhoria das Estâncias com o objetivo de promover programas de urbanização e infraestrutura nas estâncias, pelo decreto lei nº 258 de 1970 (SÃO PAULO, 1970b).

A criação da autarquia de Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias é vista como o primeiro passo para a liberação de recursos financeiros para o incentivo do turismo no Estado. Jarbas Favoretto, presidente da Associação Brasileira dos Municípios de Interesse Cultural e Turístico (AMITUR) e, membro há mais de 40 anos do Conselho Estadual de Turismo descreve que a criação da FUMEST se deu devido aos grandes deslocamentos de pessoas para as localidades que ofereciam tratamentos de saúde como Campos do Jordão e, cidades litorâneas que passavam por um turismo de massa sem conscientização, deixando verdadeiros estragos nas cidades. Nessa conjuntura, os prefeitos nomeados na época solicitavam uma postura do Estado, para um auxílio de recursos na manutenção e organização das cidades tituladas de estâncias que, apresentavam um fluxo flutuante de grande notoriedade (FAVORETTO, 2019).

Nesse contexto, em 1971 as estâncias passaram a ser classificadas em hidromineral, climática e balneária, contemplado no mandato de Laudo Natel pela lei nº 10.426, que estabelecia as condições mínimas para a definição de uma estância. Ainda assim, a lei nº 10.426 determinava que além dos requisitos mínimos para cada categoria, todos os municípios teriam que ofertar atrativos turísticos para receber a bonificação da classificação de estância (SÃO PAULO, 1971). No entanto, a maioria dos municípios paulistas não se enquadrava nas categorias formadas por não possuírem clima perfeito, mar ou águas benéficas e, em 1977, no comando do Governador Paulo Egídio Martins cria-se a lei nº 1.457, denominando a nova categoria de classificação de estância turística (SÃO PAULO, 1977).

A partir dessa legislação têm-se a definição da classificação das estâncias em hidrominerais, balneárias, climáticas e turísticas, diferenciadas pelas suas

regulamentações e seus atrativos turísticos, com aprovação do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias, da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo, e do voto favorável da Assembleia Legislativa da maioria absoluta, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento e crescimento do turismo no estado de São Paulo, além de alavancar o turismo no interior. O Quadro 19 ilustra os requisitos para os municípios serem considerados estâncias de ordem climática, hidromineral, balneária e turística no estado de São Paulo.

Quadro 19 - Requisitos para ser uma estância

Hidromineral	<ul style="list-style-type: none"> • A localização, no município, de fonte de água mineral natural ou artificialmente captada, devidamente legalizada por decreto de concessão de lavra, expedido pelo Governo Federal com vazão mínima de 96.000 litros por vinte e quatro horas; • A existência de balneário, de uso público, para tratamento crenoterápico, segundo a natureza das águas e de acordo com padrões e normas a serem fixados em regulamento; • O balneário de uso público para tratamento crenoterápico deverá estar localizado em território do município a ser abastecido por uma ou mais emergências de água minerais, devidamente legalizadas, cujas vazões atinjam o mínimo de 96.000 litros por vinte e quatro horas e uso das normas estabelecidas em lei; • Apresentar uma descrição sucinta dos principais atrativos do município. 	<p>Todas as classificações devem informar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre as águas de qualquer natureza, de uso público (rios, lagos, represas), que não excedem padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição comprovado pelos órgãos competentes; • Sobre o abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários capazes de atender a população fixa e flutuante comprovado pelos órgãos competentes; • Sobre o ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes comprovado pelos órgãos competentes.
Climática	<ul style="list-style-type: none"> • A existência, no município de posto meteorológico em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos, cujos resultados médios se enquadrem dentro das seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> - Temperatura média das mínimas no verão, até 20°C; - Temperatura média das máximas no verão, até 25°C; - Temperatura média das mínimas no inverno, até 18°C; - Umidade relativa média, anual até 60%, admitida a variação, para menos, de 10% do resultado obtido no local; e, - Número anual de horas de insolação superior a duas mil. • Apresentar uma descrição sucinta dos principais atrativos do município. 	
Balneária	<ul style="list-style-type: none"> • A existência, no município de praia para o mar, não se considerando como tal orla marítima constituída exclusivamente de rocha viva; • Apresentar uma descrição sucinta dos principais atrativos do município. 	
Turística	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de atrativos de natureza histórica, 	

	<p>artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos detalhando as descrições dos atrativos e suas áreas de uso público, localização dos atrativos com fotos, propriedade dos atrativos, condições de acesso para o público e a infraestrutura existente em cada atrativo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir rede hoteleira para atendimento da demanda turística e demonstrar o nome de cada estabelecimento, número de apartamento e/quartos, número total de leitos e relatar como funciona o sistema de hospedagem de cada unidade (diárias completas, pernoites ou outros); • Áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público, indicando área, localização e os equipamentos existentes em cada área. 	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir das legislações nº 10.426/1971 e nº 1.457/1977.

Para classificação da última categoria constituída, a de estância turística, é necessário o detalhamento sucinto dos requisitos solicitados, devido à categoria ser constituída de atrativos de natureza histórica, artística e religiosa, além dos recursos naturais e paisagísticos com indicação da localização no município. Para os atrativos tombados são necessários documentos de autorização e aprovação emitidos pelos órgãos competentes como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre outros. Todos os documentos são apresentados para aprovação dos técnicos do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST) (SÃO PAULO, 1977).

A legislação para a criação das estâncias paulistas se fortalecia cada vez mais com o decorrer dos mandatos governamentais, pautada no desenvolvimento do turismo nos municípios que apresentavam os requisitos descritos para a titulação de estâncias. Com o crescimento e a demanda pelas cidades para conseguirem serem estâncias, cria-se a entidade Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo (APRECESP) em 1985, com o propósito de tratar dos interesses dos municípios regulamentados como Estâncias e na propagação dos atrativos dos municípios (APRECESP, 2016). A entidade tem atuação até os dias de hoje com reuniões mensais nas estâncias paulistas e, representação no Conselho Estadual de Turismo.

Em 1989 extingue a entidade autárquica Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias e cria-se o Fundo de Melhoria das Estâncias por meio da lei nº 6.470/1989, subordinado ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), lotado na secretaria de Esportes e Turismo no mandato do Governador Orestes Quércia (SÃO PAULO, 1989b). A criação do DADE regulamentada pelo decreto nº 30.624 de 1989, foi vista como um grande avanço para a consolidação das estâncias, sendo considerado um órgão de envergadura técnica para a avaliação dos projetos turísticos e fiscalização da legislação das estâncias.

O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias tem a atribuição de:

- Qualificar os projetos e programas de urbanização para posteriormente realizar os contratos;
- Proporcionar estudos e pesquisas sobre a situação das estâncias;
- Observar os requisitos necessários para a classificação das estâncias;
- Fiscalizar e propor a extinção das estâncias que não se estabeleçam nos requisitos;
- Realizar relatórios sobre a aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Melhoria das Estâncias;
- Promover a divulgação e propagação das estâncias do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1989b).

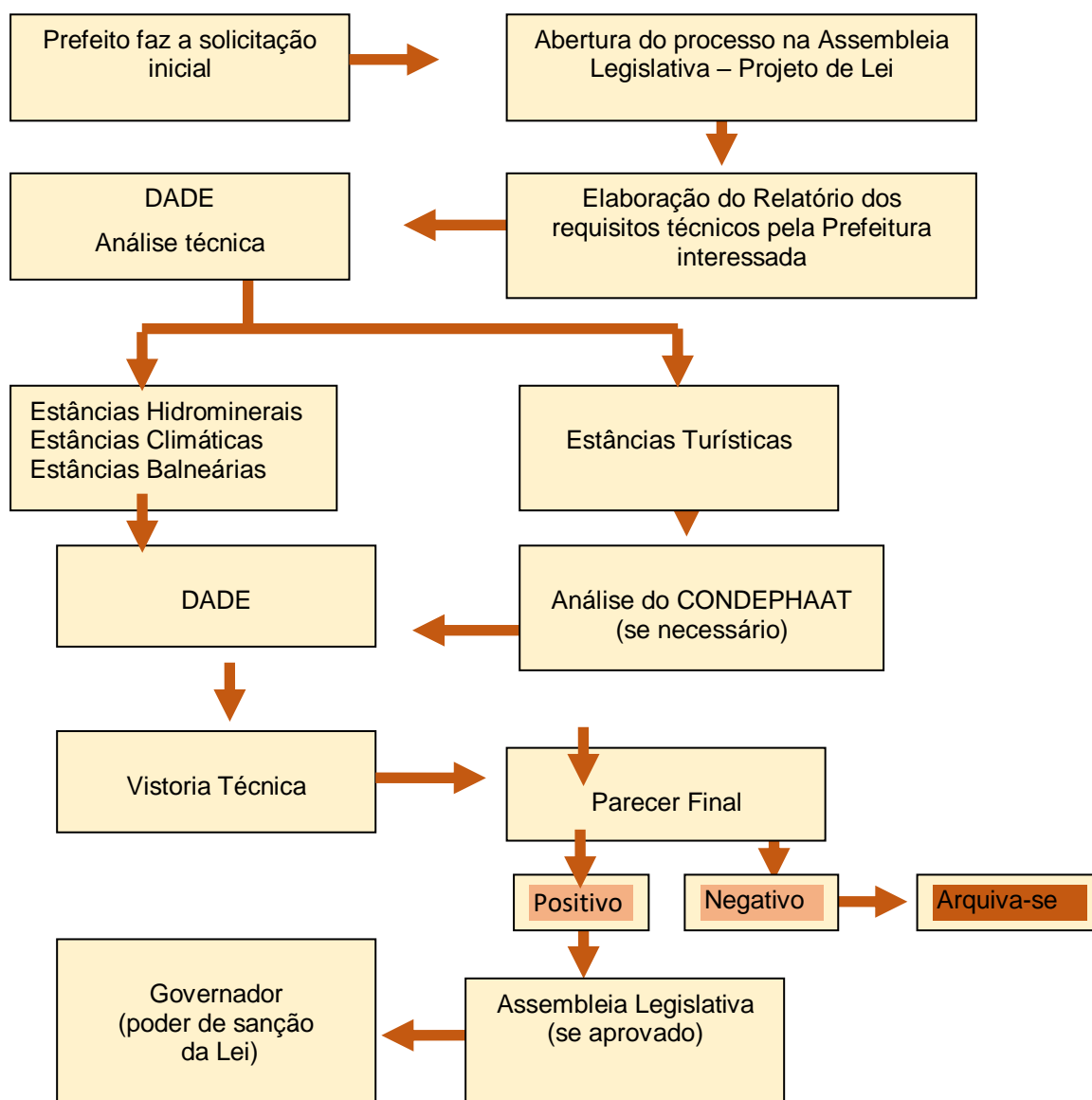
Para melhor compreensão dos gestores, em 2002 o DADE que pertencia a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo estabelece um manual para os municípios interessados em serem classificados como estâncias climáticas, hidrominerais, balneárias e turísticas. O manual demonstra as etapas a serem seguidas pelas prefeituras, na qual o primeiro passo do município é a solicitação de um projeto de lei à Assembleia Legislativa que, após aprovado, encaminhava-se um anteprojeto a Pasta do Turismo no Governo Estadual. Depois da abertura desse processo na pasta de Turismo do Estado, a prefeitura encaminha os documentos necessários para o DADE, solicitando a análise técnica de seu município na classificação desejada, conforme demonstrado no Quadro 14. Nesse momento é necessário que a prefeitura faça um relatório com

todos os levantamentos dos seus atrativos reais e potenciais, além dos requisitos solicitados para a classificação desejada (SÃO PAULO, 200-?).

A análise técnica do DADE dependia da solicitação da tipologia do pedido de estância, que, sendo climática, balneária, e hidromineral os técnicos analisavam a veracidade dos relatórios encaminhados pela prefeitura, e pessoalmente apreciavam os atrativos referenciados para o parecer final. Caso a solicitação fosse para estância turística, e apresentasse bens tombados, a vistoria dependia primeiramente da análise da manifestação do CONDEPHAAT, para posteriormente os técnicos irem ao local averiguar as informações.

Após o parecer final da vistoria técnica do DADE, o projeto era encaminhado à Assembleia Legislativa para votação e, se aprovado ia para o governador sancionar ou não a lei. A Figura 11 ilustra os procedimentos para um município tentar a classificação de estância, considerando que esse fluxograma teve validação até a publicação da última legislação em 2015.

Figura 11 - Etapas para classificação de estância até o ano de 2015



Fonte: Adaptado do Manual do DADE (SÃO PAULO, 200-?).

Muitas cidades pleiteavam cada vez mais a titulação e, com uma demanda de processos solicitando a classificação de estância, o estado de São Paulo dá um passo importante em 2011 na criação específica da Secretaria de Turismo, que até o presente momento encontrava-se unificada com outras secretarias do Estado. A Secretaria de Turismo Estadual foi composta na gestão do Governador Geraldo Alckmin, dispondo das suas atribuições e da estrutura do Conselho Estadual de Turismo, Coordenadoria de Turismo e do DADE.

Desde então, o DADE recebe diversos projetos de lei com relatórios de municípios para se tornarem estâncias, sendo articulados por deputados estaduais pressionando o governador a sancionar o seu município. Contudo, no ano de 2014, o Estado já apontava 70 municípios decretados estâncias, apresentando municípios classificados como estâncias desde o ano de 1947, com o caso da primeira estância balneária a de Caraguatatuba, que se tornou estância balneária antes da Constituição Estadual de São Paulo em 1967. O Quadro 20 ilustra em ordem cronológica os primeiros municípios aprovados como estâncias até a última publicação de 2014, com a titulação de estância turística para o município de Guaratinguetá.

Quadro 20 - Relação dos municípios decretados estâncias no Estado de São Paulo por ordem cronológica

	Municípios	Legislação	Ano	Classificação
1	Caraguatatuba	Lei nº 38	1947	Balneária
2	Cananéia	Lei nº 163	1948	Balneária
3	Guarujá	Lei nº 163	1948	Balneária
4	Iguape	Lei nº 163	1948	Balneária
5	Ilhabela	Lei nº 163	1948	Balneária
6	Itanhaém	Lei nº 163	1948	Balneária
7	São Sebastião	Lei nº 163	1948	Balneária
8	Ubatuba	Lei nº 163	1948	Balneária
9	Cunha	Lei nº 182	1948	Climática
10	Santa Rita do Passa Quatro	Lei nº 719	1950	Climática
11	Campos Novos Paulista	Lei nº 3.315	1955	Climática
12	Nuporanga	Lei nº 7.373	1962	Climática
13	Bragança Paulista	Lei nº 8.389	1964	Climática
14	Analândia	Lei nº 9.450	1966	Climática
15	Cacônde	Lei nº 9.275	1966	Climática
16	Santo Antonio do Pinhal	Lei nº 9.714	1967	Climática
17	São Bento do Sapucaí	Lei nº 9.700	1967	Climática
18	Peruíbe	Lei nº 344	1974	Balneária
19	Mongaguá	Lei nº 1.482	1977	Balneária
20	São Vicente	Lei nº 1.358	1977	Balneária
21	Aparecida	Lei nº 1.808	1978	Turística
22	Praia Grande	Lei nº 2.140	1979	Balneária
23	Santos	Lei nº 2.139	1979	Balneária
24	Barra Bonita	Lei nº 2.109	1979	Turística
25	Embu das Artes	Lei nº 2.165	1979	Turística
26	Itu	Lei nº 2.130	1979	Turística
27	São Pedro	Lei nº 2.163	1979	Turística
28	Atibaia	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
29	Campos do Jordão	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
30	Águas da Prata	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral

31	Águas de Lindóia	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
32	Águas de Santa Barbara	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
33	Águas de São Pedro	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
34	Amparo	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
35	Ibirá	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
36	Lindóia	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
37	Monte Alegre do Sul	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
38	Poá	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
39	Serra Negra	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
40	Socorro	Lei nº 5.091	1986	Hidromineral
41	Bananal	Lei nº 5.519	1987	Turística
42	Presidente Epitácio	Lei nº 6.956	1990	Turística
43	São Roque	Lei nº 6.899	1990	Turística
44	Ibitinga	Lei nº 8.199	1992	Turística
45	Bertioga	Lei nº 8.512	1993	Balneária
46	Tremembé	Lei nº 8.506	1993	Turística
47	Morungaba	Lei nº 8.830	1994	Climática
48	Batatais	Lei nº 8.993	1994	Turística
49	Igaraçu do Tiete	Lei nº 8.980	1994	Turística
50	Ilha Comprida	Lei nº 9.072	1995	Balneária
51	Eldorado	Lei nº 9.174	1995	Turística
52	Paraguaçu Paulista	Lei nº 9.496	1997	Turística
53	Holambra	Lei nº 9.955	1998	Turística
54	Ribeirão Pires	Lei nº 10.130	1998	Turística
55	São José do Barreiro	Lei nº 10.180	1998	Turística
56	Salto	Lei nº 10.360	1999	Turística
57	Ibiúna	Lei nº 10.537	2000	Turística
58	Ilha Solteira	Lei nº 10.536	2000	Turística
59	Pereira Barreto	Lei nº 10.538	2000	Turística
60	Joanópolis	Lei nº 10.759	2001	Turística
61	Paranapanema	Lei nº 10.944	2001	Turística
62	Salesópolis	Lei nº 10.769	2001	Turística
63	Avaré	Lei nº 11.162	2002	Turística
64	Piraju	Lei nº 11.198	2002	Turística
65	São Luiz do Paraitinga	Lei nº 11.197	2002	Turística
66	Santa Fé do Sul	Lei nº 11.373	2003	Turística
67	Tupã	Lei nº 11.383	2003	Turística
68	Brotas	Lei nº 15.535	2014	Turística
69	Olímpia	Lei nº 15.536	2014	Turística
70	Guaratinguetá	Lei nº 15.537	2014	Turística

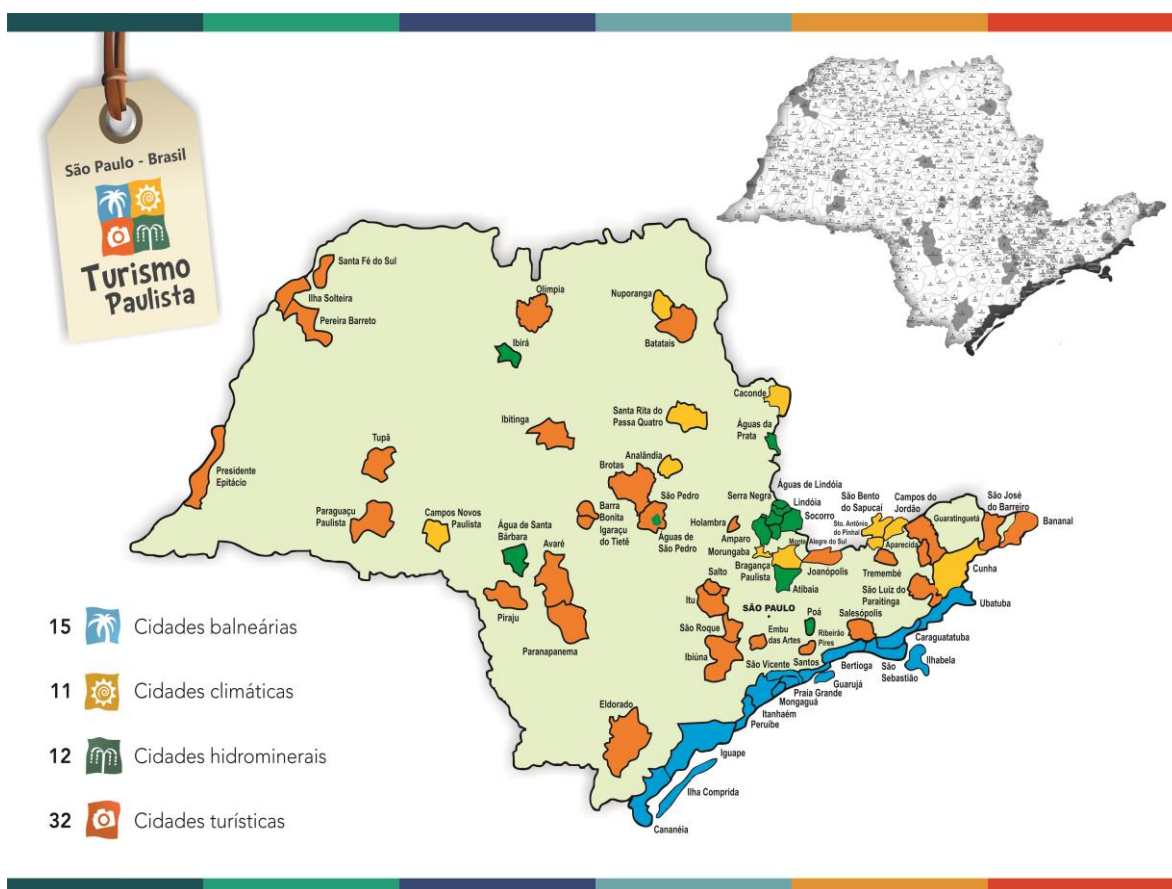
Fonte: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2018a).

Os decretos para as classificações das estâncias climáticas e balneárias são os primeiros a serem vistos na legislação estadual, variando do ano 1947 a 1974. Com a nova categoria criada em 1977, veem-se as primeiras estâncias turísticas e, as estâncias hidrominerais apesar de algumas serem tituladas na década de 1930 e 1940, só foram oficializadas no ano de 1986. Verifica-se que, as nomeações das

estâncias nas décadas de 1940 e 1950 representam 15,71% dos decretos, nomeados pelos governadores Adhemar de Barros e Jânio Quadros. As décadas de 1960 e 1970 aparecem com 22,86%, nos mandatos dos governadores Carvalho Pinto, Adhemar de Barros, Roberto Abreu Sodré, Laudo Natel, Paulo Egydio Martins e Paulo Maluf. As décadas de 1980 e 1990 foram as mais expressivas representando 45,72% das nomeações aos municípios, nos mandatos de Franco Montoro, Oreste Quércia, Luiz Antônio Fleury e Mário Covas. Os anos 2000 a 2013 foram os últimos decretos visto com 15,72% dos municípios, nomeados todos como estâncias turísticas nas gestões do governador Geraldo Alckmin.

Depois de decretada as estâncias paulistas, demonstram-se as titulações da classificação das estâncias até o ano de 2014, na qual 15 municípios são decretados estâncias balneárias, 11 estâncias climáticas, 12 estâncias hidrominerais e 32 estâncias turísticas. Apesar da lei nº 5.091 de 1986, apontar a cidade de Campos do Jordão como estância hidromineral, o próprio município de Campos do Jordão, a APRECESP e a Secretaria de estado de Turismo consideram o município como estância climática devido ao clima de montanha e o ar puro serem mais expressivo que as águas termais. A Figura 12 ilustra a disposição geográfica das estâncias no mapa do estado de São Paulo.

Figura 12 - Classificação das Estâncias no Estado de São Paulo



Fonte: APRECESP, 2016

O estado de São Paulo desde a criação das primeiras estâncias hidrominerais, balneárias e climáticas, vem contribuindo para o fortalecimento e fomento do turismo dos municípios que se diferenciam em seus mais variados atrativos turísticos. Apesar de o Estado possuir 645 municípios, os recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias são contingenciados somente para as 70 cidades decretadas estâncias balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas. Considera-se que, apesar da legislação apresentar 70 cidades estâncias, muitas destas não possuem atrativos de grande competitividade no mercado estadual e nacional, podendo considerar o decreto de estância um ato legal totalmente político e não técnico. Araújo (2016) classifica que os municípios estâncias fazem parte de um grupo de elite, que lutam para não haver mais titulação a outros municípios. A autora ainda salienta que, muitas cidades conseguiram ser decretadas estâncias por jogos e interesses políticos de múltiplas vantagens partidárias com troca de favores.

Todavia, foi em 2015 com a aprovação da Emenda Constitucional nº 40 de 09 de abril de 2015 seguida do projeto de lei nº 1.261 de 29 de abril de 2015 de autoria do deputado João Caraméz, que a legislação sofreu alterações, trazendo à tona toda a estabilidade e tranquilidade das estâncias até o momento. A lei de 2015 surge como uma estratégia propulsora para o fortalecimento do turismo no estado de São Paulo, garantindo estâncias com atrativos reais e qualificados, demandas potencializadas e comprovadas, obrigatoriedade de planos diretores de turismo que norteiam o caminho do crescimento, além da participação ativa dos Conselhos Municipais de Turismo.

A lei traz a inovação condicionando a nova nomenclatura das 70 estâncias, que independente da vocação hidromineral, climática e balneária, passa-se a denominarem-se estâncias turísticas. A lei também traz a criação de 140 Municípios de Interesse Turísticos (MIT) que, após aprovados por equipe técnica especializada e decretados por lei, passam a receber os recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias, denominado a partir de então de Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos. A lei também determina a mudança do nome do DADE para Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) (SÃO PAULO, 2015a).

Considera-se que, a maior política pública de turismo no estado de São Paulo é a criação das estâncias, pautadas em legislações que beneficiam economicamente esses municípios que apresentam atrativos e recursos turísticos focados no desenvolvimento do município local e regional. Os municípios paulistas de cunho turístico se diferenciam pela classificação da denominação de estâncias desde a criação da Constituição Estadual do estado de São Paulo de 1967, tomando forma por meio de leis e decretos sancionados nos diversos mandatos paulistas com mudanças significativas e importantes para o desenvolvimento das políticas públicas de turismo, conforme ilustra o Quadro 21.

Quadro 21 - Regulamentação para a criação das Estâncias no Estado de São Paulo até o ano de 2018

Ano	Leis e Decreto	Governador	Finalidade da legislação
1967	Constituição Estadual de 1967	Roberto Costa De Abreu Sodré	Regulamenta a criação dos municípios estâncias, perante a aprovação de órgãos técnicos competentes e, do voto da maioria absoluta na Assembleia Legislativa.
1968	Lei nº 10.167, de 04 de julho	Roberto Costa De Abreu Sodré	Fica instituído, junto à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, o Fundo de Melhoria das Estâncias, criando o conselho técnico de estâncias.
1969	Decreto lei nº 9, de 31 de dezembro	Roberto Costa De Abreu Sodré	Dispõe sobre a organização dos Municípios, estabelecendo a denominação das estâncias climáticas, hidrominerais e balneárias.
1970	Decreto lei nº 230 de 17 de abril	Roberto Costa De Abreu Sodré	Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias. Classificam-se estâncias em hidrominerais, climáticas e balneárias.
1970	Decreto-Lei nº 258, de 29 de maio	Roberto Costa De Abreu Sodré	Criação, como entidade autárquica, do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST) substituindo o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1971	Lei nº 10.426 de 08 de dezembro	Laudo Natel	Estabelece mais requisitos mínimos para a criação de estâncias e revoga o decreto-lei lei nº 230 de 1970.
1972	Decreto nº 20 de 13 de julho	Laudo Natel	Regulariza a lei de nº 10.426/1971 e disciplina os requisitos para a criação das estâncias.
1977	Lei nº 1.457 de 11 de novembro	Paulo Egydio Martins	Cria a classificação de estância Turística, passando a categorização de quatro tipo de estâncias: hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas.
1977	Decreto nº 11.022 de 28 de dezembro	Paulo Egydio Martins	Regulariza a lei de nº 1.457/1977.
1978	Lei nº 1.563 de 23 de março	Paulo Egydio Martins	Proíbe a instalação de indústrias que provoquem poluição ambiental nas estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias.
1989	Lei nº 6.470 de 15 de junho	Orestes Quércia	Extingue a Autarquia Fundo Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST) e cria o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) e o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1989	Decreto nº 30.624 de 26	Orestes Quércia	Organiza e regulamenta o DADE.

	de novembro		
1989	Decreto nº 30.625 de 27 de novembro	Orestes Quércia	Regulariza a lei de nº 6.470/1989.
2011	Decreto nº 56.638 de 02 de janeiro	Geraldo Alckmin	Cria-se a Secretaria Estadual de Turismo passando a gerenciar o DADE com o Fundo de Melhoria das Estâncias (FUMTUR)
2015	Emenda Constitucional nº 40 de 09 de abril	Geraldo Alckmin	Altera o artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo, com a denominação de todas as estâncias para estâncias turísticas. Determina que o Executivo encaminhe a cada 3 anos projeto de lei com a revisão dos requisitos para ser estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.
2015	Lei nº 1.261 de 29 de abril	Geraldo Alckmin	Estabelece condições e requisitos para a classificação de no máximo 70 Estâncias e 140 Municípios de Interesse Turístico (MIT). Muda-se o nome do DADE para Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR).

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

Apesar das legislações e regulamentação das estâncias terem de mais de 40 anos, considera-se que, é a partir da nova lei nº 1.261/2015 que o Estado se organizará de forma eficiente com mais eficácia para a aplicação dos recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias, na qual só no ano de 2018 foram disponibilizados para a celebração de convênios cerca de R\$ 416.347.114 bilhões entre o Estado e as estâncias (SÃO PAULO, 2018b), justificando a necessidade de políticas públicas de turismo que realmente fortaleçam o crescimento de maneira sustentável e efetivo dos atrativos turísticos paulistas.

Segundo Caraméz (2018), autor da lei, a legislação nº 1.261 sancionada em abril de 2015, foi instituída em 2011 por uma comissão na Assembleia Legislativa com a finalidade de levantar requisitos válidos para a classificação das estâncias. O objetivo era encontrar um caminho técnico para que os municípios considerados estâncias deixassem de ser permanentes e atendessem as novas exigências do mercado, como também uma forma de auxiliar o governo a distribuir melhor os repasses financeiros do DADE por meio de ranqueamento, além de garantir a participação ativa da sociedade civil por meio do Conselho Municipal de Turismo com ação deliberativa (CARAMEZ, 2018).

A lei nº 1.261/2015 prevê um ranqueamento a cada três anos das Estâncias e dos MIT, na qual as três estâncias que apresentarem os piores resultados serão “rebaixadas” para a classificação de MIT dispondo de uma fatia bem menor dos recursos do Fundo, e os três municípios considerados MIT que apresentarem os melhores dados turísticos serão nomeadas estâncias turísticas, passando a receber os recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos compatíveis disponíveis para sua cidade. Entretanto, a regulamentação do ranqueamento será relacionada nos padrões do fluxo turístico permanente, atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos apresentados por um projeto de lei revisional encaminhado à Secretaria Estadual de Turismo incumbida de elaborar o ranqueamento com bases nesses critérios escalonados por um regulamento a ser elaborado e sancionado (SÃO PAULO, 2015a).

Além da criação dos novos 140 Municípios de Interesse Turísticos, e da unificação do nome em estâncias turísticas revogando as legislações de 1971, 1977, 1978 e 1989, a lei ainda prevê que os municípios considerados estâncias turísticas devem compor de:

- Um turismo consolidado, com um fluxo de pessoas representativas que movimentam a cidade comprovado tecnicamente por dois anos anteriores a entrega da documentação;
- Atrativos naturais, culturais ou artificiais que expressam vocação para um segmento do turismo como social, religioso, esportivo, de sol e praia, rural, de saúde, cultural, de estudos, de pesca, náutico, de aventura, de negócios, de eventos e/ou rural comprovados pelo inventário turístico;
- Equipamentos e serviços turísticos como meio de hospedagens, serviços de alimentação, serviços de informação aos turistas validados pelo inventário turísticos;
- Infraestrutura de apoio turístico com serviço de transporte, serviço de comunicação, atendimentos médico, sinalização adequada demonstrado em relatório;

- Dispor de serviços básicos à população fixa e flutuante como abastecimento de água potável, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos validados por certidões dos órgãos competentes;
- Ter um plano diretor de turismo revisto a cada três anos;
- Ter um COMTUR atuante, deliberativo e constituído por representantes do ramo turístico para aprovação dos pleitos ao DADETUR e, dispor das últimas seis atas registradas em cartório na data da entrega da documentação;
- Ter até 200.000 habitantes, exceto as estâncias consideradas antes da legislação de 2015.

Verifica-se que a lei nº 1.261 retrata critérios plausíveis na consolidação das políticas públicas de turismo no Estado, norteando os gestores na aplicação da estruturação dos atrativos, pautado no planejamento participativo, por meio da atuação da sociedade civil representada por pessoas dos mais variados segmentos turísticos, além da implantação do plano diretor de turismo servindo de orientação para os gestores públicos. Nesse prisma, autores como Acerenza (2002), Beni (2012), Boullon (2002), Cruz (2012), Dwyer; Kim (2003), Moreno; Villarreal (2017) e Rivas; Magadán(2012) enfatizam que a participação da sociedade na implantação das políticas públicas é essencial por conhecerem a realidade dos fatos.

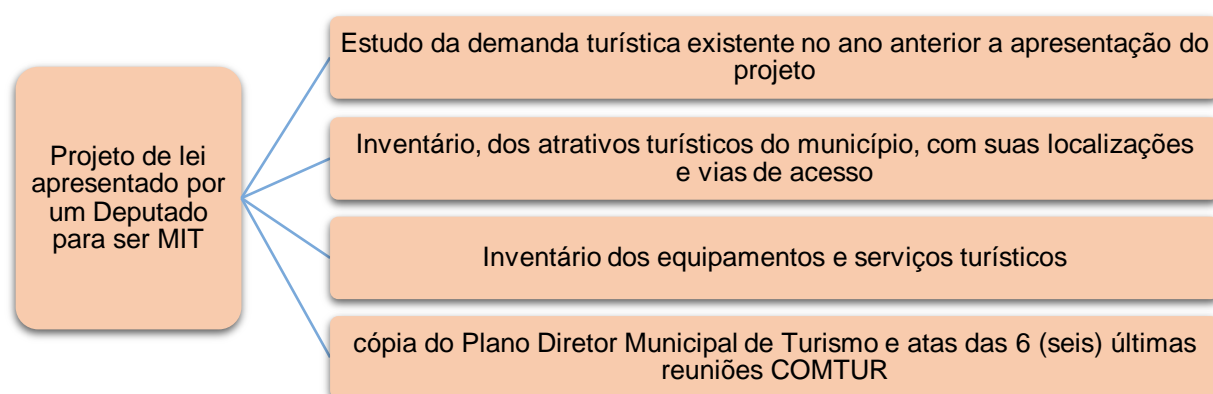
Além de beneficiar as 70 estâncias turísticas, a nova lei regulariza a classificação de mais 140 cidades consideradas Município de Interesse Turístico, totalizando 210 municípios recebendo recursos financeiros por meio do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos para o crescimento do turismo paulista. As condições para a classificação de MIT são apontadas como ações básicas para o desenvolvimento do turismo, devendo estes compor de:

- Potencial turístico;
- Possuir serviços médicos emergenciais locais;
- Equipamentos e serviços turísticos no local ou região capaz de atender a população fixa e flutuante;
- Infraestrutura de saneamento básico para atender o visitante e a população local;

- Plano diretor de turismo atualizado e revisado;
- Ter um COMTUR atuante, deliberativo e apresentar as atas das últimas reuniões (SÃO PAULO, 2015a).

Os critérios para a classificação de Município de Interesse Turístico devem ser constituídos por um projeto de lei apresentado por um deputado seguido dos documentos de estudo de demanda do ano anterior a apresentação do pedido, realizado por órgão competente comprovado. Além do inventário dos atrativos, equipamentos, serviços turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo; certidões dos órgãos competentes comprovando rede de abastecimento de água potável, tratamento e gestão de resíduos sólidos; cópia do Plano Diretor; e, cópia das últimas seis atas do COMTUR registrada em cartório oficial, conforme ilustra a Figura 13.

Figura 13 - Critérios para classificação de Municípios de Interesse Turístico



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a legislação nº 1.261/2015.

Os municípios que estão pleiteando serem MIT, após terem as documentações levantadas, devem encaminhar um ofício a um deputado para a elaboração de um projeto de lei que para ser apreciado por uma comissão nomeada na Assembleia legislativa. Posteriormente, o projeto será encaminhado para a secretaria Estadual de Turismo de São Paulo para a análise e pronunciamento dos técnicos sobre a documentação apresentada pelo município solicitante. Após o parecer favorável da Secretaria de Turismo, o projeto de lei retorna para a Assembleia Legislativa para ser votado em plenário. Com a aprovação na casa de leis, o projeto segue para o Governador para ser sancionado. Caso um projeto não seja aprovado pela Assembleia legislativa à proposta é automaticamente arquivada.

Independente da regulamentação e do ranqueamento da lei de 2015 que, não ocorreu até o presente momento, muitas cidades estão se articulando para se tornarem MIT, visando o olhar para uma futura classificação como estância turística, o que proporciona uma distribuição orçamentária de maior valor. Apesar da vontade e vocação de muitos municípios e, após os pareceres favoráveis das equipes técnicas da Secretaria Estadual de Turismo nos anos 2017 e 2018, foram decretados na gestão do governador Geraldo Alckmin 97 (noventa e sete) Municípios de Interesse Turístico, e, em fevereiro de 2019 o governador João Doria publicou as últimas 43 (quarenta e três) cidades como Municípios de Interesse Turístico, fortalecendo e concretizando a disposição da lei nº 1.261 na criação de 140 MIT. O Quadro 22 ilustra os 140 Municípios de Interesse Turísticos que passaram a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turístico.

Quadro 22 - Municípios de Interesse Turístico (MIT)

1	ADAMANTINA	48	ICÉM	95	LAVRINHAS
2	ADOLFO	49	IGARAPAVA	96	MARÍLIA
3	AGUDOS	50	INDIAPORÃ	97	MOGI MIRIM
4	ALTINÓPOLIS	51	IPEÚNA	98	PALMEIRA D'OESTE
5	ANHEMBI	52	ITAPEVA	99	PAULICEIA
6	APIAÍ	53	ITAPORANGA	100	PIRAPORA DO BOM JESUS
7	ARAÇATUBA	54	ITARIRI	101	PONGAÍ
8	ARAÇOIABA DA SERRA	55	ITIRAPINA	102	PORTO FERREIRA
9	ARARAQUARA	56	ITUPEVA	103	QUELUZ
10	ARARAS	57	ITUVERAVA	104	RANCHARIA
11	AREIAS	58	JABOTICABAL	105	REGISTRO
12	BARBOSA	59	JACAREÍ	106	RIBEIRÃO GRANDE
13	BARRA DO TURVO	60	JACUPIRANGA	107	RIFAINA
14	BARRETOS	61	JALES	108	RIOLÂNDIA
15	BEBEDOURO	62	JARINU	109	ROSANA
16	BOCAINA	63	JAÚ	110	RUBINÉIA
17	BOFETE	64	JUNDIAÍ	111	SABINO
18	BOITUVA	65	JUQUIÁ	112	SALES
19	BOTUCATU	66	JUQUITIBA	113	SANTA ALBERTINA
20	BRODOWSKI	67	LARANJAL PAULISTA	114	SANTA BRANCA
21	BURITAMA	68	LENÇÓIS PAULISTA	115	SANTA CLARA D'OESTE
22	CABREÚVA	69	LIMEIRA	116	STA CRUZ DO RIO PARDO
23	CACHOEIRA PAULISTA	70	LINS	117	SANTA ISABEL
24	CAMPINA DO MON. ALEGRE	71	MAIRIPORÃ	118	STO ANTÔNIO DA ALEGRIA

25	CARDOSO	72	MARTINÓPOLIS	119	SANTO EXPEDITO
26	CESÁRIO LANGE	73	MENDONÇA	120	SÃO BERN. DO CAMPO
27	CRUZEIRO	74	MIGUELÓPOLIS	121	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
28	CUBATÃO	75	MINEIROS DO TIETÊ	122	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
29	DIVINOLÂNDIA	76	MIRA ESTRELA	123	SÃO MANUEL
30	DOIS CÓRREGOS	77	MIRACATU	124	SÃO MIGUEL ARCANJO
31	ESPÍRITO STO DO PINHAL	78	MOGI DAS CRUZES	125	SÃO SIMÃO
32	ESTIVA GERBI	79	MONTE ALTO	126	SERTÃOZINHO
33	FERNANDÓPOLIS	80	MONTEIRO LOBATO	127	SETE BARRAS
34	GARÇA	81	NAZARÉ PAULISTA	128	SUD MENNUCCI
35	GUAÍRA	82	NOVO HORIZONTE	129	TABATINGA
36	GUARAREMA	83	ORLÂNDIA	130	TAMBAÚ
37	IACANGA	84	OUROESTE	131	TAPIRAÍ
38	IBIRAREMA	85	PANORAMA	132	TATUÍ
39	IGARATÁ	86	PARAIBUNA	133	TIMBURI
40	IPORANGA	87	PARDINHO	134	TORRINHA
41	ITAOCA	88	PATROCÍNIO PAULISTA	135	TRÊS FRONTEIRAS
42	ITAPIRA	89	PAULO DE FARIA	136	UBARANA
43	ITÁPOLIS	90	PEDREIRA	137	UCHÔA
44	ITAPUÍ	91	PEDRINHAS PAULISTA	138	VALENTIM GENTIL
45	ITAPURA	92	PIEIDADE	139	VOTORANTIM
46	ITARARÉ	93	PIRACAIA	140	VOTUPORANGA
47	ITATIBA	94	PIRATININGA		

Fonte: Adaptado de São Paulo (2018d).

Apesar de todas as legislações decretadas para a criação das estâncias na consolidação do turismo, a maioria dos municípios classificados como estâncias ainda apresentam um quadro que carece de maior cuidado no que se refere ao planejamento do turismo. A nova lei nº 1.261 demonstra ser eficiente na escrita, porém é preciso ter consciência do que realmente compete ao Estado e aos municípios. Corroborando, Theoudoulou (1995) e Araújo (2016) salientam a importância da relação dos atores envolvidos para a efetividade do governo, na consistência da produção de uma política pública, na composição de um processo completo, envolvendo a efetivação, implantação e a avaliação das políticas públicas.

A seção identificou por meio de pesquisas as leis que foram elaboradas desde a formação da Constituição Estadual em 1967 no estado de São Paulo para a criação das estâncias no Estado. Apesar de todas as leis apresentadas, acredita-se que talvez possa ter algum decreto e/ou lei não encontrado no decorrer dos estudos. Entretanto, com a cronologia da legislação torna-se mais factível compreender o

crescimento do esforço dos governos paulista para o fortalecimento do turismo no Estado.

3.3 Repasses dos recursos financeiros para as estâncias paulistas

O maior interesse dos municípios conseguirem a titulação de estâncias é a disposição dos recursos oriundos do Fundo de Melhoria das Estâncias, para a implantação de projetos de melhoria, infraestrutura, modernização, entre outros para o fomento do turismo. A partir da Constituição Paulista de 1967, fica expressivo as primeiras condições para a criação das estâncias paulistas, sendo necessário o parecer favorável dos órgãos competentes regulamentados, e, a aprovação da votação da maioria absoluta na Assembleia Legislativa, além da instituição do Fundo de Melhoria das Estâncias, com uma dotação anual nunca inferior a totalidade da arrecadação de imposto municipal das estâncias decretadas, no ano anterior (SÃO PAULO, 1967a).

Todavia, é em 1968 a partir legislação nº 10.167 que fica constituído o Fundo de Melhoria das Estâncias descrevendo os primeiros passos organizacionais das receitas para o fundo, considerando:

- Subvenção de Estado consignada anualmente no orçamento, nunca inferior ao montante dos impostos considerados das estâncias, no ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária;
- As rendas dos bens de Fundo e de serviços prestados a terceiros;
- Doações e outras contribuições.
- Para a concretização das receitas, os municípios deveriam apresentar os demonstrativos de impostos municipais do ano anterior para a contabilização (SÃO PAULO, 1968).

Em 1970 o governador da época Roberto Costa De Abreu Sodré, transforma o Fundo de Melhoria das Estâncias em autarquia jurídica, denominado Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST), com os mesmos propósitos anteriores de desenvolver programas de melhoria e urbanização das estâncias. Com a criação da FUMEST muitos municípios pleiteavam a titulação de estâncias,

promovendo a necessidade de um órgão do governo com características mais técnicas para aprovação, monitoramento, organização dos destinos dos recursos financeiros e aprovação de novas estâncias. Em 1989 cria-se então, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) vinculado a Secretaria de Esportes e Turismo da época (SÃO PAULO, 1989).

Ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias competiam as responsabilidades técnicas de gestão dos projetos das estâncias, estudos de viabilidade da criação das estâncias paulistas, fiscalização dos projetos, extinção de estâncias que não se adequavam aos critérios estabelecidos, entre outros afazeres que se destinavam ao conteúdo das estâncias. Herzer (2017) salienta que, apesar das atribuições concedidas ao DADE, ainda era notório a falta de planejamento do Estado e do DADE no fomento de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e ao crescimento do turismo no estado de São Paulo.

Em 1990, o Estado dá um grande passo na concretização de sua política pública de turismo, organizando a normatização do Fundo de Melhoria das Estâncias vinculado ao DADE, estabelecida pelo decreto nº 31.257/ 1990, com o objetivo de fortalecer programas de melhoria, urbanização e preservação ambiental das estâncias paulistas. O decreto também sistematizava sobre a disposição das receitas, constituída de:

- Dotação orçamentária anual, que lhe for distribuída pelo Estado;
- Receitas industriais e outras de natureza não tributária, lucradas pela prestação de serviços ou fornecimento de bens;
- Doações, auxílios, contribuições, subvenções e participação em convênios e ajustes;
- Transferências de recursos municipais, estaduais, federais ou de entidades internacionais;
- Acréscimos, juros, rendimentos e correções provenientes da aplicação de seus recursos ou do produto de operações financeiras; e
- Outras receitas destinadas a implantação e desenvolvimento dos programas das estâncias paulistas (SÃO PAULO, 1990).

A legislação ainda regia que os recursos para as estâncias paulistas deveriam ser aplicados em programas de infraestrutura; programas de urbanização; projetos de melhoria para o desenvolvimento do turismo; programas de preservação ambiental; despesas administrativas do setor que competia à fiscalização dos projetos; compra de materiais necessários nos hotéis, balneários e terminais turísticos existentes nos imóveis da Fazenda do Estado sob o controle da Secretaria de Esportes e Turismo; e, reformas de infraestrutura nos imóveis da Fazenda do Estado sob a supervisão da Secretaria de Esportes e Turismo. Todas as ações passariam a ser supervisionadas pelo Conselho de Orientação e Controle (COC), representado por três pessoas nomeadas pelo Governador, sendo um representante da Secretaria da Fazenda, um representante da Secretaria de Esportes e Turismo e um nomeado diretamente pelo Governador (SÃO PAULO, 1990).

A criação do COC pode ser considerada um marco técnico na implantação dos pleitos solicitados pelas estâncias, com a finalidade de verificar e fiscalizar a aplicabilidade dos recursos para o fomento e desenvolvimento do turismo nos municípios classificados como estâncias. Ao Conselho de Orientação e Controle competia considerar a proposta de orçamento anual do Fundo de Melhoria das Estâncias; acompanhar a execução mensal das contas; e, apreciar sobre a aceitação de doações privadas ou oficiais condicionadas ao desenvolvimento do turismo paulista (SÃO PAULO, 1990).

Contudo, no governo de Luiz Antônio Fleury Filho, as normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias passaram a serem mais técnicas por meio da lei nº 7.862 de 1 de junho de 1992. Criam-se os critérios para a aplicação dos recursos, sendo estes fiscalizados pelo Conselho de Orientação e Controle, composto a partir de então, por mais três pessoas representadas pelas estâncias paulistas. O COC passa a ser representado por 6 membros titulares, sendo um representante da Secretaria da Fazenda; um representante da Secretaria de Esportes e Turismo; um membro nomeado pelo Governador e três integrantes representados pelas estâncias paulistas, compondo uma gestão de dois anos (SÃO PAULO, 1992). Observa-se o início da participação da representação das estâncias no quadro do COC, com poder de fiscalização e voz perante o governo estadual.

A lei de 1992 destaca-se pelos critérios de transferências para a utilização dos recursos regulamentados por meio de convênios com o Estado pautado na prestação de contas. Segundo o manual de convênios do DADE, a somatória dos valores para serem repassadas às estâncias é calculada com base nos impostos municipais por meio da Declaração da Receita Tributária Própria Municipal (DREMU), fornecida pela Secretaria da Fazenda, constituída pelo:

- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- Imposto sobre a transmissão de bens imóveis;
- Imposto sobre a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos e;
- Imposto sobre serviço de qualquer natureza (SÃO PAULO, 200-?).

O valor disponibilizado às estâncias é formado pela somatória dos impostos de todas as estâncias através da declaração do DREMU, além da dotação destinada pelo Plano Plurianual do Governo do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2018c). Verifica-se que, os valores destinados as estâncias variam de acordo com suas próprias arrecadações municipais, estabelecidas no DREMU. Ainda assim, a lei de 1992 estabeleceu os critérios de distribuição e aplicação dos recursos do Fundo, sendo concebida por:

- 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento anual, distribuídos de forma igualitária entre todas as estâncias; e
- 50% (cinquenta por cento) restantes distribuídos proporcionalmente, segundo o percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das estâncias (SÃO PAULO, 1992).

Ainda na tentativa da composição das políticas públicas de turismo às estâncias, no ano de 1996, é decretado o funcionamento de organização para a celebração dos convênios, salientando a formalidade técnica e apreciação dos projetos para as futuras execuções. Além do parecer jurídico e dos dados técnicos das prefeituras e dos gestores, os convênios devem apresentar planos de trabalhos detalhados com identificação do objeto, metas a serem cumpridas, etapas executadas, plano de aplicação dos repasses financeiros, cronograma de desembolso e previsão de início e fim da execução do objeto (SÃO PAULO, 1996).

Diante desse contexto, as estâncias são privilegiadas com recursos orçamentários para o desenvolvimento do turismo por meio dos convênios entre os municípios e o Estado. Contudo, ainda no ano de 1996, com a alteração da emenda constitucional nº 4 no mandato de Mário Covas, é que se regulamenta a orientação de que o Estado tem o compromisso de transferir para o Fundo de Melhoria das Estâncias, uma dotação orçamentária anual nunca inferior a 10% da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício anterior, regularizando os repasses orçamentários para os municípios estâncias (SÃO PAULO, 2018c).

Com todas essas modificações e ampliações da legislação do Fundo de Melhoria das Estâncias no estado de São Paulo, o interesse para se tornar uma estância cresce perante os demais municípios paulistas, na qual muitos prefeitos buscavam deputados estaduais aliados para conseguirem auxílio no processo de transformação para uma classificação de estância. A pressão dos deputados perante o governador aumentava a cada ano para conseguirem a titulação aos seus municípios interessados. Por outro lado, a imposição das estâncias para não terem mais municípios decretados também era factível na não repartição da fatia orçamentária disponível para estâncias, na qual, havendo mais cidades os recursos do Fundo de Melhoria as Estâncias seria dividido em proporções menores.

Assim, a partir da Emenda Constitucional nº 40 de 9 de abril de 2015, tem-se a nova legislação nº 16.283 de 15 de julho de 2016, suprimindo as fadigas da política pública de turismo do Estado, na intenção de melhorar a organização e a distribuição orçamentária, dando um poder de competitividade entre os municípios paulistas. Observa-se que, a formação da legislação dos repasses financeiros aos municípios turísticos sofreu adaptações e ampliações ao longo dos anos, na tentativa de se adequar ao melhor modelo de políticas públicas de turismo com disponibilização de incentivos financeiros, conforme ilustra o Quadro 23 a seguir.

Quadro 23 - Regulamentação para a criação do Fundo de Melhoria dos Municípios Turístico no Estado de São Paulo

Ano	Lei e Decreto	Governador	Finalidade da legislação
-----	---------------	------------	--------------------------

1968	Lei nº 10.167, de 04 de julho	Roberto Costa De Abreu Sodré	Fica instituído, junto à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1970	Decreto-Lei nº.258, de 29 de maio	Roberto Costa de Abreu Sodré	Criação, como entidade autárquica, do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST), substituindo o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1989	Lei nº 6.470, de 15 de junho	Orestes Quércia	Extingue a autarquia Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias e, cria-se o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias e o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1990	Decreto nº 31.257 de 23 de fevereiro	Orestes Quércia	Regulamenta o Fundo de Melhoria das Estâncias.
1992	Lei nº 7.862 de 01 de junho	Luiz Antônio Fleury Filho	Estabelece a utilização, distribuição e fiscalização das receitas do Fundo de Melhoria das Estâncias do DADE.
1993	Decreto nº 36.856 de 04 de junho	Luiz Antônio Fleury Filho	Regulamenta as competências do COC.
1996	Decreto nº 40.722 de 20 de março	Mário Covas	Regulariza os requisitos para celebração de convênios entre o Estado e os municípios.
1996	Alteração da Constituição com a ementa nº 4 de 18 de dezembro	Mário Covas	Regulamenta que o Fundo de Melhoria das Estâncias terá dotação orçamentária anual nunca inferior a 10% da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício anterior.
2015	Emenda Constitucional nº 40 de 9 de abril	Geraldo Alckmin	O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), com o objetivo de desenvolver programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.
2016	Lei nº 16.283 de 15 de julho	Geraldo Alckmin	Regulariza o Fundo de Melhoria das Estâncias que passa a denominar-se Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR) com suas aplicações, fiscalizações e repasses aos municípios paulistas.
2018	Decreto nº 63.369 de 27 de abril	Geraldo Alckmin	Autoriza a liberação de 20% dos recursos dos convênios, no ato da assinatura, com as Estâncias Turísticas mediante ordem de serviço.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos instrumentos legais consultados.

A lei nº 16.283 de 2016 que se mantém até o momento da pesquisa, ordena a partir de então sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos dispendo sobre a nova nomenclatura do DADE, que passa a ser Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) vinculada a Secretaria

Estadual de Turismo; a organização da distribuição dos repasses aos 70 municípios estâncias e os novos 140 municípios de interesse turístico; e, a aplicação dos recursos do Fundo, que deverá ter a aprovação do Conselho de Orientação e Controle seguido da manifestação dos Conselhos Municipais de Turismo, salientando a participação da sociedade.

Corroborando na atuação deliberativa dos conselhos municipais de turismo, Subirats (2012) salienta a importância da atuação da sociedade nas decisões e execuções das políticas públicas, fomentando que o Estado não é o único agente responsável sobre a implantação dessas políticas, mostrando-se uma organização fragmentada de co-responsáveis com poder de decisão atuante na execução de políticas públicas com capacidade de ação de todos os atores envolvidos. O autor ainda evidencia que a somatória das forças de todos os atores públicos e os não públicos, pode impulsionar e/ou bloquear questões que fogem dos objetivos das políticas públicas, buscando soluções alternativas,

Com maior poder de participação, o COC passa a ser constituído por nove titulares, compostos de um membro nomeado por livre escolha pelo Governador; um representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; um representante da Secretaria da Fazenda; um representante da Secretaria de Turismo; dois membros do Conselho Estadual de Turismo e três representantes nomeados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo dois Prefeitos de Estâncias e um Prefeito de Município de Interesse Turístico (SÃO PAULO, 2016), efetivando a participação dos municípios estâncias e dos municípios de interesse turístico, além dos representantes do Conselho Estadual de Turismo formado por membros técnicos da sociedade.

Na reestruturação do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, a nova legislação de 2016, também traz mudanças na dotação das receitas, salientando que as receitas para o Fundo deverão ser compostas de:

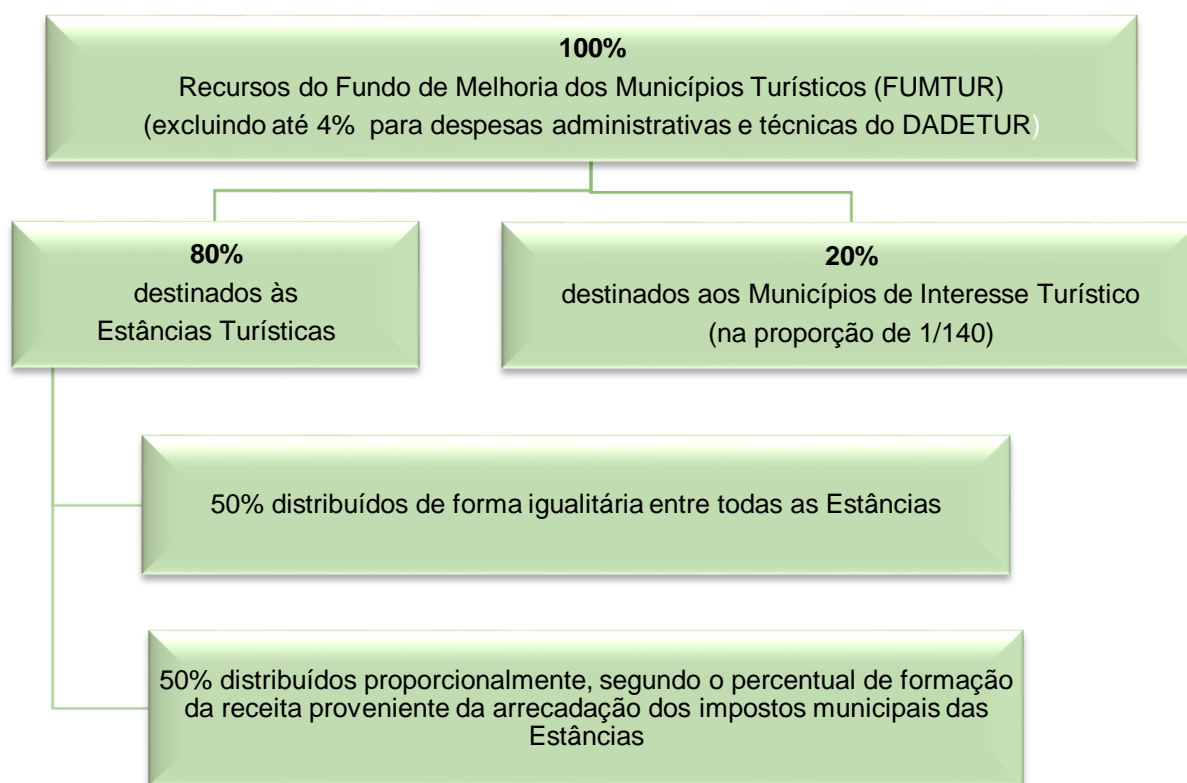
- Dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação

atualizada pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais estimada na subseqüente proposta orçamentária;

- Créditos suplementares que lhe sejam destinados;
- Doações, contribuições e auxílios de qualquer natureza que forem disponibilizados ao Fundo;
- Transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público ou organismos privados nacionais e internacionais;
- Operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- Outros recursos eventuais que possam ser disponibilizados ao Fundo perante autorização legalizada (SÃO PAULO, 2016).

Os critérios da disponibilização do repasses dos recursos do DADETUR também sofreram alterações devido à nova distribuição orçamentária para as 70 Estâncias Turísticas e os novos 140 Municípios de Interesse Turístico. A lei nº 16.283 determina que a distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos será composta de 80% para no máximo 70 cidades tituladas estâncias, distribuídos em 50% de maneira igualitária entre todas as estâncias, e, 50% repartidos proporcionalmente de acordo com o percentual de formação da receita originária da arrecadação dos impostos municipais das estâncias. Os 20% restantes serão disponibilizados de forma igualitária para as novas 140 cidades decretadas Municípios de Interesse Turístico, sob os critérios de fiscalização e assinatura de convênios mediante processos da Secretaria Estadual de Turismo. A lei ainda enfatiza que as despesas com apoio técnico e administrativo não poderão ser superiores a 4% da receita anual do Fundo. A Figura 14 ilustra os procedimentos de distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias perante a nova legislação.

Figura 14 - Distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos



Fonte: Elaborado pela autora da legislação nº 16.283/2016.

A formalização dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos é publicada anualmente no diário oficial do Estado que, após o conhecimento dos recursos dos municípios titulados estâncias e os municípios de interesse turístico, os gestores devem seguir o manual de convênios do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos que explica os protocolos de projetos para o início da organização dos pleitos.

No manual observa-se que, a trajetória da documentação deve ser iniciada pela fomentação da participação da conjuntura do projeto com o conselho municipal de turismo. Evidencia a necessidade de um COMTUR deliberativo que promova discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros do DADETUR no fomento do turismo no município. Após a aprovação da idéia do objeto pelo COMTUR, a prefeitura encaminha um ofício solicitando a aprovação do pleito perante análise do Conselho de Orientação e Controle (COC), que tem o poder de deferir ou indeferir.

Depois de deferido pelo COC, a prefeitura se organiza para a entrega da documentação de formalização de convênio.

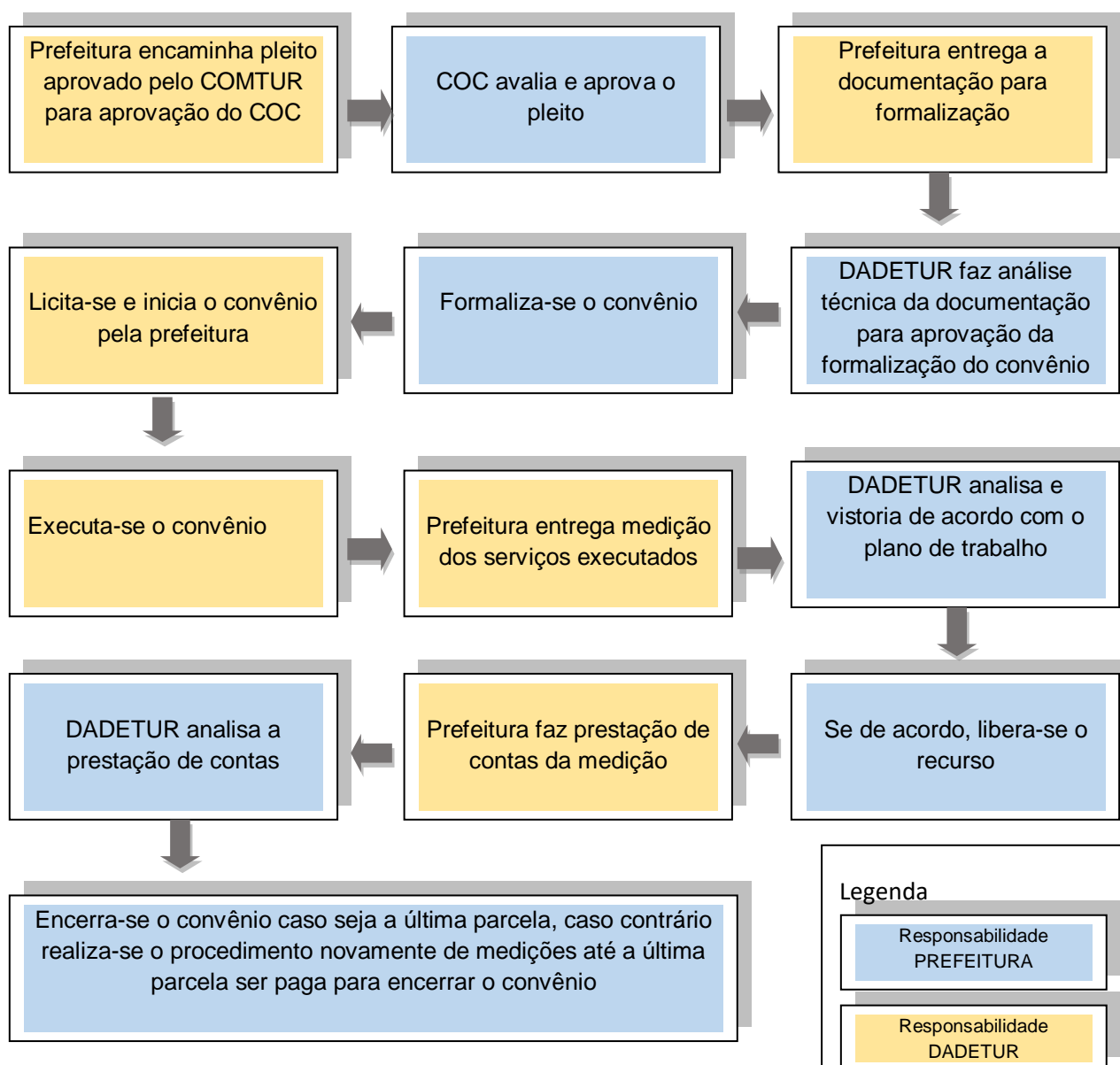
A documentação para a formalização de convênios é composta por várias titulações e comprovantes, constituída de:

- Ofício de solicitação de pleito aprovado e registrado em ata e cartório oficial pelo COMUR do município;
- Declaração de reserva de recursos com abertura de conta específica para o futuro convênio;
- Informe técnico com parecer da justificativa do projeto no fomento do turismo local e regional;
- Declaração de domínio público da área do projeto que deve ser de propriedade pública municipal;
- Certidão atualizada da titularidade da área do pleito;
- Planta do município apontando o local da intervenção e da relação com os pontos turísticos da municipalidade;
- Foto da área do pleito;
- Projeto básico do pleito;
- Declaração dos órgãos competentes como a Companhia Ambiental do estado de São Paulo (CETEST), CONDEPHAAT, Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) entre outros se necessários;
- Designação de um gestor da área contábil e de um responsável técnico da área de arquitetura ou engenharia para a responsabilidade técnica do projeto;
- Anotação de responsabilidade técnica (ART) do projeto;
- Declaração de acessibilidade conforme as legislações estaduais e federais vigente;
- Declaração de regime e forma de execução da obra, informando se a obra terá regime de execução global ou unitário;
- Plano de trabalho demonstrando como será a execução da obra;
- Memorial descritivo da obra;
- Critério de medição obedecendo aos procedimentos técnicos da ABNT;

- Planilha Orçamentária descrevendo todos os itens do projeto;
- Demonstrativo de composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) se houver;
- Memória de cálculo da quantidade do serviço proposto junto com a planilha orçamentária;
- Tabela de serviço de mercado validando os valores dos serviços no mercado;
- Cronograma físico-financeiro determinando os prazos e execução dos valores orçamentários; e,
- Cronograma de desembolso demonstrando a organização da aplicação dos recursos (SÃO PAULO, 2018c).

Após a entrega de toda essa documentação pela prefeitura, o DADETUR faz a análise técnica para aprovação e veracidade da documentação que, depois de deferido, encaminha-se para a oficialização do convênio. Com o projeto conveniado, a prefeitura tem autorização para realizar a licitação e dar início ao pleito. Dando continuidade para o andamento da obra, faz-se necessário a prestação de contas das medições dos serviços executados que devem estar em acordo com o cronograma físico do plano de trabalho aprovado. Assim, as medições devem ter a vistoria e o parecer da Secretaria Estadual de Turismo que, se aprovado, libera a primeira parcela financeira do convênio e, a liberação das demais parcelas ocorre no mesmo molde de tramitação (SÃO PAULO, 2018c). Para melhor compreensão dos procedimentos dos convênios do DADETUR com os municípios, a Figura 15 ilustra as etapas a serem seguidas.

Figura 15 - Etapas para formulação de convênios com o DADETUR



Fonte: Adaptado pela autora a partir do Manual de Convênio do DADETUR (SÃO PAULO, 2018c).

Devido à grande complexidade de análise de documentos para a formulação de convênios, a Secretaria Estadual de Turismo tem a parceria para análise técnica da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento por meio do decreto nº53.652 de 2008, que tem como atribuição os serviços especializados relativos a estudos técnicos, planejamento, pesquisas e projetos básicos ou executivos. A Companhia Paulista de Obras e Serviços é formada por vários profissionais, como engenheiros,

técnicos de obras, analistas de prestação de contas para aprovação de análises estruturais das medições dos convênios. Cabe a CPOS toda a análise da prestação de contas e das medições dos projetos dos convênios da Secretaria Estadual de Turismo com os municípios titulados estâncias e municípios de interesse turísticos (RASCASSI, 2018)

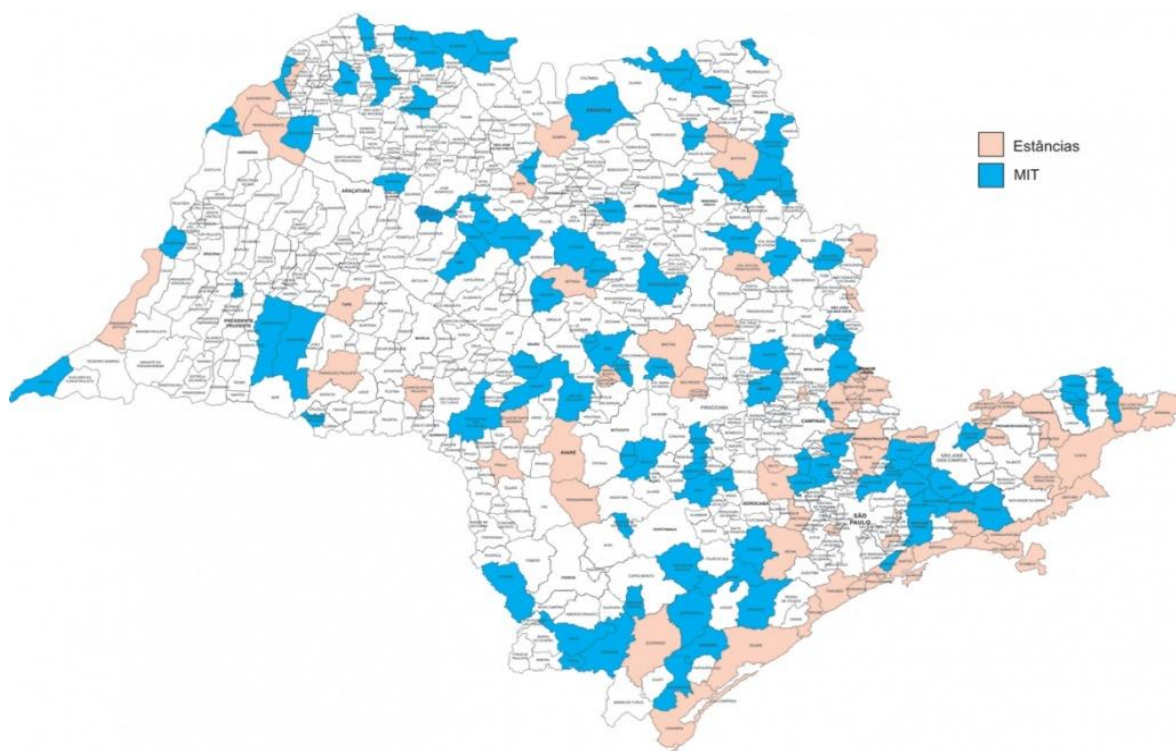
Salienta-se que, muitas prefeituras ainda sofrem com a falta de gestão na organização da documentação perante seu quadro de profissionais para aprovação das medições e/ou prestação de contas diante dos técnicos da CPOS, validando o pensamento de Cruz (2012), Dwyer; Kim (2003) e May; Jochim (2013), que salientam que a falta dos recursos humanos qualificados na gestão das políticas públicas de turismo acarretam desgastes e atrasos no fomento e crescimento do turismo.

Apesar da distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos estarem sendo aplicados conforme a lei nº 16.283/2016 pela Secretaria de Turismo do Estado, o ranqueamento descrito na legislação nº 1.261 de 2015, ainda aguarda um parecer regulatório da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Acredita-se que, independente da regulamentação, os 70 municípios titulados estâncias e os 140 municípios de interesse turístico estão se adequando a nova legislação, por meio de composição de conselhos municipais de turismo deliberativos, realização de planos diretores de turismo atualizado e revisados, estruturação da infraestrutura de saneamento básico no que se refere ao sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitário, gestão de resíduos sólidos, tratamento de água potável para população local e flutuante, além da consolidação dos atrativos e recursos turísticos reais e potenciais.

A partir da lei de 2016, é possível verificar uma distribuição financeira mais democrática geograficamente, passando a potencializar por meio dos incentivos financeiros os municípios menores que, apesar de apresentarem pouca arrecadação municipal são ricos em potencialidade turística natural e cultural. A distribuição do Fundo de Melhoria aos Municípios Turísticos passa a ser repartida em quase todas as regiões do Estado, favorecendo e fomentando a regionalização e a união das

parcerias entre municípios limítrofes. A Figura 16 ilustra o mapa do estado de São Paulo salientando os municípios estâncias e os municípios de interesse turístico.

Figura 16 - Mapa do Estado de São Paulo com as 70 Estâncias Turísticas e os 140 Municípios de Interesse Turístico



Fonte: São Paulo (2018d).

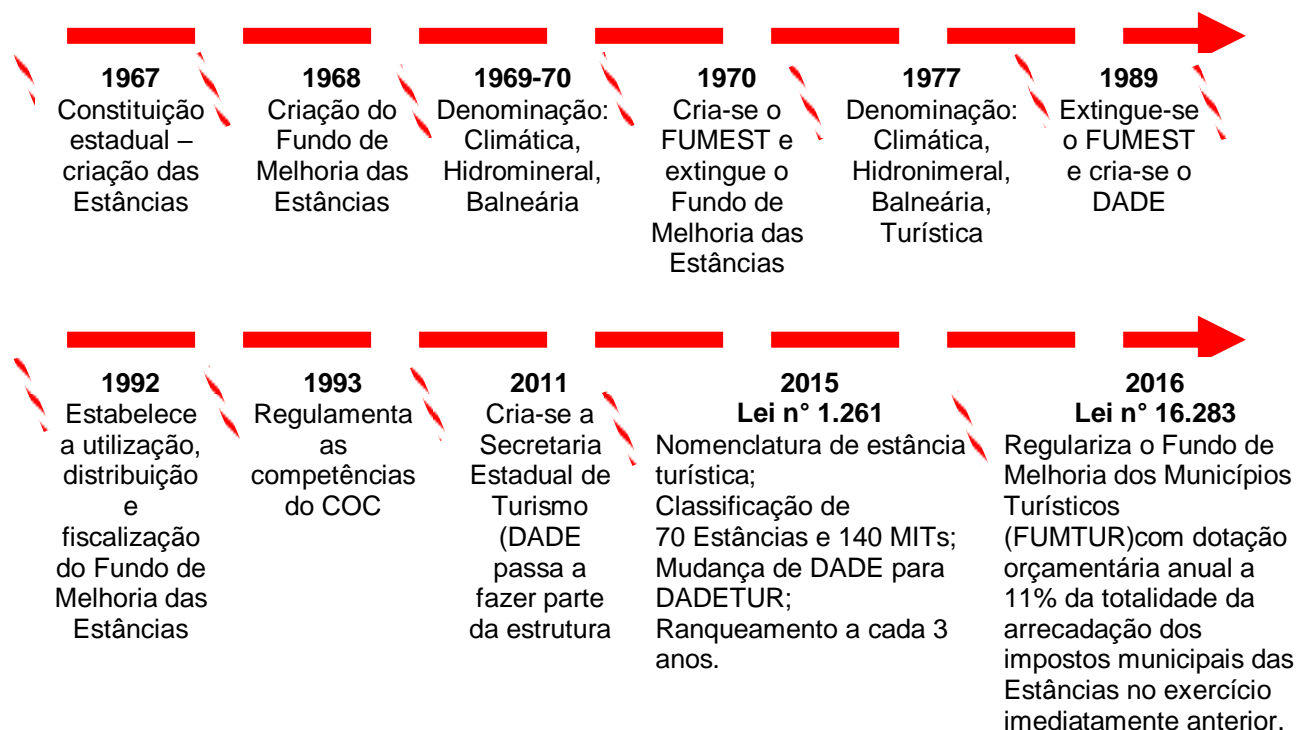
Observa-se que, o governo é o maior gerenciador pela dissolução dos recursos financeiros, sendo também o maior responsável na realização de uma política pública que realmente satisfaça os anseios e necessidades da sociedade para o bem estar coletivo (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2012). A política pública de turismo no estado de São Paulo impacta diretamente no fomento do turismo nos municípios estâncias. Os recursos disponibilizados pelo Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos são essenciais na estruturação das cidades que proporcionam o fluxo de pessoas para seus atrativos turísticos naturais e culturais, compondo o crescimento do fomento do turismo local e regional. Fino e Queiroz (2012) descrevem que a titulação de estância turística no Estado de São Paulo é uma das poucas políticas públicas de turismo que disponibilizam recursos direcionados a municípios decretados por lei como estâncias, considerado uma política pública de grande valia

quando bem interpretada e executada.

Considera-se que, apesar da titulação das estâncias do estado de São Paulo ser considerada inovadora e a principal política pública de turismo realizada no Estado, com a intenção de elencar o turismo para o interior com o auxílio dos recursos financeiros designados a obras de infraestrutura turística, melhoria e preservação ambiental, muitos municípios que recebem esses incentivos financeiros ainda não conseguiram de fato se titularem como um pólo de desenvolvimento turístico, executando pleitos sem finalidades turísticas vistos em longo prazo, justificando a importância de pesquisas sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do DADETUR aos municípios estâncias.

Nessa linha de pensamento, considerando que estâncias turísticas são locais privilegiados por atrativos e recursos culturais, naturais, paisagísticos, históricos que geram deslocamentos de pessoas para essas localidades (AULICINO, 2001; FINO 2009; FINO; QUEIROZ, 2012; HERZER, 2017; RAIMUNDO *et al.*, 2010; REJOWSK *et al.*, 2002; SOLHA *et al.*, 2010), a Figura 17 ilustra os principais atos influenciadores que nortearam a atuação das políticas públicas de turismo das estâncias no estado de São Paulo, como forma de sistematização cronológica dos fatos institucionais para o crescimento do setor do turismo no Estado.

Figura 17 - Principais fatos regulatórios para a política pública de turismo de Estância no Estado



Fonte: Elaborado pela autora.

Após a análise das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo na compreensão das legislações e dos repasses do DADETUR aos municípios estâncias, apresenta-se a metodologia seguida para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

4 METODOLOGIA

A metodologia é o estudo da pesquisa, o conhecimento e os caminhos dos métodos investigativos para a solução do problema e dos objetivos de uma pesquisa (CRESWELL, 2014; SAMPIERI *et al.*, 2013). O capítulo aborda o posicionamento do estudo nos pressupostos filosóficos, os processos da pesquisa qualitativa adotada, o universo e a amostra delineada, os instrumentos de coleta de dados, o direcionamento escolhido para a análise dos dados, categorias de análise, além da estrutura do trabalho por meio da matriz metodológica com objetivos, pressupostos e métodos da pesquisa qualitativa.

4.1 Posicionamentos da pesquisa

Fundamentado na autora Dencker (1998), as metodologias não se excluem e sim se complementam e, conforme a fase da investigação pode ser empregada diferentes tipos de pesquisa que, diante de um estudo é importante revelar os paradigmas da pesquisa que irão detalhar o método da investigação adotada. Um paradigma de pesquisa está relacionado a crenças que se tem da realidade e, a forma de como se acredita que esse conhecimento é construído, para que esse paradigma de crenças guie as etapas da pesquisa a ser realizada pelo pesquisador que, consciente ou não, sempre traz crenças e pressupostos para a abordagem da pesquisa (CRESWELL, 2014; ORLIKOWSKI, BAROUDI, 1991).

Para o delineamento de uma pesquisa é importante compreender os pressupostos filosóficos, que significa o uso de crenças e idéias que formam e guiam uma pesquisa, considerados de ontológico (natureza da realidade), epistemológico (gera o conhecimento) axiológico (valores da pesquisa) e, metodológico (processo da pesquisa) para poder formular o problema e a relação com o tema pesquisado (CRESWELL, 2014).

Saccol (2009) salienta que, dentre os pressupostos para o andamento da pesquisa é necessário refletir sobre a ontologia, ou seja, o estudo do ser para a base da

delimitação do problema a ser pesquisado. A autora descreve que, a ontologia pode ser realista, idealista ou interação sujeito-objeto (intersubjetiva). A ontologia realista presume que o mundo lá fora existe independente da percepção humana e, são adotados mais nas ciências biológicas e da terra. Na ontologia idealista, o mundo passa a ter sentido a partir das percepções sobre ele, ou seja, um objeto passa a ter sentido quando é notado. Já a ontologia interação sujeito-objeto ou intersubjetiva, resulta no estudo em que as percepções de mundo são constituídas de forma coletiva, ou seja, a realidade não é formada de maneira isolada da mente humana e nem de forma individual, ela é resultado de uma construção social (SACCOL, 2009).

A pesquisa segue a ontologia, ou seja, o estudo do ser no modo intersubjetivo, na qual a pesquisa é resultado de uma construção social, onde a realidade é formada de maneira coletiva que abarca o epistemológico interpretativista construtivista, em que os significados não são descobertos e sim construídos, para entender como o conhecimento é gerado (CRESWEL, 2014; SACCOL, 2009). O paradigma interpretativista construtivista considerado na pesquisa, elenca que o conhecimento sobre a realidade é formado pela relação das pessoas e o mundo em que se vive transmitido em um contexto social abordado pela lógica indutiva.

Para Saccol (2009), é necessário entender a ontologia e a epistemologia da pesquisa que, a partir dessas visões geram os paradigmas que resultaram nos caminhos do trabalho.

Assim, o estudo caracteriza-se por uma postura de paradigma interpretativista, consolidada na busca dos significados da realidade, plausível de interpretação de acordo com os referenciais teóricos e os dados encontrados, norteados pela racionalidade que concede espaço a subjetividade (MORGAN, 1996). O Quadro 24 define os diferentes níveis de definição de pesquisa e visualiza as etapas do presente estudo.

Quadro 24 - Diferentes níveis de definição da pesquisa

ONTOLOGIA	EPISTEMOLOGIA	PARADIGIMA DE PESQUISA	MÉTODO	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS
Forma de entender as coisas	Forma de entender como o conhecimento é gerado	Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	Técnicas e procedimentos para coletar e analisar dados
<ul style="list-style-type: none"> - Realismo - Interação sujeito objeto - Idealismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivista - Construtivista - Subjetivista 	<ul style="list-style-type: none"> - Positivismo e pós-positivismo - Interpretativismo - Interacionismo - Fenomenologia - Hermenêutica - Teoria crítica - Feminismo - Pós-modernismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de caso - Pesquisa-ação - Etnografia - Pesquisa documental - Experimentos - Pesquisa levantamento (survey ou enquete) 	<ul style="list-style-type: none"> - Amostragem - Questionários - Entrevistas - Observação participante ou não participante - Focus Group - Análise estatística - Análise de conteúdo - Análise de discurso
Estudo da presente pesquisa:				
Interação sujeito-objeto	Construtivista	Interpretativismo	Pesquisa documental	Entrevistas, observação e, Análise de conteúdo

Fonte: Saccol (2009, p. 255) adaptado pela autora.

Diante do objetivo da pesquisa de propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, com o objetivo validar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018, o paradigma da pesquisa é interpretativista, direcionado pela ontologia interação sujeito-objeto, da epistemologia construtivista que se preocupa com a interpretação e, a lógica indutiva, pautados no método de investigação da pesquisa qualitativa.

Desalaurirs; Kerisit (2008) evidenciam que a pesquisa qualitativa pode se iniciar de uma preocupação, curiosidade ou até de um motivo emocional do pesquisador, na qual o pesquisador constrói seu objeto de escolha a partir de uma rede de interesse.

A pesquisa qualitativa engloba a visão do pesquisador, de como ele vê o mundo e sua funcionalidade para a pesquisa, o que implica na contextualização da importância dos detalhes, das mudanças que ocorrem na pesquisa, assumindo uma visão detalhada e interpretativa da situação. O pesquisador não pode ser excluído totalmente do processo, ele é parte integrante do fenômeno, com um vínculo entre o mundo real e o sujeito (DENZIN; LINCOLN; NETZ, 2006),

A pesquisa qualitativa tem como abordagem seu caráter investigativo por proporcionar a exploração do assunto, mediante dados, interpretações, comparações coletivas e experiências individuais. Creswell (2014) salienta que a pesquisa qualitativa estuda contextos naturais, que tentam entender, compreender e interpretar os fenômenos que lhe são atribuídos. Sampieri *et al.* (2013) enfatizam que a pesquisa qualitativa também é recomendada para temas pouco explorados e, Deslauriers; Kerisit (2008) descrevem que, para alguns o objetivo da pesquisa qualitativa é conhecer para poder modificar e, para outros é preciso conhecer para conhecer melhor ainda. Assim, o método qualitativo é o caráter investigativo para poder compreender e analisar as políticas públicas de turismo no Estado de São Paulo por meio da aplicação dos recursos do FUMTUR para as estâncias turísticas.

Godoi; Mello; Silva (2010) evidenciam que a pesquisa qualitativa se refere à investigação de casos concretos com suas peculiaridades locais e temporais, partindo das atividades e expressões das pessoas em suas situações locais. Para os autores, a pesquisa qualitativa se preocupa com a percepção de uma organização, um grupo social, podendo ser enfatizada em poucas amostras que, aborda um universo de valores, significados, atitudes e crenças. A abordagem da pesquisa qualitativa pode ser compreendida na metáfora de Grinnell, Williams e Unrau (2009), em que é como entrar em um labirinto, sabendo o caminho do início, mas não o percurso completo (SAMPIERI *et al.*, 2013), devendo atentar-se aos processos da pesquisa qualitativa, conforme ilustra a Figura 18.

Figura 18 - Processo da pesquisa qualitativa



Fonte: Sampieri *et al.* (2013) adaptado pela autora.

No processo qualitativo o pesquisador deve ter em mente a idéia do objeto de estudo, que parte de uma sintonia ou ligação com o pesquisador (CRESWEL, 2014; DENZIN; LINCOLN; NETZ, 2006; DESALAUIRS; KERISIT, 2008; GODOI; MELLO; SILVA, 2010; ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991). Após a concepção do objeto, buscase a formulação do problema seguida da imersão do estudo no campo, para a concepção da estrutura do estudo, pautado sempre na análise das referências teóricas para delimitar a pesquisa. Com a organização do estudo na busca da solução do problema em questão, tem-se a definição inicial da amostra para compreender o objeto do estudo que, após definidos o universo e a amostragem da pesquisa, parte-se para a coleta de dados com as técnicas de pesquisa escolhidas. Após definidos e coletados os dados têm-se a análise dos resultados para

interpretação e compreensão na resolução do problema inicial (SAMPIERI *et al.*,2013).

A pesquisa qualitativa evidencia formulações abertas, sem direcionamento único, com fundamentos na intuição e nas experiências que, para a resolução da questão problema deve seguir um processo de etapas com características delineadas para o decorrer do percurso do estudo.

4.2 Etapas e o universo da pesquisa

Diante do método adotado de pesquisa qualitativa e dos objetivos propostos, as etapas da pesquisa serão exploratória e descritiva que, segundo Collis; Hussey (2005)tem o objetivo de agregar dados, informações, hipóteses sobre um objeto de pesquisa com pouco ou nenhum estudo. Sampieri *et al.* (2013), descrevem que a exploratória aprimora ideias, envolve levantamento bibliográfico e experiências, com a finalidade de clarear conceitos ou problemas poucos estudos. Yin (2016) evidencia que, a tipologia exploratória é indicada para estudos de pouca pesquisa e conhecimento, com o objetivo de explorar um fenômeno ou algo que está relacionado a ele, com o princípio de investigar todas as fontes possíveis como as referências bibliográficas com outros métodos investigatórios como entrevistas, observação, análise de documentos e outros.

Já a pesquisa descritiva analisa as características, causas, motivos que se associam com o processo, em que após as coletas de dados é realizada uma análise dos resultados, sendo esta de grande valia para o estudo da gestão das políticas públicas de turismo das EstânciasPaulistas. A pesquisa descritiva tem como objetivo clarear ao máximo as informações sobre o tema da pesquisa, buscando todas as fontes de dados possíveis com umavasta revisão teórica, na tentativa de compreender a complexidade da situação do objeto em questão (GODOI; MELLO; SILVA, 2010). Minayo (2002) evidencia que a pesquisa descritiva procura identificar e especificar características ou perfis de comunidades, grupos, processos, objetos ou fenômenos que possam ser sujeitos de análises, sendo

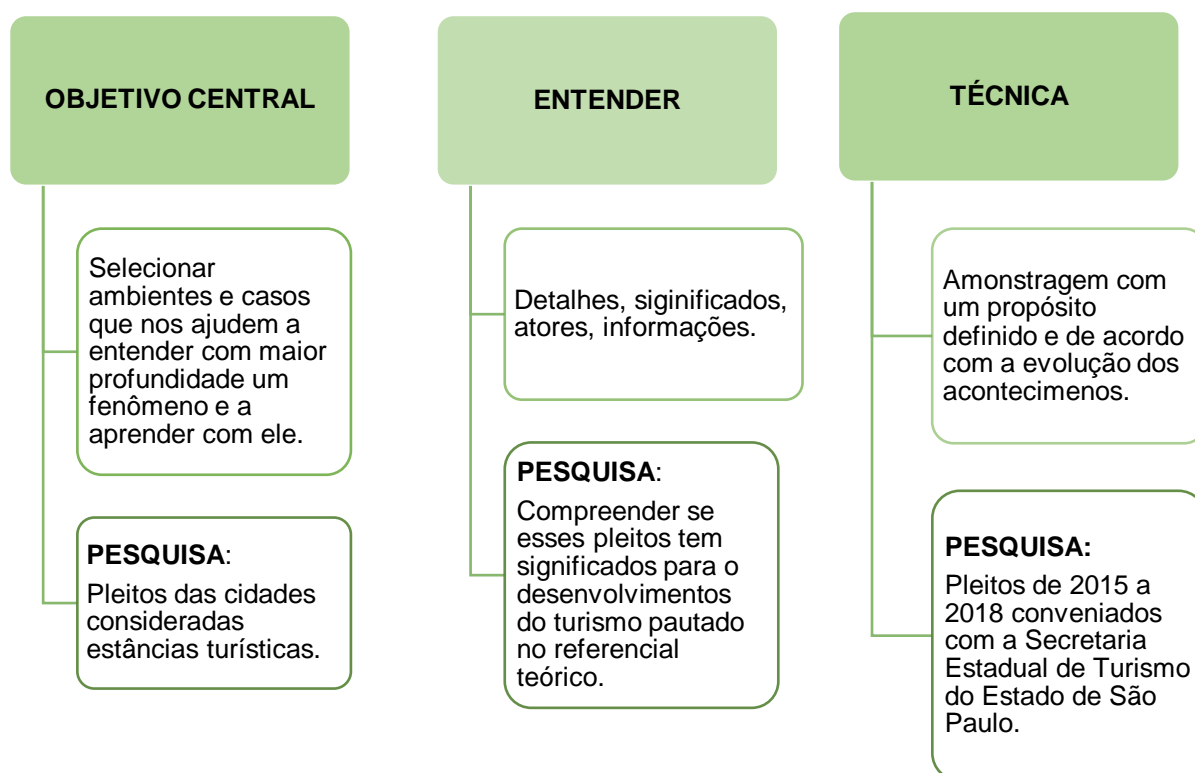
bastante útil para compreender contextos ou situações, o que compreende aos objetivos do estudo.

No que concerne ao universo da pesquisa, ou seja, o conjunto de elementos com características comuns do estudo, a pesquisa se releva delineada nas 70 estâncias turísticas do Estado de São Paulo. Para melhor embasamento do universo tem-se o delineamento da amostra que pode ser um grupo de pessoas, acontecimentos, eventos, etc., sobre a qual se devem coletar os dados, e as primeiras ações para delimitação da amostra é entender onde encontrar os casos que interessa para a pesquisa (SAMPIERI *et al.*, 2013).

Creswell (2014) ressalta que a amostra está sujeita a evolução do processo, na qual se pode definir uma amostra provisória, sujeita ao progresso do estudo. Nessa análise, segue-se a amostra delimitada aos pleitos realizados pelas 70 estâncias turísticas paulistas e, para melhor compreensão da análise concretiza-se a amostra no período temporal de 2015 a 2018, dado este delimitado devido a lei nº 1.261 ter sido publicada no ano de 2015.

Quanto ao tipo de amostra, o estudo se caracteriza na amostra não probabilística, que retrata escolhas dos elementos dependentes de razões relacionadas com as características da pesquisa e não apresentam fundamentações estatísticas ou matemáticas (SAMPIERI *et al.* 2013). A amostra na pesquisa qualitativa é flexível, podendo mudar conforme o andamento da pesquisa, sendo avaliada e definida no percurso do estudo (YIN, 2016). A essência da amostra deve ser definida pautada no objetivo geral da pesquisa, com técnicas de pesquisas que resultam no detalhamento do estudo, conforme ilustra a Figura 19.

Figura 19 - Essência da amostragem qualitativa

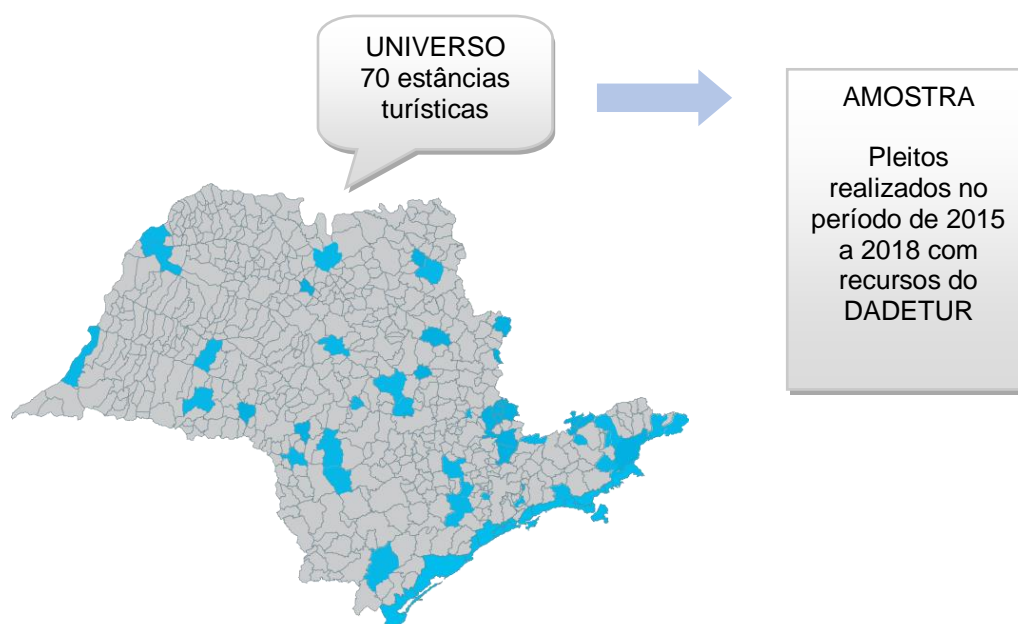


Fonte: Sampieri *et al.* (2013) adaptado pela autora.

Partindo-se da essência da amostragem de Sampieri *et al.* (2013) para pesquisas qualitativas, o estudo tem como objetivo central da amostragem a seleção dos pleitos que são realizados pelas estâncias turísticas do estado de São Paulo, para poder entender se realmente acontece o fomento do turismo por meio de projetos que evidenciam um desenvolvimento turístico, pautado no objetivo de política pública de turismo.

Para tanto, o universo da pesquisa é delineado no estado de São Paulo na conjuntura das 70 estâncias turísticas e, a amostra do universo é embasada nos pleitos realizados pelas 70 estâncias turísticas num período escolhido de 2015 a 2018, que segundo Creswell (2014) a amostra pode ser provisória por estar sujeita a evolução e modificação durante o processo (FIGURA 20).

Figura 20 - Universo e amostra da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Os participantes selecionados foram os secretários de estado de turismo de São Paulo que ocuparam o cargo no período da pesquisa de doutoramento de 2017 a 2019, por possuírem o “poder” de realizar, coordenar e planejar ações de políticas públicas de turismo no Estado; o presidente do Conselho de Orientação e Controle, que junto com os demais membros do COC são os responsáveis de avaliar e aprovar os pleitos das estâncias; os engenheiros selecionados pela superintendente da CPOS que prestam serviço na Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), que obtém o conhecimento técnico dos andamentos dos processos dos pleitos das estâncias turísticas durante o período analisado além da superintendente da CPOS; o deputado estadual autor da lei n. 1.261; e, o presidente da Associação das Prefeituras das cidades Estâncias do estado de São Paulo (APRECESP) que ocupa o cargo no período do doutoramento. O Quadro 25 ilustra os participantes, critérios de escolha, quantidade e a nomenclatura deles utilizada no decorrer da pesquisa.

Quadro 25 - Participantes da pesquisa

Participantes	Crítérios de escolha	Quantidade	Nomenclatura utilizada
Secretários de Turismo do Estado de São Paulo	Secretário que ocuparam a Secretaria Estadual de Turismo no período do doutoramento de 2017 a 2019.	4	S1, S2, S3 e S4
Prefeito e Presidente do COC	Por possuir o poder de veto da implantação do pleito de uma estância turística e por ser prefeito de uma estância	1	P1
Prefeito e Presidente da APRECESP	A APRECESP foi escolhida por ser uma entidade privada sem fins lucrativos com o objetivo de representar os interesses pelo desenvolvimento turístico das cidades estâncias, além do presidente ser prefeito de uma estância	1	P2
Técnicos da CPOS	Engenheiros com mais tempo de serviço prestado na CPOS que fazem análise dos processos dos pleitos das estâncias turísticas, além da superintendente da CPOS.	6	E1, E2, E3, E4, E5 e E6
Deputado estadual autor da lei n. 1.261/2015	Deputado estadual autor da lei 1.261/2015 que descreve sobre o ranqueamento para as 70 estâncias turísticas e a criação dos 140 municípios de interesse turístico	1	D1
Total dos participantes selecionados		13	

Fonte: Elaborado pela autora.

Acredita-se que além da amostra selecionada, com os participantes escolhidos, a pesquisa conseguiu abordar uma melhor compreensão do tema, englobando uma visão política, técnica, legislativa e conceitual sobre o assunto.

4.3 Instrumentos da coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados são as ferramentas que direcionam o caminho da pesquisa na consolidação das respostas para atingir os objetivos propostos pelo pesquisador. Yin (2016) salienta que além da observação participante, que é representada pelo autor nesse estudo, os instrumentos de entrevista, coleta de documentos, informações e sentimentos são fundamentais para uma boa introdução de coleta de dados.

Nessa linha de pensamento, demonstram-se os instrumentos utilizados na pesquisa para coleta de dados.

4.3.1 Pesquisa documental

Após definida a amostra do estudo para a concretização dos objetivos, foi desenvolvida a pesquisa documental na análise das leis, decretos, jornais, revistas, relatórios internos e externos, documentos oficiais produzidos pelos órgãos governamentais, agências de fomento das estâncias, entre outros. A pesquisa documental para a solução dos objetivos propostos é a ferramenta crucial para análise e interpretação dos resultados encontrados. Godoi; Mello; Silva (2010), revelam que essa parte do estudo deve ser ampla, complexa e incansável selecionando materiais publicados, escritos, registros, banco de dados, entre outros. Cellard (2008) considera que apesar do documento não poder se expressar e parecer surdo, o pesquisador deve ser incansável nas precisões suplementares, tentando compreender o porquê da questão.

Num primeiro momento, a coleta dos documentos foi de ordem pública, por se tratar de arquivos públicos muitas vezes não explícitos e nem de fácil acesso como os arquivos governamentais, e os de natureza notória e jurídica. A busca também compreendeu os documentos privados que, por alguma razão não são publicados, mas tem notoriedade e importância para o objeto de estudo, na qual, o pesquisador para compreender o contexto do trabalho deve esgotar todas as possibilidades de averiguação para que a flexibilidade de informação leve a formulação de análise e interpretações novas no percurso do estudo (CELLARD, 2008).

Na fase da pesquisa documental, ressalta-se que além das análises das legislações, portarias, documentos *online*, o procedimento ocorreu principalmente na busca por informações na sede da Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo, que foi prestada por vários funcionários da própria Secretaria de Turismo do Estado. Yin (2016) salienta que para a pesquisa documental, é importante realizar a visita técnica para poder colher todas as informações

possíveis por meio de anotações, registro, relatórios e documentos que possam ser disponibilizados para o pesquisador somente *in loco*.

A coleta das informações por meio das visitas de campo aconteceu no ano de 2017, 2018 e 2019 na sede da Secretaria de Turismo do estado de São Paulo na cidade de São Paulo, resultando posteriormente em conversas realizadas por *email* e aplicativos celulares. Nessa fase da pesquisa, teve-se o conhecimento do Sistema Integrado de Convênios (SIC) do Governado estado de São Paulo que organiza a gestão de convênios⁶. Os convênios disponibilizados no sistema realizados com a Secretaria de Turismo Estadual datam a partir do ano 2007, visualizando anterior a este período, apenas os convênios que não foram encerrados por algum motivo como técnicos, políticos, atrasos na obra, entre outros.

Para tanto, durante a pesquisa documental foi disponibilizado o acesso aos dados do sistema SCI, que em conjunto com os demais documentos encontrados, auxiliaram na compreensão para melhor compilação dos dados em relação aos projetos conveniados entre as estâncias e o Governo Estadual, conforme ilustra o Quadro 26.

⁶O Sistema Integrado de Convênios é uma ferramenta que controla e organiza a gestão dos convênios celebrados pelas prefeituras com o governo do estado de São Paulo. Entretanto, o sistema deve ser alimentado por todos os setores envolvidos no processo de convênios pelo Governo Estadual. Maiores informações podem ser adquiridas por meio da lei nº 8.666/1993.

Quadro 26 - Coleta dos dados de análise documental

Coleta de dados de análise documental	Período	Coleta de dados <i>online</i> , publicações, atos oficiais, documentos, artigos, teses e dissertações			Coleta de dados documentais realizados pessoalmente na Secretaria de Turismo do Estado		Coleta e confirmação de dados por meio de aplicativos celulares e <i>emails</i>	
		2017	2018	2019	2018	2019	2018	2019
	janeiro							
fevereiro								
março								
abril								
maio							*	
junho					*		*	
julho								
agosto								
setembro								
outubro					*			
novembro								
dezembro								

Fonte: Elaborado pela autora.

* Disponibilização dos dados do sistema SICda Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo.

Essa fase da pesquisa documental pôde ser considerada uma técnica de grande exaustão e persistência, onde se adquiriu os primeiros contatos com os documentos existentes sobre o tema, além das leis, portarias, emendas, entre outros documentos.

4.3.2 Entrevistas semiestruturadas

Além da pesquisa documental, os instrumentos da coleta de dados deram-se por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A, B, C, D e E) em profundidade que, teve como objetivo compreender a relevância que os entrevistados têm sobre o tema por um roteiro preestabelecido que pode ser modificado no decorrer da pesquisa (GODOI; MELLO; SILVA, 2010). Minayo (2002) salienta que nas entrevistas em profundidade o entrevistador tem a oportunidade de entrevistar individualmente os participantes selecionados e adquirir o máximo de informações sobre o conhecimento deles no assunto pesquisado, colhendo informações, opiniões, idéias, sentimentos do entrevistado. Assim, o roteiro

semiestruturado fez-se como uma guia para conseguir as informações que mais abordam sobre o tema do estudo.

As entrevistas se tornam importante por ser um estudo pouco explorado e com propósito de elencar critérios para a classificação de estâncias turísticas no estado de São Paulo de acordo com a nova legislação nº 1.261 de 2015. Sampieri *et al.* (2013), evidenciam que as entrevistas podem ser consideradas como uma reunião para conversar e obter informações e, com as perguntas e respostas é possível construir significados sobre o tema da questão. Os autores ainda salientam que nas entrevistas semiestruturadas é importante considerar aspectos éticos para não colocar o entrevistado em uma situação justa; aspectos práticos para saber conduzir a entrevista com motivação; e, aspectos teóricos para conseguir informações sobre o fenômeno do estudo.

As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelas gestões estaduais de turismo do Estado durante o período do doutoramento de 2017 a 2019, denominados secretários estaduais de turismo do estado de São Paulo (Apêndice A). Outro grupo entrevistado foi o presidente do Conselho de Orientação e Controle (Apêndice B) no mandato de 2018, que com os demais membros do COC tem a missão de aprovar os pleitos das estâncias e dos municípios de interesse turístico; e, o presidente da APRECESP (Apêndice C), que ocupa o cargo na entidade no mandato do ano de 2018.

Além dos secretários estaduais de turismo, o prefeito e presidente do COC e o prefeito e presidente da APRECESP, as entrevistas também foram efetuadas com o deputado autor da lei (Apêndice D) responsável pela tramitação da lei nº 1.2161/2015 que norteia o ranqueamento futuro para as estâncias turísticas; e, os funcionários da CPOS, que foram cinco engenheiros selecionados aleatoriamente pela superintendente da CPOS, além da própria superintendente da CPOS (Apêndice E), por prestam serviços à Secretaria de Turismo do Estado, e, em conjunto com os demais funcionários da CPOS são os responsáveis pela tramitação burocrática e técnica do andamento dos projetos das estâncias turísticas.

Ressalta-se que para a realização das entrevistas, os agendamentos deram-se por meio de contatos telefônicos e ofícios via *email*, sendo as entrevistas realizadas de maneira presencial e via celular, com agendamentos pré-marcados pelos vossos assessores, de maneira que todas foram gravadas via aplicativo de celular com anuência e assinatura de termo de consentimento dos entrevistados. Para melhor apreciação o Quadro 27 ilustra a formação acadêmica dos ocupantes dos cargos selecionados, o formato das entrevistas, o tempo e a quantidade de palavras ocorridas.

Quadro 27 - Dados das entrevistas efetuadas

Entrevistado	Formato da entrevista	Duração da entrevista	Formação acadêmica
S1	Secretaria de Turismo do estado de São Paulo – cidade de São Paulo	00:28:12	Advogado
S2	Via celular	00:35:15	Advogado
S3	Secretaria de Turismo do estado de São Paulo – cidade de São Paulo	00:26:48	Engenheiro
S4	Secretaria de Turismo do estado de São Paulo – cidade de São Paulo	00:55:28	Cientista político
P1	Via celular	00:29:30	Advogado
P2	Via celular	00:27:56	Cirurgião dentista
D1	Estância turística de Tupã	00:12:08	Matemático e físico
E1	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:15:28	Engenheiro Civil
E2	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:15:25	Engenheiro Civil
E3	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:18:45	Engenheiro Civil
E4	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:16:21	Engenheiro Civil
E5	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:15:14	Engenheiro Civil
E5	Sede da CPOS-cidade de São Paulo	00:13:07	Publicitária
Total	13 entrevistados	5:09:37	

Fonte: Elaborado pela autora.

Acredita-se que, com a pesquisa de documentos; a coleta de dados realizada *in loco* no DADETUR; com as entrevistas efetuadas com os secretários estaduais de turismo do estado de São Paulo, o presidente do Conselho de Orientação e Controle, os técnicos da CPOS, o deputado autor da nova legislação n.1261/2015, e, o presidente atual da APRECESP tornou-se possível compreender os pressupostos e os objetivos iniciais do estudo, na qual, Bourdieu (1998) descreve que os atos da pesquisa é que norteiam os métodos do trabalho a serem seguidos,

na teoria de que predefinições herméticas podem emperrar as possibilidades de concepção e análise do objeto.

4.3.3 Observação

Godoi; Mello; Silva (2010) revelam que a observação do pesquisador faz com que a pesquisa consiga definir instrumentos de dados relevantes, correndo pouco risco de errar para as análises futuras. Corroborando, Yin (2016) salienta que a observação direta pode ser enumerada em uma visita de campo ou em um contexto, em que o pesquisador possa observar condições relevantes para a pesquisa.

A observação direta da autora da pesquisa enfatiza-se pela sua atuação há mais de 15 anos em gestão de políticas públicas de turismo no estado de São Paulo, observando a construção, modificação e alteração de muitas legislações que abarcam o conhecimento do constructo de desenvolvimento de turismo, na busca de uma política pública de turismo dita, porém não concreta correlacionada aos moldes teóricos de turismo. O observador na pesquisa qualitativa também pode desenvolver papel no ambiente estudado, deve saber ouvir e prestar atenção nos detalhes, ser reflexivo e disciplinado para realizar anotações, e ter o privilégio de poder capturar situações do tema em estudo não explícitos em documentos (SAMPIERI *et al.*, 2013).

Ressalta-se que além dos anos de estudos e da profissionalização que a pesquisadora tem com o tema, a observação direta deu-se também no cotidiano enquanto secretária municipal de turismo e turismóloga em um município denominado de estância turística no estado de São Paulo.

4.4 Análise dos dados

Após a coleta dos dados documentais, das anotações e a transcrição manual das entrevistas realizadas, a análise dos dados obedeceu ao método qualitativo, que tem como objetivo reconhecer as condições e relações entre os dados coletados, de forma a entender e apurar seu significado por meio da interpretação e

análise com outros estudos e referenciais teóricos escolhidos (APPOLINÁRIO, 2006), permitindo a triangulação dos dados no processo de análise. Acredita-se que, compreender a singularidade desses sujeitos é constatar seus conceitos, objetivos, intenções, diretrizes e metas voltadas para a concretização das políticas públicas de turismo.

Na análise dos dados, por meio de uma visão sistêmica, verificou-se o todo por meio de interpretações dos dados obtidos, o que implicou na possibilidade de refletir, pensar e conhecer a realidade. Para esse momento, a pesquisa optou pela interpretação e transcrição manual, não utilizando nenhum software específico, elencando a técnica denominada de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), formado por um conjunto de técnicas de análise das comunicações e de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados, apresentando um esforço de interpretação que oscila entre objetividade e a subjetividade.

Diante dos documentos, dos dados e das entrevistas realizadas, o desenvolvimento da pesquisa deu-se por meio da metodologia da análise de conteúdo de Bardin (2016), constituindo em três etapas básicas:

- a) Pré-análise: consistiu na escolha dos documentos e das entrevistas para serem analisados com os pressupostos da pesquisa, realizando a exaustividade e a representatividade do material para um melhor conhecimento do conteúdo escolhido;
- b) Exploração do material: essa etapa foi composta com os documentos selecionados e as entrevistas realizadas. Exploraram-se o conteúdo dos documentos, os resultados das entrevistas e a análise dos dados do SIC, resultando em categorias de codificação, que após explorações do material foram agrupadas em temáticas de representatividade em comum.
- c) Tratamento dos resultados e análise interpretativa dos dados: teve como base a análise das entrevistas e os pleitos contemplados no sistema SIC do Governo Estadual, situados nas categorias estabelecidas com uma análise interpretativa estruturada na investigação do material, na análise da teoria e na percepção da pesquisadora.

Corroborando, Yin (2016) salienta que apesar de o método qualitativo expressar particularidade de análise, deve-se seguir uma linha de pensamento em que primeiramente os dados devem ser compilados, como uma base de informações organizada. Assim, depois de organizado os resultados têm-se a fase da decomposição, priorizando os resultados em aglomerados de dados sequenciais. Nesse momento inicia-se processo de código ou categorias para a recomposição das semelhanças atribuídas, ou seja, os arranjos encontrados para análise de interpretação e futura conclusão.

4.4.1 Categorização

Bardin (2016) descreve que a divisão das informações analisadas deve ser considerada em categorias e, os procedimentos de análise se organizam no entorno do procedimento da categorização. Miles e Huberman (1984) salientam que na pesquisa qualitativa é fundamental a análise interpretativa que pode ser iniciada pelo método de categorização. Para melhor compreensão dos resultados, a pesquisa qualitativa abordou uma segmentação de análise denominada de categorias, definidas como um processo de agrupar semelhanças entre as características estabelecidas (BARDIN, 2016).

Para que a análise dos dados seja completa aprofundando-se nos principais “achados”, idealizando a proposição do modelo de critérios para a nova lei nº 1.261/2015, a tese apresenta os resultados e discussões separados em duas análises de pesquisa, considerando categorias *a priori* e *posterior*idas análises, apresentadas como:

a) Análise e discussão dos pleitos das Estâncias

Nessa análise, as categorias foram construídas *a priori* e definidas *a posteriori*, fundamentada nos objetivos da pesquisa de elencar e averiguar as obras procedentes dos recursos do DADETUR, enfatizando os dizeres da nova lei nº 16.183/2016, na qual os recursos devem ser destinados ao desenvolvimento de

programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.

Assim, as categorias foram denominadas de:

- Obras finalizadas: são os projetos que apresentaram o índice percentual de conclusão de obra de 95% a 100% na tabela SIC do Governo Estadual, considerando que essas obras obedeceram aos trâmites burocráticos dos convênios com o Estado de São Paulo. Ressalta-se que, as obras que demonstraram os índices de 95% a 99,9% de conclusão, estão pendentes somente de alguma documentação e/ou alguma adequação com o item descritivo da planilha do projeto inicial, considerando como obra finalizada.
- Obras em andamentos: referem-se às obras iniciadas e as obras paradas que ainda continua no processo de construção, independente da situação do andamento do projeto por motivos variáveis como a falta de aprovação de prorrogação de prazo, término de contrato com a construtora, falta de documentação, entre outros motivos.
- Obras não iniciadas: são obras que após aprovados pelo COC e conveniadas com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, não conseguiram dar início ao projeto por algum motivo, como a falta de documentação, mudança do pleito, perca de prazos, entre outros.

Salienta-se que, apesar da categorização demonstrar um cenário das obras que foram e estão sendo efetuada no Estado de São Paulo para o desenvolvimento do turismo, a pesquisa optou pela subcategorização, correlacionando os projetos com a conceituação de produtos turísticos elencados pela combinação dos elementos da infraestrutura que dão suporte ao desenvolvimento da atividade turística (BENI, 2019; BOULLON, 2002; BRASIL, 2011; COOPER *et al*, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO (2008); RUSCHUMANN, 2016; SOUZA, 2010; VALLS, 2006).

Nessa linha de pensamento, estruturada nos elementos do sistema turístico de Leiper (1979, 1990), Beni (2001) e Boullón (2002) fundamentadas por Barreto (2001), Brasil (2011), Lohmann; Panosso Netto (2008) e Souza (2010), o modelo de

análise das subcategorias é constituído por infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana, infraestrutura turística, infraestrutura de apoio, atrativo natural e atrativo cultural, conforme ilustra o Quadro 28. Ressalta-se que este quadro se fundamenta nas necessidades e serviços delimitados nos dias de hoje, podendo ser adaptado e ampliado no decorrer do tempo, com novas tecnologias e novos modelos e tipos construtivos, abrindo espaços para possíveis atualizações, revisões e adaptações.

Quadro 28 - Categorias e subcategorias de análise dos pleitos

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> • Obras finalizadas • Obras em andamentos • Obras não iniciadas 	Infraestrutura de acesso	Estruturas fundamentais para a ligação do local de residência ao destino turístico. Indispensável para o autóctone. Estradas, viadutos, portos, aeroportos, metrôs, trens, rodoviárias.
	Infraestrutura básica urbana	Estruturas fundamentais para o autóctone. Ruas, sarjetas, guias, saneamento, pavimentação, revitalização e urbanização de ruas, pontos de ônibus, praças públicas, mobiliário urbano.
	Infraestrutura de apoio	Estrutura fundamental para um município e de grande utilidade do turista, sendo indispensável para o turismo (autóctone + turista). Postos de gasolina, farmácias, hospitais, bancos, loja de souvenirs, mercados, restaurantes, parque de exposição, centro de eventos, portais, equipamentos desportivos.
	Infraestrutura turística	Estrutura que foram motivadas pelo interesse do turismo (turista). Hotéis, agências, trens turísticos, posto de informações turísticas, sinalização turística padronizada
	Atrativo natural	Atrativos naturais. Monumento, revitalização. Podem ser classificados como bosques, orlas, rios, lagos, cachoeiras, represas.
	Atrativo cultural	Atrativos culturais. Monumento, revitalização, revitalização de patrimônio edificado para outra função. Podem ser classificados centros culturais, galerias, museus, obras de valor cultural local, arquitetura religiosa, arquitetura militar, exposições, festivais, planetários, parques temáticos.

Fonte: Elaborado pela autora.

b) Análise e discussão das entrevistas

Após a transcrição das entrevistas, da leitura e da releitura as categorias de análise

foram construídas *a priori* e definidas *a posteriori*, fundamentadas nos objetivos da pesquisa de propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015 salientando o desenvolvimento do turismo. Pautado na análise Bardin (2016) por meio da análise semântica, ou seja, aquela agrupada por temas com características existentes entre elas na consolidação dos objetivos da pesquisa, na perspectiva do grupo e não do indivíduo as categorias foram elencadas de: pleitos para o DADETUR e ranqueamento. Todavia, na análise das categorias por meio dos relatos dos sujeitos surgiram as subcategorias, conforme ilustra o Quadro 29.

Quadro 29 - Categorias e subcategoria de análise para as entrevistas

Categorias	Subcategoria	Análise
Pleitos para o DADETUR	Conceito de estância	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção de uma estância turística. - Conhecimento dos pleitos para o direcionamento do fomento do turismo para as estâncias turísticas.
	Distribuição de recursos	
Ranqueamento	Legislação do turismo (lei nº1.261)	<ul style="list-style-type: none"> - Indicação de evolução da política pública de turismo do Estado. - Capacidade de gestão do turismo. - Critérios de regulamentação como diferenciação
	Profissionalização da gestão do turismo no estado de São Paulo	
	Critérios para regulamentação	

Fonte: Elaborado pela autora.

Para tanto, após a pré-análise com os documentos e a transcrição das entrevistas, seguida da exploração do material que subsidiou a definição das categorias e das subcategorias, as análises dos resultados foram tratadas de maneira significativa, proporcionando ao pesquisador preposições, implicações e considerações vistas por gestores políticos e gestores técnicos elencados na pesquisa.

Quanto à validação da pesquisa, considera-se que o pesquisador da pesquisa qualitativa aprende fazendo e, sua validação pode ser vista por meio de algumas técnicas como a triangulação, envolvimento do pesquisador, descrição rica e densa e, auditorias externas. A triangulação considera a combinação de diferentes fontes de coleta de dados com o intuito de compensar a limitação de um único método adotado, enriquecendo a confiabilidade da análise de interpretação. O envolvimento e a observação do pesquisador provêm de conseguir observar as informações mais

relevantes do estudo e o viés do pesquisador esclarecido no estudo torna-se importante para que o leitor possa entender a posição do pesquisador e eventuais rumos do resultado da investigação. A descrição rica e densa permite que o pesquisador forneça detalhe da pesquisa e, a auditoria externa analisa o projeto todo na finalidade de averiguar a interpretação dos fatos (CRESWEL, 2014).

Considera-se que o processo de coleta de dados, análise e interpretação não devem ser realizados isolados, devem estar inter-relacionados na pesquisa para caminharem juntos ao resultado final, conseguindo demonstrar para o leitor o percurso adotado para análise e interpretação dos fatos concluindo a busca do objetivo da pesquisa (MOZZATO; GRYBOVKI, 2011). Assim, a análise descritiva da pesquisa qualitativa por meio da interpretação dos resultados e a relação com a teoria pesquisada conseguiram abarcar os pressupostos elencados na constatação do objetivo geral do presente estudo.

4.5 Matriz metodológica da pesquisa

Para poder sintetizar as etapas do estudo, ou seja, a estrutura do estudo segue a metodologia contextualizada na matriz de amarração para a compreensão na busca da resolução do problema em questão, denominada aqui de matriz metodológica. A matriz de amarração tem como objetivo ilustrar as bases do estudo em um contexto de conexão que, segundo Mazzon (1981) evidenciado em sua tese de doutoramento, a matriz de amarração apresenta uma ligação com os principais elementos do estudo, proporcionando uma conexão dos elementos focalizando a compatibilidade da questão com o problema, pressupostos, objetivos e técnicas para análise de dados e apresentação dos resultados.

Telles (2001) descreve que a o instrumento denominado matriz de amarração de Mazzon é formada por uma estrutura matricial, que consiste na compreensão da abordagem sistêmica metodológica para a qualidade do estudo. Nessa abordagem, diante da contextualização dos conceitos de turismo e de políticas públicas, da compreensão das legislações das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo, o Quadro 30 ilustra a matriz metodológica da pesquisa, evidenciando a

amarração do problema com os objetivos e os métodos escolhidos para os resultados esperados.

Quadro 30 - Matriz metodológica da pesquisa

Problema de pesquisa			
Diante da regulamentação dos pleitos futuros, como gerenciar os as políticas públicas de turismo provenientes do DADETUR para o desenvolvimento do turismo perante a nova lei nº 1.2161/2015?			
Objetivo geral			
Propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, com o objetivo validar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018			
Objetivos específicos	Pressupostos	Métodos	
		Coleta	Análise
a) Verificar as ações voltadas para as políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo (Espera-se compreender a ordem cronológica das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo)	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos realizados pelos recursos do DADETUR não estão tendo destinação em obras voltadas a área turística. A principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do interior paulista. 	Pesquisa documental	Análise exploratória e descritiva.
a) Averiguar os programas/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período de 2015 a 2018 (Espera-se que esta análise possibilite conhecer as obras que estão sendo executadas com os recursos do DADETUR para o fomento do turismo).		Pesquisa documental, e pesquisa de campo	Análise exploratória, descritiva e triangulação.
b) Elencar as obras finalizadas e não finalizadas com os recursos do DADETUR no período de 2015 a 2018. (Espera-se compreender as obras que realmente foram concluídas para a compreensão da análise da efetividade das políticas públicas de turismo no Estado).		Pesquisa documental e entrevistas com os grupos selecionados	Análise descritiva, exploratória e triangulação com análise de conteúdo.
c) Analisar a importância que os gestores públicos atribuem ao conhecimento do turismo (Espera-se compreender o entendimento dos gestores sobre o desenvolvimento do turismo para o Estado).		Entrevistas com os grupos selecionados	Análise descritiva, interpretativa com análise de conteúdo e triangulação.
Resultados esperados			
Propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, com o objetivo validar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo. Pode contribuir com as ações de políticas públicas de turismo do estado de São Paulo e nas pesquisas que fomentam as políticas públicas de turismo.			

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a explanação do percurso metodológico realizado na pesquisa com apresentação das categorias, o próximo capítulo aborda a análise, interpretação e discussão dos resultados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sampieri *et al* (2013) descreve que na pesquisa qualitativa a coleta de dados e a análise ocorrem inúmeras vezes ao mesmo tempo, e que os dados coletados são os caminhos para a análise e a interpretação dos resultados. Ainda assim, os autores salientam que não existe um padrão único de análise, pois cada pesquisa tem a liberdade para poder adequar seu modelo de análise e interpretação para conseguir atingir seus resultados.

Nessa linha de pensamento, o presente capítulo traz a análise e a discussão da pesquisa elencados por duas linhas estruturais, fundamentados nos resultados dos pleitos das estâncias e nas entrevistas dos selecionados, considerando as categorias apresentadas no capítulo metodológico da pesquisa.

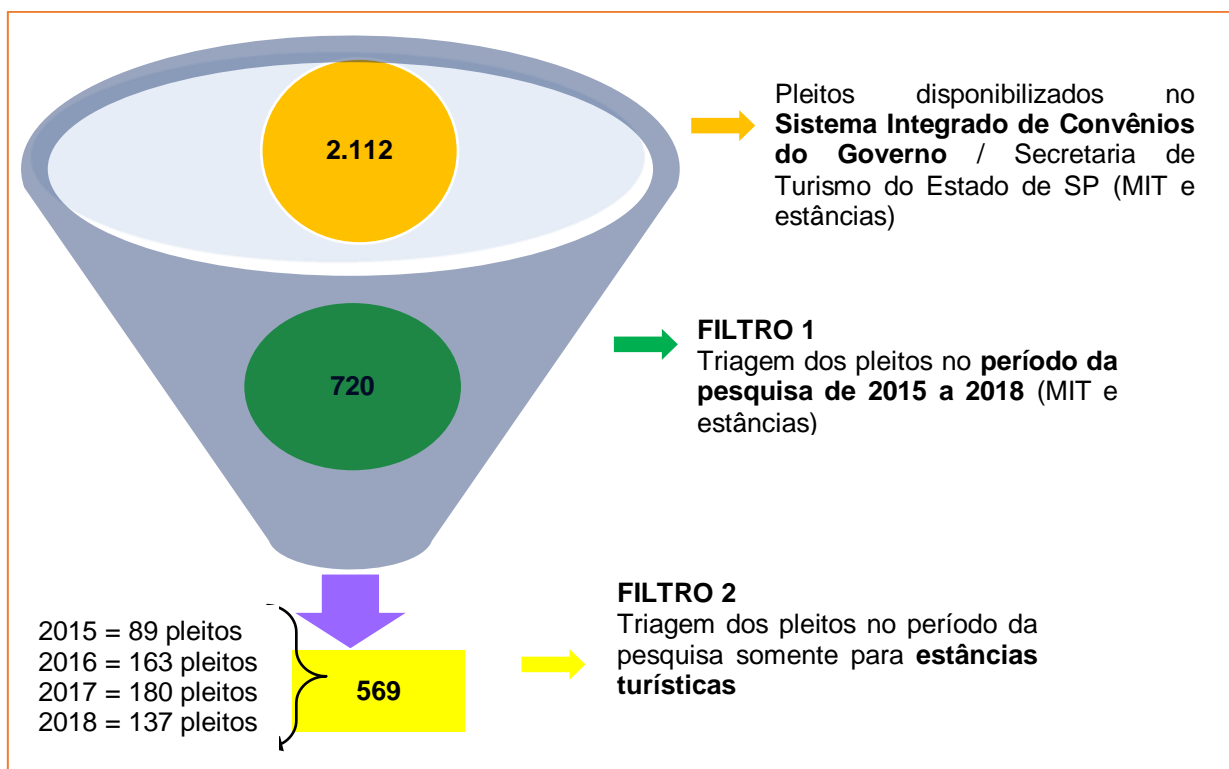
5.1 Análise e discussão dos pleitos das Estâncias

Com a permissão ao acesso do SICdo Governo Estadual, foi possível observar a totalidade dos pleitos cadastrados no sistema pelas estâncias turísticas, e pelos municípios de interesse turísticos. Assim, para a adequação e organização das categorias procedeu-se inicialmente o critério temporal de 2015 a 2018 excluindo os demais anos encontrados. Após o critério cronológico escolhido, deu-se a exclusão dos municípios cadastrados como municípios de interesse turísticos (MIT) sobressaindo apenas as 70 estâncias turísticas. Para melhor resultado da análise, efetuou-se a exclusão de informações como o parcelamento dos pagamentos, data de suposto término do convênio, observações de vistoria, entre outros dados escolhidos para exclusão por não fazer parte do quadro de discussão da pesquisa.

Nesse diapasão, a Figura 21 ilustra as etapas dos dados escolhidos sobre os pleitos do sistema integrado de convênios apresentado pela Secretaria de Turismo do Governo Estadual de São Paulo para a análise. Ressalta-se, que a análise foi realizada com os resultados disponibilizados pelo sistema SIC até a data de 08 de junho de 2019, e que nenhum momento as estâncias são identificadas, pois o que

se analisa é a aplicabilidade funcional dos pleitos e não os pleitos escolhidos por estâncias.

Figura 21 - Procedimento da análise para seleção dos pleitos



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante da categorização dos pleitos selecionados procedentes com os recursos do DADETUR no período temporal de 2015 a 2018, observa-se um montante de 569 pleitos, que quando difundido pelo critério tempo, nota-se que o ano de 2017 foi o período que mais realizou a celebração de convênios entre as estâncias e a Secretaria de Turismo do Estado com 180 pleitos disponibilizados no SIC. O ano de 2016 aparece com 163 pleitos, enquanto o ano de 2018 com 137 convênios e o ano de 2015 com 89 pleitos apenas.

Na compilação de todos os pleitos apresentados ao DADETUR no período do estudo, observa-se um montante de 569 projetos distribuídos em 4 anos, que caracteriza uma média de 142 obras por ano, evidenciando uma grande distribuição de recursos e projetos de turismo no Estado para o fomento e crescimento da atividade.

Todavia, enfatiza-se que as políticas públicas de turismo é o caminho para as ações que regulamentam o turismo e promovam a estrutura para as tomadas de decisões, beneficiando o bem-estar coletivo e fortalecendo os atrativos turísticos (BENI, 2012; CESAR, 2011; CRUZ, 2016; DIAS, 2012; DWYER; KIM, 2003; EL-GOHARY; OSMAN; EL-DIRABY, 2006; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; HALL, 2008). Nesse diapasão, a maior política pública de turismo⁷ no Estado de São Paulo é difundir o turismo no interior através das legislações que favorecem as estâncias com os repasses financeiros por meio do DADETUR publicados anualmente pela somatória do DREMU.

Nessa linha de pensamento, o DADETUR apresentou uma somatória de valores publicados no diário oficial do Estado de R\$ 1.267.148.949,42 para as 70 estâncias turísticas nos anos de 2015 a 2018 (Apêndice F), e quando analisado os 569 pleitos das estâncias que foram conveniados com o Estado no período deferido pela pesquisa, o valor é de R\$ 735.194.258,83, demonstrando uma diferença de R\$ 531.954.690,59 de montantes financeiros que não foram conveniados com os municípios estâncias.

Essa situação pode ser elencada por várias variáveis como contingenciamento do governo estadual nos anos selecionados, falta de encaminhamento dos projetos para a Secretaria Estadual de Turismo, mudança de pleitos que ocasionaram perda de convênios, mudanças de mandatos que por motivos políticos e administrativos não conseguiram conveniar com o Estado, entre outros fatores, que não foram aprofundados por não fazer parte do estudo da pesquisa.

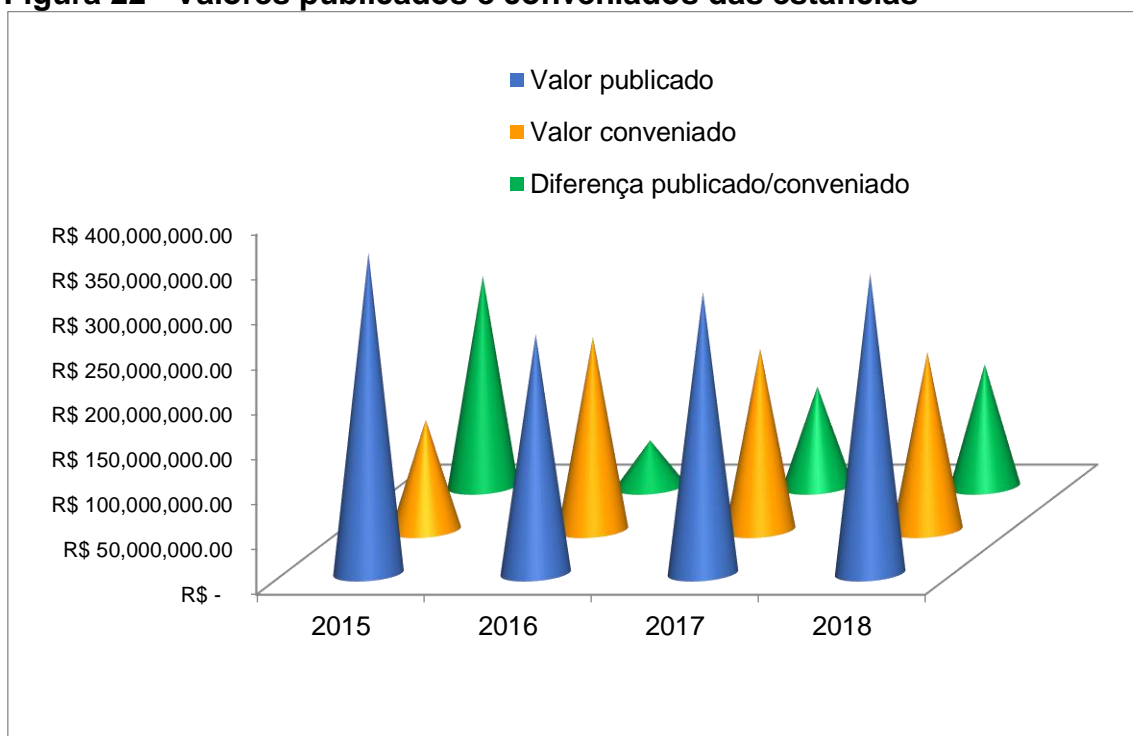
Nessa análise financeira percebem-se um lapso da teoria das legislações com a prática apresentada, na qual desde o ano de 1989, com a lei nº 6.470 que extingue a autarquia de Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST) e cria-se o Fundo de melhoria as estâncias (SÃO PAULO, 1989), as estâncias deveriam ter seus recursos financeiros garantidos por meio da publicação do DREMU, que conforme o manual do DADETUR, os pleitos devem ser analisados e enviados ao

⁷ Considera-se a maior política pública de turismo no estado de São Paulo até o período da pesquisa analisada (2018), corroborando com os autores Aulicino (2001), Galvão (2018) e Solha *et al* (2010).

COC no ano da publicação do DREMU, para posterior assinatura de convênio e início das obras. Verifica a não aplicabilidade das legislações para o fomento do turismo no Estado, que conforme ilustra os dados nos anos analisados da pesquisa, observa-se a diferença de R\$ 531.954.690,59 de recursos publicados e não conveniados.

Não cabe a presente pesquisa julgar o Estado ou as estâncias pela discrepância dos resultados, na qual diante de uma análise financeira verifica-se que os valores conveniados anualmente não condizem com os valores publicados pelo DREMU no Diário Oficial do Estado, conforme ilustra a Figura 22.

Figura 22 - Valores publicados e conveniados das estâncias



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 22 ilustra que a teoria da política pública de turismo no Estado de beneficiar os municípios considerados estâncias por legislação estadual para obras de benfeitorias de infraestrutura de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos não condiz com a realidade dos dados publicados, observando uma grande diferença entre os números publicados e os dados conveniados com o Estado. Verifica que no ano de 2015 os valores

disponíveis foram de R\$ 356.162.977,80, e os projetos conveniados com Secretaria de Turismo do Estado conforme o Sistema de Integração de Convênios (SIC) somaram os valores de R\$ 122.042.486,05, equivalendo uma diferença de R\$ 234.120.491,75 que condiz com apenas 34,27% dos valores conveniados com os municípios, demonstrando uma grande margem de 65,73% de diferença dos valores conveniados com os recursos publicados.

O ano de 2016 foi o ano que melhor observou o equilíbrio entre os valores publicados e conveniados, resultando em uma diferença de somente 19,26%, entre os valores publicados de R\$ 265.423.340,12, e os valores conveniados de R\$ 214.301.982,52. Já os valores do ano de 2017 publicados no Diário Oficial do Estado foram de R\$ 312.484.934,50, enquanto os valores conveniados somaram R\$ 201.445.122,25, resultando uma diferença de 111.039.812,27, que equivale a 35,53% de diferença da totalidade publicada. Entretanto, os valores do ano de 2018 não ilustram diferença quanto ao ano de 2017, na qual foi publicado R\$ 333.077.692,00, e conveniado o montante de R\$ 197.404.668,01, demonstrando uma diferença de 40,73%.

Ressalta-se que os valores publicados pelos DREMU nos anos de 2015 a 2018 não apresentaram superávit, motivo este que pode ser considerado devido ao fato do ano de 2016 ter tido um contingenciamento de 13%, e nos anos de 2017 e 2018 os valores foram compartilhados com os MITS na proporção de 80% para as estâncias e 20% para os municípios de interesse turístico (MIT), conforme a legislação nº 1.261/2015.

Para melhor compreensão dos pleitos na análise dos objetivos propostos de averiguar os pleitos procedentes dos recursos do DADETUR, emergiram-se as categorias denominadas: - obras finalizadas; - obras em andamentos; - obras não iniciadas. As categorias foram analisadas pelos valores percentuais apresentados no Sistema Integrado de Convênios em relação à totalidade de execução de obras, que são disponibilizados e preenchidos no sistema pelos engenheiros e técnicos da Secretaria de Turismo do Estado junto com os engenheiros da CPOS.

Ainda assim, na busca da compreensão dos fatos as categorias apresentaram as subcategorias fundamentadas por autores como Leiper (1979, 1990), Beni (2001) e Boullón (2002) Barreto (2001), Brasil (2011), Lohmann; Panosso Netto (2008) e Souza (2010) que salientam a importância da infraestrutura para o desenvolvimento do turismo, denominadas de: - infraestrutura de acesso; - infraestrutura básica urbana; - infraestrutura turística; - infraestrutura de apoio; - atrativo natural; e, - atrativo cultural. As subcategorias foram analisadas sob a ótica do nome do pleito apresentado pelo município e disponibilizado com o nome de “objeto” no Sistema Integrado de Convênios do Estado.

Enfatiza que nessa etapa da análise das subcategorias a pesquisadora teve de bastante cautela para a categorização, na qual essa fase do estudo procedeu-se por uma análise aprofundada na leitura e na compreensão dos pleitos selecionados na pesquisa, analisando e fazendo uma reanálise de validação para averiguação dos resultados dos dados encontrados para discussão.

5.1.1 Categoria – Obras finalizadas

Na composição das obras finalizadas evidenciam os pleitos que apresentaram o índice percentual de conclusão de obra de 95% a 100% na tabela do Sistema Integrado de Convênios (SIC) do Governo Estadual, que foram disponibilizados no sistema pelos técnicos e engenheiros responsáveis pelas obras. Ressalta que as obras que demonstraram os índices de 95% a 99,9% de execução, estão nessa análise de categoria de obras finalizadas por apresentarem a diferença de apenas alguma documentação e/ou adequação com o item descritivo da planilha do projeto inicial.

Nessa análise de discussão, nota-se o total de 172 pleitos finalizados (Apêndice G), representando apenas 30% de obras concluídas até a data da pesquisa de junho de 2019 na análise dos pleitos de 2015 a 2018. Evidencia um índice de pouca produtividade de obras perante a legislação para o fomento do turismo, ressaltando uma produção de infraestrutura de baixo índice de conclusão comparado com a totalidade dos fatos. Ressalta-se que dentre essa categoria a maioria dos pleitos

com 86% demonstram o percentual de 100% de obras concluídas, validando a categoria de obras finalizadas.

Sob a análise dessa categoria, observa que os pleitos apresentados no ano de 2016 foram os que apresentaram os maiores índices de obras concluídas com 40%, seguido dos pleitos conveniados no ano de 2015 com 35%, e os objetos apresentados no ano de 2017 e 2018 com 20% e 5%, respectivamente. Enfatiza que o ano de 2016, foi o período de melhor equilíbrio entre os valores conveniados e os valores publicados no DREMU no Diário Oficial do estado de São Paulo, apresentando o índice de melhor produtividade de fomento no turismo de obras concluídas, conforme ilustra a Tabela 8.

Tabela 8 - Categoria obras finalizadas por ano

Ano do convênio	Quantidade de obras finalizadas	Percentual
2015	61	35%
2016	68	40%
2017	35	20%
2018	8	5%
Total	172	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, dentre os valores dos projetos conveniados com o Estado, nota-se a aplicabilidade de R\$ 134.036.337,07 de recursos que foram executados em obras finalizadas e entregues aos autóctones e aos turistas. Ilustra a proporção de apenas 18% do valor em obras finalizadas, demonstrando um baixo índice de recursos financeiros em obras concluídas para o fomento do turismo no Estado, conforme ilustra o Quadro 31.

Quadro 31 - Obras finalizadas x obras totais no período da pesquisa

	Obras totais	Obras finalizadas	Percentual
Pleitos	569	172	30%
Recursos financeiros	R\$735.194.258,83	R\$134.036.337,07	18%

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar da pesquisa não apresentar nos seus objetivos uma análise estatística dos valores financeiros dos pleitos, os recursos aplicados pelo FUMTUR do DADETUR

são de grande notoriedade para a composição da discussão, compondo dados de grande expressão para análises futuras do ranqueamento da legislação nº 1.261/2015.

Após a discussão das obras finalizadas, a pesquisa analisa a totalidade dos pleitos executados sob a análise das subcategorias, com o objetivo de compreender as obras que foram realizadas e terminadas para o fomento do turismo no estado de São Paulo. A análise das subcategorias é pautada no desenvolvimento do turismo através da legislação das políticas públicas de turismo no Estado, na qual através dos recursos disponibilizados pelo DADETUR os municípios decretados estâncias possuem por lei recursos financeiros para realizar projetos de infraestrutura que beneficiem o crescimento do turismo.

Na análise das subcategorias verifica que a maioria dos pleitos é de domínio de infraestrutura básica urbana representada por 58% de projetos que apresentam estruturas fundamentais para os autóctones. Ressalta-se que a função da base do pleito é destinada para o morador, e apesar de ser de utilidade para o turista, o principal objetivo da infraestrutura é estruturar o município na funcionalidade para o autóctone. Lohmann; Panosso Netto (2008) salientam que apesar de muitos projetos serem classificados como obras de infraestrutura básica, o turismo não se desenvolve sem essa infraestrutura urbana, valendo da frase de que uma cidade só é boa para o turista quando for primeiramente boa para o morador.

Na linha conceitual de turismo de autores como Acerenza (2002), Barreto (2000), Beni (2019); Blanco (1990), Boullón (2002), Cooper *et al.* (2001), Fuster (1991), Ignarra (2013), Jafari (2005), Leiper (1979), OMT (2001, 2005), Panosso Netto (2009), Tribe (2006) que conceituam o turismo com definições que refletem o deslocamento de pessoas a locais fora de suas residências, a aplicação dos recursos nos pleitos de infraestrutura básica urbana pode ser caracterizada para o desenvolvimento do turismo, pois nenhum turista viaja para um local que não detenha de uma infraestrutura básica para sua estadia.

Dentre a subcategoria de infraestrutura básica urbana, evidencia que a maioria dos pleitos é destinada a pavimentação de ruas principais da cidade e de ruas que ligam pontos estratégicos a destinos turísticos. Sucessivamente, aparecem pleitos direcionados para obras de revitalização de avenidas com melhorias nas calçadas e troca de iluminação por lâmpadas de *led*, revitalização de praças públicas, além de construção e remodelação de paisagismo nas avenidas centrais da cidade. Quando analisado os objetivos dos pleitos no sistema SIC, nota que a apesar dos nomes dos projetos serem de revitalização, remodelação de vias e urbanização, o que se realiza são pavimentações de ruas que fazem a ligação do turismo para ruas centrais dos municípios, além de canteiros que embelezam o local.

Apesar de ser fundamental para o fomento do turismo, a subcategoria infraestrutura básica urbana evidencia um percentual com mais da metade dos pleitos destinados nas obras finalizadas no período de 2015 a 2018. Realça que a maioria das estâncias recebe recursos do DADETUR há mais de 15 anos, demonstrando que apesar do tempo cronológico da aplicação dos recursos, muitas estâncias ainda apresentam pleitos de ordem urbana básica sem representatividade para um turismo de impacto voltado a projetos com atrativos reais e potenciais.

Após a evidência da maioria dos pleitos destinados a infraestrutura urbana básica, verifica que a infraestrutura de apoio é a segunda elencada com 17% dos projetos conveniados com o Estado. Essa subcategoria releva pleitos que são de estrutura fundamental para o município e de grande utilidade ao turista, sendo indispensável para o desenvolvimento do turismo. Observa que a maioria dos pleitos apresentados é focada para a revitalização de equipamentos desportivos e lazer, como: construção de centros desportivos; construção de áreas de alimentação; construção e reformas de ciclovias; construção ou reformas de centros de eventos; construção de *boulevard* (calçadas revitalizados); construção de portais de entrada; e, revitalização e construções de centros de eventos.

Seguindo essa linha de infraestrutura que beneficia o autóctone, elenca-se a infraestrutura de acesso que é direcionado para os pleitos que estruturam o acesso do turista ao destino, que também são indispensáveis para os moradores. Nessa

análise da pesquisa de infraestrutura de acesso o resultado é de apenas 6% das obras finalizadas. Nota que a maioria dos projetos foi para reforma ou revitalização de terminais rodoviários municipais e estrutura na abertura e prolongamento de estradas e viadutos que ligam a destinos turísticos.

Observa que a maioria dos pleitos elencados na categoria de obras finalizadas no período da pesquisa foi destinada para projetos que tem a função de beneficiar o autóctone, evidenciando um total de 81%, correspondente a somatória do percentual da subcategoria de infraestrutura básica urbana, de apoio e a de acesso, conforme ilustra a Tabela 9 com a totalidade de todas as subcategorias das categorias de obras finalizadas.

Tabela 9 - Subcategorias das obras finalizadas

Subcategoria	Obras finalizadas	Percentual	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	11	6,4%	81,4%
Infraestrutura básica urbana	100	58,1%	
Infraestrutura de apoio	29	16,9%	
Infraestrutura turística	11	6,4%	18,6%
Atrativo natural	12	7,0%	
Atrativo cultural	9	5,2%	
Total	172	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se analisa as subcategorias que correspondem à função da atividade turística, evidencia que a infraestrutura turística representa 6,4% dos pleitos das obras finalizadas. Nota-se que a aplicação desses projetos que correspondem a essas estruturas foram motivadas pelo interesse do turismo no município, destacando a figura do turista e não do autóctone. A pesquisa revela que dentre os projetos apresentados tem-se a maioria focada para a construção de centro de informações turísticas e sinalização turística.

Apesar da subcategoria de infraestrutura turística estar voltada para a efetividade do turista, toda estrutura realizada pelo interesse do turismo beneficia a comunidade completa (BARRETO, 2000). Enfatiza que essa subcategoria não apresenta apenas projetos que são de funcionalidade somente para o turista, mas pleitos que foram concebidos pela cidade ser considerada uma estância turística. Dias (2003)

descreve que ampliar a diversidade dos produtos oferecidos é fundamental para aumentar a permanência do turista no destino.

A análise da subcategoria dos atrativos naturais e culturais é embasada por Barreto (2003), que descreve que os atrativos turísticos são formados pelos recursos naturais e culturais disponíveis no ambiente. Os recursos naturais são classificados como geomorfológicos (lagoas, vulcões, represas, litoral e relevo), biogeográficos (agrupamentos vegetais e animais), e os mistos (combinação de geomorfológicos e biogeográficos). Já os recursos culturais podem ser classificados como históricos (artefatos, patrimônios tombados), contemporâneos (obras de arte, museus, instituições de cultura), e contemporâneos comerciais (parques temáticos, balneários, autódromos, entre outros (BARRETO, 2003).

Os pleitos revelados na subcategoria de atrativos naturais e culturais somam 12.5%, sendo 7% revelado para atrativo natural e 5,2% para atrativos culturais. Na subcategoria de atrativos naturais têm-se os pleitos de: revitalização de lagos; construção e revitalização de bosque e parque natural municipal; valorização e revitalização de orlas; revitalização de parque ecológico. Quanto aos atrativos culturais evidencia pleitos como: construção ou revitalização de monumentos culturais; revitalização de vila cultural; revitalização de escadaria com valorização cultural e turística; construção da cidade temática das crianças, revitalização de centro de artesanato e centro cultural.

Ressalta que apesar de haver a política pública de turismo no Estado focado no objetivo de beneficiar financeiramente as estâncias para a execução de projetos que fomentam o turismo, a maioria dos pleitos não apresenta planejamentos de longo prazo para o desenvolvimento da atividade. Enfatiza que apesar da nova legislação de 2015 solicitar a obrigatoriedade da participação da sociedade civil por meio do COMTUR nas aprovações dos pleitos, observa-se a falta de consciência e conhecimento dos conselhos de turismo sobre crescimento e fomento da atividade, demonstrando pelos pleitos de finalidade imediatista e de infraestrutura básica.

Corroborando, Beni (2006) salienta que apesar das políticas públicas de turismo estar em crescente aplicação dos programas disponíveis, é possível verificar muitos desacertos de ausência de orientação de projetos pautados em objetivos e estratégias com metodologias que implicam em resultados em longo prazo para a efetivação do turismo.

Apesar de a pesquisa considerar de ordem relevante os projetos de infraestrutura para o fomento do turismo, destaca-se que o período analisado no estudo revela muitos projetos de infraestrutura básica com os recursos financeiros do DADETUR nos anos de 2015 a 2018, esclarecendo que a legislação das estâncias e a disponibilização dos recursos são datadas a mais de 20 anos. A confirmação dos resultados de que as obras estão sendo mais direcionadas para os pleitos de revitalização de infraestrutura básica, poder ser validada por meio da Figura 23, que ilustra a contagem de palavras mais repetidas dentre os pleitos de obras finalizadas no sistema SIC.

Figura 23 - Nuvem de palavras da categoria de obras finalizadas



Fonte: Elaborado pela autora.

A repetição das palavras de revitalização, vias, infraestrutura, pavimentação, praça, recape, avenida, rua, iluminação, reurbanização, estrada, calçamento, entre outras evidenciam o direcionamento dos pleitos em obras de infraestrutura básica e de apoio. Ainda assim, a Figura 23 ilustra poucas as palavras que dão denominação ao fomento do turismo, como a palavra turística, turístico, atrativo, potencial, entre outros.

5.1.2 Categoria – Obras em andamentos

Na categoria de obras em andamentos, evidencia os pleitos que foram conveniados com o Estado e apresentaram o índice de variação de 0,1% a 94,99% de obra realizada na planilha de percentual de execução de obras do sistema SIC. Ressalta que esta categoria corresponde às obras que deram início a execução do projeto,

independente da situação atual do convênio com o Estado. Enfatizam que apesar dos pleitos apresentarem percentual de obras em andamentos, algumas podem estar paralisadas por algum motivo como a falta de aprovação de prorrogação de prazo, termos e assinatura de aditamentos, parcelamentos, vistorias, prestação de contas, término de contrato com a construtora, falta de documentação, entre outros fatores.

Nota nessa categoria a maior quantidade de obras, resultando em 245 projetos em andamentos (Apêndice H), caracterizado por um índice de 43% dos pleitos conveniados com o Estado no período de 2015 a 2018. Destaca a quantidade de obras que o Estado apresenta em andamento, e que pelo período da assinatura do ano do convênio os projetos já deveriam estar em uso dos autóctones e dos turistas. Mais uma vez enfatiza a morosidade das políticas públicas quando correlacionadas a teoria com a prática das próprias legislações das políticas públicas de turismo do estado de São Paulo relacionado às estâncias turísticas, corroborando, Beni (2006) salienta que o Estado é a mão oculta das realizações das políticas públicas.

Devido à maior quantidade dos pleitos nessa categoria e para melhor discussão dos resultados, o estudo faz uma distribuição das obras em andamento de acordo com o índice percentual de execução, segmentado por:

- Fase inicial de obra – representada pela percentagem de 0,1% a 30% de execução de obra;
- Fase intermediária - obras com percentagem de 30,01% a 69,99% de execução; e,
- Fase final - obras com percentagem de 70% a 94,99% de realização.

Na análise da distribuição da categoria de obras em andamentos por ano, observa-se que no ano de 2015, 25% dos pleitos enquadraram-se na fase inicial, com o índice de 0,1% a 30% apenas de execução, que numa discussão analítica de fomento do turismo desencadeiam o não crescimento da atividade no município, principalmente pelos pleitos ser destinados a equipamentos turísticos e atrativos culturais, como a revitalização de um hotel turístico e a revitalização de um centro histórico que ainda encontra-se em fase inicial de execução dos pleitos conveniados no ano de 2015.

Quando analisa o indicador de 30,01% a 69,99% de concretização de obras em andamento no mesmo período, nota-se que somente 17% das obras se encontram nessa fase de construção denominada na pesquisa de intermediária. Felizmente, a maioria dos pleitos conveniados no ano de 2015 enquadra-se nos resultados de “fase final” com os índices de 69,99% a 94,99% de realização de obras, visualizando um resultado de 58% de obras, garantindo a expectativa de término de projetos para o fomento do turismo.

No ano de 2016 os dados não são diferentes, verificandoum resultado de 27% das obras em andamento na fase inicial, consideradas com o percentual de 0,1% a 30% de execução de obra. Todavia, os projetos de execução intermediários com as características de 30,01% a 69,99% de concretização, apresentam uma totalidade de 36% das obras, e a maioria dos projetos com 37%, estão representadas na fase final, caracterizadas pelo percentual de execução de 70% a 94,99% na tabela do SIC.

Os convênios assinados do ano de 2017 e de 2018 se diferem dos anos de 2015 e 2016, que por serem mais recentes apresentam pouca execução da obra. O ano de 2017 aparece apenas com 13% das obras em andamentos em fase final, enquanto que a maioria dos projetos ilustra 47% em fase de início e 40% em fase intermediária. Já no ano de 2018 verifica que 72% dos projetos encontram-se em fase inicial, enquanto que 23% e 5% em fase intermediária e fase final de execução de obra respectivamente, sinalizando uma má gestão administrativa dos recursos e dos pleitos em execução pela morosidade de conclusão de uma obra. Segundo o manual do DADETUR após aprovado o pleito pelo COC, a tramitação burocrática deve seguir uma linha eficaz de produtividade da execução da obra (SÃO PAULO, 2018c), o que não é constatado na prática da realização dos projetos que fomentam a política pública de turismo do Estado por meio dos resultados dos dados da pesquisa.

Diante dessa categoria de obras em andamento representada com 245 (43%) projetos em execução no período da pesquisa, nota-se que a maioria das obras encontra-se na fase inicial de execução com 46%, sinalizando a morosidade da

execução dos projetos, que se observam em andamentos em fase inicial de obras com até 30% de execução, conforme ilustra a Tabela 10. Evidencia-se uma lentidão de execução de obras que deve ser analisada para a concretização dos próximos convênios com a Secretaria de Turismo do Estado e os municípios.

Tabela 10 – Distribuição das obras em andamentos

CATEGORIA - Obras em andamentos											
Denominação	Execução do andamento da obra na planilha SIC	Ano									
		2015		2016		2017		2018		TOTAL	
		Obra	%	Obra	%	Obra	%	Obra	%	Obra	%
Fase inicial da obra	0,1% a 30%	6	25	17	27	44	47	46	72	113	46
Fase intermediária de obra	30,01% a 69,99%	4	17	23	36	37	40	15	23	79	32
Fase final de obra	70% a 94,99%	14	58	24	37	12	13	3	5	53	22
Total		24		64		93		64		245	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos valores dos projetos dos municípios que foram conveniados com o Estado enquadrados na categoria de obras em andamentos, evidência a totalidade de R\$ 366.693.544,08 de recursos que estão sendo distribuídos para o fomento do turismo, equivalentes a 50% da totalidade dos recursos financeiros disponíveis e conveniados no período de análise da pesquisa, conforme ilustra o Quadro 32.

Quadro 32 - Obras em andamentos x obras totais no período da pesquisa

	Obras totais	Obras em andamento	Percentual
Pleitos	569	245	43%
Recursos financeiros	R\$ 735.194.258,83	R\$ 366.693.544,08	50%

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 50% dos recursos financeiros disponíveis para os pleitos que se encontram em andamento de execução, evidencia que a maioria das obras está sendo realizado para projetos de infraestrutura urbana, diagnosticados na subcategoria da pesquisa de infraestrutura básica urbana com 51% dos resultados analisados. Enfatiza-se que dentre as obras em andamento, esse percentual é bastante elevado quando se trata de recursos que foram destinados por lei para execução de projetos de desenvolvimento de programas de melhoria de equipamentos turísticos.

Dentre os pleitos enumerados na subcategoria de infraestrutura urbana básica, os maiores projetos são para revitalização de ruas urbanas, pavimentações, revitalizações de avenidas, infraestrutura asfáltica, revitalização e reforma de praças, torça de sistema de iluminação, entre outros de mobilidade urbana. Todavia, a maioria dos resultados dos pleitos dos municípios diverge da realidade da teoria da lei nº 1.2162/2015, em que os gestores municipais deveriam estar apresentando pleitos difundidos na preocupação do futuro ranqueamento das estâncias, que será analisado por pontuação exigindo a demanda crescente do fluxo turístico e a somatória comprobatória de equipamentos, serviços e atrativos turísticos.

Ainda assim, a subcategoria de infraestrutura de apoio aparece com 21% com projetos destinados para: construção de centro de eventos, revitalização de ciclovias, construção de equipamentos de lazer, reformas e construção de teatros multiuso e de arena, sistema de monitoramento, revitalização e construção de portais de entrada e revitalização e urbanização de *boulevard*. Para tanto, a subcategoria de infraestrutura de acesso apresenta 5% ilustradas para projetos de modernização de terminal rodoviário, obras de infraestrutura de acesso as estradas de destino turístico, implantação de sistema viário e construção de terminal para embarque de passageiros com atracadouros flutuantes.

Destarte, assim como a categoria de obras finalizadas, a categoria de obras em andamento apresenta o mesmo caminho, demonstrando que a maioria dos pleitos está destinada a projetos de infraestrutura na finalidade principal de beneficiar o autóctone, visualizando a totalidade de 77% dos pleitos destinados para obras de infraestrutura básica urbana, de apoio e de acesso, conforme ilustra a Tabela 11.

Tabela 11 - Subcategorias das obras em andamentos

Subcategoria	Obras em andamentos	Percentual	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	13	5%	77%
Infraestrutura básica urbana	125	51%	
Infraestrutura de apoio	51	21%	
Infraestrutura turística	14	6%	23%
Atrativo natural	22	9%	
Atrativo cultural	20	8%	
Total	245	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Todavia, as subcategorias que estão direcionadas diretamente ao turismo na categoria de obras em andamento, apresentam 23% de infraestrutura turística, atrativo natural e atrativo cultural, equivalendo a 4% a mais do que a categoria das obras finalizadas que ilustrou 19% nessa mesma somatória de subcategorias.

Ressalta-se que dentre os pleitos apresentados na infraestrutura turística com 6%, os projetos são direcionados para obras de sinalização turística e construção ou revitalização de centro de informação ao turismo. Já os atrativos naturais se destacam mais que os culturais com 9% e 8%, respectivamente. Dentre os naturais a pesquisa demonstra pleitos para revitalização de parques naturais, bosques, lagoas, represas, orlas e cachoeiras. Os culturais são representados por remodelação de hotel turístico de valor cultural, construção de museu ferroviário, construção ou revitalização de centro cultural e artístico, restauração de salas culturais tombadas e construção de parque cultural da criança.

Nessa fase da análise, evidenciam que apesar do resultado ilustrar somente 23% de projetos direcionados diretamente ao turismo, alguns pleitos estão descritos em fases, revelando a continuidade de obras que abarcam a preocupação dos gestores em criar atrativos de grande validação para o fomento do turismo, evitando assim projetos imediatistas e populistas. Todavia, os resultados dos pleitos são voltados para obras de infraestrutura básica urbana, infraestrutura de apoio e infraestrutura de acesso, como ilustra a Figura 24 com a repetição das palavras mais enunciadas na categoria analisada.

execução de obras no sistema SIC do Governo do Estado da Secretaria de Turismo preenchida pelos técnicos e engenheiros do Estado. A falta de início das obras pode ser elencada por vários fatores como mudança de pleito, perca de prazos, liberação de aprovação de mudança de projeto, falta de documentação, atraso da empreiteira, aditamento de projeto, cancelamento com convênio, entre outros fatores.

Verifica no sistema SIC que 152 pleitos apresentam um percentual de 0% de execução de obras, categorizadas na pesquisa como obras não iniciadas, representando 27% dos pleitos totais no período de análise (Apêndice I). Revela um dado de grande impacto para os resultados finais, na qual quase um terço das obras elencadas na pesquisa que fazem parte do programa de políticas públicas de turismo no Estado não conseguiram se quer sair do papel, resultando em uma conjuntura real da má gestão da aplicabilidade dos recursos para o fomento do turismo no Estado.

Observa que apesar da pesquisa ser datada de 2015 a 2018, os dados ilustra 3% de obras não iniciadas que foram conveniadas no ano de 2015, demonstrando um descaso da atuação da legislação e dos recursos públicos disponibilizados para o desenvolvimento do turismo, embora a maior parte das obras não iniciadas com 43% serem conveniadas no ano de 2018, justificando a denominação da categoria de obras não iniciadas. Ainda assim, é possível elencar que 20% dos projetos que não conseguiram dar o *start* inicial em execução são conveniados do ano de 2016, e 34% no ano de 2017, conforme ilustra a Tabela 12.

Tabela 12 - Obras não iniciadas

Ano do convênio	Quantidade de obras não iniciadas	%
2015	4	3
2016	31	20
2017	52	34
2018	65	43
Total	152	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos valores financeiros dos projetos dos municípios que foram conveniados com o Estado elencados na categoria de obras não iniciadas,

evidenciaa totalidade de R\$ 234.464.377,68 de recursos que estão sendo distribuídos para o fomento do turismo, equivalentes a 32% da totalidade dos recursos financeiros disponíveis e conveniados no período de análise da pesquisa. Ressalta-se que quase um terço dos valores conveniados com os municípios e a Secretaria de Turismo do Estado está destinado a projetos que ainda não conseguiram iniciar a execução de obras, conforme ilustra o Quadro 33.

Quadro 33 - Obras não iniciada x obras totais no período da pesquisa

	Obras totais	Obras não iniciada	Percentual
Pleitos	569	152	27%
Recursos financeiros	R\$ 735.194.258,83	R\$ 234.464.377,68	32%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se analisa as subcategorias das obras não iniciadas observa que os resultados não diferem das demais categorias apresentadas pela pesquisa, na qual a subcategoria de infraestrutura básica urbana se destaca das demais subcategorias. Destarte, a subcategoria de infraestrutura básica urbana representa 45% da totalidade dos pleitos da categoria de obras não iniciadas, revelando projetos para tratamento de água e esgoto, construção e revitalização de praças, pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas, iluminação de alamedas e reformas de calçadas.

Dentre os pleitos elencados na infraestrutura básica urbana a pesquisa destaca que a maioria dos projetos foram conveniados no ano de 2018, e, apesar de estarem elencados nessa subcategoria de infraestrutura básica, os projetos não ilustram novidades. Ainda assim, por terem sido apresentados após a lei nº 1.261 de 2015, os pleitos deveriam estar mais direcionados ao fomento do turismo com projetos de finalidade turística e não de infraestrutura básica urbana.

Os pleitos relacionados na subcategoria infraestrutura de apoio representam 20% da totalidade das obras não iniciadas com projetos direcionados para construção de portal da cidade, construção ou revitalização de arena e centros de eventos, construção ou reformas de *boulevard*, revitalização de píer e sistema de monitoramento. Já as obras destinadas para a infraestrutura de acesso aparecem

com 5% dos pleitos, voltados para projetos de revitalização de sistema viário de acesso aos municípios.

Nessa síntese, evidencia a somatória das subcategorias de infraestrutura básica, infraestrutura de apoio e infraestrutura de acesso representada com 70% dos projetos em obras não iniciadas. Revela-se mais uma vez, que apesar de serem projetos conveniados mais recentemente justificando o não início da maioria das obras, os direcionamentos dos pleitos não diferem da totalidade das demais categorias em relação as subcategorias, demonstrando que a maioria dos pleitos apresentados na pesquisa foi elencada nas subcategorias de infraestrutura de finalidade ao autóctone. Para melhor compreensão a Tabela 13 ilustra as subcategorias de obras não iniciadas sistematizadas no período da pesquisa.

Tabela 13 - Subcategorias das obras não iniciadas no período da pesquisa

Subcategoria	Obras não iniciadas	Percentual	Somatória dos %
Infraestrutura de acesso	7	5%	70%
Infraestrutura básica urbana	68	45%	
Infraestrutura de apoio	31	20%	
Infraestrutura turística	13	9%	30%
Atrativo natural	20	13%	
Atrativo cultural	13	9%	
Total	152	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

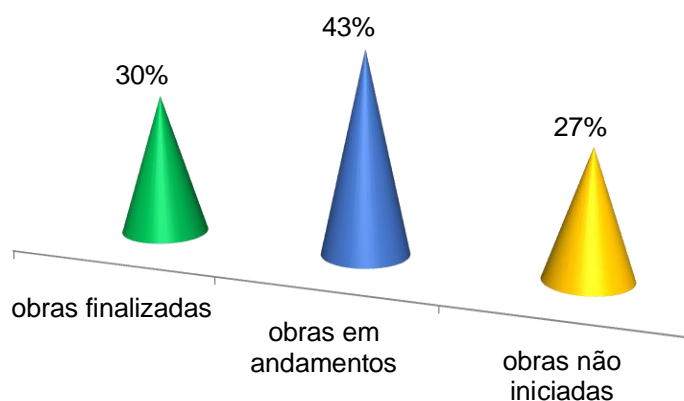
Dentre as subcategorias que melhor fomentam o deslocamento de pessoas para os destinos turísticos das estâncias, a pesquisa revela que 13% dos pleitos estão destinados para infraestrutura de atrativos naturais, evidenciando obras de revitalização de parques naturais e bosques, urbanização de lagoas, revitalização de orlas e revitalização de represas. Já a subcategoria de atrativos culturais representa 9% dos pleitos, com projetos de revitalização de monumentos artísticos, parques culturais, construção de centros artísticos, implantação de complexos turísticos, reforma de estação ferroviária, construção de parque do índio e restauro de bonde turístico.

A subcategoria infraestrutura turística com projetos que são de manifestação do turismo voltados ao turista, é representada com 9% da totalidade dos pleitos de obras

Síntese das discussões das categorias

A pesquisa evidenciou que dentre as categorias selecionadas no período de 2015 a 2018, a maioria dos projetos que estão sendo realizados no Estado de São Paulo com os recursos financeiros do DADETUR, encontram-se em fase de andamento com 43% de obras, e, apesar de estarem em execução, à maioria das propostas estão em fase inicial de realização, ilustrando um percentual de pouca produtividade de obra em andamento no Estado. Todavia, quando analisado os pleitos que foram finalizados no Estado com os recursos do DADETUR, observou-se a totalidade de 30% dos projetos, justificando que a maioria foi conveniada no ano de 2015 e 2016, conforme ilustra a Figura 26 da totalidade dos pleitos.

Figura 26 - Quantidades de obras por categoria



Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, dentre os 569 pleitos selecionados 27% apresentam-se apenas conveniados, sem nenhuma execução de obra, revelando a morosidade da política pública de turismo no Estado em relação à eficiência de realização de obras públicas. Como já descrito, não cabe a pesquisa julgar os municípios nem o Estado, ou evidenciar os motivos da morosidade da prática das leis que beneficiam as estâncias turísticas, e sim revelar que as práticas das legislações que beneficiam os municípios decretados estâncias não condizem com a realidade dos fatos.

Quanto às subcategorias, a pesquisa evidenciou que dentre os 569 pleitos elencados, a maioria estão direcionados para obras de infraestrutura básica urbana com 293 (51,5%) de projetos, considerando que as maiorias destes pleitos estão direcionadas para obras de: pavimentação urbana; recapeamento, revitalização e urbanização de avenidas; revitalização e reforma de praças; troca de sistema de iluminação; ampliação de iluminação de alamedas; reforma de calçadas; construção de sanitários; tratamento de água e esgoto; reformas de passarelas; revitalização de fontes; reforma de pontos de ônibus; entre outros considerados na pesquisa de mobilidade urbana e serviços básicos.

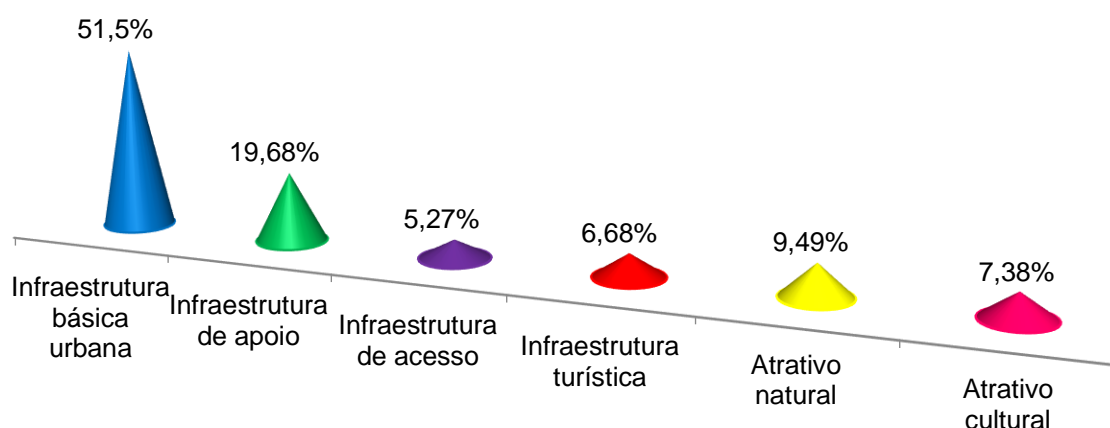
Já a subcategoria elencada como infraestrutura de apoio representa a segunda colocada com 19,68% dos pleitos. Souza (2010) descreve que as estruturas e serviços de apoio são fundamentais para o fomento do turismo, que apesar de proporcionar boas condições de vida para a comunidade dá a base para a atividade turística. Nessa subcategoria as obras foram evidenciadas como: revitalização de equipamentos desportivos e lazer; construção de áreas de alimentação; construção e reformas de ciclovias; construção ou reformas de centros de eventos; construção de *boulevard*, construção de portais de entrada; revitalização e construções de centros de eventos; reformas e construção de teatros multiuso e de arena e sistemas de monitoramentos.

Com relação à subcategoria de infraestrutura de acesso, a pesquisa revela o menor índice com 5,27% dos pleitos destinados a revitalização de terminais rodoviários, revitalização de estradas que dão acesso a destinos turístico e revitalização e ampliação de viadutos que são estruturas fundamentais para a ligação do turista e do morador aos locais da cidade, tendo a característica principal da função da obra voltada ao autóctone.

Nota-se que a maioria de pleitos foi denominada para infraestrutura voltada ao autóctone, representado a totalidade de 76,45% para obras de execução de infraestrutura básica urbana, de apoio e de acesso, enquanto que os pleitos que mostraram estruturas direcionadas ao turismo somaram 23,55%, elencados na

subcategoria de infraestrutura turística com 6,68%, na estrutura de atrativos naturais com 9,45%, e os atrativos culturais com 7,38%, conforme ilustra a Figura 27.

Figura 27 – Totalidade de obras por subcategorias



Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os projetos elencados ao fomento do turismo, a pesquisa evidencia que alguns que pleitos encontram-se caracterizados por fases ou etapas, ilustrando uma continuidade de grandes obras com finalidade turística como os elencados de atrativos naturais como: revitalização do lago parque municipal; reestruturação turística da orla; revitalização do lago da pesca; revitalização do bosque municipal; revitalização decachoeira; revitalização do parque ecológico; revitalização do parque natural municipal; revitalização do Jardim Botânico realizado por fases; reurbanização e revitalização do Morro do Cristo; revitalização do Entorno do Lago realizado por fases.

Dentre os atrativos culturais observam-se pleitos de: revitalização de monumentos de representação artística e cultural; revitalização do parque da criança realizado por fase I e II; recuperação de prédio cultural para construção de um museu ferroviário; construção de centro de eventos culturais e artísticos realizados por fases; reforma do museu do Surf; restauro da sala princesa Isabel; Restauro de palácio tombado; revitalização e recuperação de áreas de balneoterapia; construção do parque de atividades radicais realizado por fases; reforma do palácio das águas, revitalização do parque mini cidades; construção do centro de artesanato.

A subcategoria de infraestrutura turística é representada na sua totalidade por projetos de sinalização turística de padronização internacional e pela reforma ou implantação de postos ou centros de informação destinada ao turista. Todavia, apesar de representar os projetos de infraestrutura voltados ao turista, a pesquisa revela um percentual de implantação muito baixo de 6,68% desses equipamentos sendo executados nas estâncias, enquanto que a maioria dos pleitos está sendo destinada para projetos de infraestrutura básica urbana.

Corroborando, Dias (2003) enfatiza que as estâncias paulistas devem se preocupar com o aumento do fluxo de turistas em seus municípios para não haver o crescimento do índice da irritabilidade dos autóctones em relação aos visitantes. Entretanto, os pleitos de infraestrutura básica não devem continuar sendo a maioria dos projetos escolhidos para o desenvolvimento do turismo, enfatizando que a legislação da criação do DADE com a organização dos pleitos vem desde o ano de 1982 e os resultados da pesquisa são dos anos de 2015 a 2018.

Partindo da discussão de políticas públicas de turismo efetivadas para o fomento da atividade (BENI, 2012; BISSOLI, 2001; BOULLÓN, 2002; DIAS, 2012, GOELDNER *et al.*; 2002; MOLINA, 2005; SOLHA, 2004), a política pública de turismo do estado de São Paulo em relação as estâncias turísticas mostra-se ineficiente. A apresentação dos projetos não demonstra o dinamismo de estar atendo as mudanças, conforme a nova legislação de 2015 de apresentarem expressivos atrativos turísticos de caráter natural, cultural ou artificial. Ainda assim, a pesquisa revela muitos pleitos de caráter estrutural básico nos anos atuais de 2015 a 2018, sem o “olhar” de direcionamento para o fomento do turismo no Estado.

Nessa síntese, o estudo confirma os pressupostos de que os projetos realizados pelos recursos do DADETUR não estão tendo destinação em obras voltadas para o fomento do turismo, revelando que a maioria dos pleitos elencados na pesquisa foram destinados para a realização de obras de infraestrutura básica urbana. Nessa linha de pensamento, a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre com os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o

desenvolvimento do interior paulista, revelando que a maioria dos projetos são destinados para execução de obras de infraestrutura básica urbana. Destaca-se que os recursos do DADETUR são disponibilizados para o fomento do turismo desde o ano de 1982 com a criação do DADE, datando 36 anos até o período analisado da pesquisa, considerando um resultado de muitas obras voltadas para o autóctone e não direcionadas para o fomento do turismo.

5.2 Análise e discussão das entrevistas

As entrevistas foram realizadas no período de 2017 a 2019, durante a fase de conceituação e oportunidade de entrevistas com os participantes escolhidos da pesquisa. Observa-se uma multidisciplinaridade de perfis profissionais como advogados, cientista político, dentista, engenheiros, matemático, publicitário, que independente de suas formações os participantes atuam e atuaram em cargos de gestões do turismo e cargos técnicos, consolidando a multidisciplinaridade da visão do tema do estudo.

A pesquisa apresentou os resultados categorizados pelos participantes elencados como gestores políticos, e os participantes enumerados como gestores técnicos, que direta ou indiretamente tem o conhecimento da legislação nº 1.261/2015 e o reconhecimento dos pleitos que estão sendo realizados no Estado com os recursos do DADETUR no período da pesquisa. Para melhor ilustração, o Quadro 34 apresenta a divisão dos participantes selecionados por gestão política e por gestão considerada técnica.

Quadro 34 - Participantes técnicos e políticos

Entrevistado	Seleção
S1 S2 S3 S4 P1 P2 D1	Participantes selecionados como gestores políticos
E1 E2 E3 E4 E5 E5	Participantes selecionados como gestores técnicos

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados da análise das entrevistas foram compilados e direcionados por meio das categorias que surgiram a *posteriori* da análise do estudo, ou seja, na composição da semelhança e na diferença de pensamentos por meio das respostas com os termos pesquisados (BARDIN, 2016). As categorias e as subcategorias emergiram-se através da análise da discussão dos resultados e da proposta do estudo para a proposição de um modelo de critérios para a regulamentação do ranqueamento para as estâncias turísticas de acordo com a lei n. ° 1.261 de 2015.

5.2.1 Categoria: Pleitos para o DADETUR

Essa categoria reflete as subcategorias denominadas de conceito de estâncias e a distribuição de recursos, na dimensão da importância de uma estância turística com a aplicação dos pleitos que estão sendo direcionados para o turismo com os recursos do DADETUR. Compreendem-se os pleitos com seus pontos fortes e fracos na visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos para o fomento do turismo do estado de São Paulo.

Dentro dessa categoria durante a análise dos dados, percebe-se que concepção de estâncias pôde ser considerada de comum conceito para todos os participantes, refletindo o pensamento de que uma estância é um lugar que atrai pessoas, contendo atrativos que possa atrair turistas para esses destinos. Nota-se que, o termo atrativo turístico é evidente nas falas de todos os sujeitos quando perguntado

sobre a concepção de uma estância turística paulista, destacando que a concepção de uma estância está atrelada a concepção de atrativos. Enfatiza-se que para um município ser considerado estância é importante e necessário que a cidade tenha atrativos a oferecer (AULICINO, 2001).

A importância de um município apresentar atrativos para ser considerada estância, pode ser constatada por meio da verbalização de todos os sujeitos selecionados, conforme ilustra o Quadro 35.

Quadro 35 - Verbalização dos sujeitos na concepção de estâncias atrelados a atrativo

Estância turística	Gestores políticos	<p>S1 - Cada cidade tem sua característica, seu atrativo.</p> <p>S2 - São locais privilegiados que oferecem atrativos.</p> <p>S3 - Estância turística é uma localidade que escolheu o turismo como principal atividade econômica, gerando emprego e renda. Além de objetivar a valorização dos atrativos e incentivar diversas modalidades de visitação.</p> <p>S4- São municípios com potencialidades, com diferencial e com atrativos a oferecer</p> <p>P1- As estâncias precisam ter vocação e algo que chame a atenção, um atrativo.</p> <p>P2 – As estâncias são cidade com atrativos quês estão se preparando para a economia, emprego, estão em nível de aperfeiçoamento.</p>
	Gestores técnicos	<p>E1 – São cidades diferenciadas, com algum atrativo.</p> <p>E2 – Acredito que nem todas têm, mas o certo de uma estância é ter atrativos turísticos.</p> <p>E3- As estâncias têm que ter algo para oferecer, um atrativo.</p> <p>E4 – A cidade precisa ter atrativos em todos os aspectos, tem que ter boas estadias, boa recepção.</p> <p>E5- Eu acho para ser uma estância ela tem que ter atrativo turístico.</p> <p>E6- Eu acho que primeiramente ela tem que ter atrativo turístico e tem que ter infraestrutura.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (grifo nosso).

A conceituação de estância está ligada a local de repouso, descanso, sair da rotina e aproveitar os recursos naturais e culturais que uma cidade tem a oferecer, ou seja, um município considerado como estância turística deve ter atrativos turísticos. Fino (2009), Raimundo *et al.* (2010) e Solha *et al.* (2010) descrevem que as estâncias são locais privilegiados que oferecem atrativos turísticos e uma infraestrutura adequada local, gerando um poder econômico e um deslocamento de pessoas para esses destinos. Boullon (2002), Beni (2011) e Valls (2006) enfatizam que o atrativo é o elemento principal para uma destinação na composição de um produto turístico.

Diante da importância de atrativos para uma estância, torna-se importante a compreensão da aplicação dos recursos do DADETUR, que supostamente deveriam ser para infraestrutura dos atrativos nos municípios considerados estâncias turísticas. Beni (2001) e Barreto (2001) salientam que um destino turístico deve oferecer infraestrutura e atrativos que consolidam o deslocamento de pessoas. Corroborando, Andrade (2002) e Swarbrooke; Horner (2002) salientam que quanto mais bens, serviços turísticos e atrativos um local oferecer com qualidade maior será a sua demanda turística.

Na análise de que uma estância é um local de destino que oferece atrativos turísticos, observa-se que os recursos do DADETUR não estão sendo destinados para a aplicação de melhoria desses atrativos. A pesquisa revela que as estâncias paulistas não estão conseguindo organizar seus pleitos com os recursos do DADETUR na formatação de atrativos, destinando os recursos do turismo em pleitos de infraestrutura básica urbana, infraestrutura de acesso e infraestrutura de apoio, conforme ilustrado na Figura 27 anterior da pesquisa que demonstrou a totalidade das obras pelas subcategorias selecionadas.

Todavia, sobre a lei do FUMTUR do DADETUR, nota-se que todos os entrevistados têm o entendimento de que a legislação estadual rege para o fomento do turismo no Estado. Os sujeitos elencados como gestores políticos demonstram que esse entendimento de fomento do turismo é realizado com obras de infraestrutura que dão estrutura para um município ser considerada uma estância. A fala do P1 de que “os recursos são para estruturação dos municípios, para atender bem ao turismo, para deixar o município preparado”, e a complementação do S3 em que “os projetos são apresentados e utilizados para a realização de obras com o objetivo de fomentar a atividade turística” evidencia que os participantes compreenderem a legislação do turismo no Estado.

Entretanto, na visão dos gestores técnicos apesar da legislação nº 1.261/2015 descrever que os recursos do DADETUR são destinados para programas de melhoria, urbanização, serviços e equipamentos para o fomento do turismo, notam-

se uma grande distribuição de recursos para obras de infraestrutura básica urbana conforme já apresentado na pesquisa e agora validado pela triangulação, como relata o E4:

Boa parte pra mim não desenvolvem o turismo, estão mais preocupados em pavimentação, e a maioria do tempo que eu tô aqui a obra é de pavimentação. Lógico que tem exceções, mas boa parte dos municípios segue essa linha de pavimentar ou recapear, que no meu entendimento se o turista vai ao local, se ele vai de carro eu acho que vai querer sim as ruas bem cuidadas, mas acredito que essa parte compete ao município manter. Em relação à verba que do DADETUR eles deveriam investir em atrativos para ao turista, tipo eu tenho exemplos muito bons como foi feito a construção de um aquário, que no meu entendimento atrai o turista, o turista vai lá visitar.

Revela-se que apesar do conhecimento dos entrevistados sobre a importância de atrativos para o desenvolvimento de uma estância, em que o principal conceito de uma cidade ser considerada estância é oferecer atrativos turísticos que desencadeiam o deslocamento de pessoas para esses destinos turísticos, a aplicabilidade dos recursos do DADETUR não condiz com obras focadas aos atrativos das estâncias. Nota-se na análise dos pleitos que a execução das obras não está voltada para reforma, readequação ou construção de atrativos turísticos.

Identifica-se que para os gestores políticos os pleitos estão sim sendo direcionados para o fomento do turismo, e a execução das obras para infraestrutura é merecedora da aplicação dos recursos do DADETUR, na qual toda cidade tem que ter uma estrutura mínima de infraestrutura para oferecer ao turista, conforme releva o P2 em sua verbalização de que “todas as estâncias estão desenvolvendo bem seus pleitos com a melhor forma possível”. O sujeito S2 descreve que as obras que estão sendo realizadas pelo DADETUR “têm interesse turístico efetivamente”. O S1 ainda complementa que “cada cidade faz da sua maneira, mas você tem, por exemplo, quando você urbaniza, põe uma calçada, uma ciclovia, uma iluminação, você traz benefícios claros para turismo”.

Nessa atuação, o entrevistado P2 descreve que a estruturação em infraestrutura urbana é importante e cita o exemplo de Gramado, que “demorou 30 anos para se estruturar” confirmando a importância em obras de infraestrutura urbana. Enfatiza-se que apesar do P2 apresentar o exemplo do município de Gramado na afirmação de

que as obras de infraestrutura urbana são importantes, o estudo salienta que há estâncias que está há mais de 30 anos recebendo os recursos do DADETUR para direcionar o turismo e ainda não conseguiram nem estruturar uma demanda turística local, como observado na fala do gestor técnico E6 que salienta que “a gente tem municípios que tem o título de estância, mas não tem nenhum atrativo turístico há anos para ter esse título, e elas não se empenham em promover isso”.

A presente pesquisa alicerçada em autores como Beni (2001), Boullón (2002) Barreto (2001), Brasil (2011), Lohmann; Panosso Netto (2008) e Souza (2010), enfatiza que apesar da infraestrutura ser indispensável ao desenvolvimento do turismo ela não pode ser considerado um atrativo, em que atrativo é o que atrai e não o que auxilia e/ou complementa o produto turístico. Releva-se que apesar dos gestores políticos e técnicos compreenderem o que é um atrativo para uma estância, a maioria das obras resultantes da política pública de turismo do Estado de incentivo ao fomento do turismo por meio do DADETUR, não estão sendo destinadas para o desenvolvimento do atrativo, sobressaindo interesses de infraestrutura que abarcam o desenvolvimento do turismo, como ilustrado pela repetição de verbalização do termo de pavimentação, recapeamento e revitalização urbana e iluminação no Quadro 36.

Quadro 36 - Repetição das palavras pavimentação, recapeamento, revitalização urbana e iluminação nos sujeitos da pesquisa

Palavra solta ou no entendimento de uma frase	Número de vezes repetidas
Pavimentação	21
Recapeamento	18
Revitalização	15
Iluminação	10

Fonte: Elaborado pela autora.

É notório considerar que apesar dos entrevistados terem a consciência que uma estância tem que oferecer atrativo turístico e que a lei tem como objetivo principal o fomento do turismo no Estado, a maioria das estâncias não conseguem se preparar, estruturar seus atrativos, ou seja, realizar um planejamento para que o município possa não só estar estruturado, mas que possa oferecer atrativos com estrutura para o turista.

Muitas estâncias têm a cultura de que o dinheiro do DADETUR é direito delas, e elas se acomodaram com essa informação, usando os recursos para pleitos de infraestrutura urbana. A fala do sujeito E6 reflete muito bem essa constatação, na qual “eu tenho um exemplo que uma prefeitura utilizou todo o recurso do turismo para iluminação pública na cidade inteira com a justificativa que a cidade inteira é turística, e a gente sabe que não é bem assim”.

A pesquisa concorda efetivamente que essas obras de infraestrutura são essenciais para o turismo, mas não desenvolvem a principal obra das estâncias que são os atrativos turísticos. Boullón (2002) e Beni (2011) relatam que o atrativo é o elemento principal do processo turístico para uma destinação na composição do produto turístico. As obras de infraestrutura são fundamentais, mas não podem ser consideradas obras de efetividade turística, ou seja, obras de atrativo turístico que reflete um fluxo turístico.

A falta de obras realizadas com os recursos do DADETUR que dão visibilidade ao fomento do turismo relevada no estudo pôde ser constatada nas falas dos gestores técnicos, na qual por meio da triangulação dos métodos de pesquisa convalida os resultados encontrados na análise dos pleitos da discussão anterior da pesquisa, com as obras categorizadas nas subcategorias denominadas de infraestrutura básica urbana, infraestrutura de acesso, infraestrutura de apoio, infraestrutura turística, atrativos naturais e atrativos culturais, relevando que a maior parte dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR está sendo mais direcionados para as obras de infraestrutura urbana, do que para obras de concepção de atrativo turístico, conforme ilustra a verbalização dos gestores técnicos por meio do Quadro 37.

Quadro 37 - Verbalização dos gestores técnicos sobre o uso dos recursos do DADETUR

Sujeitos	Verbalizações
E1	[...] tem muitos pleitos desde que a gente entende que não são totalmente com fomento turístico de fato né! [...] agora tem muita coisa que a gente vê a parte da infraestrutura puro e simples, sem o objetivo de finalidade turística, e a gente encontra muito disso sabe, que não agrega [...] isso não vai ser um atrativo né, não vai somar, mas eles não entendem.
E2	Então algumas prefeituras sabem aproveitar os recursos, outras já não sabem nem o que fazer para melhorar o turismo.
E3	Existem projetos para o turismo, mas existe uma maioria terrível!
E4	Boa parte pra mim não desenvolvem o turismo, estão mais preocupado em pavimentação, e a maioria do tempo que eu tô aqui a obra é de pavimentação. [...] lógico que tem exceções, mas boa parte dos municípios segue essa linha de pavimentar ou recapear.
E5	Tem muito objetos para a gente aqui de coisa que eu entendo que não são turísticos, são para melhorar a cidade, mas não que isso vai atrair turista, tem-se muito reforma em uma praça. Eu não entendo que uma pessoa vá até lá para ir para essa praça a não ser que seja uma praça história. [...] nas gestões passadas se falou muito em pavimentação e recapeamento, eles usam o termo estrutura de interesse turístico, mas muitas vezes que você chega lá e não tem interesse turístico nenhum, que não leva a nada de turismo. [...] os prefeitos não sabem o que quer, então é preferível usar o dinheiro para fazer uma pracinha, usar a verba para suprir as necessidades que eles têm lá, mas que não são destinadas ao turismo
E6	[...] eu acho que a grande maioria usa apenas com infraestrutura, que não é necessariamente turística. [...] a gente tem um grande número de recapeamento, que ainda bem que vem diminuindo né!

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale destacar que apesar da legislação estar escrita para o uso dos recursos que fomentam o turismo, a realidade não condiz com o objetivo da política pública de turismo do Estado. No entanto, evidenciam-se obras voltadas para a efetivação do turismo como a revitalização de orlas, parques naturais, monumentos culturais, entre outros. Nota-se que apesar de serem poucas estâncias, algumas estão realmente focadas no turismo, criando pontos turísticos edesenvolvendo obras de acordo com seus atrativos, como cidades que tem rios e está fazendo mirante para poder apreciar o rio; cidades que estão fazendo balneários e parques naturais, no objetivo de fomentar o turismo sabendo aproveitar seus recursos naturais e culturais.

Nessa linha de pensamento, é importante salientar que a política pública de turismo do DADETUR deve ser repensada, na composição de execução de gestão de obras de efetividade para o turismo. O gestor político S4 argumenta que está na hora de

haver uma mudança não só de execução de obras, mas de comportamento e de gestão no Estado. As estâncias estão realmente desenvolvendo os recursos com obras de infraestrutura urbana básica, que na verdade devem ser consideradas obras de deveres básicos e não obras de fomento ao turismo, como verbalizado pelo S4:

Nós estamos tratando de mudar, porque você não pode dizer que o recapeamento na zona central de uma cidade é contra o turismo, seria ilógico dizer isso. Você tem uma cidade e o centro da cidade é parte do receptivo do turismo. Sempre vai ter uma praça central na região da igreja Catedral que realmente está ligado ao turismo. Então seria o preconceito dizer que recapeamento, por exemplo, revitalização de praças e melhoria é contra o turismo. Não é contra, mas é certo imaginar a afirmação de que é possível que haja obras mais indutoras do turismo do que esses chavões, cabendo então criar critérios para isso, e é o que estamos tentamos fazer e estamos debruçados (S4).

Para obras mais indutoras do turismo, a pesquisa evidencia os atrativos naturais, culturais, artificial, científicos, de eventos, entre outros, que considerados como indutores do turismo tem o papel fundamental de atrair o turista ao local (BARRETO, 2001; BENI, 2001; BRASIL, 2011). Para essa atuação de projetos indutores do turismo é importante a clareza do planejamento turístico com todas suas etapas (MOLINA, 2005), e a não interferência de grupos de interesses que possam atrapalhar o verdadeiro desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2016).

Refletindo a importância do planejamento turístico, evidencia-se o conhecimento e a relevância de projetos que possam agregar potencialidades regionais, com pleitos que visam o planejamento e o desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional pautado com projetos de visão regional pôde ser notado na discussão dos resultados tanto na visão técnica como na visão política, considerado até o grande pulo do gato pelo sujeito E1. Os participantes S4, P2, S6 e E1 salientam a regionalização em suas verbalizações, na qual:

O estado está muito municipalista, precisa passar para o regionalista de turismo. Precisa-se falar em roteiro, desenvolvimento regional de políticas de desenvolvimento (S4).

[...] a regionalização eu acho um aspecto muito importante, a gente tem que trabalhar para que a gente possa completar a regionalização no estado inteiro (P2).

Os municípios não se conversam [...] Eu também acho que foi interessante revitalização de orla, que eu acho que é necessário apesar de elas não serem padronizadas que eu acho que foi um erro. Se a gente tivesse um plano do governo estadual para utilizar o dinheiro para padronizar e fazer todas as orlas das praias seria um plano legal (E6).

Então eu acho que falta é aquela coisa mais regionalizada. [...] essa coisa meio de consorciada de fazer um investimento mais regionalizado. Acho que é o grande pulo do gato, às vezes investir individualmente não dá um retorno que se fizesse conjuntamente (E1).

Ressalta-se que a políticas públicas de turismo deve ser entrelaçada, ou seja, é importante que a política pública de turismo do Governo Estadual se integre com os planos turísticos do Governo Federal, para que juntos possam ter resultados eficazes de uma política efetiva de turismo no país. Fratucci (2008) salienta que quando se cria circuitos, roteiros entre os municípios se agregam valor e estruturação do turismo, consolida equipamentos, serviços e atrativos regionais proporcionando maior demanda turística.

Por fim, é evidente observar que a maior parte da aplicação dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR não está tendo planejamento turístico, sendo direcionadas “a toque de caixa” de maneira isolada, sem comprometimento com o futuro turístico local. Salienta-se que apesar dos gestores terem o domínio da situação, até o presente momento da pesquisa nada se tem feito para mudar esse cenário, e os recursos disponibilizados pelo DADETUR que estão sendo direcionados para as obras de infraestrutura são valores altíssimos, que apesar de melhorar a estrutura urbana do município não podem ser considerados de obras turísticas, conforme o entendimento da pesquisa pautado nos autores de Barreto (2001), Beni (2019), Boullon (2002), Brasil (2011), Cooper *et al.* (2001), Lohmann; Panosso Netto (2008), Ruschumann (2016), Souza (2010).

Destarte, o Quadro 38 ilustra os pontos fortes e fracos evidenciados na análise da categoria dos pleitos para o DADETUR, diferenciados pela visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos.

Quadro 38 - Pontos fortes e fracos da categoria – pleitos para o DADETUR

	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestores políticos	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento do conceito de estância turística e a importância de um atrativo. - Conhecimento das legislações que fomentam o turismo no Estado de São Paulo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pleitos estão sendo direcionados para obras de infraestrutura há anos. - Acreditam que as obras de infraestrutura fazem parte dos atrativos turísticos.
Gestores técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção do conceito de estância e da importância de começarem a direcionar os pleitos para atrativos turísticos. - Tem total conhecimento dos pleitos realizados no Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - São apenas técnicos e não podem interferir na conceituação e formatação dos pleitos. - Faltam conceitos técnicos na abordagem do turismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Em suma, fica clara por meio da triangulação dos métodos da pesquisa, que a execução de obras que direcionam o turismo por meio da política pública de turismo do estado de São Paulo com os recursos do DADETUR é muito pequena em relação à execução de obras que estão direcionadas para a estruturação da infraestrutura urbana e de apoio do município que são a maioria dos recursos aplicados.

5.2.2 Categoria: Ranqueamento

Essa categoria contempla a dimensão do conhecimento da nova lei nº 1.261 de 2015, com seus critérios de análise e a percepção da visão dos gestores para a adequação da nova legislação como construção, readequação, organização e gestão da política pública de turismo do estado de São Paulo para uma futura regulamentação para o ranqueamento das estâncias turísticas paulistas.

Destaca-se que a legislação de fomento ao turismo por meio da distribuição de recursos financeiros pelo DADETUR é uma política pública de turismo realizado somente pelo estado de São Paulo. O estado de São Paulo é a única Unidade da Federação no Brasil que tem uma política de estado e não uma política de governo, que independente do governador a lei de fomento para as estâncias faz parte do cenário político do Estado.

A nova legislação nº 1.261/2015 tem um efeito positivo e inovador, no sentido de fazer com que as estâncias saiam do comodismo e se organizam com pleitos que dão resolutividade para o fomento e crescimento do turismo no Estado. A lei retrata critérios que direciona aos gestores a aplicação da estruturação dos atrativos, pautado no planejamento participativo por meio da atuação deliberativa dos conselhos municipais e da atuação do plano diretor de turismo. Acerenza (2002), Beni (2012), Boullon (2002), Cruz (2012), Dwyer; Kim (2003), Moreno; Villarreal (2017) e Rivas; Magadán (2012) enfatizam que a participação da sociedade civil na implantação das políticas públicas é indispensável por conhecerem a realidade do local e dos fatos turísticos.

A nova legislação além de exigir conselhos municipais de turismo deliberativos, elenca as 70 estâncias turísticas e traz a publicação de mais 140 cidades consideradas Município de Interesse Turístico (MIts) para uma competição de ranqueamento para a liberação dos recursos do DADETUR, fazendo com que as estâncias que estavam paradas no tempo em relação ao desenvolvimento do turismo se movimentam para o desenvolvimento do turismo. A pesquisa considera que a lei além de conseguir fazer o tema turismo ser visto nas gestões públicas municipais, tem o efeito de fazer com que as obras com os recursos do DADETUR possam ser mais direcionadas para a gestão do turismo, consideradas na pesquisa de obras de infraestrutura turística, de atrativos naturais e de atrativos culturais.

A fala do P2 sobre esse assunto de que “as estâncias que estavam paradas no tempo, terão que se mexer” e a do sujeito S2 de que a “o efeito da lei é fantástico, pois havia certo comodismo na situação, porque você vira uma estância por lei e ninguém tira” deixa evidente que o efeito da lei traz uma corrida saudável para a atividade do turismo, em que em tempo de crise econômica e falta de recursos financeiros dos municípios, os valores do DADETUR são extremamente significativos, conseguindo fazer com o passar dos anos e dos pleitos escolhidos a realização de obras que fomentam o turismo.

Apesar de a pesquisa considerar que a lei traz vantagens positivas para o fomento do turismo, a preocupação em relação à aplicabilidade da regulamentação da legislação é evidente, evidenciado principalmente pelos gestores técnicos, que consideram que a política, ou melhor, a politicagem pode se sobressair sobre a parte técnica na aplicação da lei. A fala do sujeito E6 de que “[...] se ela tiver uma boa fiscalização e se ela for bem construída sem envolver a parte política, eu acho que ela vai ser na verdade um marco”; o relato do E5 de que “não acredito que vai ser eficiente não, eu acho que ainda gera muito politicamente, mas vamos ver se o ranqueamento será sério ou se as cidades vão acordar”; e, a falta do entrevistado E4 de que “a criação das estâncias é mais política, não tenho nem dúvida! Agora vamos ver a nova lei” deixa evidente a preocupação e a falta de crédito nas políticas públicas de turismo do Estado.

Apesar dos gestores técnicos apresentarem dúvida sobre a implantação da lei na questão política, é evidente na análise que todos os participantes consideram a lei com requisitos formidáveis se realmente forem aplicados. Nessa conjuntura da estrutura da lei, a formatação e a obrigatoriedade dos conselhos municipais de turismo e do plano diretor de turismo é o marco fundamental da estruturação da lei para sua fiscalização e realização, na qual a participação da comunidade possibilita um planejamento da realidade do turismo, e envolver a comunidade é o foco principal do planejamento participativo (ACERENZA, 2002; BOULLON, 2002; CRUZ, 2016; RIVAS; MAGADÁN, 2012; MORENO; VILLARREAL, 2017).

Nessa síntese, o autor da legislação enfatiza que apesar da lei ter seu lado político, ela visa à participação da sociedade, em que um município para ser considerada estância tem que:

[...] fazer o seu plano diretor, seu inventário turístico, ata da reunião do conselho municipal de turismo, tem que conseguir completar toda uma documentação, aí sim, que ele vai pedir para o deputado, porque o projeto de lei Deputado precisa ver instruído com toda essa documentação que a lei exige. [...] a essência da lei é fazer os prefeitos se mobilizarem, fazerem a lição de casa, trazer a participação da sociedade civil (D1).

Nessa linha de pensamento, enfatiza-se que o plano diretor de turismo por meio do planejamento participativo é caminho que deve ser percorrido, elaborado e discutido

com a sociedade civil, consolidando os objetivos propostos para a concretização do turismo (BENI, 2012, 2019; BISSOLI, 2001; BOULLÓN, 2002; DIAS, 2012; GASTAL; MOESCH, 2007; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; MOLINA, 2005; RUSCHMANN, 2016; SOLHA, 2004).

Todavia, apesar da lei solicitar um plano diretor e enfatizar a participação da sociedade observa-se que muitas prefeituras ainda não conseguiram se estruturar no planejamento dos seus pleitos. Verifica-se que a maioria das gestões não sabe o que vão fazer com os valores do DREMU publicado no ano, não conseguem direcionar pleitos para uma continuidade de projetos turísticos, e ainda quando se tem mudança de gestão administrativa à falta de continuidade ou de visão torna-se mais latente. O participante E3 retrata que “eles não sabem nunca em nenhum ano o que eles vão querer. Se você perguntar o que vai fazer de turismo no ano, eles não sabem, escolhe o pleito em cima da hora. Precisa de uma conscientização de turismo!”.

A falta de uma conscientização turística é notória entre os pleitos elencados na pesquisa, constatando por meio dos dados que a maior parte das obras realizadas com os recursos do DADETUR está direcionada para execução de projetos de infraestrutura urbana. A fala do sujeito E5 retrata a falta de uma cultura turística.

[...] tem cidade aí que tem aquelas pedras na pavimentação antiga. Eles estão tirando para colocar bloquete, e quando você pergunta por que estão tirando as pedras e colocando bloquete, eles respondem que quando o caminhão passa balança a casa. Então em vez de eles preservarem aquilo eles estão tirando para colocar bloquete, e o pior é que o Estado está pagando eles tirarem (E5).

Lemos (1999) salienta que no mundo do turismo o mais difícil é mudar comportamentos, conscientizar e sensibilizar sobre que há muito para se fazer para o desenvolvimento do turismo. Essa afirmação é extremamente perceptível nas falas dos gestores técnicos que abordam a falta de pleitos com direcionamentos para o fomento do turismo, em que “existem situações de prefeituras que não fizeram nada com os recursos, nada de turístico e acha que a culpa é da gestão passada, mas ela tem 8 anos ou 4 anos para fazer e também não faz nada”, como relatado pelo sujeito E6.

Verifica-se que apesar de ser inovadora e direcionada para o fomento do turismo é necessário o aperfeiçoamento das gestões desses recursos. Juliano (2015) salienta que o resultado das políticas públicas de turismo nas estâncias deve estar associado ao conhecimento em relação às ações práticas do governo, na qualidade e na eficácia da gestão. Com as novas conceituações das políticas de turismo no estado é necessário que as prefeituras se estruturem para a consolidação dos requisitos elencados pela legislação nº 1.261, e se preparem com profissionalização para os novos critérios que devem vir embasada em desenvolvimento do crescimento turístico do estado. O sujeito P2 relata que “é preciso capacitar os funcionários de carreira e os COMTUR para o conhecimento das novas legislações do turismo no Estado”.

Vale destacar que essa política de estado aplicada no estado de São Paulo deve ser repensada na questão da relação do Estado com as prefeituras, ou seja, a gestão de ambas as partes deve ser mais bem analisada e dialogada para um crescimento real do fomento do turismo. A implementação da legislação nº 1.261/2015 deve vir seguida de uma profissionalização de gestão, na qual se verifica que o nível de entendimento de gestão para o fomento do turismo das prefeituras é muito desigual. A fala do E1 retrata que “tem bons administradores que conhecem bem a gestão para o turismo, e outros que imaginam coisas até ingênuas para dizer que aquilo vai gerar algum benefício para o turismo”.

Complementando o sujeito S4 salienta:

[...] a concepção da lei é muito boa, mas o abandono do elemento de gestão fase ao elemento político acaba fazendo com que haja um reconhecimento dos próprios prefeitos de hoje que não é bem isso. Isso se reflete na situação da secretaria aonde você vê claramente o quanto isso tirou o foco da secretaria, em que a Secretaria de Turismo do Estado se transformou em uma secretaria de obras. [...] eu não condeno os prefeitos, porque eu considero que isso é um caminho, é um aprimoramento de uma política, porque a política não surge perfeita.

A falta de uma sensibilização sobre a importância de pleitos focados para o desenvolvimento do turismo traz a notoriedade e o aprimoramento da aplicação da lei nº 1.261/2015 na definição dos critérios para a regulamentação do

ranqueamento descrito na legislação. O estudo salienta ainda a fala do S4 que afirma que primeiramente é importante definir “o que é, e o que não é indutor do turismo”, considerado na pesquisa de critérios que deverão fazer parte do ranqueamento das estâncias.

Para o autor da lei, a nova legislação embasada no ranqueamento foi feita para moralizar os municípios que apesar de serem consideradas estâncias não estavam fazendo nada pelo turismo. O participante D1 relata que a lei veio para “moralizar, preservar o programa e também fazer justiça, dar a César O que é de César”, pois na visão dele a política pública de turismo do Estado estava uma verdadeira banalização.

Considera-se que na estruturação dos conceitos para um ranqueamento das estâncias é importante primeiramente haver diálogo entre os municípios e o Governo Estadual, na perpetuação para a conjuntura de critérios profissionais, na qual a parte técnica fica evidente sobressaindo a questão política. O sujeito S2 expressa que para o ranqueamento é importante a participação de órgãos imparciais que possam repassar informações turísticas, “[...] tem que acontecer primeiro uma audiência pública. Você tem que tornar público esse debate tão importante para que se tenha efetivamente aplicação dos investimentos no turismo”.

Na preocupação da isenção da politicagem para um futuro ranqueamento, a pesquisa salienta que o rebaixamento deve ser muito bem pensado, pois apesar de contribuir para uma competição saudável as estâncias podem sofrer influências políticas. Apesar de a lei ser muito bem estruturada em proporcionar uma concorrência amigável entre os municípios, pode provocar um prejuízo imensurável para a cidade que perder o título de estâncias, prejudicando todo o andamento de um suposto fomento do turismo e o movimento da política no município. Enfatiza-se ainda que as ingerências e as perseguições políticas possam interferir no ranqueamento.

Essa análise da pesquisa na preocupação da política sobre as estâncias também pode ser vista nas falas dos sujeitos P1 e o P2, que abordaram que a competição

da lei entre os municípios é um erro, estimulando uma concorrência entre as cidades. Para o P1 o que poderia ser feito são as estâncias serem penalizadas, ou seja, ficarem sem receber o recurso financeiro do DADETUR por um ou dois anos, mas sem perderem o título de estância turística.

A pesquisa enfatiza mais uma vez a importância do diálogo entre as estâncias e a Secretaria Estadual de Turismo, na qual se observa que muitos prefeitos herdaram heranças políticas que precisam de certificação cronológica e administrativa para se organizar. Esse pensamento e preocupação também são vistos pelo sujeito P2 que relata que é importante conseguir denominar critérios de ranqueamento que possam ser dialogados, pois “minha demanda é diferente de outra cidade” e ainda complementa que “o que precisa é estimular os prefeitos, a saber, realizar os seus pleitos” embasados no fomento do turismo local e regional.

Solha (2004) enfatiza que nas políticas públicas de turismo é importante ter a necessidade da relação das esferas políticas, evidenciando que o melhor caminho para a construção de uma política pública de turismo está no saber dialogar no dicotômico governo e sociedade. Ressalta-se que apesar da legislação descrever as exigências para o ranqueamento, é necessário o diálogo da sociedade civil, dos gestores técnicos e dos gestores políticos para a elaboração dos critérios da regulamentação do ranqueamento, direcionados em mecanismos que atenda a capacidade dos municípios de grande e pequeno porte da atividade turística.

Nessa relação dicotômica do governo estadual e municipal, constata-se a falta de conhecimento das gestões municipais em relação à documentação demandada pelo DADETUR da Secretaria de Estado de Turismo em relação à elaboração dos pleitos turísticos e dos processos depois de conveniados. Verifica-se que muitos gestores não detêm o conhecimento do manual do DADETUR que deve ser seguido. Para tanto, é necessário que as prefeituras se profissionalizem na gestão de convênios, organizando a documentação necessária e extensa para a formalização de projetos que é composta por várias titulações e comprovações, que após a entrega dos documentos tem-se a análise técnica para aprovação e veracidade das informações apresentadas.

Enfatiza-se que o critério denominado como histórico de realização de pleitos deve ser considerado na elaboração do ranqueamento, em que a falta de continuidade e de entendimento do turismo por meio dos pleitos, demonstra a falta de seriedade com os recursos públicos. O E5 relata que “acontece muito devolução de dinheiro por falta de gestão da prefeitura, tá certo, porque existe uma regra a ser seguida, mas não se lê o manual, os prefeitos não conhecem o manual”. Essa falta de gestão dos convênios dos governos municipais perante os recursos oriundos do DADETUR é verbalizada por todos os gestores técnicos em vários momentos das entrevistas, conforme ilustra o Quadro 39.

Quadro 39 - Verbalização dos gestores técnicos sobre a falta da gestão dos convênios

Sujeitos	Verbalizações
E1	[...] em prefeitura que você pede cinco, seis, sete vezes e demora oito meses para vir o documento né, então isso contribui também para não ter êxito de dentro de um prazo razoável. [...] eu falo para você que nós temos convênio aqui de 2008 ainda que não foi fechado, nós estamos falando de 11 anos!
E2	[...] tem prefeituras que demoram a licitar e depois ainda muda objeto e acaba não realizando. Aí depois no outro ano ele pede dinheiro para fazer outra coisa, mas aí não realizou o anterior; [...] eu acho que aí já era um ponto para mim para ele perder o direito de conveniar outros projetos. [...] algumas prefeituras a gente até entende, que eles não têm equipe. Tem cidades pequenas que tem um profissional de engenheiro que faz licitação, obra e faz convênio e ele ainda atende a população, uma pessoa só.
E3	[...] o que falta é gestão, muitas vezes a prefeitura se perde muito, falta profissionais, pessoas para a gestão das obras. [...] nem sei te falar de alguma prefeitura que tem começo, meio e fim certinho, sem problema de obra, nem tenho para te citar.
E4	[...] o prefeito entra e era tudo obra do prefeito anterior e eles não fazem né, a gente tem que ficar cobrando, a gente tem que ficar em cima cobrando e chega uma hora que a gente tem que solicitar devolução, encerrar o convenio. É mais ou menos na pressão. [...] algumas cidades precisam contratar por fora, aí sim ela consegue fazer alguma coisa.
E5	[...] tem também muitos projetos ruins, sem continuidade e que fazem por fases e não conseguem concluir a fase um e aquilo vai ficando abandonado. [...] boa parte falta corpo técnico.
E6	[...] a gente vê que alguns prefeitos falam - ah, não era minha gestão! Mas não interessa, pois é o município que responde como estância.

Fonte: Elaborado pela autora.

No contexto da criação do critério sobre o histórico de pleitos e obras realizadas nas estâncias nos últimos anos, a fala de todos os sujeitos técnicos é explícita em relatar que é importante validar a capacidade de gestão dos municípios sobre os pleitos anteriores, saber o que o município já fez com os recursos do DADETUR. O E6 relata

que “uma das coisas que eu colocaria como um peso grande inclusive é o critério do histórico do que uma estância já fez ao longo dos anos”, validando a eficácia da gestão do município para continuar sendo uma estância de fomento do turismo. Aulicino (1994) salienta que o fomento do turismo por meio de gestões positivas repercute nas estâncias, gerando melhores condições para o crescimento do turismo.

Dentro do cenário político é importante entender que apesar da gestão ser efetivada por “João ou Paulo” na condução de prefeito, a política pública de turismo deve ser direcionada para o fomento do turismo no município, e não pela visão política de se querer fazer no mandato de quatro anos do atual prefeito. A pesquisa enfatiza a afirmação do E6, de que é “importante ter como critério de ranqueamento o histórico do município no DADETUR”, enfatizando a importância da gestão dos recursos que foram disponibilizados para o fomento do turismo nos últimos anos, na qual o turismo além de movimentar economicamente divisas positivas, gera emprego e atua diretamente na localidade, fundamentando a importância do conhecimento da atividade turística para uma localidade (RABAY, 2003).

Vale salientar que não cabe somente a melhoria da gestão por parte dos municípios, havendo a necessidade da profissionalização e da seriedade por parte da Secretaria de Turismo do Estado, em que com as mudanças de secretários estaduais e diretores do DADETUR tem-se também toda uma paralisação de processo e mudanças de equipes que atrapalham o andamento dos convênios, como nas respostas de retorno de documentos e assinaturas de convênios aos municípios, entre outras demandas. Verifica-se que no andamento da pesquisa de 2017 a 2019 a Secretaria de Turismo do estado de São Paulo passou por 4 secretários estaduais, ocasionando muita mudança de equipe e de comportamento de gestão do turismo do Estado.

Outro critério importante e destacado na análise dos resultados foram à necessidade da realização de serviços de promoção e de capacitação no destino, como afirma E5 em que “acho que o atendimento deve ser um diferencial, não sei como colocar isso em critério, mas ninguém volta para um lugar que é mal atendido [...]”. O sujeito S2

ainda complementa que “os cursos de capacitação são muito importantes, assim como a divulgação e promoção do turismo”, caracterizando a hospitalidade e a divulgação como um diferencial que devem ser analisados para a regulamentação dos critérios de ranqueamento.

Apesar de a nova legislação relatar sobre a efetivação de desenvolvimento de programas de serviços, a Secretaria de Turismo Estadual ainda não efetivou a aceitação de serviços pela falta de uma regulamentação sobre o real entendimento da palavra serviços e suas aplicações nos pleitos para a futura prestação de contas que deve ser alicerçada em parâmetros igualitários. Todavia, o estudo descreve que os serviços podem ser efetuados como um critério de contrapartida obrigatória pelas próprias prefeituras consideradas estâncias.

Nessa linha de atuação de ranqueamento, torna-se evidente que a maior preocupação evidenciada na pesquisa é sobre a atuação justa dos critérios para a regulamentação da legislação. Apesar da nova lei de 2015 ilustrar condições técnicas como: a necessidade de um plano diretor de turismo atualizado e revisado, a participação do COMTUR por meio da veracidade das atas, a apresentação de um inventário turístico, a preocupação clara da pesquisa constatada nos dados é sobre a atuação política na elaboração e na efetivação da regulamentação. Secchi (2010) salienta que se o ambiente das políticas públicas de turismo reflete interesses políticos, a política pública de turismo ideal torna-se uma utopia.

Corroborando com Secchi (2010), o sujeito S4 frisa que:

[...] não é surpreendente que no Brasil as coisas desentendem, é uma tendência nossa, uma espécie de antropofagia da lógica das coisas em políticas públicas. Então você acaba fazendo outra coisa da coisa, a coisa era para ser uma coisa, e acaba sendo outra coisa.

Nessa atuação é importante trabalhos em equipe, concepção de políticas públicas integradas, o que não é fácil, pois desenvolvimento turístico não é fácil. Desenvolvimento turístico é consciência, é transformação profunda de mostrar que é bom para que todos possam fazer. É importante revelar às pessoas as coisas para que elas possam compreender e começar a atuar na direção que dá mais resultado

em desenvolvimento, e conseqüentemente no turismo. A mudança de comportamento para o turismo deve ser da própria gestão do prefeito, conforme observado na fala do E4 de que “o chefe é o chefe! Ele é a cabeça, é ele que dá as diretrizes, então quando ele quer, ele consegue. Também quando ele não quer fica na mesma ou até pior”.

Destarte, dentro da categoria de ranqueamento atreladas às subcategorias discutidas para a análise dos critérios da nova legislação nº 1.261/2015, o Quadro 40 ilustra os pontos fortes e fracos evidenciados pela visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos.

Quadro 40 - Pontos fortes e fracos dos entrevistados na categoria – ranqueamento

	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestores políticos	<ul style="list-style-type: none"> - Podem fazer a aplicabilidade da lei regulamentando os critérios visando o fomento do turismo. - São os responsáveis pela estruturação da regulamentação do ranqueamento - Compreendem o movimento do turismo no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Poder de atuação mais política do que técnico. - Ingerências políticas podem atrapalhar a fundamentação da lei. - Falta de capacidade de gestão atrelada aos convênios do turismo
Gestores técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios de pontuação sobre o histórico de obras do DADETUR das prefeituras e das gestões atuais. - Poder de diálogo e capacitação de execução de convênios com os gestores 	<ul style="list-style-type: none"> - Devido ao grande conhecimento técnico das gestões das estâncias, é importante o ponderamento no momento do repasse da situação real das prefeituras, elencando as situações municipais e do Estado na composição da execução das obras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentro da análise da categoria de ranqueamento, a pesquisa aborda a conceituação de Cruz (2016) que é necessário investir em conscientização e sensibilização política para termos mudanças significativa nas políticas públicas de turismo, pois a transformação de uma política pública de turismo depende da cultura política de um país. Assim, acreditar na aplicação da regulamentação das legislações políticas no Brasil é um ato heroico, e o que se pode é apenas acreditar e confiar.

Diante dos resultados apresentados, analisados e discutidos, o próximo capítulo traz a proposição de critérios proposto na pesquisa para a regulamentação do ranqueamento das estâncias da política pública de turismo do Estado.

6 PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DO RANQUEAMENTO

O presente capítulo foi elaborado para atender ao objetivo geral da tese de propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, para validar o ranqueamento das estâncias e dos municípios de interesse turístico, pautado no desenvolvimento do turismo. O modelo tem como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018.

Os critérios foram elaborados através da análise de discussão das categorias elencadas na pesquisa, resultantes dos métodos de pesquisa realizados no estudo, na qual:

- A pesquisa documental possibilitou o conhecimento dos conceitos dos termos técnicos do tema, as trajetórias históricas e as legislações das políticas públicas de turismo no Brasil e no estado de São Paulo, os dados do sistema integrado de convênios (SIC) da Secretaria de Turismo do Estado, além da constatação da falta de pesquisas sobre o assunto abordado por meio do método bibliométrico;
- As entrevistas semiestruturadas proporcionaram a constatação dos fatos dos dados encontrados no estudo, além do conhecimento dos gestores técnicos e políticos que atuam ou atuaram nas políticas públicas de turismo no estado de São Paulo em relação as estâncias turísticas;
- Observação do pesquisador que além da atuação profissional como turismóloga e gestora política em estâncias turísticas, soube ouvir, ser disciplinada, realizar anotações e atentar-se aos detalhes no decorrer do estudo.

O resultado culminou na identificação de critérios validados por meio da triangulação dos métodos de pesquisa. Ressalta-se que o modelo de critérios está apresentado como forma de sugestão e devem ser dialogados entre os técnicos e os gestores da Secretaria de Turismo do Estado, e os gestores e técnicos das estâncias turísticas e os dos municípios de interesse turísticos. Wilson (1963) salienta que a elaboração

de um modelo crítico é embasada em conceitos por meio de uma composição produzida por um fenômeno. Swartz-Barcott e Kim (2000) descrevem que a análise para produção de um conceito deve ser composta pela teoria através revisão bibliográfica e pelo estudo de campo, constituídos pelas técnicas de pesquisa como a observação, entrevistas, entre outros. Os autores ainda apontam que os dados resultantes de um estudo formam uma definição do conceito ou um modelo proposto, como também pode apresentar falhas contribuindo para futuras pesquisas.

A tese apresenta os critérios para o ranqueamento embasado na legislação nº 16.283/2016 que dispõe sobre a destinação dos recursos financeiros do DADETUR para o desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos; e nos requisitos da lei nº 1.261/2015, que para ser uma estância deve ter um destino consolidado; possuir atrativos turísticos naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação turística; dispor de equipamentos e serviços turísticos; dispor de infraestrutura de apoio turístico e infraestrutura básica; e, ter um plano diretor de turismo atuante (SÃO PAULO, 2015a; SÃO PAULO, 2016).

A legislação relata que cabe a Secretaria de Turismo do Estado elaborar o regulamento do ranqueamento das estâncias e dos MIT, escalonada de acordo com uma matriz de avaliação que deverá ser proposta e publicada para efeito de classificação. A lei ainda esclarece que as estâncias devem se atentar aos critérios relacionados a fluxo turísticos, atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos. Este serão os parâmetros de pontuação adotados, realçando que as 3 estâncias que menor pontuarem no ranqueamento perderão o título de estância, passando para a classificação de MIT que conseqüentemente receberá recursos financeiros menores (SÃO PAULO, 2015a).

A pesquisa não tem a pretensão de criar um modelo ou uma matriz de avaliação de política pública de gestão de turismo no Estado. O estudo propõe um modelo de critérios fundamentados nos resultados do estudo, assegurando a regulamentação imparcial do ranqueamento proposto pela nova legislação de turismo no estado de São Paulo. O modelo de critérios da tese é pautado no conceito de Yin (2016), que

aborda que a lógica das considerações de um estudo é embasada na interpretação e nos resultados dos dados de análise da pesquisa.

Como contribuição, ressalta-se que nos estudos acadêmicos de doutoramento encontram-se alguns trabalhos que abordam temas relativos à matriz de avaliações de políticas públicas de turismo que em conjuntos com os critérios da presente tese podem embasar uma matriz de avaliação das estâncias paulistas. Dentre os trabalhos destaca-se a tese de Almeida (2006), que apresenta uma matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras, categorizando a avaliação em dimensões, categorias de análise, indicadores e critérios de análise.

Na dimensão da análise de Almeida (2006) são considerados os atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio turísticos, normativo institucional e planejamento turístico participativo. A avaliação de Almeida (2006) apresenta uma matriz seguida de uma pontuação preestabelecida pelo autor, que caracteriza na somatória de uma pontuação maior de uma cidade comparada com outra localidade receptora.

Apesar da matriz de avaliação de Almeida (2006) ser bem estruturada e conceituada, é importante ressaltar que na tentativa de uma classificação de pontuação escalonada para as estâncias, considera-se que os atrativos possuem demandas diferenciadas, atrativos localizados, capacidade de carga, número populacional, que numa pontuação global pode-se tornar errôneo pela conformidade do método, ou seja, pela semelhança de pontuação em localidades que não são nada semelhantes, apesar de apresentar atrativos turísticos com conceitos semelhantes.

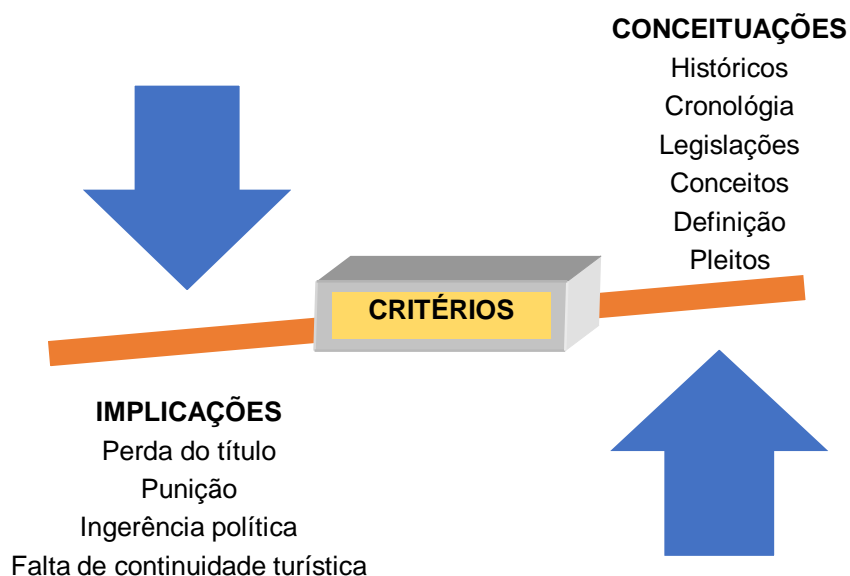
Outra tese elencada para uma matriz de pontuação no ranqueamento das estâncias pode ser vista na pesquisa de doutoramento de Souza (2010), que traz um modelo de ordenação territorial, embasado no desenvolvimento regional do turismo. Revela-se a importância das estâncias na contextualização do desenvolvimento regional pautado no Plano Nacional de Turismo do Ministério do Turismo do Governo Federal. O modelo de ordenação territorial pode ser realizado como uma segunda

etapa para o ranqueamento, ou seja, após a conjuntura do modelo de critérios da presente tese.

Enfatiza-se que é importante refletir com cautela quais devem ser os parâmetros para a efetivação da política pública de turismo do estado de São Paulo, pois há estâncias que recebem recursos há anos do DADETUR para o fomento do turismo podendo se desestruturar politicamente. Corroborando Fino; Querioz (2012) e Rraimundoet *al.* (2010) salientam que se torna indispensável compreender a supervisão dos investimentos que estão sendo destinados para as estâncias, na compreensão e na justificativa da legislação para o fomento do turismo.

Nessa linha de pensamento, a tese apresenta um modelo de critérios em ordem sequencial, elencadas como parâmetros de reflexão que devem ser adotados na conjuntura da regulamentação da legislação do ranqueamento para as estâncias, preestabelecidos pelos requisitos de fluxo turísticos, atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos apontados na legislação. Os critérios apresentados são embasados nos resultados conceituais e na análise dos dados da pesquisa. Revela-se que a maior parte dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR está direcionada para obras de infraestrutura básica urbana. Ainda assim, a falta de gestão do tema turismo nas estâncias paulistas e no Governo Estadual é um paradigma a ser considerado. A Figura 28 ilustra o caminho percorrido para elaboração dos critérios na pesquisa.

Figura 28 - Conceituações e implicações na definição do modelo de critérios



Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que para a elaboração dos critérios foram analisados os fatores conceituais na sustentação das definições técnicas, embasados na ordem histórica das legislações do Estado, nos conceitos e definições dos termos abordados na pesquisa e no estudo dos pleitos realizados nos anos de 2105 a 2018. Ainda assim, levantou-se as possíveis implicações políticas do ranqueamento da legislação para os governos municipais, como a perda da titulação e as ingerências políticas.

No decorrer do estudo, a Secretaria de Turismo do Estado publicou na data de 15/08/2019, uma notificação de que os novos pleitos apresentados ao COC deverão atender 6 requisitos para análise dos conselheiros, na qual os pleitos deverão: - demonstrar capacidade para manter, incrementar ou requalificar o fluxo turístico; - estar diretamente associado a um atrativo turístico do município; - ser importante vetor na estratégia de desenvolvimento econômico e social para o município; - apresentar consistência entre os objetivos do projeto e as possibilidades de estruturação do destino; - ser aderente às práticas preconizadas nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS); e, - contribuir para o processo de desenvolvimento regional (SÃO PAULO, 2019).

Apesar de ser uma iniciativa honrosa da Secretaria do Estado de Turismo preconizar o desenvolvimento sustentável econômico, social e o turismo regional na formatação dos novos pleitos turísticos, a pesquisa enfatiza que deve haver um diálogo e uma capacitação dos gestores e dos COMTUR perante os novos requisitos publicados. Ainda que os pressupostos sejam de grande valia para o direcionamento dos futuros pleitos, os resultados das entrevistas e dos dados da pesquisa relevam pleitos despreparados para o entendimento conceitual do turismo nos municípios, enfatizando a necessidade do preparo conceitual para os novos requisitos publicados pelo Governo Estadual de Turismo para os gestores públicos.

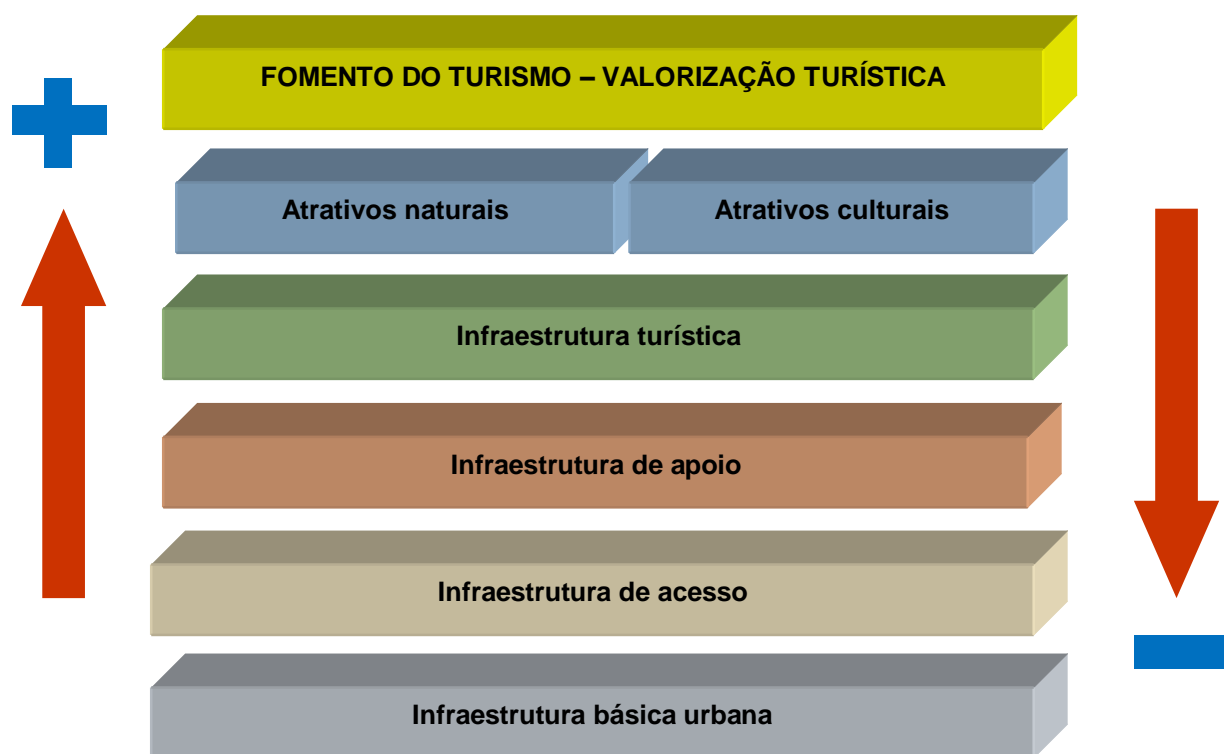
A construção do modelo dos critérios para a regulamentação do ranqueamento é fundamentada na importância do diálogo e no planejamento participativo da matriz de avaliação. A composição do modelo é embasada nos conceitos de Leiper (1979, 1990), Beni (2001) e Boullón (2002) de sistema turístico, em que é necessário compreender o planejamento para que o destino tenha relações e inter-relações que se integram na formação do conhecimento do turismo, atribuídos de elementos ambientais, estruturais e operacionais, enfatizando o diálogo no planejamento participativo.

Todavia, fundamentado pela legislação estadual de turismo para as estâncias na realização de obras para o fomento do turismo, a pesquisa baseia-se nos autores Barreto (2001), Brasil (2011), Lohmann; Panosso Netto (2008) e Souza (2010) na definição de conceitos de infraestrutura para o turismo, ressaltando a consolidação de obras focadas aos atrativos turísticos (revitalização de monumentos, construção de equipamentos artificiais, entre outros), que tem o papel principal de atrair pessoas para as localidades turísticas. Ainda assim, um município para ser turístico precisa além de oferecer atrativos turísticos, apresentar uma combinação de equipamentos, serviços e bens determinados e organizados para serem utilizados pelos turistas e os autóctones (BENI, 2019; BOULLON, 2002; COOPER *et al.*, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; RUSCHUMANN, 2016; SOUZA, 2010; VALLS, 2006).

A pesquisa considera que os pleitos devem seguir o modelo de critérios apresentado na tese como pleitos escalonados, que direcionam o fomento do turismo na

concepção verdadeira de uma estância turística. Baseado na definição de que uma estância tem que oferecer atrativos que define e distingue um lugar turístico, os pleitos de indução a valorização aos atrativos naturais e culturais são considerados estratégicos para o fomento do turismo. Conseqüentemente, têm-se os pleitos direcionados para obras denominadas de infraestrutura turística, infraestrutura de apoio, infraestrutura de acesso e a de infraestrutura básica urbana. O modelo escalonado de categorias de pleitos indutores é enfatizado em relação à maior aproximação dos pleitos conceituados para uma valorização turística, conforme ilustra a Figura 29.

Figura 29 - Modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo



Fonte: Elaborado pela autora.

Considera-se que a legislação de incentivos financeiros disponibilizados para as estâncias turísticas no estado de São Paulo por meio do DADETUR é voltada para programas de infraestrutura com o objetivo de fomentar o turismo do Estado. Nesse prisma, o modelo escalonado de categorias salienta que os pleitos devem estar direcionados para projetos que contemplam o fomento do turismo, ilustrado pelo modelo de valorização de ordem escalonada prioritária para o turismo. Assim,

quanto maior a indução do pleito ao turismo, maior a valorização turística e o desempenho da estância no fomento do turismo, assegurando positividade para uma futura matriz de avaliação ou pontuação.

A definição das categorias de pleitos indutores ao turismo foi definida no percurso da pesquisa na análise de discussões dos resultados dos dados da tese. Na premissa de definir pleitos indutores ao turismo a pesquisa considera que quanto maior a valorização do pleito destinado ao turismo, maior será a capacidade de indução de crescimento da atividade. Para tanto, alicerçado nos autores elencados no estudo, tem-se a definição das categorias de valorização conceituadas como:

- ✓ Atrativos naturais – Pleitos direcionados para valorização de atrativos naturais como monumento e revitalização, considerados geomorfológicos (litoral, correntes, relevo), biogeográficos (agrupamentos vegetais e/ou agrupamentos animais) e os mistos. São classificados de bosques, orlas, rios, lagos, cachoeiras, represas, balneários, vulcões;
- ✓ Atrativos culturais: Monumento, revitalização, revitalização de patrimônio edificado para outra função. Podem ser classificados como históricos, contemporâneos, comerciais e não comerciais, sendo caracterizados pelos patrimônios tombados, centros culturais, galerias, museus, obras de valor cultural local, arquitetura religiosa, arquitetura militar, exposições, festivais, planetários, parques temáticos;
- ✓ Infraestrutura turística - Estrutura que foram motivadas pelo interesse do turismo (turista). Classificadas como hotéis, agências, trens turísticos, posto de informações turísticas, sinalização turística padronizada;
- ✓ Infraestrutura de apoio- Estrutura fundamental para um município e de grande utilidade do turista, sendo indispensável para o turismo (autóctone + turista). São os postos de gasolina, farmácias, hospitais, bancos, loja de souvenirs, mercados, restaurantes, parque de exposição, centro de eventos, portais de entrada, equipamentos desportivos;
- ✓ Infraestrutura de acesso- Estruturas fundamentais para a ligação de acesso do local de residência ao destino turístico. Indispensável para o autóctone e utilizada pelos turistas. São as estradas, viadutos, portos, aeroportos, metrô, trens, rodoviárias; e,

- ✓ Infraestrutura básica urbana - Estruturas fundamentais para o autóctone, que apesar de serem considerados básicos, são fundamentais para o desenvolvimento do turismo em uma localidade. São classificados como obras de saneamento, ruas, sarjetas, pavimentação, revitalização e urbanização de ruas, pontos de ônibus, praças públicas, mobiliário urbano.

Apesar de o modelo escalonado de pleitos indutores do turismo enfatizar o direcionamento para obras voltadas para compor (ex: centro de informações turísticas, sinalização turística), manter (restauração de patrimônio histórico, revitalização de praças), e ou construir atrativos turísticos (centros desportivos, eventos), a pesquisa salienta que diante da análise das discussões dos resultados é importante apresentar requisitos que possam em conjunto com o modelo de pleitos indutores assegurarem a efetividade ao fomento do turismo no município, na visão de crescimento e desenvolvimento não só local, mas também de desenvolvimento regional da atividade turística.

Nessa síntese, o estudo apresenta requisitos que devem ser seguidos para um debate de uma futura avaliação de pontuação das estâncias e dos municípios de interesse turístico. Ressalta-se a importância de audiências públicas por meio do diálogo e da participação de todos os setores envolvidos, para que possam conseguir validar o melhor método possível de avaliação de pontuação para hierarquização do ranqueamento. O Quadro 41 ilustra um conjunto de requisitos que podem ser pontuados para a futura regulamentação do ranqueamento da lei nº 1.261 de 29 de abril de 2015.

Quadro 41 - Requisitos para a regulamentação do ranqueamento das estâncias

Requisito	Sistematização	Observação
Avaliação dos pleitos	É importante que os pleitos sejam direcionados com maior valor conceitual ou pontuação aos atrativos turísticos, contribuindo com maior eficácia e eficiência para o fomento do turismo.	Cabe a Secretaria de Turismo do Estado regulamentar o modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo apresentado na presente tese. Enfatiza-se que a avaliação das categorias dos pleitos deve ser realizada por uma equipe técnica profissional subordinada ao COC e a Secretaria de Turismo Estadual.
Participação no turismo regional	É importante que as cidades estâncias estejam engajadas no desenvolvimento regional, inseridas no Mapa Brasileiro do Turismo do Ministério do Turismo.	As ações de participação no turismo regional devem ter resolutividade que possam ser expressas e visualizadas para uma matriz de validação. Este critério deve ser formatado em uma política pública estadual, incentivando que os municípios estâncias trabalhem em conjunto, contribuindo para uma maior permanência do turista no Estado auxiliando na distribuição de divisas.
Pleito regional	Salienta-se que as estâncias limítrofes devem apresentar pleitos fundamentados no desenvolvimento regional.	Considera-se que estâncias possam apresentar pleitos de importância regional ou padronizados regionalmente no intervalo de pelo menos 5 anos. Este critério deve ser formatado em uma política pública estadual, incentivando que os Municípios estâncias trabalhem em conjunto.
Incentivos e investimentos turísticos	Ressalta-se a capacidade de investimento e incentivos das estâncias para o fomento do turismo por meio de iniciativas privadas, parcerias, legislações municipais, entre outros.	As estâncias não podem ficar focadas somente aos recursos do DADETUR, devem apresentar capacidade de investimento baseado na estruturação do turismo, como também leis municipais de incentivo a atividade. Este requisito pode fazer parte de uma política pública que seja fundamentado pelo COMTUR, por meio de um documento municipal, onde conste da responsabilidade, envolvimento, engajamento, e disponibilidade de contrapartida dos empreendedores locais e ONGs constituídas (Associação de artesãos por exemplo), que se comprometam na contrapartida do investimento do setor público.
Pontuação no último ano de mandato	As análises de pontuação (hierarquização) das estâncias devem coincidir com o último ano do mandato do prefeito, culminando no poder de gestão da administração em relação ao turismo.	A penalidade de avaliação de pontuação deve ser direcionada no mandato do prefeito e decretada no mês de julho, antecipando-se às eleições municipais. A divulgação deve ser realizada em diário oficial do Estado, tendo o Município a possibilidade de justificar tal fato ocorrido que fez com que o mesmo não alcançou os objetivos perante as atividades propostas, sendo julgado pelo Conselho Estadual de Turismo, podendo este Município elaborar um plano com metas a serem cumpridas para sanar o que não foi realizado garantindo a permanência na categoria dos municípios de interesse turístico.

Capacitação turística	A Secretaria de Turismo do Estado deve oferecer capacitação técnica de hospitalidade focada ao aprimoramento dos serviços turísticos, como também as estâncias devem oferecer cursos de capacitação para o <i>trade</i> turístico.	Os cursos devem ser obrigatórios e multiplicadores para o <i>trade</i> turístico das estâncias. As não participações por parte dos empreendedores nos cursos de qualificação farão com que o mesmo não seja divulgado como uma oferta turística, podendo perder seu alvará de licença por meio de política pública municipal obrigatória.
Gestão de convênios	A Secretaria de Turismo do Estado deve oferecer capacitação de gestão do manual de convênios do DADETUR a cada dois anos para as estâncias e os MIT.	Os cursos de capacitação devem ser realizados para os prefeitos, presidentes da câmara de vereadores, secretários municipais de turismo, gestores técnicos de convênios das prefeituras, membros do COMTUR e membros responsáveis por validação e acompanhamento dos convênios do Estado como requisito obrigatório do ranqueamento.
Programa de Turismo educacional	Os municípios devem apresentar programa de educação turística para efeito de sensibilização e conscientização do turismo.	É importante que o programa de educação turística esteja inserido no sistema da legislação Estadual. Enfatiza-se que as crianças são multiplicadoras de conhecimento, sendo indispensável no percurso de uma conscientização turística um programa de educação turística nas estâncias.
Marketing turístico	É necessário que as estâncias realizem estratégias de <i>marketing</i> com promoção de divulgação embasada no crescimento da marca do turismo no Estado, além da difusão da publicidade dos atrativos.	Destacam-se as ações de <i>marketing</i> e promoção devem ser contrapartida obrigatória das estâncias. Levar em consideração para a produção do material os empreendimentos e ONGs constituídas que farão parte do mesmo, sendo necessário participar da capacitação turística.
Pesquisa de satisfação dos pleitos	Destaca-se que a satisfação do gerenciamento da gestão dos recursos do DADETUR é indispensável perante a população, validando a frase de que o turismo só será bom para o turista quando primeiramente for bom para a comunidade.	Ter dados sobre a satisfação do turismo perante o autóctone torna evidente a contemplação da realização positiva dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR nas estâncias. Ressalta-se que a falta de dados sobre a atividade turística, principalmente perante o autóctone, pode interferir em processos de decisão, fundamental para a sustentabilidade e respeito em relação às relações interpessoais, intrínseca da atividade turística que causa impactos diretos em relação aos aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais.
Conhecimento do turismo	É necessário que as estâncias participem de congressos, fórum, debates de capacitação ao conhecimento do turismo.	É importante que os gestores técnicos e políticos adquiram conhecimento conceitual de gestão turística fomentando uma profissionalização dos gestores públicos no Estado. Participar de eventos direcionados para a área de conhecimentos técnico, científico, possibilita o contato direto com o que está sendo realizado em âmbito Regional, Estadual, Nacional e Internacional na atividade turística. A troca de conhecimento, informações e principalmente de estudos de caso, proporciona uma oxigenação para os responsáveis pelo planejamento, qualificação

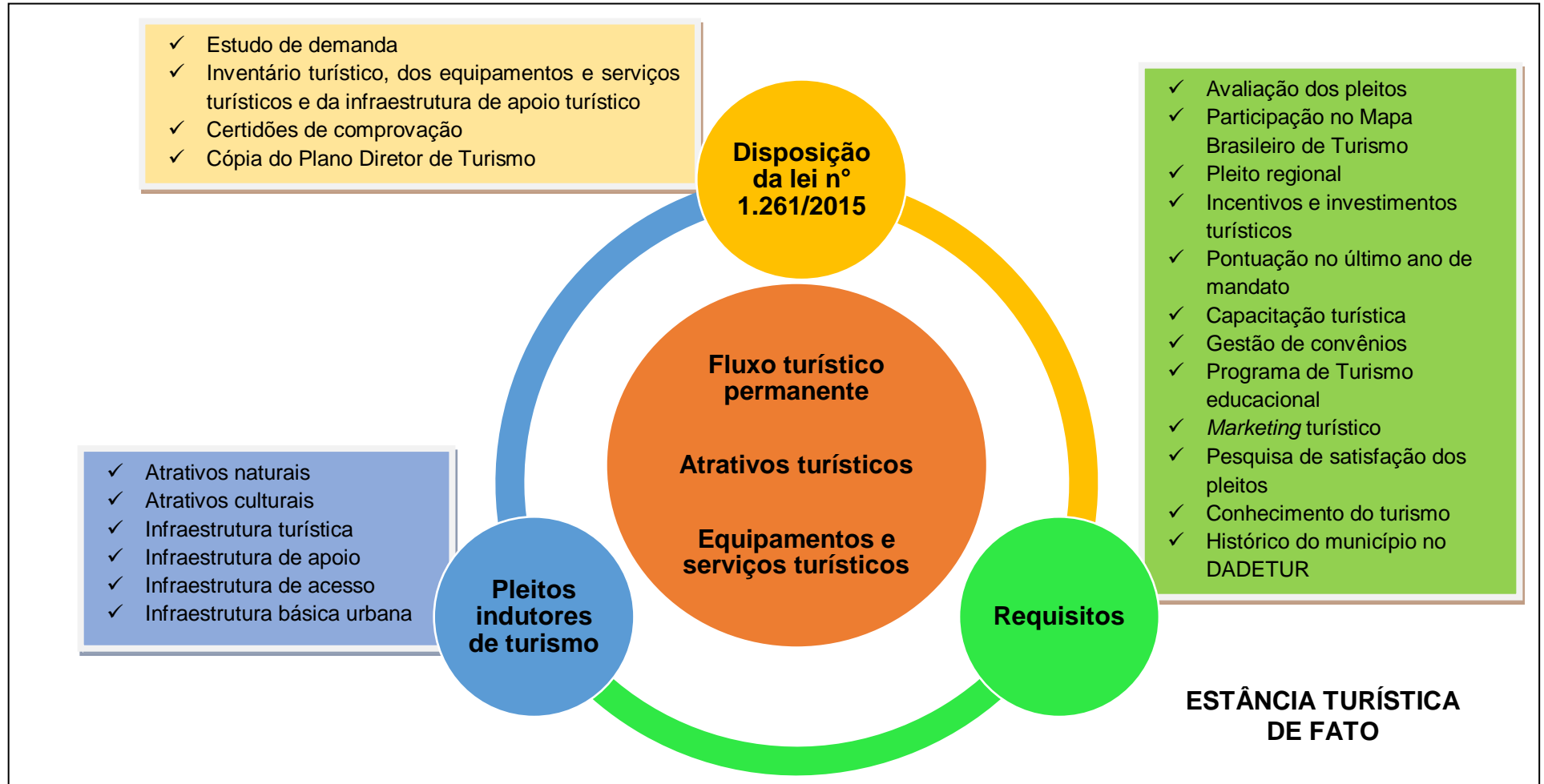
		de mão de obra, e pessoas envolvidas nos trâmites legais de políticas públicas relacionadas à todas as práticas de convênios, entre outras, relacionados direta e indiretamente a atividade turística.
Histórico do município no DADETUR	Considera-se levantar como pontuação o histórico de obras e de execução dos pleitos realizados pelas estâncias.	É importante o conhecimento da gestão dos projetos realizados com os recursos do DADETUR para um poder de decisão e comprometimento perante o fomento do turismo no Estado nos últimos 8 anos das estâncias. Dados estatísticos sempre auxiliam na verificação dos novos pleitos, sendo o escopo fundamental para futuras articulações, correção de erros realizados, avaliação e validação de novos projetos e ações.
Pesquisa de demanda	Deve conter dados sobre o fluxo de pessoas, caracterização do perfil, permanência média, comportamento de informação de compra de viagem, motivação, preferência, sazonalidade, meio de transporte, gasto médio, serviços preferidos, canais de informação, falhas encontradas, recomendações, nível de expectativa, entre outros.	Apesar de a legislação pontuar a necessidade do fluxo turístico por especialistas, é necessário a formatação para que os resultados possam ser analisados na competitividade de avaliação. É importante que o Estado padronize os dados do fluxo de demanda e que tenham a conferência desses dados por meio de análise amostral por profissionais e empresas capacitadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Salienta-se que a realização do conjunto dos requisitos elencados na pesquisa e o modelo de categoria de pleitos indutores do turismo, possam sugerir um caminho para a futura regulamentação do ranqueamento das estâncias, embasada por uma matriz escalonada de avaliação e pontuação descrita na legislação. Enfatiza-se que apesar do estudo apresentar os requisitos necessários, é importante muita cautela na elaboração da matriz de avaliação, na qual apesar das 70 estâncias elencadas no Estado oferecerem atrativos, muitas ainda caminham a passos lentos, que apesar da morosidade encontram-se embasadas no fomento do turismo e na legislação vigente.

Para melhor compreensão do modelo proposto de ranqueamento de hierarquização para as estâncias turísticas no Estado de São Paulo, a pesquisa apresenta um modelo baseado nos autores conceituais da área de turismo e nos dados resultantes da pesquisa, conforme ilustra a Figura 30.

Figura 30 - Modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo do princípio disposto na legislação nº 1.262/2015, de que os critérios serão embasados no fluxo turístico permanente, nos atrativos turísticos e nos equipamentos e serviços turísticos, o modelo de critérios da tese propõe a unificação de todos componentes que contribuem para a elaboração de avaliação de pontuação de hierarquização para um ranqueamento das estâncias turísticas. Assim, a proposta é que a estância que apresentar mais critérios seja mais bem pontuada na avaliação final, caracterizando a sua permanência na categoria de estância da legislação do Estado.

A somatória de avaliação poderá ser composta por uma matriz de avaliação e de pontuação para uma hierarquização das estâncias, compreendendo os critérios de:

- Disposição da lei n° 1.262/2015: que enfatiza:
 - Estudo de demanda turística existente nos dois anos anteriores a apresentação dos dados;
 - Inventário turísticos dos atrativos dos municípios;
 - Inventário do equipamentos e serviços turísticos;
 - Inventário da infraestrutura de apoio turístico;
 - Certidões emitidas que comprovem água potável sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos
 - Cópia do plano diretor de turismo com ata das últimas seis reuniões do COMTUR
- Pleitos indutores de turismo: que caracteriza pleitos direcionados a base escalonada de:
 - Atrativos naturais
 - Atrativos culturais
 - Infraestrutura turística
 - Infraestrutura de apoio
 - Infraestrutura de acesso
 - Infraestrutura básica urbana
- Conjunto de requisitos: que enfatiza a necessidade de:
 - Avaliação dos pleitos
 - Participação no turismo regional
 - Pleito regional

- Incentivos e investimentos turísticos
- Pontuação no último ano de mandato
- Capacitação turística
- Gestão de convênios
- Programa de Turismo educacional
- *Marketing* turístico
- Pesquisa de satisfação dos pleitos
- Conhecimento do turismo
- Histórico do município no DADETUR

Considera-se que a estância que conseguir compor os melhores atributos do modelo estará não só garantindo a sua permanência na categoria das estâncias, mas também estará conseguindo melhor fomentado o turismo na concepção de uma análise metodológica conceitual do termo turismo, pautado no desenvolvimento e crescimento da atividade.

Por fim, a partir da estruturação do estudo apresentado, a pesquisa conseguiu cumprir o propósito de propor um modelo de critérios para a regulamentação da lei nº 1.261 de 2015, com o objetivo de auxiliar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018 e nos resultados levantados.

Diante do exposto, após a apresentação do modelo escalonado de categorias de pleitos indutores do turismo, dos requisitos elencados, e, do modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas, o próximo capítulo apresenta as considerações finais do estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última seção, o propósito é apresentar as principais contribuições da tese para o conhecimento da política pública de turismo, evidenciadas por meio da política pública de turismo para os municípios estânciasno Estado de São Paulo, além mostrar as limitações econtribuiçõesda pesquisa.

A gestão do turismo implica em políticas públicas com participação humana, conscientização, formação de mão-de-obra especializada, investimentos, criação e melhoria permanente de atrativos, bens e serviços, enfim, políticas públicas de turismo que fortaleçam o crescimento e o fomento da atividade. Nesse prisma, ressalta-se a importância de estudos que expressam políticas públicas de turismo que tem como parâmetros incentivos financeiros para o crescimento da atividade.

Para tanto, o estado da arte realizada na tese por meio da técnica da revisão bibliográfica sistemática (RBS), no período de 2006 a 2018, com as palavras descritivas “turismo”, “políticas públicas” e “Brasil”, no portal de periódico da CAPES no banco de base *Scielo*, *Scopus*, e *Web of Science*, e nos artigos publicados nos eventos da ANPAD,identificou que o tema de política pública de turismo no Brasil é um assunto ainda incipiente. A carência de pesquisas que existe sobre esse tema no Brasil evidenciaa oportunidade de estudos para a aplicação e a produtividade do turismo no contexto governamental de políticas públicas de turismo.

Nessa linha de pensamento, o Estado de São Paulo apresenta uma legislação inovadora e diferenciada de política pública de turismo podendo serreferenciada como modelo para outros estados brasileiros. O Estado de São Paulo tem como incentivo do turismo uma política pública de estado e não de governo, que por meio da liberação de recursos financeiros os municípios decretados estâncias são beneficiados para o fomento do turismo com obras de infraestrutura que direcionam a atividade turística.

A legislação das estâncias paulistas apresenta-se em construção desde a Constituição do Estado em 1967, passando por alterações, revisões, melhorias até a contemplação do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR); o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR); a ativação do Conselho de Orientação e Controle (COC); entre outras alterações e ampliações.

A última promulgação da legislação dessa política pública de turismo do Estado foi datada em 2015, com a lei nº 1.261, e em 2016 com a lei nº 16.283, que traz para a realidade do turismo paulista uma competição saudável entre os municípios que apresentam atrativos turísticos. As legislações abordam condições e requisitos para a classificação dos 70 municípios decretados estâncias, além da inovação da nova categoria dos municípios de interesse turísticos (MIT), representados por 140 cidades que farão parte das receitas do FUMTUR do Estado.

Apesar de a legislação ser direcionada para o fomento do turismo, considera-se que muitas cidades estâncias ainda apresentam lacunas na efetivação do turismo pautado no crescimento da atividade. As gestões de muitas cidades estâncias estão mais preocupadas nos recursos advindo do DADETUR, no que na efetivação dos recursos para o direcionamento dos investimentos em obras focadas para o desenvolvimento do turismo.

Partindo desse contexto, a seguinte questão norteou o processo de desenvolvimento da pesquisa: - diante da regulamentação dos pleitos futuros, como gerenciar as políticas públicas de turismo provenientes do DADETUR para o desenvolvimento do turismo perante a nova lei nº 1.2161/2015?

Para responder a questão norteadora da pesquisa, e os pressupostos de que os projetos realizados com os recursos do DADETUR não estão tendo destinação em obras voltadas à área turística, e a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do interior paulista, a tese teve como objetivo geral propor um modelo de critérios para a regulamentação da nova lei nº 1.261 de 2015, com o

objetivo de validar o ranqueamento das estâncias e os municípios de interesse turístico pautado no desenvolvimento do turismo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do DADETUR no período de 2015 a 2018.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve como fio condutor o referencial teórico de turismo e de políticas públicas focado no planejamento turístico. Na análise conceitual de turismo o estudo foi pautado nas referências de: Barreto (2000), Beni (2001, 2016, 2019), Beni; Moesch (2017), Bolullón (2002), Brasil (2011), Cooper *et al.* (2001), Fuster (1991), Ignarra (2013), Jafari (2005), Leiper (1979, 1990), Lohmann; Panosso Netto (2008), OMT (2001, 2005); Panosso Nett (2009) e Souza (2010) na abordagem do turismo como vetor de desenvolvimento e crescimento, além da importância do turismo como sistema turístico na compreensão do todo.

Para a análise das políticas públicas focadas no turismo a tese teve como pesquisa os autores de políticas públicas Hill; Hupe (2010), Maggiolo; Perozo Maggiolo (2007), May; Jochim (2013), Pereira (2008), Rua (2014), Saravia (2006) e Subirats (1989). Dentro da análise de políticas públicas de turismo a pesquisa se embasou nos conceitos Beni (2012), Cruz (2016), Dwyer; Kim (2003); Goeldner *et al.* (2002), Rivas; Magadán (2012), Scótolo; Panosso Netto (2009), Solha (2004), Trentin (2014) e Yazigi (2003) que destacam a importância da produção de uma política pública de turismo com o objetivo de direcionar o melhor caminho a ser seguido para o crescimento da atividade.

Todavia, referenciado por Beni (2012, 2019), Bissoli (2001), Boullón (2002), Dias (2012), Gastal; Moesch (2007), Goeldner; Ritchie; McIntosh (2002), Molina (2005), Ruschmann (2016) e Solha (2004) o estudo considera que o percurso de uma política pública deve ser enfatizado pelo caminho do planejamento turístico, consolidando a realização dos objetivos propostos por meio da participação e do diálogo de todos os envolvidos do setor.

Após a fundamentação teórica, o estudo aprofundou-se nas pesquisas de resultados das políticas públicas de turismo no Brasil, abordando uma linha de análise

cronológica e as principais ações que influenciaram as políticas públicas de turismo no país, destacando como ações norteadoras do turismo a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR); a criação do Ministério do Turismo em 2003; os planos nacionais de turismo; e, o programa de regionalização do turismo elencado como os principais fatos regulatórios governamentais.

Assim, adotado o estudo qualitativo estruturado por uma postura paradigma interpretativista, na consolidação da realidade por meio da interpretação dos referenciais teóricos e dos resultados encontrados pautados na racionalidade e na subjetividade (MORGAN, 1996) a tese teve como universo e amostra as 70 estâncias turísticas do estado de São Paulo. Por meio dos instrumentos de triangulação de análise da coleta de dados e da técnica de análise de Bardin (2016), a pesquisa conseguiu responder aos objetivos do estudo, embasada na pesquisa documental, nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os 13 participantes selecionados, e a observação do pesquisador.

Em relação ao primeiro objetivo específico da pesquisa de **verificar as ações voltadas para as políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo**, constatou-se que o Estado de São Paulo é diferenciado em relação aos demais Estados brasileiros nas políticas públicas de turismo. O Estado apresenta ações legislativas que beneficia municípios que se destacam na formatação de recursos e atrativos turísticos, com destinação de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.

A pesquisa evidenciou as legislações de fomento ao turismo com destinação de recursos financeiros para as cidades decretadas estâncias, além de ilustrar as ações normativas datadas deste a Constituição do Estado em 1967, passando por aprimoramento e revisões constitucionais. Todavia, desde a criação da Secretaria de Turismo em 2011 as ações das políticas públicas de turismo para as estâncias vêm passando por modificações e melhorias para a funcionalidade da legislação. Dentre as ações levantadas no estudo destaca-se a obrigatoriedade do Plano Diretor de Turismo com revisões a cada três anos; a instituição de conselhos municipais de

turismo com ações deliberativas promovendo a articulação do diálogo e a participação da comunidade local; a participação do COC na análise dos pleitos apresentados à Secretaria de Turismo do Estado; a normativa nº 1.261/2015 que traz a discussão para o Estado de uma regulamentação de critérios para um futuro ranqueamento hierárquico entre as estâncias e os municípios de interesse turísticos; além da legislação nº 16.283/2016 que regulariza o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR).

Nesse contexto, está inserido o segundo e o terceiro objetivo da pesquisa de **averiguar os pleitos/obras procedentes dos recursos do DADETUR no período 2015 a 2018; e, elencar as obras finalizadas e não finalizadas com os recursos do DADETUR no período de 2015 a 2018.**

Para atingir o segundo e o terceiro objetivo, o estudo apresentou os resultados em categorias de análise. Após a organização dos pleitos resultantes em 569 projetos conveniados com o Estado, teve-se a categorização de análise denominada de obras finalizadas, obras em andamento e obras não iniciadas no período temporal de 2015 a 2018. Para melhor compreensão das categorias o estudo apresentou as subcategorias de análise denominadas de infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana, infraestrutura de apoio, infraestrutura turística, atrativo natural e atrativo cultural, conceituados nos referenciais considerados na pesquisa.

Dentre os resultados, os dados analisados e as conclusões das nuvens de palavras, a tese considera que os pleitos procedentes dos recursos do DADETUR não estão tendo destinação de fomento ao turismo, focados mais em obras de infraestrutura básica urbana do que em obras que realmente são responsáveis pela conceituação de atrair pessoas aos destinos turísticos, na perspectiva de compor, manter ou construir atrativos turísticos. A pesquisa observou que as obras de infraestrutura básica urbana foram realizadas por todas as estâncias no período da análise, possibilitando uma compreensão “imaginária” de pleitos indutores do turismo realizados no estado de São Paulo pelos gestores. Salienta-se que os pleitos realizados fazem parte da política pública de turismo do Estado, evidenciado uma

política pública voltada mais para infraestrutura urbana do que para obras de atratividade turística.

Dentre o período analisado, a maior parte dos pleitos encontrava-se na categoria de obras em andamento com 43%. Enfatiza-se ainda, que a maioria dos projetos dessa categoria de obras em andamento está em fase inicial de obras, com uma percentagem de 0,1% a 30% de execução, caracterizando 46% da totalidade de obras em execução. Os resultados ainda surpreendem quando ilustraram apenas 30% dos pleitos na categoria de obras finalizados, e 27% de pleitos na categoria de obras não iniciados. Ressalta-se que apesar dos pleitos categorizados como obras não estarem já conveniados com a Secretaria de Turismo do Estado ainda não iniciaram suas obras, revelando pleitos conveniados em 2015, 2016, 2017 e 2018. Considera-se uma morosidade de ação da política pública de turismo quando comparado com as diretrizes das legislações conceituais do Estado.

Os resultados são mais surpreendentes quando analisados nas subcategorias de análises. Os dados apontam que a maioria dos pleitos está direcionada nas subcategorias de obras de infraestrutura básica, de apoio e de acesso com 76,45% com execução de projetos que compreendem pavimentação urbana; recapeamento, revitalização e urbanização de avenidas; revitalização e reforma de praças; troca de sistema de iluminação; ampliação de iluminação de alamedas; reforma de calçadas; construção de sanitários; tratamento de água e esgoto; revitalização de equipamentos desportivos e lazer; construção e reformas de ciclovias; entre outros.

Todavia, os resultados das subcategorias que ilustram os pleitos focados no direcionamento da indução do turismo apresentaram somente 23,55%, com pleitos de obras de infraestrutura turística, atrativos naturais e atrativos culturais como revitalização do entorno de lago; reestruturação turística de orla; revitalização de parque ecológico; revitalização de parque natural municipal; recuperação de prédio cultural para construção de um museu ferroviário; restauro de palácio tombado; revitalização e recuperação de áreas de balneoterapia; reforma do palácio das águas; sinalização turística padrão; implantação de postos ou centros de informação destinada ao turista.

Nesse contexto, a presente pesquisa evidenciou que a maioria dos projetos realizados com os recursos do DADETUR não está tendo destinação em obras voltadas à área turística, confirmando o pressuposto adotado na tese. Para validação dos resultados encontrados, a tese teve como quarto objetivo específico **analisar a importância que os gestores públicos atribuem ao conhecimento do turismo.**

Para a verificação desse último objetivo, a pesquisa apresentou duas categorias de análise, a categoria de pleitos para o DADETUR, e a categoria de ranqueamento. Na análise dessas categorias evidenciaram-se os resultados das entrevistas realizadas com os 13 participantes selecionados no estudo. A tese considerou os participantes como gestores políticos e gestores técnicos pelo poder de atuação em relação ao tema da pesquisa.

Dentre os gestores técnicos e políticos observou-se que ambos têm a compreensão da conceituação de uma estância turística, e a importância da aplicação da política pública de turismo no Estado de direcionar pleitos para obras indutoras do turismo. Todavia, a falta de diálogo entre os gestores na aplicação da legislação, ponderando uma análise política e técnica das gestões é evidente na verbalização dos gestores técnicos. A pesquisa observou que para os gestores políticos a realização dos pleitos categorizados de infraestrutura básica, de acesso e de apoio é vista para a concretização do fomento do turismo. Entretanto, a pesquisa ressalta que apesar desses pleitos serem essenciais para o turismo, não abordam o verdadeiro crescimento e fomento da atividade turística, conceituados nas categorias de pleitos indutores do turismo.

A análise das entrevistas reafirma o pressuposto de que a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do interior paulista. As evidências na análise de que falta continuidade de gestão nos projetos e a falta de conceituação do turismo na prática da atuação dos pleitos realizados no Estado reafirma que os pleitos não estão direcionados para o fomento do turismo. Observou-se ainda a preocupação

com o futuro da política pública de turismo no Estado para com as estâncias em relação às ingerências políticas, perante o futuro das legislações estaduais no que se refere ao ranqueamento das estâncias.

Partindo das análises das conceituações e implicações para a definição dos critérios, a tese apresentou uma proposição de um modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas no estado de São Paulo. O modelo tem como base a disposição da lei nº 1.261/2015, embasado nos requisitos elencados de fluxo turístico permanente, nos atrativos, equipamentos e serviços turísticos. A partir da base elencada, a pesquisa apresentou o modelo escalonado de categorias de pleitos indutores com o objetivo de as estâncias apresentarem pleitos na finalidade de oferecer atrativos que define e distingue um lugar turístico.

O modelo escalonado caracteriza-se na relação de pleitos com maior valorização turística, denominados pelas categorias escalonadas de infraestrutura básica urbana, infraestrutura de acesso, infraestrutura de apoio, infraestrutura turística e atrativos naturais e culturais. Ressalta-se que esse modelo escalonado de pleitos indutores de turismo fundamenta-se nas necessidades e serviços delimitados nos dias de hoje, podendo ser adaptado e ampliado com novas tecnologias, novos conceitos e tipos construtivos, abrindo espaços para possíveis atualizações, revisões e adaptações.

Diante do modelo escalonado, a pesquisa apresentou os requisitos necessários fundamentados na análise dos dados, resultando na preposição do modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas. O modelo de critérios para a regulamentação da legislação pautada no fomento do turismo e nas ingerências políticas propõe a unificação de todos os elementos apresentados na conjuntura da disposição da lei, do modelo escalonado e nos requisitos apresentados na pesquisa.

Considera-se que a unificação de todos os componentes dos critérios (disposição da lei, requisitos propostos e o modelo escalonado de pleito indutor do turismo) possa assegurar a melhor composição de uma matriz de pontuação de validação de

hierarquização para o ranqueamento das estâncias turísticas no Estado. A proposta é que a estância que conseguir validar melhor os critérios sejam mais bem pontuadas na matriz de avaliação da hierarquização de ranqueamento, possibilitando sua permanência na categoria de estâncias turística no estado de São Paulo.

Nessa perspectiva considera-se que aspectos conceituais do turismo se sobressaem nos resultados finais, trazendo maior participação, diálogo, efetividade da atividade, pleitos com melhor indução ao turismo, importância do planejamento, valorização de fomento ao turismo perante o autóctone, o turista, e a apreciação do turismo regional, fomentando o poder de gestão e a tomada de decisão participativa.

Corroborando com os pressupostos e os objetivos apresentados na tese, a presente pesquisa não tem a intenção de finalizar o tema, permitindo reflexões futuras sobre as obras que estão sendo realizadas com recursos públicos para o fomento do turismo e a compreensão dos gestores que estão à frente da aplicação dessas legislações que norteiam o desenvolvimento do turismo no Estado.

7. 1 Limitações da pesquisa

Como limitação do estudo a pesquisa enfatiza a falta de sistematização dos dados alocados no sistema integrado de convênios do Governo do Estado de São Paulo. Apesar de o sistema ilustrar os pleitos com muitas informações (nomes, objeto, resumo do objeto, situação, valores, número do convênio, observações, datas de assinaturas, data de término do convênio, percentual de execução de obras e número das parcelas financeiras disponibilizadas), muitos pleitos disponibilizados no sistema não apresentavam dados mais específicos sobre o projeto, na qual a coluna de resumo de objeto e a coluna de observações eram repetidas e não expressavam a realidade do pleito na justificativa para obras indutoras do turismo.

Outra limitação apresentada é a mudança das gestões políticas ocorrida no percurso da pesquisa, possibilitando a falta de continuidade das análises e dos comportamentos de gestão na Secretaria de Turismo do Estado. As mudanças

políticas ocorridas no percurso de mandatos são fortes limitações de estudos de políticas públicas governamentais.

A pesquisa ainda considera como limitação os requisitos elencados no modelo pautado pelas normativas do Estado de São Paulo, sendo necessários estudos de legislações pertinentes a outros estados permitindo adaptações e revisões para a aplicabilidade em outras localidades de fomento ao turismo.

7.2 Contribuições da pesquisa

O cenário das políticas públicas de turismo no estado de São Paulo embasado nos recursos do DADETUR para as cidades consideradas estâncias e os municípios de interesse turístico é inovador e relevante na contribuição para o fomento do turismo não só do Estado, mas no modelo a ser seguido por outras federações do país. Apesar de a legislação estar em processo de regulamentação e aperfeiçoamento, a tese conseguiu elencar a realidade dos pleitos realizados no estado de São Paulo pelas estâncias turísticas contribuindo com as futuras ações a serem seguidas pela Secretaria de Turismo do Estado.

Diante dos resultados e do modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas apresentado, espera-se pode contribuir para a eficácia e a eficiência dos estudos de aplicação da matriz de avaliação de hierarquização de pontuação para o ranqueamento das estâncias. Ainda assim, a pesquisa espera poder contribuir com os gestores públicos e técnicos das esferas municipais, estaduais e federal na compreensão das análises das políticas públicas de turismo pautado no poder de planejamento e participação dos atores envolvidos do setor.

Para tanto, como colaboração de estudo para futuras pesquisas, a tese ainda tem a contribuição de disponibilizar o material com os dados alocados e organizados cronologicamente por meio das ações realizadas no governo estadual de São Paulo em relação ao turismo no Estado. Esses dados são indispensáveis para nortear ações futuras governamentais, além de orientar gestores sobre as trajetórias das

políticas públicas de turismo no Estado em relação aos caminhos e as legislações pertinentes realizadas.

Diante de alguns questionamentos da pesquisadora durante o percurso do estudo, é importante ressaltar que a aplicação do modelo de critérios para o regulamento do ranqueamento das estâncias turísticas deve ser pautada na análise de resultados de audiências públicas e na formatação de atores envolvidos do setor por meio do diálogo e do planejamento participativo, afastando possibilidades de ingerências políticas.

Ainda assim, sugerem-se futuras pesquisas aprofundadas nas estâncias turísticas paulistas, focando o conhecimento da inserção do pleito executado perante a comunidade e o desenvolvimento do turismo como análise de gestão da política pública de turismo no Estado.

A pesquisa não tem a intenção de cessar o assunto, mas de aprimorar e contribuir para a relação da acadêmica com a sociedade, corroborando com o conhecimento de ações que revelam aplicações de recursos públicos. Considera-se ainda a importância de aperfeiçoamento das políticas públicas de turismo, dando subsídios para futuras pesquisas pertinentes ao tema, podendo ser objeto de avaliações e construções contínuas no despertar dessa atividade que tem o poder de articulação social, econômica e ambiental através do encantamento da atividade turística para o amadurecimento do turismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Bauru: EDUSC. 2002.
- ALMEIDA, Marcelo Vilela de. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**, 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil, 2006.
- ALVARADO, Lisandro José; MORENO, Zahira; SILVA, Janua. Políticas públicas para lãs pequenas y medianas empresas del sector turismo: Perspectiva de análisis em su implementación. **Revista Espacio**. Caracas, v. 38, n. 61, 2017. Disponibel en: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n61/a17v38n61p01.pdf>. Acceso en: 27 dec. 2018.
- ANDRADE, Jose Vicente. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- APRECESP. **Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo**, 2016. Disponível em: www.aprecesp.com.br. Acesso em: 10 jun. 2018.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thompson, 2006.
- ARAÚJO, Cintia Moller. Novos rumos para o turismo do estado de São Paulo: do projeto de lei complementar 32/2012 à aprovação da lei complementar n.32/2015. **Revista Anais Brasileiro de Estudos Turísticos**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 58-71,2016.
- ARAÚJO, Cíntia Moller; TASCHNER, Gisela. Turismo e políticas públicas. *In*: BENI, Mario Carlos(Org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012.
- ARAÚJO, Cíntia Moller; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencurt. Dimensão político-institucional do turismo no Brasil. *In*: BENI, Mario Carlos (Org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, p.257-282, 2012.
- AULICINO, Madalena Pedroso. **Alguns impactos sócio-econômicos do turismo sobre os municípios paulistas**. São Paulo: Futura, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Faculdade em Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e estâncias**: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização do turismo**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BENI, Mario Carlos. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, Série Turismo, 2006.

BENI, Mario Carlos. **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutschka Martini. Do discurso da ciência do turismo para a ciência do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveio, n. 25, p. 9-30, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6771118>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutschka Martini. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Revista Turismo: visão e ação**, Itajaí, v.19, n. 3, p. 430-457, 2017. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002855502>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistema de informação**. 2.ed. São Paulo: Futura, 2001.

BLANCO, Manuel. **Teoría general de turismo**. México: Diana, 1990.

BOULLON, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Débora C. **Demanda turística teoria e prática: universitários paulistanos como demanda segmentada**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Faculdade em Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BROCCHI, Raquel Gallo; SOLHA, Karina Toledo. Institucionalização do Turismo no Poder Público Estadual: a experiência de São Paulo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.2, agosto, p. 241-259, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14152>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BURKART, Arthur John; MEDILIK, S. **Tourism: past, presente and future**. 2 ed. Michigan: Universidade de Michigan, 1981.

CARAMEZ, João. **Lei de Caraméz que criou 140 municípios de interesse turístico é destaque no 1º Congresso Nacional de Municípios**. São Paulo, 2018.

Disponível em: <http://joaocaramez.com.br/lei-de-caramez-que-criou-140-municipios-de-interesse-turistico-e-destaque-no-1o-congresso-nacional-de-municipios/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CARVALHO, Caio Luiz de. **Políticas públicas no turismo brasileiro**: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística, 2009. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil, 2009.

CARVALHO, Giselia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 15, n.1, p. 87-99, 2016.

CAVALCANTI, Keila Brandão.; HORA, Alberto Segundo Spínola da. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.13, n.2, p.55-73, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63598>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencurt. **Turismo e desenvolvimento sustentável** análise dos modelos de planejamento turístico. Bauru: Educs, 2011.

CELLARD, Andre. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et.al.* **A pesquisa qualitativa** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONFORTO, Evandro Carlos; AMARAL, Daneil Capaldo; SILVA, Sergio Luis da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO. 8, 2011. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2011.

COOPER, Chris *et al.* **Turismo** princípios e pratica. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. 3.. ed. Pensa, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia **Políticas de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. *In*: AZEVEDO, Marta de. *et al.* (Org). **Turismo, natureza e cultura**: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2016. (Ebook).

CUERVO, Raimundo. S. **El turismo como médio de comunicación humana**. México: Departamento de turismo do Governo do México, 1967.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Portugal: McGraw-Hill, 1997.

CUNHA, Licínio. **Introdução ao Turismo**, Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

DE LA TORRE. Oscar. **El turismo- fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DENISI, Angelo. S.; WILSON, Michael; BITEMAN, James. Research and practice in HRM: A historical perspective. *In: Human Resource Management Review*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 219–231, 2014. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.hrmmr.2014.03.004>. / Cited: Mar. 18, 2017.

DENZIN, Norman k.; LINCOLN, Yvonna S.; NETZ, Sandra Regina. **O planejamento da pesquisa qualitativa** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KERISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In: POUPART, J. et.al. A pesquisa qualitativa* enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda. **Políticas públicas** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DINICA, Valentina. Governance for sustainable tourism: a comparison of international and Dutchvisions. **Journal of Sustainable Tourism**, [S. l.], v. 17, p.583-603, 2009. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669580902855836>. Cited: Jan. 24, 2019.

DWYER, Larrt.; KIM, Chulwon. Destination competitiveness: determinants and indicators. **Current Issues in Tourism**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 369-414, 2003. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500308667962>. Cited: Jan. 24, 2019.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 7. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992.

EL-GOHARY, Nora; OSMAN, Hesham; EL-DIRABY, Tamer. Stakeholder management for public private partnerships. **International Journal of Project Management**, [S. l.], v. 24, n.7, p. 595-604, 2006. Available from: <https://experts.illinois.edu/en/publications/stakeholder-management-for-public-private-partnerships>. Cited: Jan. 24, 2019.

FAVORETTO, Jarbas. **Estâncias turísticas**. [Entrevista cedida pessoalmente à autora com autorização]. São Paulo, 20 mar. 2019.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERNANDES, Ivan Pereira. **Planejamento e organização do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERRAZ, Joandre Antonio. Regime jurídico do turismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Org). **Turismo** teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRAZ, Joandre Antonio. **Regime jurídico do turismo**. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2001.

FINO, Patrícia Mariano. **Estância turística de Salto – SP: Turismo por Decreto**. 2009. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, São Paulo, 2009.

FINO, Patrícia; QUEIROZ, Odaléia. Políticas públicas de turismo no estado de São Paulo: evolução da legislação no caso das estâncias. *In*: 5º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGAÇÃO TURÍSTICA, 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: EACH/USP, p. 1-15, 2012.

FONSECA, Paula Moreti. **Turismo e desenvolvimento no estado de São Paulo: A Atuação do Poder Público**. 121f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão especial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidade. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 87-96, 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FUSTER, Luis Fernandez. **Historia general del turismo de masas**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria y técnica del turismo** Madrid: Nacional, 1974.

GABRIEL, Marcelo Luiz. Métodos Quantitativos em Ciências Sociais sugestões para Elaboração do Relatório de Pesquisa. **Desenvolvimento Em Questão**, [S. l.] v.12, n. 28, 348-369, 2014. . Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2887>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GALVÃO, Paulo Roberto (Org.). **Estâncias e municípios de interesse turístico** o exemplo de São Paulo como incentivo ao turismo para o Brasil. Curitiba: Juruá, 2018.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GNOTH, Juergen. Tourism motivation and expectation formation. **Annals of Tourism Research**, [S. l.], v.24, p.283-304, 1997. Available from: https://www.researchgate.net/publication/222491206_Tourism_motivation_and_expectation_formation. Cited: Jan. 28, 2019.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo** princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman. 2002.

GOMES, Cristiane. **Lazer, turismo e inclusão social** intervenção com idosos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRABURN, Nelson. H. ; JAFARI, Jafar. Introduction tourism social science. **Annals of Tourism Research**, [S. l.], v. 18, p. 1-11, 1991. Available from: <https://kundoc.com/pdf-introduction-f926e043744e1e627cddf3f8fbb33f8c26373.html>. Cited: Nov. 23, 2018.

GUILARDUCCI, Bruno Campos. **Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo**: uma perspectiva sistêmica e complexa. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HALL, Collin Michael. **Planejamento turístico** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Collin Michael; Zapata Campos, M. J. Public Administration and Tourism – International and Nordic perspectives introduction to the special issue. **Scandinavi na Journal of Public Administration**, Göteborg, v. 18, n. 1, p. 3 –17, 2014. Available from: <http://ojs.ub.gu.se/ojs/index.php/sjpa/article/viewFile/2752/2419>. Cited: Dez. 27, 2018.

HAMMERL, Priscyla Christine. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 25, 2011. **Anais** [...]. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300673258_ARQUIVO_HAMMERL,P.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

HAVEN-TANG, Claire. SEDGLEY, Diane. Partnership working in enhancing the destination brand of rural areas: a case study of Made in Monmouth shire, Wales, UK. **Journal of Destination Marketing & Management**, [S. l.], v.3, p. 59-67, 2014.

Available from: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XjtNHyGJbncJ:https://repository.cardiffmet.ac.uk/bitstream/handle/10369/7535/Partnership%2520working%2520in%2520enhancing%2520the%2520destination%2520brand%2520of%2520rural%2520areas%2520-%2520Haven-Tang%2520C.pdf%3Fsequence%3D3%26isAllowed%3Dy+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Cited: Jan. 28, 2019.

HEIDEMANN, Francisco. G. Do sonho do progresso as políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, Francisco. G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento** bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: UNB, 2010.

HERZER, Rodrigo. **Estâncias turísticas do estado de São Paulo**: um estudo sobre a inserção e atuação do bacharel em turismo na administração pública 2017, 120 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

HILL, Michael; HUPE, Peter. **Implementing public policy**. London: SAGE, 2010.

HOWLETT, Michael; PERL, Antony; RAMESH, M. **Politica pública** seus ciclos e subsistemas uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

JAFARI, Jafar. The Scientification of Tourism. *In* SMITH, Valena; BRENT, Maryann (Org.). **Hosts and Guests Revisited** Tourism Issues of the 21st Century, Elmsford NY: Cognizant Communication Corporation. p. 28-41, 2001. Available from: https://www.researchgate.net/publication/313056032_The_scientification_of_tourism. Cited: Jan. 14, 2019.

JAFARI, Jafar. The Scientification of Tourism. *In* SMITH, Valena; BRENT, Maryann (Org.). La científicación del turismo. **Contributions to the economy**, [S. l.], jun. 2005. Disponible en: <http://www.eumed.net/ce/2005/jafari.htm>. Acceso en: 15 jan. 2019.

JULIANO, Tiago. **Avaliação do impacto de políticas públicas em indicadores sociais**: turismo e desigualdades nas estâncias de São Paulo. 2015.317f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

KRINPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

KUHN, Tomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Fundamentos econômicos do turismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismoteoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEIPER, Nell. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry. **Annals of Tourism Research**. Great Britain, v. 6, n. 4, p. 390-407, 1979. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738379900033>. Cited: Jan. 25, 2019.

LEIPER, Nell. **Tourism systems: an interdisciplinary perspective**. Nova Zelândia: Palmerston North: Department of Management Systems, Massey University, 1990.

LEMOS, Leandro de. **Turismo que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

LEVY, Yair; ELLIS, Timoth. A systems approach to conduct an effective literature review. In Support of information systems research. **Informing Science Journal**. EUA, v. 9, p. 181–212, 2006. Florida: Eli Cohen. Available from: <http://www.scs.ryerson.ca/aferworn/courses/CP8101/CLASSES/ConductingLiteratureReview.pdf>. Cited: Jun. 28, 2018.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização de políticas públicas de turismo a municipalização do turismo no Maranhão**. São Paulo, 2001. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MAGGIOLO, Isabel; PEROZO MAGGIOLO, Javier. Políticas públicas: proceso de concertación Estado-Sociedad. **Revista Venezolana de Gestión**. Venezuela, v. 12, n. 39, p. 373-392, 2007. Disponible en: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vvBVbcmIhEgJ:www.redalyc.org/service/redalyc/downloadPdf/290/29014474004/5+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acceso en: 25 out. 2018

MALTA, Guilherme Augusto Pereira; FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto; BRAGA, Solano de Souza; BARBOSA, Maria Flavia Pires. Evaluación de la política pública para el desarrollo del turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires, v. 28, p. 149 – 166, 2019. Disponíbel en: <https://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V28/N01/v28n1a08.pdf>. Acceso en: 20 fev. 2019.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259, 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oSm9GDAhZqQJ:https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/download/9522/8978/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br8>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MASLOW, Abraham. A Theory of Human Motivation. *In*: LYNE, C. **Leisure travel and tourism**. Massachusetts: Institute of Certified Travel Agents, 1989.

MATHIESON, Alister.; WALL, Geoffey. **Tourism economic, physical and social impacts**. Longman England: Harlow, 1982.

MAY, Peter. J; JOCHIM, Ashley. E. Policy Regime Perspectives: Policies, Politics, and Governing. **The Policy Studies Journal**, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 426-452, 2013. Available from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/psj.12024>. Cited: Feb. 10, 2019.

MAZZON, José A. **Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social**. 1981. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MELGAREJO, Alberto Moreno; LÓPEZ, Ignacio Sariego; BERCIAL, Reyes Avila. La planificación y la gestión como herramientas de desarrollo de los destinos turísticos. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**. Havana, n. 25, 2018. Disponible en: <https://www.eumed.net/rev/turedes/25/gestion-destinos.html>. Acceso en: 14 fev. 2019.

MILES, Matthew, HUBERMAN, Michael. **Qualitative data analysis: A source book of new methods**. Beverly Hills, C. A.: Sage, 1984.

MINAYO, Maria Celília de Souza (Org.). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

MOESCH, Marutschka Martini. **A origem do conhecimento, o lugar da experiência e da razão na gênese do conhecimento do turismo**. Universidade de Brasília. v. 20, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.cet.unbbr/portal/images/stories/divulgacao/maruska.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MOLINA, Sergio. **O pós turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOLINA, Sergio. **Turismo metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC, 2005.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

MORAES, Adriana. O Turismo nas Estâncias Termominerais – O Caso da Estância Termomineral em Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas – SC Brasil. **Revista Turydes** turismo y desarrollo. Havana, v.1, n. 2, 2008. Disponible en: <http://www.eumed.net/rev/turedes/02/agm.htm>. Acceso en: 14 fev. 2019.

MORENO, Ingrid Amairani Cruz; VILLARREAL, Lila Zizumbo. Alcances de la política social y el turismo rural para el desarrollo local en San Mateo Almomoloa–México. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 26, p. 944-963, 2017. Disponible en: <https://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V26/N04/v26n4a10%20.pdf>. Acceso en: 14 fev. 2019.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: São Paulo: Atlas, 1996.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRYBOVKI, Denize. A análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

NAGABE, Fabiane; MACHADO, Alisson Bertão. Políticas Públicas e Turismo: uma análise das diretrizes nacionais direcionadas ao setor a partir dos documentos jurídicos (1934-1977). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 26, 2011. **Anais** [...]. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308147580_ARQUIVO_Hist_do_Tur_\[final\]_Anpuh_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308147580_ARQUIVO_Hist_do_Tur_[final]_Anpuh_2011.pdf). Acesso em: 24 jan. 2019.

OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falção; ZOUAIN, Deborah Moraes; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiro. Políticas públicas de turismo em Brasil: uma avaliação em 65 municípios. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, Buenos Aires, v. 24, p. 76-95, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**: São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos** guia práctica. Madrid: OMT, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Desenvolvimento sustentável do turismo** uma compilação de boas práticas. São Paulo: Roca, 2005.

ORLIKOWSKI, Wanda; BAROUDI, Jack. Studying information technology in organizations: research approaches and assumptions. **Information Systems Research**, v. 2, n. 1, p. 1-28, 1991. Available from: https://www.researchgate.net/publication/220079919_Studying_Information_Technology_in_Organizations_Research_Approaches_and_Assumptions. Cited: Abr. 19, 2019.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre. What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles. *In*: TRIBE, John (Org.) **Philosophical issues in tourism**. Bristol, Buffalo, Toronto: Channel View Publications, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Org.) **Política social no capitalismo** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2003.

PUPO, Oswaldo de Aguiar. **ABC do turismo e estâncias**. São Paulo: Martins, 1974.

RABAHY, Wilson. **Turismo e desenvolvimento** estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri: Manole, 2003.

RAIMUNDO, Sidney *et al.* Análise da Cronologia de Criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. 7, 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280235665_Analise_da_Cronologia_de_Criacao_das_Estancias_Turisticas_no_Estado_de_Sao_Paulo. Acesso em: 14 set. 2018.

RASCASSI, Mariana. Superintendente da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS). **[Entrevista** concedida pessoalmente à autora com autorização]. São Paulo, 19 set, 2018.

REJOWSKI, Mirian. Teorizações do turismo em direção a novas abordagens: uma discussão preliminar. *In*: XII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. São Paulo, 12. 2015. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309728259_Teorizacoes_do_turismo_em_direcao_a_novas_abordagens_uma_discussao_preliminar. Acesso em: 14 set. 2018.

REJOWSKI, Mirian *et al.* Desenvolvimento do turismo moderno. *In*: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIVAS, Jesus Israel.; MAGADÁN, Marta. **Planificación y gestión sostenible del Turismo**. Oviedo: Septem Ediciones, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

RUSCHMANN, Doris Van. **Turismo e planejamento sustentável** a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus (Edição Digital), 2016.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista da Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SAMPIERIERI, Roberto Hernandez; CALLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed, Porto Alegre: Penso, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Manual do DADE**: orientação para criação de Estanciais de qualquer natureza. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo [s.n], [200-?].

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI Elisabete. **Políticas públicas**. Coletânea / Organizadores: – Brasília: ENAP, 2 v, 2006.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1982

SCHWARTZ-BARCOTT, Donna, KIM, Hesook Suzie. An expansion and elaboration of the hybrid model of concept development. *In*: Rodgers BL, Knalf KA. **Concept development in nursing: foundations, techniques, and applications**. 2nd ed. Philadelphia: Saunders; 2000.

SILVA, Paulo Cesar da. A teoria e a prática na elaboração de projetos turísticos. *In*: PORTUGUES, A. P., *et al.* (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora universitária UFPB, p. 104-121, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SILVA, Fernanda Cristina da. **A formação de agenda de políticas públicas de turismo em âmbito local** os casos de Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ). 2015, 226f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13649>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SMITH, Stephen L. J. **The tourism product**: *Annals of Tourism Research*, Vol. 21, Nº 3, 1994.

SOBRA, Filipe; PECCI, Alketa, SOUZA, Gustavo Costa de. Uma Análise *Shift-share* da Dinâmica do Setor de Turismo no Brasil: Recomendações para as Políticas Públicas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 3. Salvador, 2006. **Anais** [...]. Salvador, 2006. Disponível em: <http://anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2610.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 178f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2004.

SOLHA, Karina Toledo *et al.* Estâncias turísticas do Estado de São Paulo: apontamentos históricos sobre sua origem, situação atual e perspectivas de desenvolvimento. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*. 7, 2010, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPTUR, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280235578_Estancias_Turisticas_do_Estado_de_Sao_Paulo_Apontamentos_Historicos_sobre_suas_Origens_Situacao_Atual_e_Perspectivas_de_Developolvimento. Acesso em: 14 set. 2018.

SOUZA Luis. Fernando. **Modelo de ordenação territorial para o desenvolvimento do turismo regional**. 2010, 217f. Tese (Programa de Pós-graduação de Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

SOUZA, Celina. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. *In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI Elisabete. Políticas públicas*. Coletânea / Organizadores: – 2 v. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SUBIRATS, Joan. Nuevos tempos? Nuevas políticas públicas? Explorando caminos de respostas. **Revista Del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n. 54, 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/revista-del-clad-reforma-y-democracia/articulo/nuevos-tiempos-nuevas-politicas-publicas-explorando-caminos-de-respuesta>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável** meio ambiente e economia. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TELLES, Renato. A efetividade da matriz de amarração de Mazzon nas pesquisas em Administração. **Revista de Administração**, v. 36, n. 4, p. 64-72, 2001. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16589/a-efetividade-da-matriz-de-amarracao-de-mazzon-nas-pesquisas-em-aadministracao/i/pt-br>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

THEODOULOU, Stella. Z. The nature of public policy. *In: THEODOULOU, Stella. Z.; CAHN, Matthew. A. Public policy* the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

TRENTIN, Fábila. **Políticas de turismo no Brasil** Tomada de Decisão e a Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2014. 495f. Tese (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) - Universidade de Coimbra, Portugal, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327680071_POLITICAS_DE_TURISMO_N

O_BRASIL_Tomada_de_Decisao_e_Analise_das_Estruturas_de_Governanca_nos_Destinos_Indutores_de_Armacao_dos_Buzios_e_de_Paraty_no_Estado_do_Rio_de_Janeiro_Brasil. Acesso em: 20 jan. 2019.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo C. Política nacional e turismo no Brasil da municipalização à regionalização. Book of proceedings. **International Conference on Turismo & Management Studies**, Algarve 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1990063/mod_resource/content/1/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Turismo%20no%20Brasil%20da%20municipaliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20regionaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

TRIBE, John. The Truthabout Tourism. **Annals of tourism research**, [S. l.], v.33, n. 2, p. 360-381, 2006. Available from: <https://pdfs.semanticscholar.org/7e76/64354b7b8cedbb2665272b0eee875bd3e66f.pdf>. Cited: Jan. 10, 2019.

TRIGO, Juiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidadetendências contemporâneas**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Jornal USP - Atualidades. **O turismo é um setor em franca expansão**. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/turismo-e-um-setor-em-franca-expansao-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2018.

VASCONCELLOS, Maria Jose Esteves de. **Pensamento sistêmico** o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

YIN, Robert. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

WILSON, John. **Thinking with concepts**. New York (NY): Cambridge University Press, 1963.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo** alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional – teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

UNWTO. World Tourism Organization. **UNTWO Tourism Highlights**. Madri, 2016. Available from: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas_indicadores/UNTWO_Tourism_Highlights_2016_Edition.pdf. Cited: Nov. 25, 2018

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo** discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

WEBGRAFIA

BRASIL. **Decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934**. Promulga o Convênio entre Brasil e Argentina para o fomento do turismo. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>. Acesso em: 2 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945**. Código de Águas Minerais. Brasília, DF: Senado Federal, 1945. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=532889&id=14226898&idBinario=15813784&mime=application/rtf>. Acesso em: 25 mar. 2019

BRASIL. **Decreto do Conselho de Ministros nº 572, de 5 de fevereiro de 1962**. Extingue a Comissão Brasileira de Turismo. Brasília, DF: Senado Federal, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-572-5-fevereiro-1962-355690-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 60.224 de 16 de fevereiro de 1967**. Regulamenta o Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60224.html. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.505 de 13 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/189252.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003 – 2007. Brasília, DF: Ministério do Turismo 2007a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** — Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização / Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007b. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/promocao_e_apoio_a_comercializacao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019

BRASIL. BRASIL. Ministério do turismo. **Inventário da Oferta turística**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: http://inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano Nacional do Turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano Nacional do Turismo**: mais emprego e renda 2018-2020. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Extrator de chegadas de turistas internacional ao Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018b. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/extrator-turistas.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do turismo. **Crescimento do turismo mundial pode chegar a 4% em 2019**. Brasília, DF; Ministério do turismo, 2019a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/component/content/article?id=12306&fbclid=IwAR0uYU06lol7olt7IJAJCYYoRrezEgTpNAqcLTQGIoFOdQ14C7ZWG8AALjg>. Acesso em 25 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Dados e fatos**. Brasília, DF: Ministério do turismo, 2019b. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do turismo. **Sondagem do Consumidor**: intenção de viajar. Brasília, DF: Ministério do turismo, 2019c. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/sondagem-do-consumidor-inten%C3%A7%C3%A3o-de-viagem.html>. Acesso em 25 jan. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 8.663, de 25 de janeiro de 1965**. Cria a Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo e dá outras providências. São Paulo, v. 62, n. 3, 1965. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1965/lei-8663-25.01.1965.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo, 1967**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1967a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-anteriores/constituicao-estadual-1967>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 49.165, de 29 de dezembro de 1967**. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultural, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1967b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49165-29.12.1967.html>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.167, de 04 de julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição do "Fundo de Melhoria das Estâncias" e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1968. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10167-04.07.1968.html>. Acesso em 25 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei nº 230, de 17 de abril de 1970**. Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias. São Paulo: Governo Estadual, 1970a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1970/decreto.lei-230-17.04.1970.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-Lei nº 258, de 29 de maio de 1970b**. Dispõe sobre a criação, como entidade autárquica, do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias – FUMEST. São Paulo: Governo Estadual, 1970b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1970/decreto.lei-258-29.05.1970.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 10.426 de 08 de dezembro de 1971**. Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias. São Paulo: Governo Estadual, 1971. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1971/lei-10426-08.12.1971.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974**. Altera a estrutura da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. São Paulo: Governo Estadual, 1974. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1974/decreto-4093-26.07.1974.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 5.929, de 15 de março de 1975**. Altera a estrutura e a denominação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 1975. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto-5929-15.03.1975.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 11.022 de 28 de dezembro de 1977**. Regulamenta as disposições da Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, estabelecendo requisitos para a criação de estâncias turísticas. São Paulo; Governo Estadual, 1977. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1977/decreto-11022-28.12.1977.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 20.100, de 07 de dezembro de 1982**. Cria o Centro de Turismo e recreação do Parque Estadual do Jaraguá, na Secretaria de Esportes e Turismo. São Paulo: Governo Estadual, 1982. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1982/decreto-20100-07.12.1982.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 22.592, de 22 de agosto de 1984**. Dispõe sobre descentralização das atividades do Estado, mediante criação de novas Regiões de Governo e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1984. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22592-22.08.1984.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 24.182, de 29 de outubro de 1985**. Cria o Conselho de Representantes Regionais da Secretaria de Esportes e Turismo. São Paulo; Governo Estadual, 1985. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto-24182-29.10.1985.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989**. Autoriza o Poder Executivo a extinguir a entidade autárquica Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - FUMEST e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1989a.

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1989/lei-6470-15.06.1989.html>. Acesso 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 30.642, de 26 de outubro de 1989**. Organiza e regulamenta o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1989b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-30624-26.10.1989.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 31.257 de fevereiro de 1990**. Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e dá outras providências. São Paulo: Governo Estadual, 1990. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1990/decreto-31257-23.02.1990.html>. Acesso em 03 de mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SET nº 13 de, 04 de março de 1991**. Cria o Conselho das Faculdades de Turismo do Estado de São Paulo, na Secretaria de Esportes e Turismo, junto à Coordenadoria de Turismo. São Paulo: Secretaria Estadual de Turismo, 1991. Disponível em: http://perfil.fundap.sp.gov.br/CGI-BIN/om_isapi.dll?clientID=2289&infobase=perfil.nfo&soft_page=perf_doc_frame_pg. Acesso em: 10 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 7.862 de junho de 1992**. Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de seus recursos. São Paulo: Governo Estadual, 1992. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1992/compilacao-lei-7862-01.06.1992.html>. Acesso em: 03 de mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 40.722 de 20 de março de 1996**. Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e sobre a instrução dos processos respectivos. São Paulo: Governo Estadual, 1996. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1996/decreto-40722-20.03.1996.html>. Acesso em: 03 de mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 46.143, de 1º de outubro de 2001**. Transfere os cargos e as unidades que especifica, define as competências de autoridades da Secretaria da Juventude e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2001. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/93239/decreto-46143-01>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 46.744, de 3 de maio de 2002**. Dispõe sobre a estrutura e a reorganização da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá providências correlatas. São Paulo; Governo Estadual, 2002. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46744-03.05.2002.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 49.683, de 10 de junho de 2005**. Dispõe sobre as transferências que especifica, organiza a Secretaria de Turismo, altera a denominação da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e

Turismo. São Paulo: Governo Estadual, 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49683-10.06.2005.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.50.600, de 27 de março de 2006**. Institui, na Secretaria de Turismo, o Conselho do Turismo Regional Paulista e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50600-27.03.2006.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 51.460, de 1º de janeiro de 2007**. Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2007. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-51460-01.01.2007.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 13.560, de 01 de julho de 2009**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13560-01.07.2009.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 56.638, de 1 de janeiro de 2011**. Organiza a Secretaria de Turismo e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-56638-01.01.2011.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 57.748, de 20 de janeiro de 2012**. Dá nova redação ao inciso II do artigo 3º do Decreto nº 56.638. São Paulo: Governo Estadual, 2012. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/23dee270b9183e0b8325798e00405e75?OpenDocument>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 59.086, de 15 de abril de 2013**. Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 56.638, de 1º de janeiro de 2011, que organiza a Secretaria de Turismo e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2013. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59086-15.04.2013.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.261 de abril de 2015**. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2015a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 15.827, de 28 de maio de 2015**. Dispõe sobre a dissolução da Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR e dá providências correlatas. São Paulo: Governo Estadual, 2015b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15827-28.05.2015.html>.

Acesso em: 16 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.283 de julho de 2016**. Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas. São Paulo, Governo Estadual, 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Visita in loco no Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos**, 2018a, na data 06 mar. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Recursos do DADETUR**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018b. Disponível em: http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=102. Acesso em: 25 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Manual de convênio DADETUR**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **MIT**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018d. Disponível em: http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=111. Acesso em: 15 mar. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **206ª Reunião do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos**. Publicada no Diário Oficial do Poder Executivo - Seção I na data de 15/08/2019. São Paulo, 2019.

Apêndice A

ENTREVISTA COM SECRETÁRIOS DE ESTADO DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data _____

Local: _____

1. Nome completo
2. Profissão
3. Quanto tempo no cargo
4. O que é uma estância turística para você?
5. Como as estâncias estão desenvolvendo o turismo com os recursos do Dadetur?
6. Quais as estâncias que estão melhor desenvolvendo os projetos do Dadetur (em ordem crescente / apenas 5)
7. Você acha que os projetos são realmente aplicados para o desenvolvimento do turismo e do cidadão?
8. Como você vê a lei 1261? Acredita que ela será eficiente para o desenvolvimento do turismo?
9. O que já aconteceu desde a criação da lei 1261?
10. Como você considera que deverá ser os critérios de análise comparativa para o ranking da lei 1261?
11. Você acha que teremos a aplicabilidade da lei 1261?
12. Você considera que a política pública de turismo no estado de SP é diferenciada?
13. Em sua opinião por que os municípios não conseguem dar seqüência lógica (começo, meio e fim) nos pleitos? O que falta?
14. Qual seu programa novo de governo para as estâncias turísticas?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações confidenciais. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR**

Pesquisador Responsável: **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **(14) 99811-2502**

Pesquisadores participantes: **Profa. Dra. Graziela Oeste G. Cremonesi (Profa. Orientadora)**

Poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como Estâncias Turísticas, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas na capacidade de promover o bem estar social da população local. Para essa atuação, pensar na atuação da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas nos remete a uma realidade atual e com poucas pesquisas, visto que, muitas das obras de infraestrutura turística realizadas nas Estâncias não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo. É preciso lembrar que, a nova legislação (lei 1.261) é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as Estâncias Paulistas, porém, falha na questão da importância da gestão da atividade turística. Nesse diapasão, A pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão das políticas públicas de turismo das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do FUMTUR no período de 2010 a 2018, com o propósito a melhorar a regulamentação dos pleitos futuros pautados no desenvolvimento do turismo.

Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Aracelis Gois Morales Rigoldi

◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, portador do C.P.F. _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR", como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aracelis Gois Morales Rigoldi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Minha participação se dará sob forma de **depoimento audiogravado**, desde que seja garantido o anonimato que assegure minha privacidade quanto aos dados confidenciais emitidos na oportunidade. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____ /

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice B

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE (COC)

Data _____

Local: _____

1. Nome completo
2. Atuação profissional
3. Representatividade no COC
4. Qual é o papel do COC no desenvolvimento das políticas públicas de turismo do estado de São Paulo
5. O que um município precisa para ser uma estância turística?
6. Como as estâncias estão desenvolvendo o turismo com os recursos do DADETUR?
7. Quais as estâncias que estão melhor desenvolvendo os projetos/pleitos do DADETUR (em ordem crescente / apenas 5)
8. Quais foram os melhores pleitos apresentados no COC? (lista de 8)
9. Quais os critérios do COC para que um projeto se enquadre em pleito turístico?
10. Você acha que os projetos são realmente aplicados para o desenvolvimento do turismo e do cidadão?
11. Como você vê a lei 1261? Acredita que ela será eficiente?
12. Como você considera que deverá ser os critérios de análise comparativa para o ranking da lei 1261?
13. Você considera que a política pública de turismo no estado de SP é diferenciada?
14. Em sua opinião por que os municípios não conseguem dar seqüência lógica (começo, meio e fim) nos pleitos? O que falta?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações confidenciais. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR**

Pesquisador Responsável: **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **(14) 99811-2502**

Pesquisadores participantes: **Profa. Dra. Graziela Oeste G. Cremonesi (Profa. Orientadora)**

Poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como Estâncias Turísticas, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas na capacidade de promover o bem estar social da população local. Para essa atuação, pensar na atuação da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas nos remete a uma realidade atual e com poucas pesquisas, visto que, muitas das obras de infraestrutura turística realizadas nas Estâncias não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo. É preciso lembrar que, a nova legislação (lei 1.261) é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as Estâncias Paulistas, porém, falha na questão da importância da gestão da atividade turística. Nesse diapasão, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão das políticas públicas de turismo das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do FUMTUR no período de 2010 a 2018, com o propósito a melhorar a regulamentação dos pleitos futuros pautados no desenvolvimento do turismo.

Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Aracelis Gois Morales Rigoldi

◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, portador do C.P.F. _____, presidente do Conselho de Orientação e Controle (COC), concordo em participar do estudo "Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR", como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aracelis Gois Morales Rigoldi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Minha participação se dará sob forma de **depoimento audiogravado**, desde que seja garantido o anonimato que assegure a privacidade quanto aos dados confidenciais emitidos na oportunidade. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____/_____/_____/_____

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice C

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS PREFEITURAS DAS CIDADES ESTÂNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (APRECESP)

Data _____

Local: _____

1. Nome completo
2. Profissão
3. Quanto tempo no cargo de presidente da APRECESP
4. O que é uma estância turística para você?
5. Como as estâncias estão desenvolvendo o turismo com os recursos do Dadetur?
6. Quais as estâncias que estão melhor desenvolvendo os projetos do Dadetur (em ordem crescente / apenas 5)
7. Você acha que os projetos são realmente aplicados para o desenvolvimento do turismo e do cidadão?
8. Como você vê a lei 1261? Acredita que ela será eficiente para o turismo no Estado?
9. Como você considera que deverá ser os critérios de análise comparativa para o ranking da lei 1261?
10. Você acha que teremos a aplicabilidade da lei 1261?
11. Você considera que a política pública de turismo no estado de SP é diferenciada?
12. Quais são as dificuldades encontradas pelas prefeituras para a aplicabilidade dos projetos liberados com os recursos do DADETUR?
13. O DADETUR é eficiente?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações confidenciais. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR**

Pesquisador Responsável: **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **(14) 99811-2502**

Pesquisadores participantes: **Profa. Dra. Graziela Oeste G. Cremonezi (Profa. Orientadora)**

Poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como Estâncias Turísticas, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas na capacidade de promover o bem estar social da população local. Para essa atuação, pensar na atuação da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas nos remete a uma realidade atual e com poucas pesquisas, visto que, muitas das obras de infraestrutura turística realizadas nas Estâncias não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo. É preciso lembrar que, a nova legislação (lei 1.261) é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as Estâncias Paulistas, porém, falha na questão da importância da gestão da atividade turística. Nesse diapasão, A pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão das políticas públicas de turismo das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do FUMTUR no período de 2010 a 2018, com o propósito a melhorar a regulamentação dos pleitos futuros pautados no desenvolvimento do turismo.

Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Aracelis Gois Morales Rigoldi

◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, portador do C.P.F. _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR", como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aracelis Gois Morales Rigoldi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Minha participação se dará sob forma de depoimento **audiogravado**, desde que seja garantido o anonimato que assegure minha privacidade quanto aos dados confidenciais emitidos na oportunidade. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____ /

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice D

ENTREVISTA COM DEPUTADO ESTADUAL AUTOR DA LEI N. 1.261/2015

Data _____

Local: _____

1. Nome completo
2. Como foi a criação da lei n. 1261 e quem foram os mentores dessa nova legislação?
3. O que é inovador e diferenciador na nova lei n. 1261?
4. Você acha que a lei será cumprida?
5. Os prefeitos estão preparados para a nova lei n. 1261?
6. Como você considera que deverá ser os critérios de análise comparativa para o ranking da lei 1261?
7. Você considera que a política pública de turismo no estado de SP é diferenciada?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações confidenciais. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR**

Pesquisador Responsável: **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **(14) 99811-2502**

Pesquisadores participantes: **Profa. Dra. Graziela Oeste G. Cremonesi (Profa. Orientadora)**

Poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como Estâncias Turísticas, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas na capacidade de promover o bem estar social da população local. Para essa atuação, pensar na atuação da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas nos remete a uma realidade atual e com poucas pesquisas, visto que, muitas das obras de infraestrutura turística realizadas nas Estâncias não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo. É preciso lembrar que, a nova legislação (lei 1.261) é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as Estâncias Paulistas, porém, falha na questão da importância da gestão da atividade turística. Nesse diapasão, A pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão das políticas públicas de turismo das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do FUMTUR no período de 2010 a 2018, com o propósito a melhorar a regulamentação dos pleitos futuros pautados no desenvolvimento do turismo.

Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Aracelis Gois Morales Rigoldi

◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, portador do C.P.F. _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR", como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aracelis Gois Morales Rigoldi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Minha participação se dará sob forma de **depoimento audiogravado**, desde que seja garantido o anonimato que assegure minha privacidade quanto aos dados confidenciais emitidos na oportunidade. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____ /

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice E

ENTREVISTAS COM ENGENHEIROS DA COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS (CPOS)

Data _____

Local: _____

1. Nome completo
2. Atuação profissional no cargo de engenheiro na CPOS / ou Secretaria de Turismo do Estado
3. Qual é o papel da CPOS no desenvolvimento dos projetos das estâncias turísticas do estado de São Paulo
4. O que um município precisa para ser uma estância turística?
5. Como as estâncias estão desenvolvendo o turismo com os recursos do DADETUR?
6. Quais as estâncias que estão melhor desenvolvendo os projetos/pleitos do DADETUR (em ordem crescente / apenas 5)
7. Quais foram os melhores pleitos que você já avaliou o processo? (lista de 8)
8. Você acha que os projetos são realmente aplicados para o desenvolvimento do turismo e do cidadão?
9. Como você vê a lei 1261? Acredita que ela será eficiente?
10. Como você considera que deverá ser os critérios de análise comparativa para o ranking da lei 1261?
11. Você considera que a política pública de turismo no estado de SP é diferenciada?
12. Em sua opinião por que os municípios não conseguem dar seqüência lógica (começo, meio e fim) nos pleitos? O que falta?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações confidenciais. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: **Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR**

Pesquisador Responsável: **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): **(14) 99811-2502**

Pesquisadores participantes: **Profa. Dra. Graziela Oeste G. Cremonesi (Profa. Orientadora)**

Poucas dessas Estâncias Paulistas conseguiram ao longo de sua criação, condições para realmente se comportarem como Estâncias Turísticas, não apenas em relação à sua capacidade de promover o turismo, mas na capacidade de promover o bem estar social da população local. Para essa atuação, pensar na atuação da gestão das políticas públicas em turismo das Estâncias Turísticas nos remete a uma realidade atual e com poucas pesquisas, visto que, muitas das obras de infraestrutura turística realizadas nas Estâncias não têm conjuntura com o desenvolvimento do turismo. É preciso lembrar que, a nova legislação (lei 1.261) é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as Estâncias Paulistas, porém, falha na questão da importância da gestão da atividade turística. Nesse diapasão, A pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão das políticas públicas de turismo das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, tomando como referência a aplicação dos recursos provenientes do FUMTUR no período de 2010 a 2018, com o propósito a melhorar a regulamentação dos pleitos futuros pautados no desenvolvimento do turismo.

Não há nenhum risco, prejuízo ou, desconforto que podem ser provocados pela pesquisa, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Aracelis Gois Morales Rigoldi

♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, portador do C.P.F. _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Gestão das políticas públicas de turismo nas estâncias turísticas do estado de São Paulo: análise da aplicação dos recursos do DADETUR", como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aracelis Gois Morales Rigoldi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Minha participação se dará sob forma de **depoimento audiogravado**, desde que seja garantido o anonimato que assegure minha privacidade quanto aos dados confidenciais emitidos na oportunidade. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____ /

Assinatura do entrevistado: _____

Apêndice F

Valores publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo dos DREMU dos anos de 2015 a 2018

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FUMTUR - ESTÂNCIAS TURÍSTICAS				
ESTÂNCIA	2015	2016	2017	2018
ÁGUAS DE LINDÓIA	2.664.903,62	1.983.367,67	2.338.857,78	2.485.585
ÁGUAS DA PRATA	3.348.621,32	2.487.296,50	2.910.524,74	3.115.011
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	2.772.885,42	2.064.299,29	2.498.663,85	2.655.699
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	2.868.058,07	2.129.943,48	2.460.165,27	2.600.018
AMPARO	3.963.974,42	3.046.604,98	3.738.313,74	4.093.165
ANALANDIA	2.649.696,57	1.979.908,58	2.314.042,51	2.479.472
APARECIDA	3.330.655,37	2.440.565,78	2.825.120,37	3.069.540
ATIBAIA	7.477.182,62	6.158.987,26	7.294.841,72	7.683.699
AVARÉ	4.155.353,82	3.294.509,16	3.782.140,17	4.099.426
BANANAL	2.624.219,47	1.999.591,90	2.339.809,89	2.506.658
BARRA BONITA	3.136.667,02	2.278.171,38	2.687.894,52	2.882.124
BATATAIS	3.333.440,32	2.443.912,62	2.911.003,83	3.086.683
BERTIOGA	7.942.609,52	5.931.355,23	6.912.681,87	7.596.335
BRAGANÇA PAULISTA	7.058.407,02	5.400.522,26	6.343.732,43	6.891.570
BROTAS	3.187.481,62	2.418.062,87	2.745.993,98	2.961.200
CACONDE	2.699.408,37	1.989.950,47	2.336.053,75	2.507.693
CAMPOS DO JORDÃO	4.669.221,22	3.492.311,68	4.116.858,26	4.443.340
CAMPOS NOVOS PAULISTA	2.595.439,42	1.937.902,57	2.278.349,59	2.407.056
CANANÉIA	2.770.448,57	2.053.017,48	2.410.815,84	2.584.524
CARAGUATATUBA	7.809.832,77	5.390.457,91	6.210.045,47	7.063.115
CUNHA	2.684.098,52	1.983.614,98	2.330.491,03	2.470.194
ELDORADO	2.602.457,92	1.934.920,33	2.283.924,91	2.421.801
EMBU DAS ARTES	5.721.140,12	4.163.179,95	4.874.581,46	5.522.257
GUARATINGUETÁ	4.607.155,97	3.301.439,33	4.095.261,26	4.355.870
GUARUJÁ	27.220.546,02	18.981.955,46	21.356.402,48	22.363.717
HOLAMBRA	2.887.837,87	2.194.615,97	2.614.639,84	2.799.688
IBIRÁ	2.692.103,77	2.016.442,58	2.372.246,10	2.508.799
IBITINGA	3.002.040,77	2.296.557,67	2.660.618,16	2.822.332
IBIUNA	3.655.703,27	2.717.066,65	3.494.436,35	3.937.350
IGARAÇU DO TIETÊ	2.716.402,87	2.022.500,88	2.377.592,74	2.520.198
IGUAPE	2.823.406,47	2.087.266,09	2.444.986,95	2.596.969
ILHA COMPRIDA	3.489.926,22	2.649.610,09	3.058.410,31	3.316.767
ILHA SOLTEIRA	2.801.938,87	2.086.562,07	2.520.066,24	2.604.731
ILHABELA	3.753.242,52	3.028.217,7	3.497.302,58	3.864.314
ITANHAÉM	5.931.721,52	5.843.111,67	5.046.971,59	5.482.738
ITÚ	9.327.966,52	6.837.000,00	7.937.661,90	8.018.274
JOANÓPOLIS	2.655.764,52	1.999.189,46	2.340.562,12	2.494.423

LINDÓIA	2.682.743,57	2.007.935,86	2.348.825,92	2.496.983
MONGAGUÁ	4.767.185,42	3.553.811,86	4.021.637,24	4.416.594
MONTE ALEGRE DO SUL	2.688.996,67	1.999.053,12	2.339.126,97	2.498.837
MORUNGABA	2.690.414,92	2.020.354,81	2.331.441,47	2.484.821
NUPORANGA	2.609.716,77	1.942.605,07	2.309.971,10	2.453.490
OLÍMPIA	3.413.798,92	2.733.752,98	3.490.819,35	3.890.234
PARAGUAÇU PAULISTA	3.102.946,37	2.293.049,67	2.659.963,15	2.805.305
PARANAPANEMA	2.828.306,72	2.116.100,28	2.509.737,27	2.738.332
PEREIRA BARRETO	2.785.339,42	2.038.512,22	2.452.368,72	2.575.227
PERUÍBE	4.832.680,92	3.670.116,45	4.299.952,02	4.565.051
PIRAJÚ	3.007.042,72	2.229.022,59	2.566.815,67	2.787.840
POÁ	9.202.428,47	8.240.382,22	10.340.024,89	10.307.554
PRAIA GRANDE	21.267.219,32	14.066.620,44	16.738.017,68	18.311.988
PRESIDENTE EPITÁCIO	2.859.808,12	2.234.332,69	2.534.869,55	2.667.823
RIBEIRÃO PIRES	5.107.417,67	3.805.774,06	4.233.390,68	4.628.974
SALESÓPOLIS	2.601.422,82	1.947.686,81	2.291.471,05	2.441.570
SALTO	4.946.783,72	3.843.031,03	4.637.287,17	5.102.709
SANTA FÉ DO SUL	3.101.729,07	2.345.696,42	2.777.595,86	2.960.670
SANTA RITA DO P. QUATRO	3.082.544,62	2.283.777,58	2.696.171,94	2.819.990
SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	2.645.374,12	1.980.249,22	2.324.470,09	2.481.733
SANTOS	41.798.557,22	30.582.977,36	37.463.392,42	36.548.426
SÃO LUIZ DO PARAITINGA	2.682.803,57	1.974.462,45	2.321.687,48	2.469.082
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	2.586.134,72	1.929.078,61	2.280.860,91	2.431.401
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	2.719.806,62	2.010.942,08	2.343.790,44	2.488.895
SÃO PEDRO	3.182.221,97	2.427.557,58	2.877.269,25	3.043.170
SÃO ROQUE	4.302.707,67	3.211.718,99	4.008.144,76	4.058.990
SÃO SEBASTIÃO	8.982.954,42	6.145.045,23	8.180.244,87	10.150.853
SÃO VICENTE	10.390.666,67	8.109.334,52	9.211.807,59	10.450.859
SERRA NEGRA	3.662.238,77	2.708.526,22	3.017.781,42	3.238.173
SOCORRO	3.205.304,57	2.405.400,37	2.812.989,20	3.021.468
TREMEMBÉ	3.390.140,17	2.532.003,66	2.905.225,64	3.075.181
TUPÃ	3.729.375,87	2.772.510,87	3.210.779,14	3.481.011
UBATUBA	5.674.204,92	4.197.926,85	5.184.937,99	5.872.128
T O T A L	356.162.977,80	265.423.340,12	312.484.934,50	333.077.697

Apêndice G

Obras finalizadas dos pleitos elencados na pesquisa no período analisado

	Nome do pleito	% de conclusão de obra
1	infraestrutura em Vias Turísticas	100
2	Instalação de Equipamentos Esportivos	98,6
3	Reforma Reurbanização e Revitalização do Morro do Cristo - Parque Chico Mendes	100
4	Pavimentação da Avenida Itaú	100
5	Revitalização, Ampliação e Reforma do Centro de Esportes, Lazer e Turismo Benedito Alcindo Biazzeti	100
6	Remodelação, Ampliação e Reforma da Praça do Cruzeiro na Orla Tur. da Est. Tur.Barra Bonita	100
7	mud. obj.de:'Conj Proj. Execut. Voltados a Alavancar Of. Turística'para 'Obras de Infraestr.II	100
8	Revitalização do Terminal Rodoviário Professor Heitor Almeida Ribeiro	98,42
9	Infraestrutura em Áreas e Vias Urbanas	100
10	Urbanização do Eixo Principal e Entorno - Porto Capivari - Fase II (obras de infraestrutura, acessib	100
11	Urbanização da Praça Fonte da Amizade e Entorno - Fase II	100
12	Reforma e Ampliação do Espaço Multiuso Turístico e Cultural	100
13	Infraestrutura em Vias de Interesse Turístico de Guarujá - Sede e Distrito de Vicente de Carvalho	100
14	Infraestrutura em Vias de Interesse Turístico de Guarujá - Sede e Distrito de Vicente de Carvalho	95
15	Infraestrutura em Vias de Interesse Turístico de Guarujá - Sede e Distrito de Vicente de Carvalho	100
16	Construção da Praça do Moinho Povos Unidos - Etapa I	100
17	Elaboração de Projeto Arquitetonico e Executivo de Obras Turísticas Municipais	100
18	Construção de Praça no Sistema de Lazer do Jardim América	100
19	Infraestrutura em Vias Públicas	100
20	Urbanização / Reurbanização de Vias de Interesse Turístico	100
21	Revitalização da Praça Angelo Guerra	100
22	Elaboração de Projeto de Paisagismo Av. Ermelino Maffei	100
23	Urbanização da Praça Periscopio	100
24	Melhoria de Infraestrutura de Acesso e Mobilidade da Estrada Municipal dos Mosquitos	100
25	Reforma, Modernização,Revitalização e Infraestrutura de todo o Terminal Rodoviario Ezio Coli	100
26	Construção do Complexo Esportivo de Skate e BMX	100
27	Pavimentação da Parte Final da Estrada do Bairro dos Francos (MAS 8A)	100
28	Pavimentação do Final da Rua Henrique de Oliveira Homem	100
29	Pavimentação da Rua José Quintino da Costa	100
30	Recapeamento e Pavimentação da Rua Primo Provence	100
31	Pavimentação da Rua Luiz Carlos Borella	100
32	Infraestrutura Urbana na Estância Turística de Morungaba	100
33	Reforma e Revitalização do Lago na Praça dos Italianos	100
34	Execução de áreas de Alimentação na Praça Rui Barbosa	100
35	Projetos Executivos para Fomentar o Turismo no Município	100
36	Infraestrutura em Vias Turísticas	100
37	Ponto do Esporte e Revitalização de Praças	100
38	Mud.Ob. de "Constr. Sanit.Centro Fom;Tur.Agrop.Industrial Pref.C.Dardes" para "Infr.Vias Turísticas"	100
39	Revitalização da Avenida Nossa Senhora de Fátima	100
40	Construção de Palco de Eventos	100
41	Revitalização de Vias do Bairro Bom Retiro	100
42	Revitalização da Rua Marrey Junior	100

43	Reurbanização da Ciclovia da Orla	100
44	Revitalização da Avenida General Câmara	100
45	Infraestrutura Turística - Fase 4	99,54
46	Reurbanização da Área Central - Fase 4	100
47	Infraestrutura Turística - Fase 3	100
48	Revitalização do Parque Maria Angelica	100
49	Revitalização do Lago Novo Horizonte	100
50	Revitalização da Feira do Produtor	100
51	Revitalização do Boulevard de Artes e Artesanato "Dona Ermelina"	100
52	2º Etapa do Sistema de Prevenção e Combate a Incendio	100
53	Infraestrutura, Pavimentação Asfáltica e Recapeamento em Ruas do Município	100
54	2ª Etapa da Reforma do Conjunto Aquático Carlos D'Andrea Colchetti	100
55	Construção de Passarela e Revitalização da Rua José Maria Azevedo e Souza	100
56	Construção de Portais no Roteiro Turístico de Socorro - 1ª Etapa	100
57	Reforma do Palácio das Águas	100
58	Recapeamento de Avenidas Centrais de Acesso a Equipamentos Turísticos	100
59	Revitalização da Avenida Coronel Germano- 2ª Etapa	100
60	Revitalização da Rua Jorge José Farah	100
61	Infraestrutura em Vias de Interligação de Pontos Turísticos	100
62	Acessibilidade das Ruas Centrais do Município	100
63	Pavimentação e Drenagem da Rua Rio Pó - Jardim Figueira	95,11
64	Recapeam.Asf. Vias Urbanas locais p/melhor atendim. do Acesso / fluxo Turistas aos Ptos Turísticos	100
65	Revitalização de Cinco Rotatórias em Aparecida	100
66	Pavimentação da Estrada Municipal Hisaichi Takebayachi	100
67	Implantação da Sinalização Turística	100
68	Implantação de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Bloquetes de Concreto	100
69	Restauração da Pavimentação Asfáltica na Avenida Papa João Paulo II	100
70	Recapeamento Asfáltico de Diversas Vias Públicas em nosso Município da Est. Tur. de Barra Bonita	100
71	Remodelação e Reforma da Fonte Luminosa na Praça Dr. Clodoaldo Antonangelo na Orla Turística	100
72	Infraestrutura Urbana - Pavimentação Asfáltica e Recapeamento de Ruas	100
73	Revitalização de Praças	100
74	Melhorias na Iluminação de Vias Públicas	100
75	Infraestrutura em Áreas e Vias Urbanas - Anel Viário	100
76	Infraestrutura em Áreas e Vias Urbanas: Bairro Cristais	100
77	Urbanização da Praça Silvio Rios e Entorno	100
78	Infraestrutura Urbana em Diversas Vias de Interesse Turístico	97,4
79	Recapeamento com sinalização horizontal em diversas vias do Município	100
80	Construção do parque Cidade das Crianças - Etapa II	95,21
81	Construção de 3 Fontes Luminosas	100
82	Iluminação de Led - Etapa I	100
83	Infraestrutura Turística - Sinalização Turística	100
84	Construção de Calçamento e Ciclovia no Prolongamento da Rua Eugenio Teodoro de Farias	98,45
85	Reurbanização da Avenida Mário Carvalho Silva e seu Entorno	100
86	Construção de Bosque Municipal com Calçamento e Alambrado dotado com Rampas de Acessibilidade	100
87	Recapeamento de Diversas Ruas - Com Implantação de Rampas para Acessibilidade	96,94
88	Pavimentação de Vias Públicas	99,24
89	Prolongamento e Reurbanização Central e Lateral da Av. Regina Mito Périco, na Est. Tur. de Igarapu	98,11
90	Reurbanização da Avenida Elias de Souza Dantas, na Estância Turística de Igarapu do Tietê	95,57
91	Instalação de Equipamentos Públicos em Áreas de Interesse Turístico	100
92	Revitalização da Praça da Independencia	99
93	Revitalização no acesso a Extrema - MG	100
94	Plano Diretor de Turismo	95

95	Valorização Turística da Orla da Praia -trecho 13	100
96	Sinalização de Vias Públicas da Área Central da Estância Climática de Morungaba	100
97	Reforma do Centro Cultural "Sobrado Amalfi"	100
98	Construção do Centro de Artesanato	100
99	Recapeamento Asfáltico em Vias Públicas que dão Acesso a Pontos Turísticos	100
100	Recuperação das Vias em Bloquetes no Centro da Cidade	100
101	Revitalização do Pequeno Lago	100
102	Remodelação da Pista de Skate	100
103	4º Etapa de Construção do Recinto de Festas	95,22
104	Reurbanização da pça Duque de Caxias - bairro Canto do Forte	100
105	Recapeamento da Avenida Presidente Castelo Branco	100
106	ciclovía	100
107	Infra. em Vias Turísticas do Município - Recap. Asfáltico com CBUQ	100
108	Revitalização do Centro Para Atendimento ao Turista- Etapa 5.	100
109	Parque Linear Jardim Mangará- Etapa I.	100
110	Revitalização da Praça da Bíblia.	100
111	Sinalização.	100
112	Reforma do Terminal Rodoviário - 2º Etapa	100
113	Pavimentação Asfáltica da Estrada de Acesso a Cachoeira do Lageado	100
114	Revitalização do Centro - 6ª Fase	100
115	REVITALIZAÇÃO DE RUAS - PAISAGISMO ALAMEDAS	100
116	Revitalização do Jardim Botânico - 2ª Etapa	100
117	REVITALIZAÇÃO DE VIAS DO BAIRRO MONTE CABRÃO	100
118	Infraestrutura Turística - Fase 5	100
119	Infraestrutura Turística - Fase 6	100
120	Obras de Infraestrutura para Calçamento de Pontos Críticos em Estradas Rurais - 2ª Fase	99,1
121	Reforma da Praça do Surf de Maresias	96,17
122	Infraestrutura e Pavimentação Asfáltica e Recape em Ruas do Município	100
123	Centro de Lazer e Exposições da Rota Turística do Bairro Barroco	100
124	Infraestrutura de Apoio do Complexo Turístico Bairro da Serra	100
125	Construção de Praças no Parque Antônio Ferreira Barbosa e Jardim Saltinho	100
126	Infraestrutura em Vias de Interligação de Pontos Turísticos	100
127	Implantação de Turismo no Bairro da Casanga	100
128	2º Etapa de Infraestrutura e Vias de Interesse Turístico do Município	98,92
129	Modernização Da Iluminação Pública Do Centro histórico Comercial De Águas Da Prata	100
130	Construção de Cobertura da Pista de Skate	100
131	Monumento "padre José Alves Vilella".	100
132	Prolongamento da Avenida Rosa Zanella Petri	100
133	Implantação do Centro de Informação ao Turista	100
134	Melhorias na Iluminação de Vias Públicas - Fase II	100
135	Construção da Praça da Bíblia.	96,87
136	Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Interesse Turístico no Município de Cananéia	100
137	Praia de Pitangueiras: posto de Salvamento da R. Quintino Bocaiúva - Nova Edificação	100
138	Remodelação da Alameda Mauricio de Nassau - Etapa III	100
139	Recapeamento com Sinalização Horizontal em Diversas Vias do Município - 2ª Etapa	100
140	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA - ENTRADA DA CIDADE AV ENG IVANIL FRANCISCHINI E REGIÃO CENTRAL	98,63
141	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO EM PEDRA ARRUMADA NA LAGOA DA PRAIA MARIA DO CARMO DE ABREU SODRÉ.	100
142	Urbanização de Vias de Interesse Turístico - Trecho 2	100
143	Recapeamento e sinalização em vias de acesso à Praça dos Exageros	100
144	Revitalização no Acesso à Cachoeira dos Pretos - Fase I.	100
145	Adequação do Recinto de Exposição e Lazer Antonio Toledo para Espaço Multiuso.	100
146	Construção e Adequação de Praças em Frente ao Paço Municipal Agostinho de Souza Godoy	100

147	Restauração de Muretas da Orla da Praia - Divisa com Município de Praia Grande até nº 5.662.	100
148	Reforma dos Sanitários Públicos	100
149	Recapeamento de Trecho da Estrada Nelson Taufic Narsi.	100
150	Melhorias e pintura no Complexo Turístico.	100
151	Sinalização Turística - Diversas ruas do Município	100
152	Melhorias no Parque Ecológico do Camanducaia - Cobertura do pátio e paisagismo	100
153	Infraestrutura Urbana no Bairro Cachoeirinha .	100
154	Reforma e Revitalização do Parque Ecológico - Segunda Fase	96,81
155	Infraestrutura Urbana no bairro São Benedito	100
156	Valorização dos acessos aos Pontos Turísticos.	96,68
157	Reforma e Revitalização da Fonte Luminosa Prefeito Jaime Monteiro	100
158	Construção da Praça 70 anos	100
159	Elaboração de Projeto de Geotecnia para Reforma e Revitalização da Escadaria do Monte Serrat	100
160	Revitalização da Praça do Portal de Entrada da Cidade.	100
161	Urbanização da Av. Tupiniquins	100
162	Construção de Portais no Roteiro Turístico de Socorro – 2ª Etapa .	100
163	Infraestrutura urbana de interesse turístico - Recapeamento Asfáltico	100
164	Reurbanização da Av. Pedro Ometto e Av. Rosa Zanella Petri (Orla Consolidada)	99,47
165	Modernização do Sistema de Iluminação Pública, com Instalação de Lâmpadas de LED...	100
166	Modernização do Sistema de Iluminação Pública em lâmpadas de LED no Calçadão e Adjacências da Orla	100
167	Modernização do Sistema Público de Iluminação Ornamental, com instalação de lâmpadas de LED...	100
168	Implantação de Pontos de Ônibus Temáticos.	99,08
169	Revitalização dos Canteiros Centrais da Avenida Paraná.	100
170	Projeto para Recuperação Estrutural do Viaduto Aristides Bastos Machado - 1ª Etapa.	100
171	Revitalização da Vila de São Vicente.	100
172	Elaboração do Plano Municipal de Turismo.	100

Apêndice H

Obras em andamento dos pleitos elencados na pesquisa no período analisado

	Nome do pleito	% de conclusão de obra
1	Implantação de Sanitários Públicos para atendimento de fluxo turístico - Fase 2	0,05
2	Pavimentação e Urbanização da Avenida Magno Bittencourt - Costa Sul.	0,13
3	Construção do Espaço Gastronômico.	0,18
4	Construção do Espaço Artístico.	0,18
5	Construção de Centro Cultural.	0,29
6	Prolongamento, Reurbanização e Implantação de Dispositivo Viário...	0,33
7	Urbanização da Via de Interesse Turístico - Avenida Eng.Martinho Storace-Trecho Praia Ponta das Cana	0,35
8	Construção do Parque Linear - Etapa II	0,49
9	Revitalização do Centro Esportivo e de Lazer "1º de Maio".	0,5
10	Pavimentação Asfáltica da Estrada Turística Angolana e Estrada da CEFRI - Fase 1	0,63
11	Requalificação da Orla do Valo Grande - Fase III	0,85
12	Pavimentação Asfáltica da Estrada Municipal do Caetê - Fase 2	0,87
13	Revitalização da Avenida Cel. Jonas Alves de Mello - Acesso à Praia Pôr do Sol.	0,97
14	Implantação de Parque Linear - Fase 3.	1
15	Construção do Pavilhão da Feira Municipal e Multi Eventos - 2ª Etapa.	1
16	Revitalização e Infraestrutura Turística da Entrada da Cidade	1,11
17	Reforma do Prédio da Aldeia Cultural.	1,14
18	Revitalização da Cachoeira da Cascatinha.	1,31
19	Construção de terminal para embarque de passageiros com atracadouros flutuantes metálicos articulado	1,45
20	Pavimentação e Urbanização da Rua dos Bacuris e Avenida Manoel Rebello Filho - Costa Sul	1,62
21	Revitalização da Praça Joaquim Antônio Arruda.	3,51
22	Construção de Praça de Lazer.	3,71
23	Construção da Arena de Eventos 4ª fase no Parque de Exposições Dr. Fernando Cruz Pimentel.	3,99
24	Requalificação de Praças do Centro Turístico - Praça Félix Nobre de Campos...	4,79
25	Instalação e Implantação de Sistema de Monitoramento de Imagens na Orla Turística da Praia	4,96
26	Revitalização do Caminho Turístico do rio do Peixe – 2ª Etapa – Estrada M. do Bairro do Rio Peixe.	5
27	Projeto de Sinalização de Orientação Turística de Guaratinguetá	5
28	Criação de um Novo Parque de Entrada da Cidade e Integração do Portal de Entrada - 1ª Etapa.	5,38
29	Revitalização do Parque Ecológico Marcelo Golinelli.	5,92
30	IMPLANTAÇÃO DA SEGUNDA FASE DO CENTRO DE EVENTOS TURISTICOS.	6,12
31	Centro de Arte e Artesanato	6,67
32	Reurbanização da Área Central - Fase 5.	7,13
33	Construção da Arena de Eventos 1ª fase no Parque de Exposições Dr. Fernando Cruz Pimentel	7,82
34	REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DA MARANDUBA - REGIÃO SUL.	8,44
35	Reforma de Duas Fontes no parque Balneário de Águas de Santa Bárbara	8,66
36	Reurbanização da Av.João da Silva Nogueira.	9,13
37	Infraestrutura para Implantação de Ciclovía na Avenida Aprovada 927	10
38	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Estancia Balneária de Ubatuba	10
39	Construção dos Portais nos bairros dos Pereiras e Lavras de Cima	10,63
40	Estruturação das Vias de Interesse Turístico - Fase 2	11,03
41	Revitalização da Praça Dr. Octávio Moura Andrade - Monumento das Águas	11,07
42	Revitalização da Orla do Mar Pequeno	11,65
43	Obras do Trem Republicano	11,76
44	Revitalização da Praça Stélio Loureiro	11,92
45	Reestruturação Turística da Orla Marítima Guarujá - 3ª Fase	12
46	Urbanização da Praça Washington Luiz	12,4

47	Urbanização da Avenida Doutor José Peixe Abade - Avenida Beira Mar.	12,44
48	Requalificação Urbana: Calçamento, Iluminação e Paisagismo.	13,25
49	3ª Fase do Centro de Eventos (Reforma do Centro de Convenções).	13,45
50	3º Fase da Construção do Predio do Balneário	13,93
51	1ª Etapa de Construção de Pontos de Ônibus com Padronização Temática	14,04
52	Infraestrutura de Pavimentação e Obras Complementares	14,17
53	Pavimentação Asfáltica da Estrada Francisca dos Santos Silva.	14,3
54	Reurbanização da Via Jaime de Castro (trecho Avenida Rui Barbosa/Avenida Ary Carneiro de Saraiva).	14,4
55	Reforma da Ala Feminina no Balneário Evaristo Mendes Seixas.	14,78
56	Revitalização da Avenida D.Ana Costa	15
57	Urbanização do Itararé - Fase I.	15
58	Construção e Adequação de Equipamentos Públicos nas Praias - 2º Fase	15,3
59	Revitalização da Praça Pádua Salles - Centro - 2ª Etapa.	16,4
60	2ª Etapa da Constr. de uma Sala Mult. para Eventos, Simpósios, Cinema, Teatro e Espetáculos em Geral	17,5
61	Reurbanização do Emissário - Museu do Surf	17,5
62	Reforma e Adequação da Praça Albano Ferreira - Balneário Flórida.	18,45
63	Construção de ponte com 08 metros de comprimento e 7,3 metros de largura, sob o Rio Meninos	19,02
64	Revitalização do Calçadão do Balneário	19,11
65	Reforma e Ampliação do Prédio Virgílio Pereira para Centro Administrativo de Turismo - fase 2	19,18
66	Revitalização do Centro Expandido do Bairro Boqueirão - Etapa Complementar	20
67	Revitalização das Vias Públicas da Área Central de Batatais - 1ª Etapa.	20
68	Obras de Infraestrutura das Vias de Acesso ao Santuário de Frei Galvão - Fase 1	20
69	Pavimentação de vias públicas - Estrada Cecília Bertholini e Rua Sebastião Zappa.	20
70	Centro Integrado de Monitoramento Urbano - 3ª Etapa	20
71	Parque de Atividades Radicais – Fase 1	20,03
72	REFORMA E MELHORIAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO - AVENIDA JOÃO GIRARDELLI - CENTRO.	20,3
73	Infraestrutura de Apoio no Parque Santa Lídia.	20,8
74	Sinalização e Comunicação Visual Turística de Vias Públicas	20,82
75	Implantação Infraestrutura e Lazer na Ilha do Sol	21,31
76	Melhorias no Parque o Figueiral	22,23
77	CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NAS PRAIAS - 3º FASE.	22,73
78	Reforma e Ampliação do Prédio do Hospital Virgílio Pereira para Centro Turístico e de Eventos	23,07
79	Estação Turismo: Centro de Recepção ao Turista e Revitalização do Centro de Guaratinguetá	23,34
80	Execução de Reforma do Campo do Distrito de São Roque da Fatura	23,43
81	Execução de Sinalização Turística Integrada.	23,98
82	Revitalização da Avenida Aristides de Andrade e Rua Francisco Pereira Rangel.	24,11
83	URBANIZAÇÃO DA RUA AUGUSTO RIBEIRO PACHECO.	25
84	Requalificação da Av. Moura Ribeiro com Enfoque em Acessibilidade.	25
85	Restauo da Sala Princesa Isabel - Paço Municipal - Palácio José Bonifácio	25
86	2º Etapa Revitalização, Reforma, Remodelação Ampliação do Antigo Hotel Turístico Mun. Barra Bonita	25,24
87	Obras de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - Fase 1	25,8
88	Melhorias e Adequações de Equipamentos na Praia do Pôr do Sol para atender os turistas.	26,43
89	Boulevard Gastronômico - Fase II.	26,75
90	Construção de Banheiro Público no Mirante do Cristo.	28
91	Revitalização da Praça dos Exageros e Entorno.	28,17
92	Execução de Serviços Complementares no Teatro Municipal	28,79
93	Revitalização da Rua José Lucas, Centro.	29
94	Reurbanização da Avenida Governador Mario Covas Júnior - Diversos Bairros.	29,01
95	Infraestrutura em Área Turística - Requalificação Urbana com foco na Mobilidade do Canal Central da	29,28
96	Recuperação do Prédio do Barracão da FEPASA para Implantação do Museu Ferroviário	29,64
97	Infraestrutura na Av.Mãe Bernarda	29,81
98	Projeto Arquitetônico para a Reforma e Revitalização do Centro de Cultura Patrícia Galvão	30
99	Centro Turístico, Cultural e Esportivo da Vila Progresso – 2ª Etapa	30
100	Revitalização da Paisagem Urbana da Igreja Matriz e Mercado.	30

101	Revitalização da Praça Ângelo Zanini.	30,79
102	Infraestrutura da Rua Maceió	30,94
103	Cobertura, Iluminação e Fechamento da Pista de Skate	30,99
104	Construção de Praça na Vila de Fátima - Avenida Ministro Nelson Hungria, S/N - Bairro Vila de Fátima	30,99
105	3ª Etapa Infraestrutura em Vias de Interesse Turístico no Município	32,67
106	Infraestrutura Urbana em Vias de Interesse Turístico no Município	33,86
107	3ª Etapa de Ciclovia	33,93
108	ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LÂMPADA DE LED EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.	33,97
109	Reforma de Praça e Pontos Turísticos Morro Itatiaia - MORRO DO CRISTO.	34
110	Revitalização das Vias da Ponta da Praia - 1ª Etapa	35
111	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA - DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO.	35,5
112	Drenagem, Recapeamento e Sinalização Viária da Av. José Maria Marques de Oliveira...	35,89
113	Revitalização da Avenida Deputado Castro de Carvalho	36,12
114	Sistema de Monitoramento	36,25
115	Reforma e Remodelação de Parques, Praças e Iluminação	39,07
116	Fase I da Revitalização do Mercado Municipal e Entorno - Praça da Bandeira - Centro	39,5
117	Infraestrutura Urbana - Fase I	40
118	REURBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DA ENSEADA NO BAIRRO RIO DA PRAIA.	40
119	Revitalização do Ginásio Rebouças - 2ª Etapa	40
120	Reurbanização da Praça da Biquinha de Anchieta	40
121	Revitalização da Praça Monsenhor Pedro Vale Monteiro.	40,83
122	BOULEVARD GASTRONÔMICO - FASE I.	41,05
123	Sinalização Turística, Interpretativa e de Trânsito.	41,08
124	INFRAESTRUTURA URBANA - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	43,07
125	Manutenção em Ruas do Município.	43,42
126	Restauração de Passeios da Orla da Praia - Trecho entre divisa com Mun.Praia G. até 9 de julho.	44,79
127	Revitalização do Cristo Redentor.	44,9
128	Construção de dois Banheiros no Recinto de Exposições João Orlandi Pagliusi.	44,94
129	Obras de Infraestrut. Turist.Urbana: Urbanização da Av. Engenh. Arquit.Eduardo Correa da Costa Junior	45
130	Requalificação e Revitalização Estrutural e Paisagística das Principais Avenidas Rotatorias e Praças	45
131	Revitalização de Vias do Bairro Santa Maria - 1ª Etapa	45
132	Ampliação do Sistema Viário Turístico, Interligando as ruas João Belini e Benedita Paulista, no lote	45,67
133	Restruturação de Áreas Turísticas	46
134	Reforma de Pavilhão para Eventos - 1ª Etapa	46
135	Reforma de Áreas Turísticas do Município - Fase 01.	48,1
136	Melhoria de Vias de Acesso aos Pontos Turísticos	49,87
137	Implantação de Sanitários Públicos para atendimento de fluxo turístico	50
138	Revitalização e Modernização do Entorno do Grande Lago do Município de Lindóia	50
139	Reabilitação do Portinho do Parque das Bandeiras - Gleba 2	50
140	Construção do Parque Cidade das Crianças - Etapa III	50,28
141	Reforma do Mercado Municipal - Fase I	50,96
142	Implantação de Lixeiras Personalizadas, Padrão, Containers e Ecopontos.	51,27
143	Infraestrutura na Avenida Ermelindo Maffei	52
144	Revitalização e Adequação do Jardim das Cerejeiras	52,12
145	Recapeamento Asfáltico de Ruas do Jardim Santo Antonio	52,96
146	Infraestrutura em Vias Turísticas	52,97
147	Revitalização da Passarela de Acesso ao Centro Histórico e do Gradil Adjacente a Margem do Rio.	53,37
148	Infraestrutura no Parque Prainha	53,99
149	Implantação de Centro de Eventos Turístico	54,41
150	Revitalização do Lago da Pesca	54,54
151	Construção do Mirante do Bosque Municipal	54,87
152	Urbanização do Eixo Principal e Entorno-Portal/Capivari-Fase III (Obras de Infra, Acessibi. e Urb.)	55,06
153	Reurbanização e Revitalização de Calçadas, Ruas, Avenidas e Praças	55,11
154	Revitalização da Av.Sebastião de Mello Mendes.	55,27
155	Revitalização da Rotatória Moisés Dias da Silva, localizada no dispositivo de acesso viário às Estân	55,54

156	Readequação do Pavilhão de Eventos do Parque Ecológico Tércio Garcia	60
157	Reurbanização da Praça Barão do Rio Branco.	60
158	Infraestrutura em áreas de Interesse Turístico	60,72
159	Infraestrutur Urbana em ruas Av.(Pav. Guias Sarjetas Gal.Pluvial) que levam a locais turist. da Cid.	61
160	Recapeamento Asfáltico e Sinalização Horizontal nas Principais Vias do Município de Lindóia	61
161	Revitalização do Parque Fonte Santo Agostinho	61,14
162	Implantação do Teatro De Arena No Complexo Turístico Mirante Do Camaroeiro.	61,42
163	Infraestrutura Urbana em Vias de Interesse Turístico,Recapeamento, Pavimentação Asfáltica e Drenagem	63,14
164	Reforma do Ginásio Municipal José Pereira Neto	63,54
165	Implantação de Pista Voo Livre	64,03
166	Pavimentação da Estrada Vicinal Pedro Alves Gonçalves – Trecho 2	64,45
167	Revitalização do Parque das Fontes	64,57
168	Palco de Alvenaria com Acessibilidade no Barracão do Recinto de Festas	65,42
169	Recapeamento de Pavimento Asfáltico e Recuperação de Paralelepípedos	66,17
170	Infraestrutura Turística - Fase VII - Bairro Monjolinho.	66,35
171	Remodelação da Entrada da Cidade-Rodovia CNP-020 (Francisco Antunes Ribeiro).	66,39
172	Infraestrutura, Pavimentação Asfáltica e Recape Ruas do Município	66,99
173	Recapeamento Asfáltico em diversas vias do município	68
174	Construção De Ponte Sobre O Rio Olaria.	68
175	Mud.Obj. de "Obras Requalif. Ruas/Pr. Centro Hist. Cunha - Etapa 1" para "Pavim.Estrada Vicinal	69,37
176	Infraestrutura e Pavimentação Asfáltica na Av. Agostinho Franco de Oliveira.	69,73
177	Infraestrutura em Vias de Vicente Carvalho: Rotas do Dragão - Paraíso das Compras	70
178	Infraestrutura das Ruas do Centro Turístico - 2ª Fase	70
179	Pavimentação parcial de vias turísticas	70
180	2ª Etapa do Emissário Submarino: Ampliação da Torre dos Jurados.	70
181	Pavimentação de Vias Turísticas.	70
182	Infraestrutura em Vias do Município.	70,16
183	Construção de Pavilhão para a Feira Municipal e Multi Eventos.	71,15
184	Infraestrutura em Vias Turísticas do Município	71,41
185	Reurbanização de Vias e Pontos de Interesse Turístico	73,36
186	Revitalização da Praça Padre Miguel e Calçadas do Entorno.	73,64
187	Revitalização da Avenida Quatorze de Março.	74
188	Portal Turístico no Distrito das Mostardas	74,71
189	Praia das Astúrias: Av. Gal. Monteiro de Barros - Iluminação do Calçadão na Orla da Praia	75
190	Melhorias na Ciclovía e Portal Turístico.	75,46
191	Infraestrutura e Melhorias de Acesso a Diversos Pontos Turísticos do Município	75,68
192	Revitalização do Bosque da Amizade "Germano de Carvalho" - Vila Paraiba	75,86
193	Revitalização do Antigo Terminal Rodoviário - Fase II	76,2
194	Revitalização Entrada da Cidade pela Av. Jeronimo de Camargo - 2º Etapa	78,13
195	Execução de Revitalização do Lago, Reforma do Campo e Vestiário do Bairro Fonte Platina	79,23
196	REFORMA DO PORTAL DE ENTRADA E DO POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA - PIT - TRECHO 1	79,68
197	REVITALIZAÇÃO DA PÇA DO SESC	80
198	Revitalização e Adequação do Portal como Centro de Apoio ao Turista	80
199	Recapeamento Asfáltico com CBUQ em Vias Turísticas do Município	80,03
200	Urbanização de Vias de Interesse Turístico/Reurbanização de Pontos de Interesse Turístico	80,09
201	Revitalização das Vias do Entorno e Acesso ao Engenho dos Erasmos	80,66
202	4ª Etapa de Reformas na Praça de Esportes	81,67
203	1ª Etapa da construção de uma sala multiuso p/Eventos, Simposios, Cinema, Teatro e Espetaculos no Cen	81,93
204	Construção da Cidade das Crianças - Etapa I	82,33
205	Infraestrutura em Áreas e Vias Urbanas - Cristais Fase II	82,66
206	Revitalização da Área de Lazer do Loteamento Nova Serra Negra	82,79
207	Reforma do Ginásio de Esportes "Celso Sintoni" - 2º Etapa.	84
208	Revitalização da Fonte Santo Estevão	84,3
209	Infraestr. em Vias de Interesse Turist. de Guarujá - Sede e Distrito de V. Carvalho - Rota do Dragão	85
210	Reforma do Mini Mis - Casinha do Lago - Lago do Taboão	85
211	Melhorias de pontos críticos em acesso a pontos turísticos	85

212	Recapeamento de Diversas Ruas e Avenidas do Município de Socorro	85
213	Revitalização das Pontes na Estancia Climatica de Morungaba	85,23
214	Construção e Reforma do Complexo Turístico do Pontal do Jacaré - Fase 1	85,77
215	Execução da Obra de Revitalização da Orla Fluvial	86,43
216	Urbanização da Avenida Aurora Forti Neves - Vale Turismo - Fase I	87,5
217	Infraestrutura para Implantação de Ciclovia na Avenida Afonso Schimidt	87,5
218	Infraestrutura para evitalização do Lago Artificial "Ofelia Borges Silva Alves" e áreas adjacentes	88
219	Reurbanização da Praça Portugal	88
220	Implantação e Modernização da Iluminação Pública das Principais Ruas e Avenidas do Sistema Viário	89
221	Pavimentação Asfáltica dos Acessos para a Represa do Patrimônio.	89
222	Modernização de Sistema de Iluminação em Vias Turísticas	90
223	Centro Integrado de Monitoramento Urbano - 2ª Etapa	90
224	Reurbanização da Rua Japão	90
225	Recapeamento de Vias do Município - Fase 2	90,92
226	Pavimentação Asfáltica da Estrada Municipal Caetê - Fase 1	91
227	Contratação de Projeto Executivo, Obra de Reurbanização e Calçamento de Vias e Ruas da Estância	91,97
228	Parque Municipal de Amparo	93,12
229	Recapeamento de Vias do Centro Velho da Cidade	93,94
230	revitalização do Parque cidade da Criança	94,23
231	Infraestrutura em Áreas e Vias Urbanas - Barirro Cristais Fase III.	94,61
232	Infraestrutura e Melhorias de Acesso a Diversos Pontos Turísticos do Município	94,87
233	Construção de Centro Cultural, esportivo e de Lazer no Município de Ilha Comprida	10
234	Revitalização e Recuperação de Áreas de Balneoterapia – Fase 01.	10
235	Revitalização dos Acessos e Entorno da Rodoviária	10
236	Rua Silvio Daige, Jardim Tejereba - Pavimentação, Drenagem e Sinalização Viária	10
237	Infra. Urb.(Pav. Dren. e Sin. Viária) nas Ruas Maranhão, Guilherme Backeuser e Mal. Floriano Peixot	10
238	Construção do Centro de Segurança Integrada CSI	10
239	Revitalização da Avenida Getúlio Vargas, estendendo-se até a Rua Capitão Moura.	10
240	Reabilitação da Casa Martim Afonso.	10
241	Reforma do Pit Gonzaguinha	10
242	Reforma de Áreas Turísticas do Município - Fase 02.	10
243	Revitalização do Parque Natural Municipal da Grota Funda.	10
244	Infraestrutura Urbana na Avenida Miguel José Miguel.	10
245	Novas Fachadas dos Ginásios do Conjunto Poliesportivo M. Nascimento Jr. - 4ª Etapa.	10

Apêndice I

Obras não iniciadas dos pleitos elencados na pesquisa no período analisado

	Nome do pleito	% de conclusão de obra
1	Construção de Portal da Cidade	0
2	Reforma do Balneário Municipal	0
3	Construção de Praça, Playgrounds, Pavimentação e Recapeamento de Vias Turísticas	0
4	Revitalização da Avenida Sólon Pereira e Rua Totó Barbosa	0
5	Revitalização da Al. Lucas Nogueira Garcez	0
6	Mud.Obj: DE:"Revitaliz.Largo Mercado e Mercado Municipal"PARA:Constr.Arena Eventos 3fase	0
7	mud. obj. DE "Constr. C. Convenções" PARA "Constr. Arena Eventos 2º Fase Pq Expos. F.C.Pimentel"-ebk	0
8	Revitalização do Entorno do Lago do Taboão - 2ª Fase	0
9	Monumento às Águas	0
10	Obras de Iluminação Pública e Artística no Município - Fase 3	0
11	Infraestrutura de Acesso e Lazer aos Parques de Embu das Artes	0
12	Melhorias na Mini Cidade - 2ª Etapa	0
13	Construção de Área de Recreação com Mini Campo no Complexo Esportivo do Falcão	0
14	Urbanização da Praça Vereador José Francisco Baldi	0
15	Recapeamento Asfáltico de Diversas Ruas do Município	0
16	Urbanização da Lagoa no Bairro do Falcão	0
17	Pavimentação de Trecho da estrada Municipal (M A 5 B)	0
18	Pavimentação da Estrada Municipal (M A 4 D)	0
19	3ª Etapa Reestruturação e Ampliação do Centro Turístico Municipal Antonio Ferreira Vianna	0
20	Centro Gastronômico, Cultural e Turístico de Olímpia	0
21	Reurbanização, Revitalização de Calçadas, Ruas, Avenidas e Praças - 2ª Fase	0
22	Calçada para Todos - Etapa I	0
23	Obras de Infraestrutura para: "Calçamento de Pontos Críticos em Estradas Rurais - 3ª Fase"	0
24	Contratação de Projeto Executivo, Obra de Infraestrutura e Instalação Câmeras de Monitoramento	0
25	Implantação de Ponto de Onibus ao longo do Município	0
26	Revitalização do Tupã Country Club	0
27	1ª Etapa de Revitalização do Acesso ao Pico do Gavião em Águas da Prata.	0
28	Revitalização da Piscina do Boi	0
29	Construção de Boulevard na Praça Basílio Ceschin	0
30	Construção de Equipamentos de Lazer - Quadra Poliesportiva e Piscina	0
31	Construção de Passarelas na Ponte sobre o Rio Pardo	0
32	PARQUE MUNICIPAL DE AMPARO - 2ª - ETAPA.	0
33	REFORMA, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO MORRO DO CRISTO - PARQUE CHICO MENDES - 2ª ETAPA.	0
34	Sinalização Turística	0
35	Manutenção da Reforma da Via de Acesso Antônio Vivaldini.	0
36	Complemento da Revitalização da Alameda Lucas Nogueira Garcêz.	0
37	Revitalização da Alameda Lucas Nogueiras Garcez - 2ª Etapa	0
38	Revitalização da Infraestrutura Turística Primeira Etapa.	0
39	Construção do Prédio da Secretaria de Turismo - Avenida Jaubert da Silva Braga, Centro.	0
40	Requalificação do Portal da Cidade e Entorno	0
41	Reforma de Calçadas, Acessibilidade e Iluminação das Calçadas Eixo Central - Jaguaribe e Abernêssia	0
42	Projeto Executivo de Mobilidade Urbana e Construção de Parque de Exposições e Eventos	0
43	Revitalização do Prédio Histórico e Construção do Centro de Atendimento ao Turista.	0
44	Construção Do Boulevard De Cananéia	0
45	Obra De Revitalização e Reforma Da Praça Theodolina Gomes	0
46	ELABORAÇÃO DE PROJETOS TURISTICO MIRANTE DO CAMAROEIRO	0
47	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO TURISTICO MIRANTE DE CAMAROEIRO	0

48	Requalificação do Lago Lavapés - Etapa I.	0
49	Execução de Sinalização Turística - Etapa I - Zonas Urbana e Rural	0
50	Revit., Reforma e Ressignificação do "Centro Olímpico Municipal Vereador José Clemente Machado...	0
51	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO ARQUITETÔNICO FLUTUANTE.	0
52	Construção do Centro de Eventos de Ilha Comprida.	0
53	Sinalização Orientativa do Atrativos Turísticos.	0
54	Fechamento, Ampliação e Rev. do Espaço de Eventos Turísticos e Culturais "Antônio de Souza Lélis"	0
55	Implantação de Estrutura Urbana para Atendimento ao Turista no Entorno da Praça Eloy Lima	0
56	Implantação de Sinalização Turística no Padrão Internacionais com Início na Rodovia Waldir Canevari	0
57	Climatização e Adequações no Espaço de Eventos Turísticos e Culturais "Antônio de Souza Lélis"	0
58	Centro Cultural e Turístico - Antiga Estação Ferroviária.	0
59	Revitalização da Praça Dr. Oswaldo Cruz Trecho 1- Reforma do Banheiro Público - Trecho 2	0
60	Construção de Parque Indígena de Tupã.	0
61	Modernização da Iluminação Pública de Bairros Históricos de Águas da Prata.	0
62	Infraestrutura em Área Turística - Criação de um novo Parque de Entrada da Cidade e Integração	0
63	Revitalização da Alameda Chad Gebran.	0
64	Revitalização da Rua Benedito Macedo.	0
65	Substituição da Iluminação para Lâmpadas de Led no Centro e Principais Avenidas do Município	0
66	Revitalização das Praças Santa Terezinha, Santo Antônio e São Pedro.	0
67	Infraestrutura e Iluminação da Alameda Lucas Nogueira Garcêz.	0
68	Revitalização da Al. Lucas Nogueira Garcêz - 3ª Etapa.	0
69	Reforma e Restauro do Antigo Prédio do Colégio São Luiz - 2ª Fase.	0
70	Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto de Brotas.	0
71	Revitalização da Entrada da Cidade (Km 01 da Rod. SP-253 até o Portal Turístico)	0
72	Revitalização da Avenida Frei Orestes Girardi e Januário Miráglia - Fase 1.	0
73	Reforma de Calçadas e Acessibilidade - fase 2.	0
74	Remodelação do Complexo Poliesportivo.	0
75	Remodelação e Modernização da Pista de Cooper	0
76	Revitalização da Praça da Figueira.	0
77	Revitalização da Praça Jurema de Almeida Paiva	0
78	Construção da Praça Sargento Claudio Alves	0
79	Revitalização da Praça do Bairro São Paulo Bagre.	0
80	Construção da Praça Porto Bacharel	0
81	Aquisição de Pier.	0
82	Estação Turismo - Centro de Recepção ao Turista e Revitalização do Centro de Guaratinguetá - Fase 2	0
83	Construção da Praça das Margaridas e Praça Sistema de Lazer do Nova Holanda	0
84	Remodelação da Alameda Maurício de Nassau - Etapa IV	0
85	Pavimentação Asfáltica da HBR167	0
86	Construção da Praça do Moinho Povos Unidos - Etapa II.	0
87	Sinalização Turística do Município de Itu.	0
88	Recuperação e Adaptação à Acessibilidade de Vias Públicas do Centro Histórico.	0
89	Implantação do Parque do Mangue Seco - 1ª Fase.	0
90	Plano de Combate ao Assoreamento do Grande Lago Lindóia - Obras de Infraestrutura do Parque Aquático	0
91	Implantação do Jardim Botânico no Distrito de Conceição de Monte Alegre para Fins Turísticos - Fase1	0
92	Revitalização de Iluminação de Vias Públicas	0
93	Revitalização da Praça Átaliba Leonel	0
94	Revitalização da Praça Benedito Silveira Camargo.	0
95	Revitalização da Orla do Lado Direito do Rio Paranapanema.	0
96	Obras de Infraestrutura Urbana na Rodovia Rocha Moutonnée.	0
97	Construção de Ciclovia - Fase 3	0
98	Pavimentação com Bloquetes de Trechos da Estrada de Acesso ao Pico Agudo.	0
99	Implantação de Iluminação em LED, cabos subterrâneos na Praça Coronel Cunha Lara e	0

	Ruas Adjacentes.	
100	Pavimentação Asfáltica da Estrada Turística Angolana - Fase 2.	0
101	Requalificação do Sistema Viário do Acesso a Área Turística Central do Município de São Roque	0
102	Reurbanização da Orla de Boiçucanga e Praça Pôr do Sol	0
103	Revitalização do Parque Represa Dr. Jovino Silveira.	0
104	Construção do Centro de Eventos Multiuso.	0
105	Melhorias na ETA - Estação de Tratamento de Água	0
106	Reurbanização do Quadrilátero Comercial do Gonzaga (Parte I)	0
107	mudança de objeto: Revitalização de Vias dos Bairros Vila São Jorge, Encruzilhada, Vila Progresso e	0
108	Execução do Parque Linear ao longo do Córrego das Araras	0
109	Reforma do Mercado Municipal - Fase 2	0
110	Revitalização do pier do Perequê	0
111	Implantação de Equipamentos para o Conjunto Poliesportivo M. Nascimento Jr.	0
112	REVITALIZAÇÃO DA PÇA MAUÁ - 2ª ETAPA	0
113	Revitalização das Vias do Bairro Aparecida	0
114	Construção de Complexo Turístico e Esportivo - Fase 01.	0
115	mud.obj.Elab. Plano Diretor Turismo para Reforma Manutenção Madeiramento Pq G.B.Souza	0
116	Parque Municipal de Amparo - 3ª Etapa	0
117	Revitalização da Praça dos Emancipadores	0
118	Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Turística Integrada.	0
119	Elaboração do Projeto e Execução da Obra do Cinema no Centro da Cidade (Vila)	0
120	Paisagismo e Decoração dos Passeios de Ruas da Cidade.	0
121	Iluminação Colonial em Ruas Do Município	0
122	Revitalização do Centro Expandido do Bairro Boqueirão	0
123	Modernização Da Praça De Artesanato do Bairro Caiçara.	0
124	Reforma do Ginásio de Esportes "Celso Sintoni" – 3ª Etapa	0
125	Revitalização da Praça da República	0
126	Adaptação e Restauro do Bonde Japonês.	0
127	Centro Integrado de Monitoramento Urbano - 3ª Etapa	0
128	Reforma do Pit Itararé	0
129	Urbanização da Rua Campos Sales x Av. Martins Fontes	0
130	Sinalização Turística da Orla do Itararé.	0
131	REURBANIZAÇÃO DA AVENIDA IPEROIG - CENTRO.	0
132	Execução do projeto de Sinalização Turística - Fase 01.	0
133	"Urbanização da Avenida Engenheiro Arquiteto Eduardo Correa da Costa Júnior"	0
134	Reurbanização da Orla da Praia da Enseada no Bairro Vista Linda	0
135	Requalificação Viária das Ruas no Bairro Jardim Vista Linda - trecho entre a Avenida Anchieta e Orla	0
136	Revitalização da Avenida Frei Orestes Girardi e Januário Mirágliã - Fase 2.	0
137	Revitalização da Praça do Itapitangui.	0
138	Revitalização da Praia Marina.	0
139	Valorização Turística da Orla da Praia - Trecho 14	0
140	Revitalização da Avenida Araújo Campos - Fase 1	0
141	Revitalização do Centro Expandido Ocian	0
142	Construção da Avenida Caminho das Águas - Etapa 1	0
143	Reurbanização da Avenida Francisco Ferreira Canto.	0
144	Reurbanização da Lagoa da Saudade.	0
145	Revitalização da Escadaria do Morro do Monte Serrat: Escada Hidráulica do Nicho III e Obras de Conte	0
146	Recuperação das Fachadas do Museu Pelé	0
147	Requalificação do 5º andar do Paço Municipal - Palácio José Bonifácio - 2ª Etapa.	0
148	Instalação de Totens Turísticos na Entrada da Cidade e Urbanização do Itararé - Fase I.	0
149	Revitalização da Praça 22 de Janeiro e do Monumento Ipuipara.	0
150	Reforma da Plataforma de Pesca.	0
151	Adequação Turística do Píer do Gonzaguinha.	0
152	Recapeamento Asfáltico em Ruas do Município.	0